



# Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020



# Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia

Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Ciências sociais aplicadas: as relações como meio de compreender a sociedade

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Vanessa Mottin de Oliveira Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Luciana Pavowski Franco Silvestre

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: as relações como meio de compreender a sociedade / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-474-0  
DOI 10.22533/at.ed.740201610

1. Ciências sociais aplicadas. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

## Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: As relações como meio de compreender a sociedade”. São ao todo vinte e um artigos que apresentam pesquisas relacionadas as áreas de turismo, educação, política, trabalho, desenvolvimento econômico e um artigo relacionado a política pública de assistência social e direitos socioassistenciais.

Os temas são abordados a partir de diferentes perspectivas teóricas, e os autores e autoras propõe-se a identificar e analisar as relações existentes entre as temáticas com elementos contextuais e aspectos territoriais, contribuindo para a realização de estudos, com uma perspectiva mais ampliada e aprofundada das relações presentes na sociedade brasileira.

Nos artigos em que o tema turismo foi abordado, identifica-se análises relacionadas com as manifestações culturais, o lazer, questões étnicas vinculadas a uma comunidade quilombola e desenvolvimento sustentável.

Na temática relacionada a educação, identifica-se a realização de pesquisas vinculadas a educação infantil e as universidades, bem como, entre este tema e os hábitos de leitura, violência física entre estudantes, contratação de pessoas com deficiência e inserção de pessoas com mais de 50 anos no ensino superior.

Os movimentos populares, os aspectos ideológicos, as relações com o meio ambiente e as urnas eletrônicas constituem os aspectos que fizeram parte das análises vinculadas a política.

Para finalizar, são apresentadas as pesquisas que trataram sobre os temas trabalho e desenvolvimento econômico. Os artigos apresentados analisam a relação com as atividades comerciais locais, capital improdutivo, precarização das relações trabalhistas, questões de gênero, marca e marketing.

Com esta breve apresentação é possível identificar a amplitude das análises e pesquisas que são apresentadas neste e-book. Esperamos que a leitura realizada possa contribuir para novas reflexões e outras aproximações sobre as relações presentes no atual contexto da sociedade brasileira.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

DOCUMENTAÇÕES E TURISMO: PROCESSOS E REGISTROS DE VIAGENS INTERNACIONAIS PARA BRASILEIROS

Carla Ferreira de Moraes

Leandro Gracioso de Almeida e Silva

Pollylian Assis Madeira

**DOI 10.22533/at.ed.7402016101**

### **CAPÍTULO 2..... 16**

ESCALADA EM ROCHA COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL DE LAZER EM MONTES CLAROS/MG

Jarbas Pereira Santos

Marilda Teixeira Mendes

Michela Abreu Francisco Alves

Irene Menegali

Maria Auxiliadora Pereira Figueiredo

**DOI 10.22533/at.ed.7402016102**

### **CAPÍTULO 3..... 28**

TURISMO ÉTNICO-CULTURAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PIQUI DA RAMPA, CONTRIBUINDO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Wilson de Carvalho Rosa Filho

**DOI 10.22533/at.ed.7402016103**

### **CAPÍTULO 4..... 42**

PANORAMA DA EVOLUÇÃO DOS *ADVENTURE GAMES*

Camila Brandão Bisson

Leonardo Antonio de Andrade

**DOI 10.22533/at.ed.7402016104**

### **CAPÍTULO 5..... 68**

PCDS A DEMANDA PRESENTEADA: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRAÇÃO, DIANTE UM CENÁRIO DE EDUCAÇÃO

Daniel Andrei Rodrigues da Silva

Tamara Wildner

Tatiane Barichello Zorzo

**DOI 10.22533/at.ed.7402016105**

### **CAPÍTULO 6..... 77**

DIREITO E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Fabrine Antonello

Jaqueline Antonello

**DOI 10.22533/at.ed.7402016106**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>86</b>
<b>HÁBITOS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE RÓTULOS DE ALIMENTOS: UMA AVALIAÇÃO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS</b>	
Carina Carvalho Novaes Géssica Coelho Alencar Maria Carolina Barros Costa Marianne Louise Marinho Mendes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7402016107</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>94</b>
<b>AS NARRATIVAS NOS LIVROS DE OCORRÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA ENTRE OS ESTUDANTES</b>	
Sergivano Antonio dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7402016108</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>118</b>
<b>A UNIVERSIDADE PARA QUEM TEM MAIS DE 50 ANOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA IES DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, BRASIL</b>	
Juciele Marta Baldissarelli Adelcio Machado dos Santos Monica França dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7402016109</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>130</b>
<b>DOM JOSÉ RODRIGUES: SEU PAPEL POLÍTICO E EDUCATIVO JUNTO ÀS CAMADAS POPULARES NO BOLETIM “CAMINHAR JUNTOS”</b>	
Jônatas Pereira do Nascimento Rosa Edonilce da Rocha Barros Andréa Cristiana Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.74020161010</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>144</b>
<b>A MILITÂNCIA COMO MANDAMENTO OU EXISTE POSSIBILIDADE DE VISÕES PLURAIS NAS AULAS DE HISTÓRIA? APONTAMENTOS PRELIMINARES</b>	
Manoel Adir Kischener Everton Marcos Batistela Airton Carlos Batistela Mariza Rotta	
<b>DOI 10.22533/at.ed.74020161011</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>160</b>
<b>AMAZÔNIA: AS NUANCES COMUNICACIONAIS AOS OLHOS DA ESTRATÉGIA ELEITORAL/GOVERNAMENTAL DE JAIR BOLSONARO E EMMANUEL MACRON</b>	
Gustavo Koetz Vaccari Roberto Gondo Macedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.74020161012</b>	

**CAPÍTULO 13..... 174**

A LOGÍSTICA NO SETOR PÚBLICO: O CASO DAS URNAS ELETRÔNICAS NA JUSTIÇA ELEITORAL DO AMAZONAS

Karina Lopes Cidade

Marcos Carneiro da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.74020161013**

**CAPÍTULO 14..... 189**

COLONIALIDADE E PRÁTICAS ALIMENTARES NO GOVERNO DE JANARY NUNES

Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

**DOI 10.22533/at.ed.74020161014**

**CAPÍTULO 15..... 197**

O MARKETING DE RELACIONAMENTO E CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO DE MARCA.

COMPLEXIFICAÇÃO CONCEITUAL E NOVOS COMPORTAMENTOS DE CONSUMO

Guaracy Carlos da Silveira

Fernando Augusto Carvalho Dineli da Costa

**DOI 10.22533/at.ed.74020161015**

**CAPÍTULO 16.....211**

CRESCIMENTO ECONÔMICO, UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Railson Marques Garcez

**DOI 10.22533/at.ed.74020161016**

**CAPÍTULO 17..... 224**

A INCLUSÃO DE UMA MICROEMPRESA NO MERCADO BAGEENSE ATRAVÉS DA PESQUISA DE MERCADO

Hallana Pereira Ortiz

Vinícios Oliveira da Rosa

Aldemi Silveira Leon

Lóren Formiga de Pinto Ferreira

**DOI 10.22533/at.ed.74020161017**

**CAPÍTULO 18..... 240**

O CÂMBIO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU E SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE COMERCIAL LOCAL

Giselly Mayara Mesquita de Paiva

Nicolas Andretti de Souza Neves

Ronaldo Cardoso da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.74020161018**

**CAPÍTULO 19..... 254**

O EMPREGO DOMÉSTICO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO

**TRABALHO: O EMPODERAMENTO DAS MULHERES E A BUSCA DA IGUALDADE**

Elaine Aparecida Fonsêca Tavares

Maria Olímpia de Jesus Sousa

Soraia Veloso Cintra

Luciene da Silva Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.74020161019**

**CAPÍTULO 20..... 265**

**A ERA DO CAPITAL IMPRODUTIVO: UMA RESENHA CRÍTICA**

Marcus Vinicius Gomes Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.74020161020**

**CAPÍTULO 21..... 277**

**ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS: O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA**

Heleni Duarte Dantas de Àvila

Jucileide Ferreira do Nascimento

**DOI 10.22533/at.ed.74020161021**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 287**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 288**

# CAPÍTULO 1

## DOCUMENTAÇÕES E TURISMO: PROCESSOS E REGISTROS DE VIAGENS INTERNACIONAIS PARA BRASILEIROS

*Data de aceite: 01/10/2020*

**Carla Ferreira de Moraes**

MBA-Faculdade Redentor  
Servidora municipal em Carangola  
Carangola  
<http://lattes.cnpq.br/1241065820309193>

**Leandro Gracioso de Almeida e Silva**

Unifesspa  
<http://lattes.cnpq.br/2619762051506264>

**Pollylian Assis Madeira**

UEMG  
Carangola  
<http://lattes.cnpq.br/7546391031275557>

**RESUMO:** Com o tema “Documentações e Turismo”, a presente investigação pretende demonstrar e discutir o processo exigido a brasileiros na visitação de destinos estrangeiros. Concentra-se assim, em procedimentos essenciais para realização de viagens de lazer, tendo em vista o crescente número de turistas brasileiros que estão viajando aos cinco destinos internacionais mais visitados nos últimos anos. Buscou-se por meio de levantamento de dados em sites diversos de órgãos oficiais e associações identificar quais eram os cinco países mais visitados e a partir daí destacar quais eram os procedimentos adotados por cada um para a liberação de suas fronteiras aos brasileiros. Para o desenvolvimento da pesquisa, evidentemente recorre-se à análise de bibliografia com autores que perpassam o tema, uma vez que é pouco explorado. Concluiu-se que os processos de

solicitação de documentações turísticas variam conforme as legislações vigentes em cada país, podendo ser ora mais rígidos ora não e que a constante alteração das regras se torna um complicador para o turista nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Documentações; Vistos; Turismo Internacional.

### DOCUMENTATIONS AND TOURISM: PROCESSES AND APPLICATIONS OF INTERNATIONAL TRIPS FOR BRAZILIANS

**ABSTRACT:** With the theme “Documentations and Tourism”, the present research intends to demonstrate and discuss the process required of Brazilians when visiting foreign destinations. This research focuses on essential procedures for leisure travel, in face of the growing number of Brazilian tourists who are traveling to the five most visited international destinations in recent years. It was sought through data collection on different websites of official agencies and associations to identify which were the five most visited countries and from there to highlight which were the procedures adopted by each one for the liberation of their borders to Brazilians. For the development of the research, it is evidently used the analysis of bibliography with authors that pervade the theme, since it is little explored. It was concluded that the processes for requesting tourist documentation vary according to the legislation in force in each country, and may be sometimes stricter or not. That constant alteration of the rules becomes a complicator for the national tourist.

**KEYWORDS:** Documentation; Visas; International Tourism.

## 1 | INTRODUÇÃO

O Turismo é uma manifestação social e econômica capaz de transpor limites geográficos e que mobiliza milhares de viajantes ao redor do mundo. Silveira (2007, p.25), afirma que “cerca de 10% da população mundial [...] se desloca entre países da Europa, EUA, África, Américas e os outros continentes”. Observando os dados apresentados pelo Jornal Estadão (2018) há informação de que os brasileiros realizaram em 2017 cerca de 6,5 milhões de desembarques com pernoite em destinos internacionais, significando um aumento em 91% dos índices quando comparados ao ano de 2009. Essa cifra elevou o Brasil à 19ª colocação na lista dos principais países de origem de viajantes internacionais.<sup>1</sup> Mas para se deslocar, mesmo dentro do próprio país, há a necessidade de apresentação ou porte de documentações obtidas por processos específicos e que se alteraram com certa frequência. Quais as diferenças nesses procedimentos? Por que ao passo que trazem segurança ao turista e à localidade receptora nem sempre são de fácil obtenção ou clareza? É sabido que tais exigências são antigas e não somente requisitadas aos brasileiros. Os primeiros relatos de documentações para realizar viagens são da era Romana. Segundo Gonçalves e Campos (1999), a organização nas estradas romanas era tanta que o trânsito de pessoas estava condicionado à posse de um documento similar ao que seria o passaporte hoje. Desde então, para realizar viagens a destinos estrangeiros ou não, observa-se uma recorrente necessidade de se obter documentações, permissões ou de se ter algum tipo de identificação pessoal.

Assim, de imediato, esclarece-se o quão importante era o levantamento de dados sobre a obtenção de uma série de documentos e/ou permissões para fazer viagens. Salienta-se que a proposta desta investigação se moveu e se justifica no crescente aumento do fluxo de turistas brasileiros no exterior, demandando cada vez mais o conhecimento, a reflexão e a comparação sobre como se dão e são os pré-requisitos para a partida, chegada e permanência em destinos no exterior. O que teriam esses procedimentos em comum e o que os separa? Foi em busca de respostas para essas questões e a fim de trazer alguma luz à temática que esta pesquisa investigou o processo de obtenção do passaporte e das demais condições mínimas para o turismo de lazer nos cinco países mais visitados do mundo. Além disso, destaca o que é um seguro-viagem e a certidão internacional de vacinação e profilaxia. Não se podia deixar de mencionar que houve grande dificuldade na busca de referenciais teóricos que facilitassem o acesso a informações importantes quanto à obtenção das documentações turísticas mencionadas. Esse tema não é muito explorado pela bibliografia científica e se supôs que isso se deva pela frequente

---

1. Estadão de São Paulo, 2018. Em 2017, brasileiros realizaram 6,5 milhões de desembarques internacionais, Disponível em: <https://viagem.estadao.com.br/noticias/geral,em-2017-brasileiros-realizaram-6-5-milhoes-de-desembarques-internacionais,70002554936> Acesso em: 12 jun. 2019.

alteração das exigências ou por eventual desinteresse de pesquisadores do Turismo. De todo modo, esta pesquisa se baseou em autores que perpassam o tema como Maria Del Carmen Calvente (2001), Mario Carlos Beni (2001) e Reinaldo Dias (2008) entre outros. Analisaram-se ainda, artigos que tratam sobre visitação turística, sites de organizações especializadas como Ministério do Turismo, Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV e etc.. Os sites oficiais de consulados, por sua vez, são fontes essenciais e atualizadas para se conhecer a natureza das demandas de cada país. Não se pretende esgotar um tema tão amplo e complexo, mas apresenta-se a seguir, um panorama das informações coletadas em 2019.<sup>2</sup>

## 2 | PASSAPORTE

O passaporte foi o ponto de partida da pesquisa por ser uma das documenta es mais comuns e aceitas como identifica o para viagens nacionais e internacionais, sendo a principal forma de identifica o nos destinos internacionais. A Casa Civil por meio da Subchefia para Assuntos Jurídicos (2006)<sup>3</sup> define que passaporte “  o documento de identifica o, de propriedade da União, exigível de todos os que pretendam realizar viagem internacional, salvo nos casos previstos em tratados, acordos e outros atos internacionais.” Segundo o Decreto n  5.978 de 4 de dezembro de 2006, o passaporte é um documento pessoal e intransferível e pode ser concedido a qualquer brasileiro. Sua classifica o   estabelecida de acordo com as categorias: I - diplomático; II - oficial; III - comum; IV - para estrangeiro; e V - de emergência (DECRETO N  5.978, 2006). Apesar das diversas categorias de passaportes, a seguir foram especificadas as principais regras necessárias   aquisi o do passaporte comum, de acordo com o art. 20 do Decreto n  5.978 de 4 de dezembro de 2006 que dispõe sobre as condi es necessárias para a aquisi o do passaporte comum no Brasil:

I - ser brasileiro;

II - comprovar sua identidade e demais dados pessoais necessários ao cadastramento no banco de dados de requerentes de passaportes;

III - estar quite com o serviço militar obrigatório; (Reda o dada pelo Decreto n  8.374, de 2014)

IV - comprovar que votou na última elei o, quando obrigatório, pagou

---

2. Esta pesquisa foi realizada ao longo do ano de 2019 para um trabalho monográfico. Portanto, estão sujeitas a alguma desatualiza o as informa es apresentadas, dada   recorrente altera o das exigências das documenta es turísticas.

3. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5978.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5978.htm) Acesso em: 21 set. 2019.

multa ou se justificou devidamente; (Redação dada pelo Decreto nº 8.374, de 2014)

V - recolher a taxa devida; (Redação dada pelo Decreto nº 8.374, de 2014)

VI - submeter-se à coleta de dados biométricos; e (Redação dada pelo Decreto nº 8.374, de 2014)

VII - não ser procurado pela Justiça nem impedido judicialmente de obter passaporte (Incluído pelo Decreto nº 8.374, de 2014) (DECRETO Nº 5.978, 2006).

Conforme o mesmo decreto, para se demandar qualquer documentação de viagem, no Brasil, há a necessidade de apresentação, por parte do interessado, de requerimento específico devidamente acompanhado de documentos originais exigidos no processo. Os documentos são devolvidos ao seu portador após a sua conferência. Com relação a entrega da documentação, após o seu requerimento, o Decreto 5.978 estabelece que a entrega no Brasil é feita diretamente ao titular do passaporte, após conferência da biometria. É imprescindível a presença de pais ou responsáveis caso o titular seja menor de idade. O decreto ainda estabelece o cancelamento dos passaportes expedidos que não tenham sido retirados num prazo de noventa dias. Também serão invalidados documentos que contenham emendas ou rasuras ou não tenham o preenchimento do campo de assinatura de acordo com as regras estabelecidas pelo órgão emissor. De acordo com o Portal Consular das Relações Exteriores (s.d.)<sup>4</sup> o passaporte brasileiro possui validade de 10 anos e sua emissão é realizada pela Polícia Federal em todos os estados brasileiros e Distrito Federal.

### 3 | VISTO

De acordo o Portal Consular do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (s.d.)<sup>5</sup> o visto é o documento concedido pelos Consulados brasileiros no exterior possibilitando a provável entrada e estada de estrangeiros no país, desde que concordem com as condições vigentes na legislação nacional. Para o Ministério, a solicitação de visto, de acordo com as exigências no processo brasileiro, é feita por meio de apresentação de Formulário de Pedido de Visto devidamente preenchido, passaporte válido, Certificado Internacional de Vacinação – se necessário, comprovante de pagamento de taxas consulares e demais documentos essenciais

4. Portal Consular Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/passaporte-brasileiro2> Acesso em: 20 set. 2019

5. Portal Consular Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/vistos>. Acesso em: 14 set. 2019.

para cada tipo de visto solicitado. Ainda conforme o mesmo Portal, a emissão de vistos de entrada é de exclusiva atribuição e autoridade de cada país. Cada nação emprega diferentes processos e requisitos para a entrada e permanência de estrangeiros em seus territórios, sem a interferência de governos estrangeiros no procedimento. Segundo a LATAM Airlines (s.d.)<sup>6</sup> o tipo de visto dependerá do país. Algumas nações exigem visto físico e com emissão com antecedência determinada em relação à data de entrada no país enquanto outros já possuem a versão eletrônica de visto. Alguns países também emitem seus vistos somente na chegada do turista em seu território<sup>7</sup>.

## 4 | OS PAÍSES MAIS VISITADOS DO MUNDO E AS DOCUMENTAÇÕES EXIGIDAS

Para o desenvolvimento desta etapa da investigação, foram levantados em sites de grande visibilidade e que são considerados referência devido aos conteúdos seguros em suas pesquisas. As informações comentadas portanto, foram retiradas dos sites *Trueexperience*, Panrotas e Organização Mundial do Turismo (OMT ou sua sigla em inglês UNWTO). De acordo com o site *Trueexperience* (2017)<sup>8</sup>, entre os países com maior visitação no mundo, em primeiro lugar encontra-se a França que também recebe essa classificação pela OMT, com cerca de 84 milhões de visitantes no ano de 2013, seguido dos Estados Unidos da América, que possui uma visitação de aproximadamente 70 milhões de pessoas; em terceiro está a Espanha com mais de 60 milhões de pessoas. Em quarto lugar está a China que atrai cerca de 55 milhões de estrangeiros, em quinto lugar está a Itália recebendo 48 milhões de visitantes anualmente. O site Panrota (2018)<sup>9</sup> lista em seu artigo os dez países mais visitados do mundo e traz o quantitativo aproximado de visitantes em cada um, porém, de acordo com o foco já delimitado, foram expostos somente os cinco com maior visitação. Segundo o site OMT (2018)<sup>10</sup>, os cinco países de maior importância no cenário devido a sua visitação são os mesmos mencionados pelo *Trueexperience* em 2017. Como alguns dos países pesquisados fazem parte

6. LATAM Airlines (s.d). Disponível em: [https://www.latam.com/pt\\_br/informacao-para-sua-viagem/documentacao-e-vacinas/documentacao-para-embarque/internacional/](https://www.latam.com/pt_br/informacao-para-sua-viagem/documentacao-e-vacinas/documentacao-para-embarque/internacional/) Acesso em: 15 out. 2019.

7. Segundo a Embaixada do Brasil em Hanói, os brasileiros podem solicitar os vistos para o Vietnã com o preenchimento de um formulário online e pagamento de taxa. Após o processamento do visto é enviado ao turista uma carta de aprovação que juntamente com o formulário e duas fotos 3X4, deverão ser apresentados no balcão "Landing Visa Counter" na chegada ao aeroporto e pagos os custos dos vistos. Disponível em: [http://hanoi.itamaraty.gov.br/pt-br/alerta\\_aos\\_viajantes.xml](http://hanoi.itamaraty.gov.br/pt-br/alerta_aos_viajantes.xml) Acesso em 22 nov. 2019.

8. Os cinco países mais visitados do mundo. Disponível em: <https://trueexperience.com.br/2017/11/cinco-paises-mais-visitados-do-mundo/> Acesso em: 25 mai. 2019.

9. Conheça os países mais visitados do mundo em 2017. Disponível em: [https://www.panrotas.com.br/destinos/pesquisas-e-estatisticas/2018/08/conheca-os-paises-mais-visitados-do-mundo-em-2017\\_158279.html](https://www.panrotas.com.br/destinos/pesquisas-e-estatisticas/2018/08/conheca-os-paises-mais-visitados-do-mundo-em-2017_158279.html) Acesso em: 25 mai. 2019

10. *International Tourism Trend* 2017. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419876> Acesso em: 25 mai. 2019

do Tratado de *Schengen*, observou-se a necessidade de uma breve explicação sobre o mesmo e as regras exigidas para a entrada de estrangeiros nesse espaço.

#### 4.1 Tratado de *Schengen*

O Espaço *Schengen*, segundo o Portal Consular do Ministério das Relações Exteriores (s.d.)<sup>11</sup> é uma área criada por convenção entre países da Europa onde não há monitoramento fronteiriço ou aduaneiro rígido. Nessa área, cidadãos do Brasil podem adentrar sem que haja necessidade de apresentação de visto. Em sua circulação entre os países não será exigida a apresentação de passaportes nas fronteiras. No entanto, ressalta-se que podem ser adotadas outras medidas de controle fronteiriço por cada país, à medida que julguem-se necessárias para o controle da circulação de pessoas. De acordo com a Cartilha de Alerta Imigratório do mesmo Ministério (s.d.)<sup>12</sup>, para a entrada no Espaço de *Schengen* é necessário a todos os nacionais dos países terceiros incluindo o Brasil:

(a) passaporte válido por no mínimo seis meses; (b) passagem para todo o percurso da viagem até o retorno com data marcada para o Brasil (não pode estar em aberto); (c) comprovante de reserva paga em hotel ou carta-convite de quem cuidará da hospedagem, preenchida em formulário próprio que, dependendo do país, pode custar cerca de cem euros e estar disponível em administrações regionais, centros policiais ou outras repartições oficiais locais; (d) posse de recursos financeiros para a própria subsistência durante a estada, nos valores mínimos de aproximadamente 60 euros diários por pessoa e 600 euros por qualquer período, em dinheiro ou cheques de viagem ou certificados, devendo cartões de crédito estar acompanhados de carta do banco (não pode ser via Internet) especificando o limite do cartão; (e) para os que viajam para participar sem remuneração de congressos, conferências, seminários, concursos e outros eventos do gênero, carta-convite da instituição organizadora, comprovante de inscrição ou matrícula, cartão de acesso, programa ou documento congêneres contendo algum registro que comprove sua validade, tal como autenticação; (f) comprovante de emprego no Brasil, se for o caso; (g) seguro médico internacional, exigido por alguns países, no valor mínimo exigido pelas normas locais (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, s.d.).

De acordo com o Consulado Geral de Portugal em São Paulo (2013)<sup>13</sup>, vinte e seis países são pertencentes ao Tratado, sendo eles: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta,

11. Portal Consular do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/cartilhas/alerta-migratorio-espaco-schengen>. Acesso em: 25 jul. 2019.

12. Cartilha de Alerta Imigratório do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/images/cartilhas/alerta-migratorio-schengen.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

13. Consulado Geral de Portugal em São Paulo. Disponível em: <https://consuladoportugalsp.org.br/lista-dos-paises-que-pertencem-ao-espaco-schengen/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

Noruega, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Checa, Suécia e Suíça.

#### 4.1.1 França

A Embaixada da França no Brasil (2019)<sup>14</sup> informa que estarão isentos de visto os cidadãos brasileiros que desejarem visitar a França em viagem turística, sendo essa medida cabível com exclusividade às estadas inferiores a três meses de permanência no país e sendo destinada à França metropolitana, Coletividades e Territórios Ultramarinos. A obrigatoriedade de visto fica restrita a região da Guiana Francesa, onde é exigido também a comprovação de vacinação contra febre amarela. A mesma embaixada destaca que a todos os estrangeiros que tenham o desejo de adentrar à França, é necessário passaporte com validade mínima de seis meses, apresentação obrigatória de um seguro-saúde e de repatriamento no valor mínimo de 30.000 euros com cobertura para o território de *Schengen*, além de estarem munidos de uma reversa de hotel ou um atestado de acolhimento, documento solicitado na cidade da pessoa que visitará no país. A França possui ainda vistos de curta duração, como no caso de vistos de trânsito e vistos de pesquisadores científicos e vistos de longa duração, emitidos para estudantes, vistos de adoção, entre outros (EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL, 2019).

#### 4.1.2 Espanha

Segundo a Embaixada de Espanha em Brasília (2017)<sup>15</sup>, a entrada no país para estadas não superiores a noventa dias, fica submetida às condições apresentadas no Regulamento (CE) n° 562/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2006. O documento baseia-se no Regulamento (CE) n° 539/2001 do Conselho de 15 de Março de 2001 no que diz respeito à listagem dos países terceiros com base nacional que estão isentos de obrigação. O Brasil encontra-se na lista de anexo II deste regulamento que define a relação de países com isenção de vistos para viagens que não excedam três meses de permanência no país visitado. O site da Embaixada da Espanha (2017) explica que ao estrangeiro são necessários documentos de viagem (passaporte) com validade de três meses após a data prevista de saída do território espanhol e este deverá ter sido emitido nos dez anos anteriores. Para viagens turísticas, podem ser exigidos outras documentações como reserva e itinerário, meios econômicos e etc. A Embaixada ainda expõe possíveis causas de proibição de entrada na Espanha como ter sido expulso ou devolvido pela Espanha ou algum Estado Schengen, ter proibida a entrada por atividades contrárias aos interesses de Espanha ou aos direitos humanos, ser reconhecido

14. Embaixada da França no Brasil. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/VISTOS-Click-aqui-para-fazer-o-agendamento> Acesso em: 30 abr. 2019.

15. Embaixada de Espanha em Brasília, Disponível em: <http://www.exteriores.gob.es/Embajadas/BRASILIA/pt/InformacionParaExtranjeros/Pages/RequisitosDeEntrada.aspx> Acesso em: 30 abr. 2019.

internacionalmente por causas criminosas e etc (EMBAIXADA DA ESPANHA EM BRASÍLIA, 2017). A Espanha também dispõe de vistos de curta duração pautado pelo Regulamento (CE) N.º 810/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, expedidos para situações específicas.

### 4.1.3 Itália

Conforme a *Ambasciata d'Italia Brasilia* (2005)<sup>16</sup>, os cidadãos brasileiros têm isenção de visto em seu acesso à Itália, em viagens com permanência de até noventa dias no país, desde que sua entrada não seja para fins de trabalho ou estudo. Como todo país pertencente ao Tratado de *Schengen*, é necessário ao turista que o passaporte esteja válido por pelo menos três meses após o seu regresso ao Brasil, possua documentações que comprovem qual o objetivo bem como sua manutenção no país enquanto viaja e não seja considerado uma ameaça a segurança e a ordem pública na Itália. As autoridades italianas de fronteira podem solicitar documentações que justifiquem os motivos e duração da viagem ao país.

## 4.2 Estados Unidos da América

Conforme o site da Embaixada e Consulados dos Estados Unidos da América no Brasil (s.d.)<sup>17</sup>, os vistos de não imigrantes são destinados a residentes de outros países que desejam estar temporariamente nos Estados Unidos da América (EUA), permitindo que a pessoa tenha acesso a uma porta de entrada no país (aeroporto, portos ou fronteiras) e, ao chegar, solicite a um funcionário do Serviço de Alfândega e Proteção de Fronteiras do Departamento de Segurança Interna (DSH) autorização para entrar nos Estados Unidos. Observa-se que o visto adquirido no momento de solicitação na Embaixada Americana no Brasil não garante a admissão nos Estados Unidos; é somente uma permissão para sua viagem até umas das portas de entrada do país. O Planejamento antecipado da viagem pode facilitar o processo de vistos, sendo interessante a sua solicitação com o máximo de antecedência possível. Os visitantes que têm os Estados Unidos como seu destino final de viagem, não necessitam de comprovação de vacinação contra a Febre Amarela, porém, aqueles que estiverem em trânsito em direção a outro país, necessitam verificar as regras do país de destino final (EMBAIXADA E CONSULADOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO BRASIL, s.d.).

O site da Embaixada dos EUA informa que os turistas brasileiros que viajam para os Estados Unidos a passeio necessitam de um visto de categoria B-2 válido, sendo necessária a sua aquisição por meio de um processo de solicitação de um visto

16. Ambasciata d'Italia Brasilia. Disponível em: [https://ambbrasil.esteri.it/ambasciata\\_brasilia/pt/informazioni\\_e\\_servizi/visti/](https://ambbrasil.esteri.it/ambasciata_brasilia/pt/informazioni_e_servizi/visti/) Acesso em: 30 abr. 2019

17. Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/visas-pt/vistos-de-nao-imigrantes/> Acesso em: 30 abr. 2019.

B-2, em que é requerido o preenchimento do formulário online DS-160, pagamento da taxa de solicitação de vistos para esta categoria no valor de 160 dólares e uma entrevista presencial com um oficial consular. Além do visto de turismo, as categorias de visto de não imigrantes mais comuns são: negócios, emprego temporário, diplomata ou funcionário de governo estrangeiro, empregado doméstico ou babá, estudo e intercâmbio e *Au Pair*. Os territórios ultramarinos pertencentes aos EUA, como a Ilha de Guam, seguem as mesmas regras de visitação, sendo necessário a solicitação de visto para sua entrada (iVisa, s.d.)<sup>18</sup>. O governo norte-americano emite os vistos por meio de sua Embaixada em Brasília e nos Consulados de Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo solicitado para brasileiros que o passaporte tenha validade durante o período de permanência nos Estados Unidos, entretanto, viajantes de outros países têm a necessidade mínima de seis meses de validade após o período de permanência (EMBAIXADA E CONSULADOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO BRASIL, s.d.).

### 4.3 China

De acordo com a Câmara Brasil-China (s.d.)<sup>19</sup>, a todo brasileiro que for viajar para a China Continental, é necessário um visto concedido pela Embaixada ou Consulados Chineses, com exceção das viagens para Hong Kong e/ou Macau com duração inferior a 90 dias, onde é isenta a necessidade de visto para brasileiros. É necessária a apresentação de Certificado Internacional de Vacinação contra a Febre Amarela. Conforme o site da Embaixada da República Popular da China no Brasil (s.d.)<sup>20</sup>, a Lei sobre a Administração de Entrada e Saída de estrangeiros no país, requer a documentação básica para solicitação de visto constando de passaporte com validade mínima de seis meses e duas páginas em branco para vistos; formulário de pedido de vistos (anexo 4) preenchido; uma foto 3x4; pagamento das taxas consulares e apresentação de documentação específica para cada categoria de visto. Ainda segundo a Embaixada da China, o visto chinês de turismo é o visto de categoria L, para obtê-lo é necessário apresentar, além das documentações básicas já citadas anteriormente, o itinerário contendo a reserva das passagens aéreas de ida e volta ao Brasil, carta convite emitida pelo convidante, seja ele um indivíduo na China ou um órgão Chinês e os comprovantes de renda individual, como extratos bancários e declaração de imposto de renda. Os vistos Chineses podem ter duração de até noventa dias a partir da data de sua emissão. A taxa de solicitação do visto L para cidadãos brasileiros é equivalente a R\$460,00 e deve ser

18 iVisa - Informações sobre o visto na chegada a Guam. Disponível em: <https://pt.ivisa.com/guam-visa-on-arrival> Acesso em 22 nov. 2019.

19 Câmara Brasil-China. Disponível em: <http://www.camarabrasilchina.com.br/servicos-da-camara/viagens/apoio-para-a-obtencao-de-visto>. Acesso em: 30 abr. 2019

20 Embaixada da República Popular da China no Brasil. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/lqfw/t1213296.htm> Acesso em: 30 abr. 2019

paga através de depósito bancário em conta da Embaixada da República Popular da China no Brasil. Quando o interesse de viagem do turista for visitação da região do Tibet, o solicitante necessita primeiramente seguir o protocolo de fazer contato com o *The Bureau of Tibet Autonomus Region*, para obtenção de autorização de visitação prévia (CAMARA BRASIL CHINA, s.d.).

## 5 | SEGURO VIAGEM

O Seguro Viagem   um dos documentos fundamentais, principalmente em viagens internacionais, sendo inclusive obrigatório em vários dos destinos turísticos comentados. Situações inesperadas como perda e extravio de bagagem e documentos e até morte podem ser empecilhos, assim o seguro viagem oferece o suporte necessário em qualquer imprevisto (PORTAL CONSULAR, s.d.)<sup>21</sup>. Até 2014, antes de entrar em vigor a Resolução 315/2014 criada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP, 2014)<sup>22</sup> havia uma diferenciação entre seguro viagem e assistência viagem. O seguro tinha como objetivo o reembolso em dinheiro pela seguradora, no retorno da viagem, dos gastos que o segurado tivesse com qualquer emergência durante o período em que estivesse viajando, já na assistência viagem em qualquer situação de incidente, era necessário o contato com a seguradora que direcionaria o turista a um centro conveniado com todas as despesas já cobertas pela empresa. Com a vigência da resolução da SUSEP, unificaram-se o seguro e assistência viagem, transformando-os no Seguro Viagem (SEGUROSPROMO, s.d.)<sup>23</sup>. Segundo a Allianz (2018)<sup>24</sup>, o objetivo de um Seguro Viagem é “[...] garantir o pagamento de uma indenização, reembolso ou, ainda, de prestação de serviç os ao Segurado ou ao(s) seu(s) Beneficiário(s), limitado ao valor do Capital Segurado contratado, no caso da ocorrência de riscos cobertos [...]”. Segundo a Cartilha do Portal Consular contendo informações e orientações sobre Seguro de Viagem, o objetivo deste documento de viagem é dar assistência ao turista nas seguintes áreas: saúde, transporte, jurídica, bagagem, financeira entre outras (PORTAL CONSULAR, s.d.). A mesma Cartilha ainda traz informação sobre as obrigatoriedades de contratação de seguro e suas especificações para cada local. A obrigatoriedade de apresentação do Seguro viagem para brasileiros é uma das condições primordiais no que diz respeito a abertura das fronteiras de diversos países. Na lista encontram-

21 Portal consular Ministério das Relações Exteriores – Cartilha Seguro Viagem. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/images/cartilhas/seguro-saude.pdf> Acesso em: 20 set. 2019.

22 Resolução CNPS N  315, 2014. Disponível em: <http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=33719> Acesso em: 22 nov. 2019

23 Seguros Promo (s.d.). Disponível em: <https://www.segurospromo.com.br/blog/diferenca-entre-seguro-viagem-e-assistencia-viagem/> Acesso em: 22 nov. 2019.

24 Allianz (2018). Disponível em: <https://www.allianztravel.com.br/Condicoes-Gerais/Condi%C3%A7%C3%A3o%20Geral%20-%20AGA%203.0%20AEREO-LAZER%20-%20SUSEP.pdf> Acesso em: 20 jul. 2019.

se os vinte e seis países pertencentes ao Tratado de Schengen, espaço europeu com regras aduaneiras específicas que serão comentadas a seguir.

## **6 I CERTIFICADO INTERNACIONAL DE VACINAÇÃO OU PROFILAXIA – CIVP**

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, s.d.)<sup>25</sup>, define o Certificado Internacional de Vacinação ou Profilaxia (CIVP) como o documento comprovante de vacinação contra doenças de acordo com o determinado pelo Regulamento Sanitário Internacional (RSI). A emissão do documento fica sob responsabilidade da Anvisa e é exigido em alguns países como comprovação internacional de vacinação. Suas diretrizes são feitas de acordo com a RSI e a principal vacina solicitada é a contra febre amarela. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2018)<sup>26</sup>, 135 países exigem a apresentação do Certificado Internacional de Vacinação na entrada de suas fronteiras e dentre eles encontram-se África do Sul, Austrália, Bahamas, Bolívia, China, Colômbia, Costa Rica, Egito, Equador, Índia, Líbano, Malásia, México, Panamá, Paraguai, Tailândia, Venezuela e Vietnã. O site da Anvisa (s.d.) informa que somente pessoas com viagem onde o destino ou escala/conexão acontece em localidades que exigem o CIVP necessitam retirar o documento. Para a solicitação do certificado é necessário a apresentação do cartão de vacinação que deve conter o preenchimento com a data da administração, lote e fabricante da vacina, a assinatura do profissional responsável pela aplicação da mesma e identificação da Unidade de Saúde onde foi aplicada. O requerente também necessita estar de posse de documento de identificação com foto. Segundo essa mesma Agência, é necessário que o solicitante tome a vacina com antecedência mínima de dez dias a contar a partir da data da viagem e em posse do comprovante de vacinação, solicite o certificado que pode ser expedido via internet ou de forma presencial em unidades emissoras representadas por postos da Anvisa localizados em aeroportos, portos e áreas de fronteiras. Clínicas particulares e unidades de Saúde credenciados também estão aptos a prestação desse serviço. O CIVP é emitido de forma gratuita e não tem validade, logo não há necessidade de renovação do mesmo. Importante ressaltar ainda que para a emissão do certificado há a necessidade da tomada da dose completa da vacina requisitada, tendo em vista que em alguns tipos de imunizações são imprescindíveis a aplicação de mais de uma dose da vacina. Atualmente também é possível obter o CIVP de forma online, obedecendo aos mesmos critérios já mencionados. Em seguida, quando pronto, o

25 Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/dicas-de-saude-para-viagem>. Acesso em: 01 out. 2019.

26 Organização Mundial de Saúde (OMS), 2018. Disponível em: <https://www.who.int/ith/ith-yellow-fever-annex1.pdf?ua=1> Acesso em: 21 out. 2019.

documento pode ser impresso pelo próprio requerente por meio do site da Anvisa.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo necessário para autorização de visitação em países que exigem documentações específicas varia conforme a legislação vigente em cada país. Mas os documentos mais referenciados são o passaporte, o cartão de vacinação e o visto. Os cinco países mais visitados do mundo são França, Espanha, Estados Unidos da América, China e Itália. Dentre esses, o passaporte é o documento básico mais exigido. O visto é necessário apenas em dois dos cinco países mais visitados do mundo, sendo Estados Unidos da América e China. E o cartão de vacinação exigido apenas pela China. Embora não tenha sido uma feita investigação mais profunda entre os procedimentos exigidos para visitação no Brasil de estrangeiros dos países pesquisados, é lugar-comum que os processos em todos os países alteram de acordo com o país de origem do visitante, onde a abertura das fronteiras está diretamente ligada a acordos bilaterais de isenção de visto ou de exigência do mesmo. O Brasil agia conforme o princípio da reciprocidade, exigindo visto portanto das nações que exigem de cidadãos brasileiros. No entanto, esse paradigma da diplomacia brasileira foi rompido no governo Bolsonaro, já que o Presidente assinou decreto liberando a exigência de vistos aos turistas dos EUA.<sup>27</sup> Enquanto há muitas barreiras para entrada de brasileiros na Europa e principalmente nos EUA, não sendo incomum a deportação, o contrário parece ser menos comum, deixa-se assim uma lacuna para uma nova etapa desta investigação.

## REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), 2019. **Documentos para Embarque**. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/assuntos/passageiros/documentos-para-embarque#adult-bradomes> Acesso em: 10 out. 2019.

Agencia Nacional de Aviação Civil (ANAC), 2019. **Modelo de Formulário Opcional para menores de 16 anos**. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/assuntos/passageiros/formulario-de-autorizacao-de-viagem> Acesso em: 20 out. 2019.

Agencia Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). **Documentos de Identificação dos passageiros**. Disponível em: [http://www.antt.gov.br/passageiros/Documentos\\_de\\_Identificacao\\_dos\\_Passageiros.html](http://www.antt.gov.br/passageiros/Documentos_de_Identificacao_dos_Passageiros.html) Acesso em: 16 out. 2019.

ALLIANZ. **Condições Gerais Seguro Viagem Individual**. Disponível em: <https://www.allianztravel.com.br/CondicoesGerais/Condi%C3%A7%C3%A3o%20Geral%20-%20AGA%203.0%20AEREO-LAZER%20-%20SUSEP.pdf> Acesso em: 20 jul. 2019.

---

<sup>27</sup> Mais informações em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/18/bolsonaro-libera-cidadaos-de-eua-australia-canada-e-japao-de-visto-de-visita-ao-brasil.ghtml> Acesso em: 21 out. 2019.

Ambasciata d'Italia Brasília. **Vistos** Disponível em: [https://ambbrasilia.esteri.it/ambasciata\\_brasilia/pt/informazioni\\_e\\_servizi/visti/](https://ambbrasilia.esteri.it/ambasciata_brasilia/pt/informazioni_e_servizi/visti/) Acesso em: 30 abr. 2019.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **Saúde do Viajante**. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/dicas-de-saude-para-viagem>. Acesso em: 01 out. 2019.

Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV). **Devido ao surto de febre amarela, países exigem vacinação de brasileiros**. Disponível em: <http://www.abav.com.br/noticias/devido-ao-surto-de-febre-amarela,-paises-exigem-vacinacao-de-brasileiros> Acesso em: 21 out. 2019.

BENI, M. C. **Fundamentos da Teoria de Sistemas Aplicados ao Turismo**. 6. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

CALVENTE, M. del C. M. H. **Turismo e excursionismo: o qualitativo rural – um estudo das experiências e potencialidades no norte velho do Paraná**. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado em Geografia Humana – Universidade de São Paulo, 2001.

Câmara Brasil-China. **Apoio para a obtenção de Visto**. Disponível em: <http://www.camarabrasilchina.com.br/servicos-da-camara/viagens/apoio-para-a-obtencao-de-visto> Acesso em: 30 abr. 2019

CAMPOS, Luiz Claudio de A Menescal; GONÇALVES, Maria Helena Barreto. **Turismo – Atividade Econômica**. 1ª edição. São Paulo: Senac, 1999.

Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos – **Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017** – Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#art124](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#art124) Acesso em: 30 jun. 2019.

Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.978 de 4 de dezembro de 2006**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5978.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5978.htm) Acesso em 21 set. 2019.

Consulado Geral de Portugal em São Paulo. **Lista dos países que pertencem aos Espaço de Schengen**. Disponível em: <https://consuladoporugal.sp.org.br/lista-dos-paises-que-pertencem-ao-espaco-schengen/> Acesso em: 25 jul. 2019.

Decreto nº 5.978 de 4 de dezembro de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5978.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5978.htm) Acesso em 15 de jun. 2019.

Decreto 9.731/2019 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9731-16-marco-2019-787838-publicacaooriginal-157601-pe.html> Acesso em: 30 jun. 2019.

DIAS, REINALDO. **Introdução ao Turismo**. Atlas: São Paulo, 2008.

Embaixada da França no Brasil. **VISTOS – Clique aqui para fazer o agendamento!** Disponível em: <https://br.ambafrance.org/VISTOS-Clique-aqui-para-fazer-o-agendamento> Acesso em: 30 abr. 2019.

Embaixada da República Popular da China no Brasil. **Regulamento Adicional sobre Instruções de Solicitação de Visto**. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/lqfw/t1213296.htm> Acesso em: 30 abr. 2019

Embaixada de Espanha em Brasília. **Requisitos de entrada**. Disponível em: <http://www.exteriores.gob.es/Embajadas/BRASILIA/pt/InformacionParaExtranjeros/Pages/RequisitosDeEntrada.aspx> Acesso em: 30 abr. 2019.

Embaixada do Brasil em Hanói. **Alerta aos Viajantes com destino ao Vietnã**. Disponível em: [http://hanoi.itamaraty.gov.br/pt-br/alerta\\_aos\\_viajantes.xml](http://hanoi.itamaraty.gov.br/pt-br/alerta_aos_viajantes.xml) Acesso em 22 nov. 2019

Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil. **Vistos de Não Imigrantes**. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/visas-pt/vistos-de-nao-imigrantes/> Acesso em: 30 abr. 2019.

Estadão de São Paulo, 2018 – **Em 2017, brasileiros realizaram 6,5 milhões de desembarques internacionais**. Disponível em: <https://viagem.estadao.com.br/noticias/geral,em-2017-brasileiros-realizaram-6-5-milhoes-de-desembarques-internacionais,70002554936> Acesso em: 12 jun. 2019.

GOMIDE, M. **Turismo: noções elementares**. São Paulo, FTD, 1972.

iVisa. **Informações sobre o visto na chegada a Guam**. Disponível em: <https://pt.ivisa.com/guam-visa-on-arrival> Acesso em 22 nov. 2019.

LATAM Airlines. **Documentação e vacina**. Disponível em: [https://www.latam.com/pt\\_br/informacao-para-sua-viagem/documentacao-e-vacinas/documentacao-para-embarque-internacional/](https://www.latam.com/pt_br/informacao-para-sua-viagem/documentacao-e-vacinas/documentacao-para-embarque-internacional/) Acesso em: 15 out. 2019.

**LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#art124](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#art124) Acesso em: 30 jun. 2019.

Ministério das Relações Exteriores. **Alerta Migratório**. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/images/cartilhas/alerta-migratorio-schengen.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. 2 ed – São Paulo: Contexto, 2002.

O Globo - **Bolsonaro libera turistas de EUA, Austrália, Canadá e Japão a entrar no Brasil sem visto**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/18/bolsonaro-libera-cidadaos-de-eua-australia-canada-e-japao-de-visto-de-visita-ao-brasil.ghtml> Acesso em: 21 out. 2019.

Organização Mundial de Saúde (OMS), 2018. **Countries with risk of yellow fever transmission and countries requiring yellow fever vaccination**. Disponível em: <https://www.who.int/ith/ith-yellow-fever-annex1.pdf?ua=1> Acesso em: 21 out. 2019.

Organização Mundial do Turismo (OMT). **Destaques do Turismo 2016** Disponível em: [http://dados.efatos.turismo.gov.br/images/pdf/estatisticas\\_indicadores/UNTWO\\_Tourism\\_Highlights\\_2016\\_Edition.pdf](http://dados.efatos.turismo.gov.br/images/pdf/estatisticas_indicadores/UNTWO_Tourism_Highlights_2016_Edition.pdf) Acesso em 16 out. 2019.

Organização Mundial do Turismo. (OMT). **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca

PANROTA, 2018. **Conheça os países mais visitados do mundo em 2017**. Disponível em: [https://www.panrotas.com.br/destinos/pesquisas-e-estatisticas/2018/08/conheca-os-paises-mais-visitados-do-mundo-em-2017\\_158279.html](https://www.panrotas.com.br/destinos/pesquisas-e-estatisticas/2018/08/conheca-os-paises-mais-visitados-do-mundo-em-2017_158279.html) Acesso em: 25 mai. 2019

PORTAL CONSULAR. Ministério das Relações Exteriores. **Alerta Migratório – Espaço de Schengen**. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/cartilhas/alerta-migratorio-espaco-schengen>. Acesso em: 25 jul. 2019.

PORTAL CONSULAR. Ministério das Relações Exteriores. **Passaporte Brasileiro**. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/passaporte-brasileiro2> Acesso em: 20 set. 2019

PORTAL CONSULAR. Ministério das Relações Exteriores – Cartilha Seguro Viagem. **Informações Gerais e orientações sobre ASSISTÊNCIA DE VIAGEM**. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/images/cartilhas/seguro-saude.pdf> Acesso em: 20 set. 2019.

PORTAL CONSULAR. Ministério das Relações Exteriores. **Vistos para viajar ao Brasil**. Disponível em <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/vistos>. Acesso em: 14 set. 2019.

PORTAL CONSULAR. Ministério das Relações Exteriores. **Vistos**. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/vistos-para-viajar-a-outros-paises>. Acesso em: 14 set. 2019

PORTAL CONSULAR Ministério das Relações Exteriores. **Vistos para Viajar ao Brasil** Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/vistos-para-viajar-ao-brasil> Acesso em: 30 jun. 2019.

Regulamento (CE) N.º 810/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009. **Código Comunitário de Vistos**. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2009/810/oj> Acesso em 20 jun. 2019.

Resolução CNPS N° 315, 2014. Disponível em: <http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=33719> Acesso em: 22 nov. 2019

Seguros Promo (s.d.). **Saiba qual a diferença entre seguro viagem e assistência viagem**. Disponível em: <https://www.segurospromo.com.br/blog/diferenca-entre-seguro-viagem-e-assistencia-viagem/> Acesso em: 22 nov. 2019.

TRUEEXPERIENCE, 2017. **Os cinco países mais visitados do mundo**. Disponível em: <https://trueexperience.com.br/2017/11/cinco-paises-mais-visitados-do-mundo/> Acesso em: 25 mai. 2019.

UNWTO, 2018. **International Tourism Trend 2017**. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419876> Acesso em: 25 mai. 2019.

# CAPÍTULO 2

## ESCALADA EM ROCHA COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL DE LAZER EM MONTES CLAROS/MG

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/07/2020

### **Jarbas Pereira Santos**

Universidade Estadual de Montes Claros –  
UNIMONTES  
Montes Claros/MG, Brasil  
ORCID: 0000-0001-7653-0276  
<http://lattes.cnpq.br/4242588908599960>

### **Mariilda Teixeira Mendes**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
Montes Claros/MG, Brasil.  
ORCID: 0000-0001-9714-5596  
<http://lattes.cnpq.br/0380684939431482>

### **Michela Abreu Francisco Alves**

Faculdades Integradas do Norte de Minas –  
FUNORTE  
Montes Claros/MG, Brasil.  
ORCID: 0000-0002-5934-4719  
<http://lattes.cnpq.br/3893168292004632>

### **Irene Menegali**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
Montes Claros/MG, Brasil.  
ORCID: 0000-0001-5323-4693  
<http://lattes.cnpq.br/0318546244386426>

### **Maria Auxiliadora Pereira Figueiredo**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
Montes Claros/MG, Brasil.  
ORCID: 0000-0003-0957-2331  
<http://lattes.cnpq.br/4684989867961218>

**RESUMO:** O estudo tem como objetivo analisar

a escalada em rocha como manifestação cultural de esporte e lazer no município de Montes Claros – MG. Pretendemos georreferenciar via GPS (*Global Positioning System*) por coordenadas geográficas (Latitude, Longitude e Altitude) no formato DMS (Graus, Minutos e Segundos) os setores de escalada e investigar o perfil dos escaladores que realizam a prática de esporte e atividade de aventura no município. A amostra contou com 32 escaladores (20 do sexo masculino e 12 do sexo feminino), com idades entre 16 a 50 anos, das mais variadas profissões. Tratou-se de uma pesquisa de caráter qualitativo descritivo, com revisão bibliográfica sobre a temática, a fim de constituir um referencial teórico para as posteriores discussões. O instrumento de coleta de dados foi um questionário confeccionado a partir do *Googledocs*, com questões fechadas e abertas, para melhor captar a tradução individual dos participantes em relação à prática da escalada em rocha. A região possui grande potencial de vias, formações rochosas e possibilidades de aberturas de diversos setores de escalada. Destacamos ainda a crescente participação de adolescentes a adultos, criando laços através das atividades de aventura. A escalada em rocha não pode ser analisada somente pela ótica da prática do exercício em si, mas pelos aspectos, fatores, valores e significados que permeiam o envolvimento, pertencimento e permanência do escalador na atividade de aventura, concluímos que a escalada em rocha pode ser considerada como uma manifestação cultural de esporte e lazer no município.

**PALAVRAS - CHAVE:** Atividades de aventura. Escalada em rocha. Lazer. Relações sociais.

## ROCK CLIMBING AS CULTURAL LEISURE MANIFESTATION IN MONTES CLAROS/MG

**ABSTRACT:** The study aims to analyze rock climbing as a cultural manifestation of sport and leisure in the city of Montes Claros - MG. We intend to geo-reference via GPS (Global Positioning System) by geographic coordinates (Latitude, Longitude and Altitude) in DMS format (Degrees, Minutes and Seconds) the climbing sectors and investigate the profile of climbers who practice sport and adventure activity in County. The sample included 32 climbers (20 male and 12 female), aged 16 to 50 years, from the most varied professions. It was a qualitative and descriptive research, with a bibliographic review on the theme, in order to constitute a theoretical framework for further discussions. The data collection instrument was a questionnaire made from Googledocs, with closed and open questions, to better capture the individual translation of the participants in relation to the practice of rock climbing. The region has great potential for roads, rock formations and possibilities for openings in various climbing sectors. We also highlight the growing participation of teenagers to adults, creating bonds through adventure activities. Rock climbing cannot be analyzed only from the perspective of the exercise itself, but by the aspects, factors, values and meanings that permeate the involvement, belonging and permanence of the climber in the adventure activity, we conclude that rock climbing can be considered as a cultural manifestation of sport and leisure in the municipality.

**KEYWORDS:** Adventure activities. Leisure. Rock climbing. Social relationships.

### INTRODUÇÃO

O Brasil oferece uma diversidade de possibilidades para a prática de esportes e atividades de aventura, que vêm crescendo, ganhando espaço e obtendo adeptos, que se lançam em novas vivências, experiências, representações, valores e significados inseridos no âmbito da aventura e do desconhecido.

Dentre as possibilidades de prática de atividades de aventura, a escalada em rocha é um dos fenômenos que atraem indivíduos pela possibilidade de contato e interação com a natureza, de busca pelas mais variadas paisagens, climas, culturas e atrativos naturais. Barbosa, Medeiros e Silva (2014) destaca o crescimento das atividades de aventura no cenário brasileiro pontuando as áreas do lazer, esporte e turismo.

O estudo tem como objetivo analisar a escalada em rocha como manifestação cultural de esporte e lazer no município de Montes Claros – MG. Pretendemos georreferenciar via GPS (*Global Positioning System*) os setores de escalada através das coordenadas geográficas (Latitude, Longitude e Altitude) no formato DMS (Graus, Minutos e Segundos) e investigar o perfil dos escaladores que realizam a prática de atividade de aventura nos setores de escalada do município de Montes Claros – MG.

## ESCALADA EM ROCHA E ATIVIDADE DE AVENTURA

Acerca dessa atividade de aventura, discorreremos sobre a escalada em rocha (escalada esportiva) e seus aspectos, que consiste em ascensão de rochas com o auxílio de equipamentos de segurança para o caso de queda e escalada em *top rope* (aonde a corda vem de cima, não existindo preocupação de passar a corda em costuras ou outros equipamentos para sua segurança, impossibilitando que eles tivessem grandes quedas).

A escalada existe desde que os homens começaram a explorar a natureza. De acordo com Pereira (2007), escalar é subir montanhas, rochas, paredes, árvores ou quaisquer outros obstáculos verticais. Outro elemento relacionado à participação humana nessas atividades é a possibilidade de aproximação ou reaproximação com o ambiente natural, o qual, muitas vezes, pode representar um resgate da essência do próprio indivíduo, um momento de sensibilização e experimentação emocional (MACHADO, 2006).

Na escalada, o objetivo dos escaladores consisti em visitar e conviver com as montanhas, divertir com os amigos e curtir a natureza, enfrentando e suportando limites, sejam físicos, técnicos ou emocionais (PEREIRA; ARMBRUST, 2010).

De acordo com Santos *et al.* (2014) como um espetáculo, a escalada é palco dessa peça de movimentos, atuações, interações, superações, desenvolvimento e busca de novos desafios através das práticas corporais. Vargas, Silva e Amaral (2015) relatam haver na escalada elementos reconhecíveis entre os participantes deste mundo social, que assumem uma significação e atração pela natureza, pelas dificuldades de ascensões das vias, pela exposição ao risco, pela linguagem e símbolos plenamente compreendidos pelos praticantes de atividades de aventura.

Para tanto, Nazari, Gomes e Oliveira (2008) alertam que a escalada constitui um esporte de risco, que exige capacitação teórica e prática prévia ao início da atividade. De acordo com Severian e Richard (2012) a escalada envolve aspectos como segurança, equipamentos e materiais empregados, ética na escalada, mínimo impacto, respeito ao ambiente em que se está inserido, e os métodos e técnicas aplicados.

Nesse sentido, no viés da escalada em rocha os aspectos destacados se reforçam, uma vez que, essa busca pela exploração, enfrentamento e superação são mais acentuados devido aos significados inerentes as vias a serem conquistadas. Com a evolução gradativa dos indivíduos na escalada e busca de novos desafios, torna-se comum o anseio por novas experiências e vivências dentro do tempo destinado ao lazer.

## **AVENTURA, LAZER E NATUREZA: RELAÇÕES POSSÍVEIS**

Os esportes de montanhas são considerados como uma atividade entre outras, que tem o contato com a natureza para seu andamento. De acordo com Pereira e Ambrust (2010) a palavra aventura deriva do latim “adventura”, significando “o que está por vir”, nos remetendo ao desconhecido ou a algo imprevisível.

Para Marinho (2007) quase sempre as atividades de aventura são praticadas em conjunto, onde são vivenciadas por pessoas de vários estilos de vida diferente, e todas elas têm ligação com a natureza, até mesmo, a manifestação de sentimentos que podem ser vivenciados coletivamente.

Vargas, Silva e Amaral (2015) identificam o desenvolvimento e a dedicação à prática da escalada em si; a existência e participação em um mundo social e suas relações internas, com características particulares (códigos e linguagens praticadas no seu interior), suas exigências e benefícios, o equilíbrio entre a influência exercida e prioridade e todo o corpo de conhecimentos necessários para que o participante possa desfrutar de todos os elementos desse universo de lazer como fatores fundamentais que configuram as práticas exercidas como ações de lazer diferenciadas e significativas.

Marinho (2007) entende o lazer como uma esfera favorecida para manifestação e produção cultural, do que uma simples difusão de informação, ao qual as atividades de aventura na natureza são entendidas como praticas manifestadas, de valores e conceitos que estão inseridas nas novas tendências culturais da sociedade contemporânea.

Complementarmente, o lazer é entendido ainda como cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (prática ou fruída), no “tempo disponível”. É fundamental como traço definidor, o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (MARCELLINO, 2004, p. 31).

Para Zimmermann (2006) para descansar a mente é necessário levar o corpo para passear, o praticante não recebe passivamente novas energias, existe uma ideia de fluxo, de troca de energias, em que é preciso ser/estar na natureza, estar na ação.

## **METODOLOGIA**

O processo metodológico deste estudo desenvolveu-se a partir das contribuições de Minayo *et al.* (2002), Richardson (1999) e Gil (1991) no que se refere a adoção de técnicas e tipo de pesquisa. Tratou-se de uma pesquisa de caráter qualitativo descritivo, por envolver questões relacionadas ao universo de

significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO *et al.*, 2002).

Num primeiro momento, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a temática, a fim de constituir um referencial teórico para as posteriores discussões, baseada em publicações em bancos de dados científicos, periódicos, anais de congressos e seminários, revistas e livros.

A amostra foi constituída por 32 escaladores, sendo 20 do sexo masculino e 12 do sexo feminino, com idades entre 16 a 50 anos, das mais variadas profissões. A pesquisa seguiu os preceitos éticos necessários para análise e divulgação dos dados em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/12, pautado pela preservação e sigilo dos nomes dos participantes envolvidos (CNS, 2013).

Como instrumento de coleta, utilizou-se um questionário confeccionado a partir do *Googledocs* (SANTOS, 2017), com questões fechadas e abertas, para melhor captar a tradução individual dos participantes em relação à prática da escalada como manifestação cultural do lazer no Município de Montes Claros - MG. O questionário foi aplicado via *e-mail* através de *link* de direcionamento e foram respondidos de acordo com a disponibilidade de tempo dos escaladores.

A análise de dados utilizada foi a Análise de Conteúdo – Modalidade Temática (BARDIN, 2010). Proposta por Triviños (1987), esta modalidade de análise e tratamento de dados qualitativos busca a compreensão de sentido que se dá na comunicação, e para tanto leva em extrema consideração o contexto histórico social no qual o indivíduo e os fenômenos estudados se inserem, buscando uma junção interpretativa entre as ciências sociais e a filosofia como forma de aprofundamento e entendimento das forças que movem o homem em suas relações com o meio.

Optamos por fazer o georreferenciamento dos setores de escalada através do aplicativo *Get Geo-Coordinates* que de acordo com Ficarelli (2015) é um dos 5 melhores aplicativos de georreferenciamento, para permitir a localização e facilitar o deslocamento através dos programas de mapas via satélite que até o momento não se encontram disponíveis aos escaladores que por ventura tenham interesse de praticar escalada em rocha em nossa região.

Os dados coletados passaram por confirmação de localização a partir das coordenadas de longitude e latitude no formato DMS (Grau, Minuto e Segundos) inseridos no *Mapszoom* – Mapa do Mundo Online (*website* utilizado para descobrir as coordenadas geográficas incluindo altitude, latitude e longitude no formato DS (graus decimais) e DMS (Grau minuto e segundos) e localização no mapa com marcador) (<http://mapszoom.com/pt/coordinates-gps.php?town=Achar>). As coordenadas coletadas também permitem serem visualizadas pela plataforma do *GoogleEarth* (GOOGLE, 2017).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acerca dos levantamentos, mediante aplicação dos questionários e da pesquisa de campo referente ao georreferenciamento dos setores de escalada, apresentaremos os resultados obtidos no estudo acerca da escalada como manifestação cultural de lazer em Montes Claros.

Foram entrevistados 32 escaladores (20 do sexo masculino e 12 do sexo feminino) pertencentes a um grupo de escalada em rocha no município de Montes Claros - MG, com idades entre 16 a 50 anos (adolescentes a adultos), onde 75% (24 escaladores) estão concentrados na faixa etária entre 21 a 37 anos, inseridos nas mais diversas profissões e áreas de atuação. Segundo Bruhns (1995) a natureza não é mais considerada um objeto a explorar, mas incluída em um processo de parceria, onde passa a ser reivindicada como um eixo do mundo, em torno do qual vai se ordenar a vida social, aonde novos vínculos sociais irão se expressar por meio de emoções compartilhadas.

A escalada em rocha até algum tempo era considerada uma atividade de aventura exclusivamente do público masculino, mudando gradativamente ao longo do tempo, com participação do público feminino cada vez mais presentes e ganhando espaço a cada dia. SCHWARTZ *et al.* (2016) percebem que as mulheres se inserem nos esportes de aventura sobretudo pelo gosto e pela identificação com as modalidades, que permitem o contato mais intenso com o ambiente natural, ou urbano. Para Bruhns (1995) “o fator biológico do sexo é dotado de sentido em determinados momentos, devendo, portanto, serem contestados os predeterminismos”.

Quanto ao tempo de prática verificamos que há um misto de experiências que se somam na prática de escalada em rocha em Montes Claros, unindo gerações de escaladores numa atividade de aventura em meio à natureza. Para Maffesoli (2001) sendo a aventura o terreno possível, as facetas dos sujeitos podem se exprimir em um mundo plural e policentrado garantindo uma mobilidade naquilo que está petrificado, pois ela incorpora um aspecto removedor, permitindo o olhar para o exterior.

A frequência com que comparecem aos setores de escalada é variada, onde 46,9% (15 praticantes) escalam semanalmente, 21,9% (07 praticantes) escalam mensalmente e 31,3% (10 praticantes) optaram por outros, onde não escalam com tanta frequência, mas não perdem contato com a escalada. Os setores de escalada mais visitados pelos entrevistados são: CEP – Campo Escola Pedreira no Sapucaia, Fazendinha, Serra dos Urubus, Zuculin, Tia Tina e Vieiras. Bruhns (2009) relata que dessa forma, os sujeitos sintonizados com a natureza desencadeiam movimentos interessantes, provocando, inclusive no próprio espaço urbano, possibilidade

de relação com a mesma, por meio da busca por parques, bosques e similares, incentivando políticas públicas, projetos e programas.

Uma pratica comum na região é a escalada noturna que acontece em noites de lua cheia, em especial no CEP – Campo Escola Pedreira no Sapucaia, onde 71,88% (23 praticantes) já vivenciaram a escalada noturna e 28,12% (09 praticantes) não participaram (ou por falta de experiência na escalada ou outro motivo), mas pretendem experienciar. Segundo Pociello (1995) o corpo passa a ser um campo informacional, concebido como receptor e emissor de informação, não como instrumento de ação e coação.

Ao questionar qual a relação com a natureza ao vivenciar a prática da escalada, os entrevistados elencaram as relações de preservação, interação, respeito, diversão, liberdade, reconexão, tranquilidade, contemplação, harmonia, fuga da rotina, sintonia entre esporte e natureza, troca e conexão homem e natureza. Para Bruhns (2009) esses grupos demonstram um escapismo lúdico concretizado em um espaço menos opressivo quando comparado ao cotidiano, identificado por uma flexibilidade de pensamentos, de atitudes e costumes, em que o controle social é diluído e o controle do tempo, mais afrouxado.

Todos os entrevistados foram unânimes ao considerar a pratica da escalada como uma atividade de aventura inserida no campo do lazer, relacionando aos aspectos da socialização, do prazer, da contemplação, bem estar, diversão, ao tempo livre, do lúdico na pratica da escalada, da fuga, da vivência fora do tempo do trabalho e da possibilidade de pratica familiar. Para Gomes e Isayama (2009) o lazer pode tornar propicia a manifestação de novas formas de relacionamento com o meio ambiente, enfatizando a necessidade e interesse do homem na busca por atividades que permitam o contato com a natureza seja através de simples passeios ou por práticas esportivas organizadas formalmente.

Quanto ao valor e significado da escalada em rocha para os entrevistados, destacamos a convivência com a natureza, liberdade, mudança de hábitos, adoção de um estilo de vida, equilíbrio, autoconhecimento e conhecer o outro, respeito, cuidado, cooperação, superação, interação familiar. De acordo com Santos e Pereira (2013) os esportes de aventura despertam em seus praticantes características de compromisso, superação de limites, autoconfiança, companheirismo, tolerância ao sucesso e ao fracasso, e são apontadas como sinônimo de prazer e bem-estar.

Ao questionarmos sobre os benefícios da escalada em rocha como atividades de aventura e da influencia positiva ou negativa no cotidiano, os entrevistados relataram que são inumeros dentro dos fatores fisicos, sociais, culturais e cognitivos, que influenciam de forma positiva no cotidiano na disposição para enfrentar os desafios semanais, da melhora da convivência com as pessoas, da melhora do poder de concentração, resolução de problemas, melhoria do controle emocional

e níveis de atenção, senso de trabalho em equipe. De acordo com Pereira e Nista-Piccolo (2013) o escalador desenvolve qualidades inteligentes como aprender por si mesmo; hierarquizar o que é importante; eliminar as inutilidades; analisar os meios para chegar a um fim; reconsiderar a sua percepção; utilizar o acaso a seu favor; perseguir os rastros dos erros; refletir sobre o futuro e modificar estratégias tal qual preconiza.

## **GEORREFERENCIAMENTO DOS SETORES DE ESCALADA**

Os setores de escalada localizados no município de Montes Claros são constituídos de diversas vias de escalada com acesso por trilhas e possuem croquis de fácil acesso que podem ser adquiridos através da Associação de Escaladores do Norte de Minas Gerais – AENMG, pelo *website* <http://www.aenmg.com.br/>, que permitem informações detalhadas sobre as vias identificadas e graduação que orienta o nível de dificuldade que o escalador vai encontrar. Buscamos referenciar as localizações via GPS (*Global Positioning System*) através das coordenadas geográficas (Latitude e Longitude) no formato DMS (Graus, Minutos e Segundos) e altitude.

### **Parque Municipal da Sapucaia**

O Parque Municipal da Sapucaia é uma reserva florestal com 302.000 m<sup>2</sup> de área verde, com localização geográfica Latitude, 16° 44' 33" S, Longitude, 43° 53' 60" W e Altitude, 702 metros (GET GEO-COORDINATES, 2017).

### **CEP – Campo Escola Pedreira**

O Campo Escola Pedreira (CEP), localiza-se no Parque Municipal da Sapucaia, acolhe os escaladores do Norte de Minas com suas fendas, chaminés e negativos (CEM, 2012). Sua localização é Latitude, 16° 44' 14" S, Longitude, 43°54'6" W, Altitude 748 metros (GET GEO-COORDINATES, 2017).

### **Setor Fazendinha**

A Fazendinha é uma área particular com localização, Latitude, 16° 45' 59" S, Longitude, 43° 54' 14" W, Altitude, 688 metros (GET GEO-COORDINATES, 2017). A entrada no setor necessita de um associado da AENMG no grupo ou de prévia comunicação.

A Fazendinha totaliza 06 setores de escalada, com 45 vias, denominados Heróis (07 vias), *Boulder*es (03) (modalidade de escalada onde é praticada sem o uso de equipamentos de segurança convencionais como cadeirinhas, cordas e mosquetões), Teto (01 via), Raiz (15 vias), Abelhas (09 vias) e Samambaias (10 vias), com graduações que vão de 4º grau a 9º c (AENMG, 2017).

As localizações geográficas dos setores são (GET GEO-COORDINATES, 2017): *Heróis*: Latitude, 16° 45' 59" S, Longitude, 43° 54' 20" W, Altitude, 698 metros; *Boulders*: Latitude, 16° 45' 58" S, Longitude, 43° 54' 18" W, Altitude, 689 metros; *Teto*: Latitude, 16° 45' 58" S, Longitude, 43° 54' 19" W, Altitude, 690 metros; *Raiz*: Latitude, 16° 45' 59" S, Longitude, 43° 54' 18" W, Altitude, 695 metros; *Abelhas*: Latitude, 16° 45' 59" S, Longitude, 43° 54' 16" W, Altitude, 693 metros; *Samambaias*: Latitude, 16° 46' 0" S, Longitude, 43° 54' 17" W, Altitude, 700 metros.

### **Setor Vieiras**

O Vieiras é uma área particular com localização: Latitude, 16° 47' 44" S, Longitude, 43° 55' 23" W, Altitude 770 metros (GET GEO-COORDINATES, 2017). Conforme a AENMG (2017) o setor totaliza 14 vias de escalada que vão do 5° grau a 9° b.

### **Serra dos Urubus (Sobritas)**

Próximo a Pedreira Sobritas Mineração, a Serra dos Urubus com localização, Latitude, 16° 42' 39" S, Longitude, 43° 53' 51" W, Altitude, 789 metros (GET GEO-COORDINATES, 2017). De acordo com a AENMG (2017) o setor Serra dos Urubus é dividido em 03 setores de escalada: Malandros (10 vias), O Lado Negro (11 vias) e Zion (12 vias), totalizando 33 vias de escalada que vão do 5° grau a 7° c (AENMG, 2017).

As localizações geográficas dos setores são (GET GEO-COORDINATES, 2017): *Malandros*: Latitude, 16° 42' 46" S, Longitude, 43° 54' 2" W, Altitude, 832 metros; *O Lado Negro*: Latitude: 16° 42' 35" S, Longitude: 43° 53' 52" W, Altitude, 793 metros; *Zion*: Latitude, 16° 42' 32" S, Longitude, 43° 53' 50" W, Altitude, 785 metros.

### **Setor Tia Tina**

Tia Tina é uma área particular depois do distrito de Nova Esperança pela BR 135, com localização da entrada da sede: Latitude, 16° 23' 50" S, Longitude, 43° 54' 50" W, Altitude, 728 metros (GET GEO-COORDINATES, 2017). O setor possui 42 vias de escalada que vão do 6° Sup a 9° c (AENMG, 2017).

### **Setor Zuculin**

A Fazenda Zuculin é uma área particular depois do distrito de Nova Esperança sentido Mirabela, pela BR 135, Km 298, com localização da entrada da sede: Latitude, 16° 16' 19" S, Longitude, 44° 8' 17" W, Altitude, 787 metros (GET GEO-COORDINATES, 2017). Conta com uma das mais belas estruturas para a prática do esporte na região, com paredões de calcário, com vias de até 40 metros de altura.

O acesso ao setor necessita de um associado da AENMG no grupo ou de prévia comunicação. O setor possui 28 vias de escalada que vão do 6° grau a 9° c (AENMG, 2017).

## CONCLUSÃO

A região de Montes Claros é dotada de uma paisagem montanhosa em todo o seu entorno, daí, cidade dos Montes Claros, que é conhecida pelas suas formações rochosas, relevo calcário e potencial espeleológico, onde propicia a prática dentre outras atividades de aventura, da escalada em rocha, inserida no âmbito dos esportes e atividades de aventura e lazer, cada vez mais crescente ao longo dos anos por escaladores, adeptos e amantes das práticas junto a natureza.

A escalada em rocha acontece a mais de três décadas na cidade de Montes Claros, onde seu início se deu pela formação de um grupo de amigos que serviram o Exército, com adaptação de equipamentos para as primeiras conquistas e aberturas de vias. Desde então diversas pessoas passaram pela escalada em rocha, disseminando essa prática, promovendo e associando a uma atividade física, esporte, atividade de aventura e lazer, unindo pessoas num primeiro momento desconhecidas, ou unindo gerações através da aventura, onde assumem um perfil, códigos e linguagens (oral e corporal) em torno do prazer de estar na rocha, tentando vencer a si mesmo(a).

Quanto ao perfil dos escaladores investigados praticantes de atividades de aventura nos setores de escalada do município de Montes Claros – MG, o grupo de 32 escaladores (20 do sexo masculino e 12 do sexo feminino), é composto de adolescentes a adultos (de 16 a 50 anos), onde a grande maioria estão concentrados na faixa etária entre 21 a 37 anos, das mais diversas áreas de formação que buscam refúgio na escalada, através da experimentação e pertencimento a natureza, onde percorrem trilhas, conquistam vias, se imprimem em um estilo de vida que corrobora para as ações do cotidiano, amenizando o enfrentamento da rotina, desconstruindo que a vertigem é algo negativo nas atividades de aventura, e acaba por nos colocar a desvendar-nós, nas relações de preservação, interação, contemplação, respeito, liberdade, conexão/reconexão, contemplação, harmonia, cuidado com o outro e pertencimento, em que o ser humano constantemente se reinventa, tranforma e forma.

A prática de escalada em rocha não acontece somente nos finais de semana ou feriados em que normalmente se dá os dias de “folga do trabalho”, mas também acontece nos “dias de semana” (segunda a sexta) onde podemos citar como exemplo a escalada noturna (*night climbing*), tradicionalmente realizada nas noites de lua cheia, levando à rocha um grande número de praticantes que preparam suas mochilas com equipamentos, lanternas de cabeça e alimentação, para escalada, socialização ou contemplação, sem a sensação de tempo perdido, mas, pelo tempo ganho no prazer de escalar e apreciar a cidade e suas luzes do alto da serra.

Ainda não existem em Montes Claros políticas públicas relacionadas

diretamente ou em especificidade que incentivam e promovem a prática da escalada em rocha.

Como a escalada em rocha não pode ser analisada somente pela ótica da prática do exercício em si, mas pelos aspectos, fatores, valores e significados que permeiam o envolvimento, pertencimento e permanência do escalador nessa atividade de aventura, concluímos que a escalada em rocha pode ser considerada como uma manifestação cultural de esporte e lazer no município de Montes Claros – MG.

## REFERÊNCIAS

AENMG. **Associação dos Escaladores do Norte de Minas Gerais** (2017). Disponível em <<http://www.aenmg.com.br/>>. Acesso em 28/09/2017.

BARBOSA, R. P. G.; MEDEIROS, L. Q. M.; SILVA, S. I. Atividade de aventura: algumas reflexões. **Anais...VIII CBAA – Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura; II CIAA – Congresso Internacional de Atividades de Aventura. “Dimensões, avanços e legados”**. Vila Velha/ES, junho de 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRUHNS, H. T. **A busca pela natureza: turismo e aventura**. Barueri, SP: Manole, 2009.

BRUHNS, H. T. **Corpos femininos na relação com a cultura**. In: ROMERO, E. (ed.). *Corpo, mulher e sociedade*. Campinas: Papyrus, 1995.

CEM. Centro Excursionista Mineiro (2012). **História da escalada em Montes Claros e Norte de Minas**. Escaladas de Minas. Informativo On-line. Disponível em <[http://www.montanha.bio.br/web\\_cem/montesclaros.htm](http://www.montanha.bio.br/web_cem/montesclaros.htm)>. Acesso em 17/06/2016.

CNS – CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução 466/2012**: Pesquisas e testes em seres humanos. Ministério da Saúde, Brasília – DF, 2013. Disponível em <[http://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2013/06\\_jun\\_14\\_publicada\\_resolucao.html](http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html)>. Acesso em 28/12/2017.

FICARELLI, T. R. A. (2015). **5 aplicativos e respectivas avaliações para uso em trabalhos com georreferenciamento**. Graltec Conhecimento Transforma. Disponível em <<http://graltec.com/5-aplicativos-e-respectivas-avaliacoes-para-uso-em-trabalhos-com-georreferenciamento/>>. Acesso em 10/06/2017.

GET GEO-COORDINATES (2017). **Ferramenta de localização geográfica GPS**: latitude e longitude. Aplicativo Google Play. Disponível em <[https://play.google.com/store/apps/details?id=com.miin.getgeocoordinates&hl=pt\\_BR](https://play.google.com/store/apps/details?id=com.miin.getgeocoordinates&hl=pt_BR)>. Acesso 01/06/2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, O. C.; ISAYAMA, H. F. **Corridas de aventura e lazer**: um percurso analítico para além das trilhas. Motriz, Rio Claro, v.15, n.1, p.69-78, jan./mar., 2009.

GOOGLE. **Google Earth** (2017). Disponível em <<https://earth.google.com/web/>>. Acesso em 28/12/2017.

MACHADO, F. H. **Mundo emocionado e as atividades físicas de aventura na natureza**. In: SCHWARTZ, G. M. (Org.). Aventuras na natureza: consolidando significados. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo**: vagabundagens pós-modernas. São Paulo, Record, 2001.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2004. 164 p.

MARINHO, A. **Lazer, meio ambiente e turismo**: reflexões sobre a busca pela aventura. Revista Licere. Centro de Estudos de Lazer e Recreação / EEF / UFMG. Belo Horizonte, v. 10, n. 1 – 2007. Disponível em <[https://www.ufmg.br/prpq/images/revistalicere/licerev10n01\\_a1.pdf](https://www.ufmg.br/prpq/images/revistalicere/licerev10n01_a1.pdf)>. Acesso em 29/06/2016.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SANTOS, J. P.; PEREIRA, D. W. **A prática de escalada indoor para deficientes visuais em Montes Claros, MG**. EFDeportes Revista Digital, Buenos Aires, Año 18, N° 183, Agosto de 2013. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd183/a-escalada-indoor-para-deficientes-visuais.htm>>. Acesso em 28/03/2017.

SCHWARTZ, G. M.; PEREIRA, L. M.; FIGUEIREDO, J. P., CHRISTOFOLETTI, D. F. A.; DIAS, V. K. **Estratégias de participação da mulher nos esportes de aventura**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. 2016; 38(2):156-162.

SEVERIAN, B. A., RICHARD, V. L. Escalada em rocha e seu impacto no ambiente natural: abertura de vias de escalada. **Anais...** VII CBAA – Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura/ I CIAA – Congresso Internacional de Atividades de Aventura: "Tecnologias e Atividades de Aventura". Rio Claro/SP: Editora Lexia, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Ática, 1987.

VARGAS, G. R.; SILVA, D. S.; AMARAL, S. C. F. **Participação em um grupo de escalada como uma prática de lazer**. Revista Licere, Belo Horizonte, v.18, n.4, dez/2015. Disponível em <<https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1266>>. Acesso em 26/01/2017.

ZIMMERMANN, A. C. **Atividades de aventura e qualidade de vida**: um estudo sobre a aventura, o esporte e o ambiente na Ilha de Santa Catarina. EFDeportes Revista Digital, Buenos Aires - Año 10 - N° 93 - Febrero de 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Acessado em 09/06/2017.

# CAPÍTULO 3

## TURISMO ÉTNICO-CULTURAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PIQUI DA RAMPA, CONTRIBUINDO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

*Data de aceite: 01/10/2020*

**Wilson de Carvalho Rosa Filho**

Universidade Federal do Maranhão-UFMA

**RESUMO:** O seguinte trabalho tem por objetivo analisar as possibilidades de etno desenvolvimento socioeconômico e sociocultural do turismo étnico cultural na comunidade quilombola de Piqui da Rampa, contribuindo com o desenvolvimento sustentável, na geração de trabalho e renda, identificando os recursos culturais e naturais para o uso sustentável do turismo analisando as condições de infraestrutura básica e suas possibilidades em disponibilizar apoio ao turismo local, fazendo uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo qualitativa, com a aplicação de entrevista junto a comunidade e suas lideranças, fazendo uma análise com a Matriz SWOT. Os resultados mostraram que a comunidade possui algumas fraquezas e ameaças relacionadas à titularização da terra, infraestrutura e educação, mas existem as forças e as oportunidades as quais podem ser formuladas estratégias que tornem viável a implantação do desenvolvimento do turismo étnico – cultural na comunidade de Piqui da Rampa, utilizando suas características sustentáveis e socialmente coletivas em prol da geração de trabalho e renda.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo étnico cultural consciente. Desenvolvimento sócio econômico sustentável. Comunidade Quilombola de Piqui da Rampa.

**ETHNIC-CULTURAL TOURISM IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF PIQUI DA RAMPA, CONTRIBUTING TO SUSTAINABLE DEVELOPMENT, IN THE GENERATION OF WORK AND INCOME**

**ABSTRACT:** The following work aims to analyze the possibilities of socio-economic and socio-cultural ethno development of ethnic cultural tourism in the quilombola community of Piqui da Rampa, contributing to sustainable development, generating jobs and income, identifying cultural and natural resources for the sustainable use of tourism analyzing the conditions of basic infrastructure and its possibilities in providing support to local tourism, doing a bibliographic research and qualitative field research, with the application of an interview with the community and its leaders, making an analysis with the SWOT Matrix. The results showed that the community has some weaknesses and threats related to land tenure, infrastructure and education, but there are strengths and opportunities which strategies can be formulated to make the implementation of the development of ethnic and cultural tourism in the community of Piqui viable. da Rampa, using its sustainable and socially collective characteristics in favor of generating work and income.

**KEYWORDS:** Culturally aware ethnic tourism. Sustainable socio-economic development. Quilombola Community of Piqui da Rampa.

### INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade a temática sobre o turismo étnico-cultural em comunidades Quilombolas tem ganhado notoriedade pela

importância que possui e as possibilidades de abordagens e reconhecimentos que o processo investigativo traz. Os debates, as análises e as possibilidades como instrumento de desenvolvimento do turismo étnico-cultural nas comunidades Quilombolas contribuindo com o desenvolvimento sustentável, na geração de trabalho e renda, vêm ganhando visibilidades nos espaços de Poder,

A aproximação com a temática está imbricada com as experiências, visitas, e vivências nesses espaços memoráveis que norteia o potencial dos processos hegemônicos, intensificaram o interesse em investigar a realidade da comunidade Quilombola de Piqui da Rampa, Identificando os recursos naturais e culturais; as condições de infraestrutura básica e suas possibilidades em disponibilizar apoio ao turismo local.

O seguinte trabalho de pesquisa tem por objetivo analisar as possibilidades de desenvolvimento do turismo étnico-cultural na comunidade quilombola de Piqui da Rampa, identificando os recursos naturais e culturais para o uso sustentável do turismo; as condições de infraestrutura básica em disponibilizar apoio ao turismo local; para o desenvolvimento do turismo étnico-cultural na comunidade, através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, com a aplicação de entrevista junto a comunidade e suas lideranças, fazendo uma análise com a Matriz SWOT.

Na conjuntura da sociedade atual o turismo configura-se como uma das atividades sociais mais prósperas e rentáveis, que movimentam a economia com divisas gerando trabalho e renda e desenvolvimento socioeconômico. Sob essa ótica, o turismo planejado estrategicamente por profissionais qualificados, em conjunto com a comunidade local, levando em consideração os recursos já existentes na localidade como: patrimônio natural, cultural, material, imaterial induz ao desenvolvimento da mesma.

Sendo assim, percebe-se que o turismo étnico - cultural é uma alternativa viável para a melhoria da qualidade de vida dos autóctones da comunidade Quilombola de Piqui da Rampa. contribuindo com o desenvolvimento sustentável, na geração de trabalho e renda, Já que é notório que a comunidade é carente de recursos financeiros vulneráveis e marginalizados na sociedade brasileira. Apresenta índices baixíssimos de IDH necessitando de desenvolvimento socioeconômico.

Porém, analisando e diagnosticando os processos educacionais e tecnológicos, os recursos naturais e culturais, fazendo um resgate histórico dos usos, costumes, brincadeiras, histórias, e etc., conservando os mesmos e preservando o ambiente natural, fortalecendo a memória e identidades, aumentando a percepção por parte dos habitantes locais, e também a autoestima. Maximizando o potencial para o etnodesenvolvimento do turismo e minimizando os riscos com uma análise com a Matriz SWOT, tornando uma atividade social próspera, rentável, gerando trabalho e renda, que o turismo bem planejado estrategicamente, em conjunto com

a comunidade induz ao seu desenvolvimento sustentável do turismo étnico-cultural, que é uma alternativa viável para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Piqui da Rampa.

## **JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO TEMA**

As formações dos primeiros e de alguns outros quilombos foram através de muitas batalhas, lutas e superações. Com o passar do tempo e com a crise econômica que atingiu os fazendeiros e senhores de escravos com a desvalorização do algodão e do açúcar no mercado internacional levaram esses a ruína e sem condições de sustentar seus negócios. A partir disso, passaram a persuadir os escravos a trabalharem a terra, plantando e dividindo a produção com os proprietários. Ao longo do tempo foram sendo formadas as milhares das comunidades quilombolas existentes atualmente, que na sua grande maioria foram edificadas próximo a Casa Grande. Nesse processo de produção conseguiram comprar as terras que outrora era do patrão.

As comunidades quilombolas do Brasil possuem uma identidade própria peculiar da cultura do povo negro rural que habita a mesma, consiste em uma cultura de paz e respeito mútuo, bastante hospitaleiros e receptivos com seus visitantes, uma união entre seus habitantes, tradicionalmente solidários uns com os outros, que supera qualquer adversidade cotidiana. A humildade e a simplicidade dessa gente guerreira, e a criatividade impressiona, quem as conhece, pois a pesar do passado de muito sofrimento muitas lutas e batalhas essa gente disposta se reinventa e vive de maneira íntegra de cabeça erguida, sem mágoa e ressentimento, trabalhando em prol da coletividade.

Segundo Batista (2005, p. 29):

A memória histórica constitui um fator de identificação humana, é a marca ou sinal de sua cultura. Reconhecemos nessa memória o que nos distingue e o que nos aproxima. Identificamos a história e os seus acontecimentos mais marcantes, desde os conflitos às iniciativas comuns. E a identidade cultural define o que cada grupo é e o que nos diferencia uns dos outros.

As riquezas culturais que as comunidades quilombolas possuem é um diferencial característico próprio. A roda de capoeira, o tambor de crioula, as brincadeiras típicas do lugar, a agricultura familiar de subsistência, a utilização dos recursos naturais de maneira sustentável é outro fator marcante na identidade do povo quilombola.

A definição da própria identidade cultural implica em distinguir os princípios, os valores e os traços que a marcam, não apenas em relação a si própria, mas frente a outras culturas, povos ou comunidades,

memória e identidade estão interligados desse cruzamento, múltiplas pelas possibilidades poderão se abrir ora produção de imaginário histórico-cultural (SANTOS, 2004, p. 59).

Através da memória coletiva do povo quilombola recordações dos conflitos e as perseguições sofridas pelos ancestrais que tombaram nas batalhas e nas resistências pela liberdade e direito a uma vida digna, que sempre lhes foram negadas pelos poderosos e combatidas pelas forças de repressão do período colonial. As lembranças das senzalas, e os castigos dos feitores, todas essas histórias do passado em conjunto com outros elementos culturais como o patrimônio material, imaterial e natural das comunidades comprova a potencialidade para a possibilidade de formatação de um produto turístico diferenciado e competitivo capaz de agregar valores e desenvolvimento para a localidade que o fizer com um bom planejamento.

Através da memória e da construção da identidade de um povo, surge o turismo com a perspectiva de preservar a cultura e fazer dela um produto turístico que tem uma demanda específica, pois quem procura esse tipo de turismo quer outro tipo de atração, que é conhecer o patrimônio cultural daquela localidade (BATISTA, 2005, p. 30).

Os elementos culturais associados à memória e a identidade dessa comunidade devem ser planejados, formatados e ofertados como produto turístico, para um turismo étnico-cultural que transmite experiência e conhecimentos aos visitantes, só que as visitas à comunidade devem ser agendadas nos dias e horas marcadas escolhidas e definidas pelas lideranças locais em comum acordo com todos os protagonistas que serão os moradores, pois as apresentações culturais devem ser elementos que agreguem valor a essa comunidade, fortalecendo a cultura, pois não devem ser uma manifestação preparada, descaracterizada ou modificada para mostrar aos turistas, as manifestações culturais devem permanecer espontaneamente como sempre tem sido ao longo dos tempos.

Outros elementos são apropriados pelo turismo cultural com a intenção de promover o próprio e a comunidade local, como: a música, a dança, o artesanato, a gastronomia típica, o folclore, a agricultura tradicional, as manifestações religiosas, a história da comunidade, etc.

De acordo com Munanga (2012, p. 4):

O conceito de identidade evoca sempre os conceitos de diversidade, isto é, de cidadania, raça, etnia, gênero, sexo, etc., com os quais ele mantém relações da dialética, ora excludentes, conceitos esses também envolvidos no processo de construção de uma educação democrática [...] As diferenças nem e desunem. São fontes de conflitos e de manipulações socioeconômicas e político-ideológicas, quanto mais crescem, as diferenças favorecem a formação dos fenômenos de etnocentrismo que constituem o ponto de partida para a construção de estereótipos e preconceitos diversos. [...] A tomada

de consciência das diferenças desemboca em processo de formação das identidades contrasteadas hetero atribuídas aos processos identitários, sabe-se, são estritamente ligadas à própria história da humanidade. Não conhecemos nenhum povo sem nome ou língua, e nenhuma cultura que não fazem de uma maneira ou de outra, a distinção entre “ela” e a “outra”, entre “nós” e “eles”.

A sociedade brasileira tem que entender que devemos ter igualdade na adversidade e que ela própria é constituída de diferenças, e que o preconceito é crime, e tanto o povo indígena como o povo negro merece respeito, consideração e gratidão, pois o povo indígena é nativo da terra, e o povo negro, seus ancestrais foram capturados em seu habitat de origem e trazidos a força, como prisioneiros na condição de escravos, e tem sido força de trabalho, tem contribuído na construção da nação brasileira.

Estudando o processo histórico de formação dos quilombos, sua história de fundação, a união e coletividade são os principais motivadores para o associativismo na implantação do ecoturismo de base comunitária e o turismo de experiência, fomentando um produto turístico com consciência anfitriã e de hospitalidade desenvolvendo atrações como: apresentações culturais, roda de capoeira, tambor de crioula, museu afro local, biblioteca temática, caminhadas e trilhas ecológicas, demonstrações das plantas com propriedades medicinais, árvores centenárias e animais silvestres, banhos naturais, amostras gastronômicas afro-brasileiras, como por exemplo, passeios de charrete, cavalgadas e pescarias.

Os bens pertencentes a um determinado povo de um território ou povoado foram sendo e ainda está passando pelo processo de construção que vem desde o início da formação deste povo ou etnia é o pertencimento desta identidade, os aprendizados, os saberes que lhes foram transmitidos por outro e que passamos adiante, as vivências coletivas que formam elos e significados que fazem sentido para cada pessoa.

De acordo com Ribeiro e Santos (2008, p.3):

O patrimônio também é formado por saberes, celebrações e formas de expressão de um povo: festas, gastronomia, artes e artesanato, língua e forma de falar, relações sociais e valores sociais de uma comunidade representada nos espaços públicos, popular e coletivo.

## **Memória e identidade**

Recordar é viver de novo o que já passou, é voltar às lembranças que já estão memorizadas em nossa mente, fazendo parte da história em que fomos testemunhas oculares ou protagonistas, de situações adversas ocorridas em lugares de memória. Sendo assim, a identidade é algo que leva o indivíduo, a ideia de pertencimento identificando-o por menores ou em contexto geral das suas raízes, de onde você

veio dos costumes e dos valores individuais e coletivos das pessoas que convivem em um lugar ou região.

“A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si” (POLAK, 1992, P. 2004).

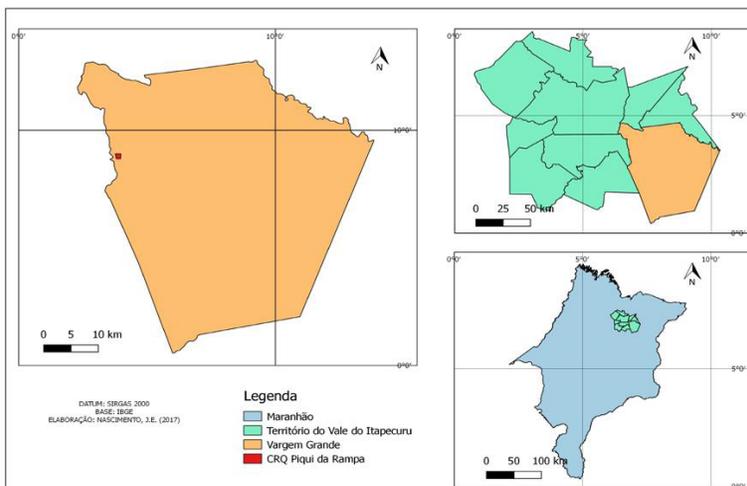
## **PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA**

Quais as possibilidades de desenvolver o turismo étnico-cultural para a comunidade Quilombola de Piqui da Rampa? Esta pesquisa tem por finalidade investigar os fenômenos turísticos levando em considerações as fronteiras entre as ciências que o explicam, as convergências e divergências entre as mesmas, de modo a possibilitar uma compreensão do turismo étnico-cultural. A hipótese levantada é a de que através de um maior esclarecimento e entendimento, acerca das ciências que constituem o turismo étnico-cultural, seja possível entender a problemática desses fenômenos tão complexos e abrangentes.

Assim, o dinamismo do mercado turístico, o desenvolvimento socioeconômico, o estudo do ambiente natural, a compreensão das relações sociais entre turista e população nativa, são tópicos de extrema importância para a criação de uma etnometodologia teórica que venha contribuir para a produção científica na área afins, além de possibilitar a formulação de políticas para o etnodesenvolvimento turístico para comunidade Quilombola de Piqui da Rampa.

### **Localização e acesso**

A comunidade de Piqui da Rampa é um importante povoado, que fica localizado na gleba de terra Gaivota ou Rampa na zona rural do município de Vargem Grande no Estado do Maranhão, com extensão territorial de 6.418,02 hectares e dois ares, os povoados que compõem a gleba do território Rampa, são: 22 povoados (sede) a Rampa, o Piqui da Rampa, Veja mapa.



### MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA GLEBA RAMP

<https://www.google.com/search?q=mapa+de+localiza%C3%A7%C3%A3o+da+gleba+rampa+vargem+grand e+maranh%C3%A3o.>

Saindo de São Luís o acesso ao povoado dá-se através da BR 135 e BR 222 até o Município de Vargem Grande, distante 195 Km da capital, chegando em Vargem Grande o acesso se dá por meio de uma estrada de distante 20 km da mesma. Já no percurso, em meados do km 4 da estrada encontra-se uma lagoa no balneário Moizinho. onde existe um projeto de construção de um resort. em andamento. Continuando na estrada no sentido Piqui da Rampa existem quatro pontes de madeira e uma intensa mata fechada até chegar ao povoado, onde existe um grande portal na entrada com a seguinte frase: “Sejam bem vindos ao Piqui da Rampa”. No povoado há duas ruas no formato de L e mais três pequenas ruas que ficam em frente ao campo de futebol de várzea, que funciona também como uma praça. O povoado de Piqui da Rampa é todo circundado por uma enorme e densa mata fechada.

### Histórico

De acordo com o morador de naturalidade de Piqui da Rampa, o conhecido Professor Raí ou o senhor Raimundo de Jesus Fernandes, em entrevista concedida ao autor, afirma que: “a comunidade de Piqui da Rampa foi fundada por duas famílias, a Santos e a Fernandes, há dois séculos. Hoje, a população é de aproximadamente 115 pessoas, entre crianças, jovens e adultos. Isso dá uma média de 3,5 pessoas por domicílio”.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Turismo indica movimento de pessoas que não estão a trabalho em contextos diferentes do de origem, seja este o lar, a cidade ou o país. Trata-se, geralmente, de visitação a lugares onde poderão ser desempenhadas as mais variadas formas de atividades práticas e/ou subjetivas desde que não o trabalho. A amplitude do termo parece caber desde ao olhar visitante a um monumento na própria cidade de origem até ao passeio em lugares totalmente desconhecidos de outros países. Se algumas definições de turismo destacam a prática ou a estrutura do fenômeno, achamos que ambas as esferas, considerando suas dimensões simbólicas, subjetivas e até fenomenológicas devem caracterizar o fenômeno na medida em que as pessoas muitas vezes se sentem, ou não, em turismo.

Se alguns autores procuram as origens do turismo na época da expansão colonial, outros as buscam nas peregrinações características dos séculos XVIII e XIX. Com certeza, pode-se afirmar somente que o turismo em larga escala emergiu no mundo ocidental no final do século XIX e início do XX.

Ainda que lazer e viagem possam ser considerados como “universais culturais” (MURDOCK et al., 1982, p. 28) e fundamentos para uma definição básica de turismo, as origens deste têm merecido algumas investigações históricas.

As origens do turismo são encontradas, além disso, em condições de alta produtividade, especialmente na sociedade industrial. Mas é com as transformações socioeconômicas experimentadas depois da II Guerra Mundial que o turismo se desenvolve como uma manifestação do consumo de massa (PI-SUNYER, 1989).

Assim, se turismo é um fenômeno muito complexo, não só por se apresentar quantitativamente como uma das maiores (se não a maior) indústrias do mundo, mas principalmente por uma enorme diversidade de objetivos programáticos, além dos aspectos subjetivos que perpassam todos os relacionamentos envolvidos nas suas múltiplas facetas, a antropologia do turismo não se apresenta como homogênea em sua abordagem, mas muito diversificada internamente na medida em que se constrói sob uma miríade de objetos temáticos.

São estudos em turismo religioso, turismo e mudança social, turismo e mercantilização cultural, turismo e globalização, veraneio, turismo e lazer, ecoturismo, mediadores culturais na empresa turística, impactos sociais do turismo, turismo e produção de artesanato, turismo e etnicidade, entre outras rubricas. Além disso, turismo é uma área não só para atuação acadêmica dos antropólogos, mas de muita envergadura para o trabalho antropológico prático e aplicado ao turismo (NASH, 1996; CHAMBERS, 1997), e principalmente em termos de desenvolvimento sustentável (SOFIELD, 2003).

Entendemos que o turismo é um fenômeno social que se baseia pelos

deslocamentos humanos alimentando-se das diversidades culturais das comunidades existentes mundo a fora, a importância dos símbolos e signos do patrimônio cultural e natural. Esse deslocamento que movimenta todos numa cadeia de serviços e produtos como: transportes em geral, hospedagem diversas; alimentações; souvenirs; artesanato; o patrimônio cultural material e imaterial que tem uma significância com a etnicidade com a memória e identidade resultante de um longo processo histórico que teve início no séc. XV com a invasão do continente africano pelos navegadores portugueses e europeus com o intuito de colonizarem.

A etnicidade dos povos quilombola vai além das diferenças biológicas entre etnias ou pigmentações de pele dos negros, a etnicidade construída ao longo do tempo no dia a dia da comunidade com os costumes e tradições com as manifestações culturais espontâneas, com a coletividade o setor do turismo étnico é um mercado em plena expansão com impactos positivos nas economias locais receptoras gerando desenvolvimento sustentável.

Pierre (apud COSTA, 2004, p. 7) define o conceito de turismo étnico como “um turismo orientado para as pessoas e suas expressões etnográficas e antropológicas”.

Berghe (1980, p. 378), afirma: “O turismo étnico é mais abrangente que o turismo cultural pelo fato de também se interessar pela ‘vida dos nativos’”.

O turismo étnico em contexto de relações sociais, questões como a delimitação e definição das “culturas étnicas” e da adequação reflexiva dos estereótipos relativamente ao que é étnico e ao que não é, que é pelo lado intra étnico (como se veem a si próprio), quer pelo lado inter-étnico (como são vistos pelos “outros”), em consideração no sentido de perceber os processos de primordialização-construção essencializada das referências identitárias das “comunidades étnicas” e também se transformam em alvo de utilização estratégica (COSTA, 2004, p. 4-5).

De acordo com Costa (2004).

a análise do turismo como um fenômeno social moderno, uma prática social que assenta, em grande parte, na procura da diferença o turista desloca-se na expectativa de encontrar “realidade” diferente da sua do dia a dia outra forma de “olhar as coisas” esta “curiosidade turística”, este “olhar turístico”.

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2006, p.13) afirma que “o turismo étnico é a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade dos grupos étnicos”. Consiste, portanto, na busca pela interação e integração dos turistas com o cotidiano de comunidades que apresentam determinadas características sócias, econômicas, além de tradições culturais baseadas num forte sentido de territorialidade.

Assim, Stavenhagem (1985 apud GRÜNEWALD, 2002, p. 51)

Propõem uma caracterização sobre etnodesenvolvimento como “um desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade” assim, essa denominação perpassa pelas questões da sustentabilidade, mas considera além delas. Baseando-se nessa definição, o etnodesenvolvimento significa que “a etnia autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras e seus recursos, sua organização social e sua cultura e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo os seus interesses”.

O etnodesenvolvimento é entender que o controle da comunidade estará sempre com os seus pertencentes e defensores, liderança comunitária que luta por direitos e melhores oportunidades de vida, adquirida a partir do manejo de recursos explorados do seu patrimônio cultural, gera uma perspectiva desenvolvida de acordo com os interesses da comunidade local, seus valores e costumes e modo de viver devem ser preservados e conservados, pelos seus agentes e suas autogestões.

## PATRIMÔNIO ÉTNICO CULTURAL

Os bens acumulados de décadas e décadas tornam o patrimônio de uma comunidade quilombola como os dialetos, as formas de se comunicarem, saberes tradicionais, medicinais, ervas diversas usadas nos chás, rezas e benzimentos usados nas curas das pessoas, manifestações culturais como tambor de crioula, a capoeira, festejos local, a gastronomia própria da localidade, o seu artesanato tradicional, os modos de criação, os jeitos como produzem e organizam as coisas, o modo de vida, os bens móveis e imóveis que formam o patrimônio material e patrimônio imaterial, o patrimônio natural, as paisagens pertencentes ao território.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 o Artigo 216:

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

## PROPOSTA METODOLÓGICA

A metodologia utilizada nesse trabalho é teórico-analítica, e se constitui pesquisas qualitativa de cunho bibliográfica e documental, (MINAYO, 2009) por possibilitar uma visão ampliada e focada na realidade a ser analisada, pesquisa de campo qualitativa, com a aplicação de entrevista junto a comunidade e suas lideranças, as teorias acerca do turismo étnico-cultural em que se circunscrevem

posicionamentos cujo caráter multifacetado da atividade é estudado tendo por base inúmeras abordagens que se configuram por questões sociais, étnica, histórica, geográficas, econômica e principalmente epistemológicas, implicando necessariamente em uma investigação sistêmica do fenômeno.

A pesquisa foi realizada em três etapas: no primeiro momento foi apresentada uma exposição diacrônica das diversas teorias que deram suporte ao turismo. Posteriormente foram examinadas e analisadas tais abordagens com o intuito de identificar os principais pontos de convergência entre elas. Por fim, feita uma síntese, apontando as relevâncias do estudo no campo teórico do Turismo e seus impactos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ambas as associações trabalharam em parceria na elaboração do projeto para a exploração do turismo étnico-cultural, para gerar divisas, oportunidades de trabalho e renda, para o etnodesenvolvimento socioeconômico da comunidade local. fazendo o trabalho de campo, e o levantamento a partir de observações diretas e de dados coletados no próprio povoado do Piqui, analisando os resultados da Análise SWOT. Os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades, entrevistando os moradores, como o professor Raí, o Sr, Walter, presidente da Associação local, a matriarca do Piqui da Rampa, a dona Maria da Paz, e outros.

• FRAQUEZAS	• AMEAÇAS	• FORÇAS	• OPORTUNIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Precariedade na educação;</li> <li>• Acesso; estrada esburacadas, pontes defeituosas;</li> <li>• Energia elétrica;</li> <li>•</li> <li>• Urbanização;</li> <li>•</li> <li>• Desperdício dos recursos naturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Titularização da terra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portal de entrada;</li> <li>• Associações de moradores;</li> <li>• Patrimônio cultural;</li> <li>• União dos moradores;</li> <li>• Hospitalidade;</li> <li>• Receptividade;</li> <li>• Clima;</li> <li>• Paz e tranquilidade;</li> <li>• Recursos naturais;</li> <li>• Horta orgânica;</li> <li>• Casa de farinha;</li> <li>• Água encanada;</li> <li>• Residências.</li> <li>• Lavanderia comunitária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aproveitamento turístico da comunidade;</li> <li>• Elaboração de projeto turístico através das associações que contemplem:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• - Construção centro comunitário de artes.</li> <li>• -Qualificação e capacitação profissional.</li> </ul> </li> </ul>

MATRIZ SWOT

Fazendo análise com a Matriz SWOT os resultados mostraram que a comunidade possui algumas fraquezas e ameaças relacionadas à titularização da terra, infraestrutura e educação, mas existem as forças e as oportunidades

as quais podem ser formuladas estratégias que tornem viável a implantação do desenvolvimento do turismo étnico – cultural na comunidade de Piqui da Rampa, utilizando suas características sustentáveis e socialmente coletivas em prol da geração de trabalho e renda.

A proposta de aproveitamento turístico de Piqui da Rampa focada no desenvolvimento e na sustentabilidade na preservação consciente; conservação e valorização do seu patrimônio sociocultural, material. Imaterial e natural com especial atenção para a coletividade e etnicidade, a exploração do turismo étnico-cultural, a ser elaborado de forma bem planejado estrategicamente para gerar divisas, oportunidades e renda, para o etnodesenvolvimento socioeconômico da comunidade local, utilizando recursos próprios já existentes como:

O patrimônio cultural e natural associados à hospitalidade local desponta com inúmeras possibilidades, desde o turismo ecológico, o turismo de experiências, o turismo rural, o turismo religioso e o turismo étnico-cultural que vem a resgatar e conservar memória, identidade, costumes e tradições, fazendo o trabalho de campo, pesquisa in loco entrevistando os moradores, e coletando dados, fazendo o levantamento a partir de observações diretas e de dados a coletado no próprio povoado do Piqui, analisando os resultados da Análise SWOT. a exploração do turismo étnico-cultural a ser feita pela Associação da Comunidade de Piqui da Rampa e também em parceria com a Associação das Mulheres Negras de Piqui da Rampa.

É nesse sentido que percebo que têm condição de fazer o aproveitamento turístico da comunidade, desenvolver e explorar o turismo étnico cultural na comunidade de Piqui da rampa, elaborando um projeto turístico custeado com recursos públicos advindo do Ministério do Turismo, EMBRATUR, da Secretaria estadual de turismo, PRODETUR Nordeste, de outros ministérios e outras secretarias, fundações, institutos e instituições.

Sugiro trabalharem um projeto amplo que contemple desde a criação e construção de um centro comunitário de artes, para produção de artesanatos e produção cultural de oficinas de danças, de tambor de crioula, de capoeira, qualificando e capacitando os habitantes locais, oferecendo cursos: de atendimento aos turistas, gestão de negócios, designes dos produtos, qualidade, embalagens, empreendedorismo, oficinas de produção de artesanatos, o apoio com planejamento estratégico do uso sustentável da localidade turística, com a organização comunitária, gerando renda e trabalho e o etnodesenvolvimento.

## **CONCLUSÕES**

Baseado nas análises feitas nos documentos e ações que foram produzidos

pode afirmar que as duas associações têm condição de fazer o aproveitamento turístico da comunidade, desenvolver e explorar o turismo étnico cultural na comunidade de Piqui da rampa, elaborando um projeto turístico por um profissional da área, custeado com recursos públicos advindo do Ministério do Turismo, EMBRATUR, da Secretaria estadual de turismo, PRODETUR Nordeste, de outros ministérios e outras secretarias, fundações, institutos e instituições.

A pesquisa mostrou-se motivadora para outros estudos e acompanhamentos sobre o turismo étnico-cultural em comunidades Quilombolas, mas para construirmos uma visão ampla e aprofundada, necessita-se de mais estudos sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Cláudio Magalhães. **Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural**. Caderno Virtual de Turismo, v. 5, n. 3, p. 27-33, 2005.

BERGHE, Pierre L. van den. Tourism as ethnic relations: a case study of Cuzco, Peru. **Ethnic and Racial Studies**, v. 3, n. 4, Oct 1980.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 5 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Acesso em: 11 mar. 2018.

CHAMBERS, Erve. Introduction: tourism's mediators. In: CHAMBERS, Erve (Ed.). **Tourism and culture**: an applied perspective. New York: Suny, 1997.

COSTA, Francisco Lima. **Turismo étnico, cidades e identidades: espaços multiculturais na cidade de Lisboa**. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004. Coimbra. **Anais...** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel74/FranciscoLimaCosta.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs)**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/quadro-geral-por-estado-ate-27-11-2014.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018. GRÜNEWALD, R. de A. **A Reserva da Jaqueira: etnodesenvolvimento e turismo**. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (Orgs.). **Turismo rural**: tendências e sustentabilidade. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2002.

MINAYO, Maria. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, identidade, Etnicidade e cidadania**. 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DiversidadeEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

MURDOCK, G. et al. **Outline of cultural materials**. New Haven: Human Relations Area Files, 1982.

NASH, Dennison. **Anthropology of tourism**. Kidlington: Pergamon, 1996.

PI-SUNYER, Oriol. Changing perceptions of tourism and tourists in a Catalan resort town. In: SMITH, Valene. **Hosts and guests: the Anthropology of tourism**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RIBEIRO, Marcelo; SANTOS, Eurico de Oliveira. **Turismo cultural de educação patrimonial para as comunidades locais**. Revista Intinerarium, v. 1, 2008.

SANTOS, Reinaldo Soares dos. **O encanto da Lagoa**: o imaginário histórico-cultural como elemento propulsor para o turismo cultural na Lagoa Encantada. 2004. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, UESC/UFBA, Ilhéus, 2004.

SOFIELD, Trevor H. B. **Empowerment for sustainable tourism development**. New York: Pergamon, 2003.

STAVENHAGEM, R. **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada do pensamento desenvolvimentista**. In: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO. Rio de Janeiro: Universidade de Brasília, 1984. Disponível em: <[http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas1984/anuario84\\_rodolfostavenhagen.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1984/anuario84_rodolfostavenhagen.pdf)>. Acesso em: 25 de Abril. 2018.

Disponível em: <https://www.google.com/search?q=mapa+de+localiza%C3%A7%C3%A3o+da+gl+eba+rampa+vargem+grande+maranh%C3%A3o> Acesso em: 15 de Janeiro. 2020.

# CAPÍTULO 4

## PANORAMA DA EVOLUÇÃO DOS ADVENTURE GAMES

Data de aceite: 01/10/2020

**Camila Brandão Bisson**

UFSCar

**Leonardo Antonio de Andrade**

UFSCar

**RESUMO:** O gênero de jogos eletrônicos definido por *adventure games*, evoluiu de curtas aventuras textuais herdadas dos livros jogos dos anos 1960 até aventuras de gráficas tridimensionais com horas de duração. O presente artigo traz um panorama evolutivo dos *adventure games*, desde seu início na década de 1970 até o final do século XX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jogos Eletrônicos, Narrativa Interativa, Adventure Games.

**ABSTRACT:** The genre of electronic games defined by *adventure games*, has evolved from short textual adventures inherited from the gaming books of the 1960s to adventures of three-dimensional graphics with hours of duration. This article presents an evolutionary panorama of *adventure games*, from its beginning in the 1970s until the end of the 20th century.

**KEYWORDS:** Games, Interactive Narratives, Adventure Games.

### INTRODUÇÃO

O cenário de jogos eletrônicos no início dos anos 1980 apresentava experiências que se centravam muito mais na ação e encontravam nas plataformas dos clássicos *arcades*<sup>1</sup> e da então novidade dos *consoles*<sup>2</sup>, um palco para sua disseminação entre os jogadores. Nesse mesmo período, os *adventure games* se estabeleceram no mercado de jogos eletrônicos (LEIBOWITZ & KLUG, 2011) utilizando a plataforma dos primeiros computadores pessoais portáteis, permitindo que o jogador se envolvesse com diversas histórias focadas em mistérios a serem resolvidos e desafios que exigiam raciocínio lógico e empírico. Neste contexto, diversas publicações traziam descrições e características dos jogos de sucesso da época, como *Adventure* (1977), *Zork I, II e III* (1980, 1981 e 1982, respectivamente), *King's Quest* e outros, além de inquietações e desejos muito particulares em relação ao gênero e aos videogames<sup>3</sup> no geral.

Um exemplo evidente é exposto em *Conquering Adventure Games*, escrito por Carl Townsend e lançado em 1984. O livro se apresenta, inicialmente, como um guia para solucionar diversos *adventure games* da época. O conteúdo publicado em livros como o de Townsend era, além da troca de informação

1 Máquinas de jogos compostas por gabinetes de madeira equipados com um dispositivo de vídeo e controles, com sistema ativado por um sistema monetário, como cartões ou moedas (GULARTE, 2010).

2 aparelhos eletrônicos que executam jogos e processam as informações para aparelhos de televisão ou qualquer outro tipo de monitor. (GULARTE, 2010).

3 Termo análogo a jogos eletrônicos.

entre jogadores, o único meio de se conseguir algum tipo de auxílio nas aventuras vividas dentro dos universos ficcionais trazidos por esses jogos. Mas além de instruções, o autor traz no livro suas inquietações sobre o que imaginava que os videogames se tornariam. Townsend narra uma experiência vivida em uma feira em que na exibição de um filme o público foi quem tomou as decisões pelo protagonista da história: em cada ponto de tensão para o ator principal, o filme era interrompido e havia uma votação para decidir qual ação seria tomada por ele. Após a votação, a película seguia na direção escolhida pelo público. Além disso, ao mesmo tempo, os atores narravam ao vivo o filme, tentando influenciar nas decisões. Townsend segue sua narração afirmando que:

Depois de um tempo, um assassinato foi cometido no filme e eu, como participante, realmente senti e experimentei a culpa porque eu estava tomando as decisões para o ator. É quase certo que versões futuras de *adventure games* se aproximarão e até superem esse nível de participação. Há uma diferença, no entanto. Na feira mundial, o filme avançou na decisão consensual de um grupo. Em futuros *adventure games*, você, como participante individual, determinará a direção do jogo e a jogada refletirá suas próprias decisões pessoais. (TOWNSEND, 1984, p. 8, tradução nossa).

Assim como descrito, a experiência interativa, proporcionada pela exibição em questão, de se escolher o rumo da narrativa, foi reproduzida nos jogos eletrônicos. Os *adventure games* atualmente, como gênero, trazem essa característica fundamental abordada por Townsend: o jogador determina a direção do jogo a partir de suas decisões. Em 1984, tais possibilidades se viam em desenvolvimento, visto que, na época, os jogos eletrônicos eram uma mídia recente, que tinha sua linguagem e expressão relacionadas à tecnologia disponível. Os *adventure games* eram o que se conhecia de mais complexo em relação às narrativas nos videogames, mas até surgirem os primeiros exemplares do gênero a produção de jogos passou por diversas modificações e evoluções que acompanharam diretamente o avanço tecnológico dos computadores – modificações e evoluções permitidas por experimentos que, em um primeiro momento, não se preocupavam em conter algum tipo de narrativa, mas sim em se fazerem viáveis.

## **BREVE PANORAMA HISTÓRICO DOS JOGOS ELETRÔNICOS**

A história dos jogos eletrônicos começou em meados dos anos 1950 quando eram criados como distrações em ambientes distantes da produção de entretenimento. Enquanto o mundo convivia com a tensão gerada pela Guerra Fria e os cientistas dos Estados Unidos e da União Soviética desenvolviam armas cada vez mais poderosas e eficientes, dentro dos laboratórios pesquisadores também

criavam aplicações que iam além da tecnologia bélica.

William Higinbotham, físico americano, criou em 1958 o que é considerado por diversos autores e estudiosos o primeiro jogo eletrônico da história: o *Tennis for Two*. A partir de um sistema eletrônico e um osciloscópio, o jogo se afastava drasticamente da temática mais comum da época, a guerra, e trazia basicamente uma partida de tênis entre dois jogadores. Ainda em ambientes de laboratório, Steve Russell, cientista da computação no MIT, criou em 1962 o *SpaceWar!* a partir um PDP-1, computador que era utilizado para cálculos estatísticos. Os jogos eram basicamente representações gráficas minimalistas composta por *pixels*, que executavam movimentos de acordo com o controle dos jogadores.

Não é por acaso que a história dos videogames tenha se iniciado dentro de ambientes tão sofisticados: em meados dos anos 1960 os computadores eram máquinas gigantescas, muito caras e difíceis de serem manipuladas (por requererem o um alto grau de conhecimento) usadas em laboratórios e universidades exclusivamente para cálculos e outras atividades acadêmicas e científicas. Mas foram nesses ambientes que surgiram diversos jogos a partir vontade de estudantes e cientistas de extraírem mais dos equipamentos que manipulavam todos os dias. Neste momento, os jogos começaram a ganhar elementos visuais experimentais estritamente geométricos (sempre limitados pela tecnologia vigente): “(...) criavam-se os primeiros objetos, ou também chamados artefatos de jogos: desenhos que seriam controlados pelo jogador e efeitos que representariam as ações do jogo” (GULARTE, 2010, p. 42).

Houve então um processo de consolidação dos jogos eletrônicos como entretenimento. Os videogames saíram dos laboratórios e passaram a fazer parte do dia a dia das pessoas, com os consoles domésticos e arcades. A tecnologia ainda não permitia maior desenvolvimento de gráficos<sup>4</sup> e sons, e, por conta da baixa quantidade de memória, os jogos não podiam ter uma longa duração ou algum tipo de complexidade narrativa. Mas foi entre as décadas de 1970 e 1980, com a recente entrada dos computadores domésticos no mercado, que a narrativa passou a fazer parte dos jogos eletrônicos, culminando na criação de um novo gênero: os *adventure games*. De modo geral, *adventure games* se caracterizam como histórias interativas nas quais o jogador atua em universos ficcionais na pele de personagens pertencentes a eles modificando a história que está sendo contada.

## DEFININDO OS ADVENTURE GAMES

O *adventure game* não surgiu como um gênero definido desde seu início.

---

4 Entende-se por gráficos “(...) qualquer imagem gerada pelo dispositivo eletrônico buscando representar um objeto, ser vivo, construção ou elemento visualmente interpretado pelo jogador” (GULARTE, 2010, p. 134).

Mesmo o conceito de videogames ainda não era completamente familiar àqueles que criavam tais aventuras em meados dos anos 1970. Lessard (2012) aproxima esse fato aos estudos cinematográficos ao abordar o “primeiro cinema” e a construção da linguagem cinematográfica ao longo dos anos como um processo natural e inevitável. Pode-se afirmar que o processo de evolução dos *adventure games* como gênero, portanto, também foi natural e inevitável a partir da criação de *Colossal Cave Adventure* (ou somente *Adventure*) em meados dos anos 1970. Ainda para Lessard (2012):

Embora a maioria dos desenvolvedores de *adventure games* subseqüentes não soubessem nada sobre mapeamento de cavernas [...] eles continuaram a reproduzir as estruturas lúdicas que surgiram dessas tradições iniciais: interface de linguagem natural, simulação de um mundo virtual de fantasia por sistema de conversa, solução lenta de problemas, segmentação de espaço em salas arbitrariamente interconectadas e progressão baseada no desbloqueio de novas conexões entre nós espaciais. (p. 133, tradução nossa).

Tais “estruturas lúdicas” se firmaram como os pilares principais dos *adventure games* da época e em meados dos anos 1980 algumas definições já surgiam levando em conta tais características comuns. Killworth (1984), ao criar um guia de como escrever *adventure games* afirma que os “ingredientes” principais do gênero são o enredo, o ambiente, os objetos com os quais o jogador pode interagir, o meio pelo qual o jogador pode tomar decisões, e o meio por onde o jogo dá o retorno das ações que foram tomadas. Tais elementos dão conta de alguns pontos presentes até os dias de hoje quando se fala de *adventure games* e podem ser relacionados a qualquer outra resolução que venha a ser apresentada. Mas algumas definições mais específicas também começaram a surgir em outras rotas de análise.

Retomando a obra de Townsend (1984), o autor subdivide o gênero, destacando-se duas categorias: *prose adventures* e *graphic adventures*. Os *prose adventures* se comportavam como um emaranhado de quebra-cabeças apresentados textualmente ao jogador, que eram desvendados a partir de combinações de texto que continham, na maioria dos jogos, um verbo e um substantivo (por exemplo, “*go west*”). Alguns jogos permitiam a utilização de adjetivos e preposições e tinham vocabulário extenso que incluía cerca de mil ou mais palavras. Segundo o autor, algumas descrições feitas pelos jogos em texto eram tão detalhadas que eram quase “mais gráficas do que os próprios *graphic adventures*” (1984, p. 7, tradução nossa). Enquanto isso, os *graphic adventures* possuíam elementos visuais acompanhados das linhas de texto, um maior apelo de exploração e testes de memória. Esses jogos, de maneira geral, tinham menos possibilidades de escolha e interação do que os *text adventures* por uma limitação técnica: usavam boa parte da memória e do armazenamento disponível nos computadores para gerar as imagens e, por

esse motivo, poucos recursos restavam para aspectos narrativos mais inteligentes e criativos. Na perspectiva de Townsend (1984), isso mudaria à medida que processadores mais rápidos e dispositivos de armazenamento melhores surgissem. Também para o autor, seria a partir de tais evoluções tecnológicas que a distinção entre os tipos de *adventure games* desapareceria, a favor de jogos cada vez mais complexos e com uma diversidade maior de escolhas e desfechos.

Também em 1984, Schuette utilizou as diferenças entre texto e gráfico para distinguir os *all-text adventures* dos jogos que utilizavam a capacidade gráfica dos computadores (que seriam também chamados de “Hi-Res”). Porém para o autor essa diferença visual era óbvia na tela ao ter-se “uma página de texto bem formatada ou uma exibição dominada por uma cena gráfica com apenas algumas palavras de texto” (p. 2, tradução nossa). Para Schuette (1984), portanto, a separação mais interessante seria entre *puzzle adventures* e *fantasy adventures*.

Os *puzzle adventures* enquadravam jogos que enfatizavam soluções de vários quebra-cabeças e exigiam do jogador competências mentais que iam desde a adivinhação e intuição até o raciocínio lógico. Nesta categoria, os objetivos não se colocavam com clareza em um primeiro momento e sim descobertos ao longo de uma jornada que envolvia explorar localidades específicas para encontrar e coletar diversos itens. Tais itens deveriam ser utilizados de uma maneira dada como correta, o que gerava, na maioria das vezes, uma frustração que se colocava como a gênese do prazer que era gerado por tais jogos: ter sucesso após inúmeros fracassos. Os *fantasy adventures* colocavam o objetivo de maneira clara já no início do jogo e tinham quebra-cabeças mais simples, trocando a frustração pela vontade de concluir a história. Eram jogos com traços de ação mais evidente, com mais batalhas e inimigos e menos enigmas.

Ao longo dos anos a separação entre *text adventures* e *graphic adventures* se manteve, principalmente para fins de estudo e análise. Costkyan (2000) afirma que as aventuras em texto possuíam um grau a mais de dificuldade por exigirem que o jogador descobrisse quais palavras o computador entenderia, além de desvendar os quebra-cabeças existentes. Fernandez-Vara (2009) também utiliza os termos *text adventures* e *graphic adventures* para classificação dentro do gênero, mas, além de modificar a definição do que se toma por *graphic adventures*, adiciona uma terceira categoria: *graphical-text adventures*.

Para a autora, os *graphical text adventures* são os jogos que possuíam elementos visuais não interativos acompanhados das linhas de texto, onde a jogabilidade era possível através dos comandos digitados. As imagens, portanto, eram apenas ilustrativas. No caso dos *graphic adventures*, os gráficos são interativos e o jogador pode controlar o personagem pela tela, em um primeiro momento, através das setas do teclado. Mesmo que alguns dos pioneiros nesse estilo ainda

possuísem uma linha de comando para que o jogador digitasse suas ações, esse sistema foi substituído por jogos que possuíam uma lista de possibilidades a serem selecionadas. Essa substituição foi possibilitada pela introdução de um novo dispositivo: o mouse. Nesse contexto, os *graphic adventures* podem ser chamados de *point-and-click*. Fernandez-Vara (2009) também define os *adventure games* como gênero, indicando cinco características fundamentais: jogo movido pela história, solução de quebra-cabeças, ao menos um personagem controlável, manipulação de objetos, exploração de ambientes e possibilidade de ação. Tais elementos estão presentes em jogos de outros gêneros, “mas somente quando todos eles estiverem presentes poderemos chamar esse jogo de ‘*adventure game*’” (FERNANDEZ-VARA, 2009, p. 14).

As características apontadas por Vara são identificáveis nos *quick-time events* *adventure games* produzidos atualmente, adicionando a elas a utilização de dois novos elementos: árvores de diálogo para interação entre personagens e para auxiliar em momentos de ação mais intensa. Os *quick-time events* são “(...) *cutscenes*<sup>5</sup> roteirizadas em que o jogador frequentemente precisa apertar certos botões para ajudar o herói a ter sucesso em qualquer coisa que esteja fazendo” (LEIBOWITZ & KLUG, 2011, p. 198). As árvores de diálogo são elementos fundamentais ao considerarmos as atuais narrativas ramificadas do gênero, visto que escolher uma fala ou outra o jogador pode modificar sua relação com outros personagens e também o rumo da história. Atualmente, essa interação entre personagens muitas vezes é mais importante do que a manipulação de objetos ou resolução de quebra-cabeças.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o elo que une todos os *adventure games* ao longo da história é o fato de que a narrativa guia toda a estrutura do jogo. O gênero é marcado, portanto, pela integração entre narrativa e *gameplay*<sup>6</sup> em nível mais extremo do que os outros gêneros: a história está incorporada diretamente à mecânica, se sobrepondo a ela e nos levando ao que Jenkins (2004) chama de “*embedded narratives*”. Com a evolução tecnológica, permitiu-se que os jogos tivessem gráficos cada vez mais elaborados e narrativas cada vez mais complexas, elevando esse grau de integração.

Atualmente, jogar um *adventure game* é encarar um enredo no papel de um personagem que não possui apenas um objetivo em especial. Trata-se de vivência, de experiência, de absorver o que o ambiente promove e modificá-lo. Ao vivenciar um *adventure game* e colocar-se no lugar de um terceiro, são assimiladas suas motivações e inquietações, dúvidas e dilemas. Na ausência de um roteiro absoluto, modifica-se a vida e o espaço do personagem, a de outros seres ficcionais que o

---

5 Cenas curtas, pré-renderizadas, em que o jogador tem pouco ou nenhum controle sobre o jogo.

6 Experiência de jogo.

cercam e o desfecho das histórias, a partir da tomada de decisões ao longo da experiência. Essa experiência contemporânea só é possível em decorrência de uma construção que se iniciou com *Colossal Cave Adventure*. Portanto, para ampliar a compreensão do *adventure game* como gênero, também é necessário compreender a sua história.

## PANORAMA HISTÓRICO DOS ADVENTURE GAMES

Antes dos *adventure games*, outro tipo de narrativa interativa já existia em outra mídia desde meados dos anos 1960: os livros jogos. Nos livros jogos o leitor começa com uma das primeiras páginas e ao final dela, ou de um parágrafo, se confronta com uma decisão. Dependendo da escolha realizada, o próximo passo será uma página ou outra, até chegar ao final da narrativa. A ideia é entrar no papel do personagem e tentar resolver os problemas narrativos do livro (COSTIKYAN, 2000). Uma das mais famosas e duradouras do estilo, a série juvenil *Choose Your Own Adventure*, começou em 1979 com “The Cave of Time”, escrita por Edward Packard. A editora Bantam lançou mais de duzentos exemplares entre duas séries, *Choose Your Own Adventure* e *Choose Your Own Adventure for Young Readers* (MONTFORT, 2003). Outra série a ser destacada é *Fighting Fantasy*. Criada por Steve Jackson e Ian Livingston e lançada em 1982, *Fighting Fantasy* passou por diversas editoras ao longo da sua existência que perdura até os dias de hoje.

O ponto a ser destacado em relação aos livros jogos reside, justamente, na multiplicidade da narrativa e na estrutura rizomática obtida levar o leitor/jogador por um “passeio” nas páginas do livro através de diversos caminhos diferentes que culminam, conseqüentemente, em finais diferentes a cada tentativa.

Retornando aos jogos eletrônicos, o gênero que conhecemos hoje como *adventure games* teve seu início com uma aventura que, em um primeiro momento, foi uma criação de William Crowther para divertir suas duas filhas em 1975. Como passatempo, elas exploraram uma caverna conversando com um computador PDP-10, “quase certamente por meio de um ASR 33 Teletype” (ADAMS apud MONTFORT, 2003, p. 89, tradução nossa). A caverna fazia parte de *Adventure* (também conhecido como *Colossal Cave Adventure*), aplicação que Crowther não tinha pretensão de comercializar, mas que ficou marcada como o primeiro *adventure game* da história.

Desenvolvido em linguagem FORTRAN, considerada a primeira linguagem de programação de alto nível<sup>7</sup> (MONTFORT, 2003), o *Adventure* tem como personagem

---

7 Linguagens de alto nível são aquelas que se aproximam mais com a nossa linguagem do que com os códigos da linguagem de máquina. Segundo Levy, 2001, elas são “mais fáceis de escrever e fazem mais coisas com menos instruções; no entanto, cada vez que uma instrução é fornecida em uma linguagem de computador como FORTRAN, o computador deve primeiro traduzir esse comando em sua própria linguagem binária” (p. 36, tradução nossa).

principal um herói genérico que se encontra na mata e descobre a entrada de uma caverna que possui diversos labirintos, passagens e pequenos quartos recheados com criaturas perigosas e tesouros a serem encontrados. Através da solução das situações com que se depara, o jogador avança na história traçando seu próprio caminho que, a princípio parece totalmente livre, mas que em certo momento se coloca como um fluxo a ser traçado a fim de descobrir o mistério em torno da caverna. É possível morrer, ser assaltado, perder ou quebrar um item que era importante para a resolução de um quebra-cabeça (o que poderia tornar o jogo impossível de ser terminado), entre outros desafios que aumentavam a taxa de rejogabilidade. Toda a interação do *Adventure* é realizada através de texto: os ambientes são descritos na tela e o interator deve digitar suas ações através de uma combinação de verbo e substantivo.

Crowther, além de criar o *Adventure*, foi um dos programadores que desenvolveram a ARPANet, uma das bases da Internet que conhecemos hoje, e disponibilizou na rede o arquivo do jogo (com o nome ADVENT), tanto para suas filhas quanto para qualquer outro programador que desejasse ter acesso à aplicação. Para o contexto da época, *Adventure* não era um jogo, mas sim um *hack*:

Um *hack*, um termo herdado da cultura estudantil do MIT, era um feito técnico realizado pelo único prazer de realização (e eventual direito de se gabar) entre pessoas que consideravam a programação e a engenharia como artes. Um bom *hack* demonstrava virtuosismo, genialidade e elegância ao fazer uma máquina fazer algo que ninguém achava possível. (LESSARD, 2012, p. 125, tradução nossa).

Don Woods, programador do Departamento de Computação da Universidade de Stanford, descobriu o *Adventure* e entrou em contato com Crowther. Woods, a partir da base já criada, aprimorou o material “no sentido de adaptar para aquele ambiente um universo fantástico inspirado em *Lord of the Rings*, de J. R. Tolkien, e no jogo de RPG *Dungeons & Dragons*, acrescentando àquela estrutura de jogo eletrônico, uma concepção narrativa e de administração do tempo desta” (ARANHA, 2008, p. 161). Foram adicionados mais tesouros dentro das salas e ao final o jogador era ranqueado de acordo com a quantidade de pontos obtidos a partir dos tesouros coletados: *amateur*, *novice*, *seasoned*, *junior*, *master* (A, B, or C), ou *grandmaster*. Essa classificação aumentava a taxa de rejogabilidade<sup>8</sup>, visto que os jogadores agora tinham o objetivo de melhorar suas performances (LESSARD, 2012). Depois dessas modificações, *Colossal Cave Adventure* foi relançado comercialmente em 1977, sendo distribuído pela ARPANet ainda para os computadores PDP-10. Alguns anos mais tarde, compilações seriam feitas para os primeiros computadores pessoais, como o TRS-80 e o Apple II.

---

8 Jogar novamente.

A principal característica do *Adventure*, além da solução dos quebra-cabeças, era justamente a exploração espacial que não se dava de uma maneira linear, mas sim em uma:

[...] rede de nós discretos e arbitrariamente interconectados. O jogador não explora seu espaço de maneira contínua; ele é, sim, teleportado de um ponto a outro. Esses pontos estão relacionados entre si de acordo com as direções cardeais [...]. Esse método de plotagem de espaço permite um conjunto de dados gerenciáveis de locais interessantes, descontando espaços intermediários tediosos. (LESSARD, 2012, p. 129, tradução nossa).

Esse tipo de organização espacial denota dois pontos de análise: o primeiro diz respeito ao fato de que, atualmente, mesmo que não explorem a navegação espacial tanto quanto seus ancestrais, os *adventure games* utilizam da eliminação de espaços supérfluos entre as localizações que importam para a narrativa, utilizando de elipse<sup>9</sup> espacial (também é utilizada a elipse temporal). O segundo, diz respeito à estrutura rizomática. Narrativamente falando, “embora o *Colossal Cave* quase se encaixe no molde de uma história totalmente voltada para o jogador, apenas deixando você livre para explorar e fazer o que quiser, há um enredo solto ao longo do jogo” (LEIBOWITZ & KLUG, 2011, p. 17, tradução nossa), não se sabe qual exatamente é o objetivo além da exploração e da coleta de tesouros. De certa forma, esta configuração denota uma interatividade narrativa no sentido de que o jogador moldará sua experiência a partir de suas ações, levando a uma estrutura rizomática.

De maneira geral, *Adventure* colocou em questão a importância da narrativa nos videogames e assume um lugar de destaque na história dos jogos eletrônicos (Quadro 1). Além de ser considerado o primeiro *adventure game*, definindo um gênero que ainda não possuía definição na época de sua criação, é também o “ancestral da ficção interativa, dos jogos de *point-and-click*, das aventuras de ação e até jogos de *massively multiplayer online role-playing games* (MMORPGs)” (LESSARD, 2012, p. 119). A influência da criação de Crowther e Woods, que se mantém até os dias de hoje, não demoraria a aparecer. Foi entre 1977 e 1979 que, após jogarem *Colossal Cave Adventure*, Tim Anderson, Bruce Daniels, Dave Labling e Marc Blank, estudantes do MIT, escreveram *Zork*.

---

9 Elipse é uma ferramenta narrativa que visa encurtar a narrativa através da supressão de alguns trechos. Pode dar a impressão de passagem de tempo, mudança de local, entre outros. (BORDWELL; THOMPSON, 2008).

Captura de Tela	Características	Inovações
 <p>Fonte: gamingtrend.com.</p>	<p>Estrutura fragmentada de salas, quebra-cabeças a serem resolvidos, objetos a serem coletados, construção da história pela experiência de jogo, jogabilidade por texto.</p>	<p>Primeiro <i>adventure game</i> da história dos jogos eletrônicos. Colocou a narrativa em primeiro plano.</p>
<p>Tamanho do arquivo: 42KB (versão para DOS).</p>		

Quadro 1. *Colossal Cave Adventure* (1977).

Assim como o *Adventure*, *Zork* foi programado para rodar em *mainframes*<sup>10</sup>. Escrito na linguagem MDL em um PDP-10, o jogo se aproximava de *Adventure* em relação à interatividade: era necessário digitar os comandos em texto para que houvesse resposta do computador enquanto se explorava diversas passagens e cavernas em busca de vinte tesouros a serem carregados para a superfície. A grande diferença residia no fato que *Zork* aceitava, além de verbos e substantivos, adjetivos e preposições, utilizando uma programação baseada em inteligência artificial e possibilitando que o jogador pudesse usar uma linguagem muito próxima da coloquial. Isso exigia uma quantidade de palavras registradas muito maior. O jogo foi convertido para FORTRAN para ser rodado em um PDP-11, porém consumia toda a memória do computador ao ser executado.

Quando os desenvolvedores iniciaram a tentativa de comprimir o jogo para rodar em um microcomputador, se depararam com um novo desafio: os microcomputadores disponíveis na época tinham um desempenho muito menor do que os mainframes do MIT: cerca de 32KB de memória RAM nos computadores domésticos contra 256KB dos utilizados em laboratório (MONTFORT, 2005). A saída encontrada foi desenvolver uma máquina virtual na linguagem de *Zork* e um conjunto especial de instruções foi desenvolvido especialmente para jogos de fantasia. Essa linguagem foi chamada de ZIL, ou *Zork Implementation Language* (TOWNSEND, 1984). Mas ainda assim, era demais para os microcomputadores da época. *Zork* então foi dividido em três partes: *Zork I*, *Zork II* e *Zork III*. Nascia assim a Infocom, uma das principais desenvolvedoras de *adventure games* dos anos 1980.

Em 1980 as primeiras cópias de *Zork I* para TRS-80 foram lançadas e comercializadas em disquetes de oito polegadas embalados com fotocópias das instruções em sacos de plástico que eram enviados pelo correio (HANSEN,

10. Computadores de grande porte.

2016). A popularidade do jogo cresceu e logo versões para o Apple II também começaram a ser comercializadas. Zork II e Zork III foram lançados em 1981 e 1982, respectivamente, e a Infocom passou a disponibilizar edições especiais (em caixas) que incluíam mapas, ilustrações, brindes e outros itens. Nesta época, além do TRS-80 e do Apple II, já estavam no mercado o Atari 400 e 800, o IBM PC e o Commodore 64 (DILLON, 2011): era a ascensão dos computadores pessoais. A divisão de *Zork* em três jogos distintos (*Zork: The Great Underground Empire* ou apenas *Zork I*, *Zork II: The Wizard of Frobozz* e *Zork III: The Dungeon Master*) ainda que por motivos estritamente técnicos, culminou em uma característica presente nos atuais *adventure games*: a divisão em episódios. *Zork* foi o primeiro videogame a usar a estratégia do *cliffhanger*<sup>11</sup> para manter seu público fiel, ligando o final de um jogo ao começo de outro a fim de manter os jogadores curiosos e ansiosos para a continuação da história (Quadro 2).

Captura de Tela	Características	Inovações
 <pre> West of House          Score: 0/2 ----- West of House You are standing in an open field west of a white house, with a boarded front door. There is a small mailbox here.  &gt;open mailbox Opening the small mailbox reveals a leaflet.  &gt;read leaflet [Take] ^WELCOME TO ZORK!  ZORK is a game of adventure, danger, and low cunning. In it you will explore some of the most amazing territory ever seen by mortals. No computer should be without one!  &gt; </pre> <p>Fonte: <a href="http://www.myabandonware.com">www.myabandonware.com</a>.</p>	<p>Estrutura fragmentada de salas, quebra-cabeças a serem resolvidos, objetos a serem coletados, construção da história pela experiência de jogo, jogabilidade por texto.</p>	<p>Inteligência artificial para identificação de maior número de comandos e utilização do <i>cliffhangers</i>.</p>
<p>Tamanho do arquivo: 68KB (versão para DOS).</p>		

Quadro 2. *Zork I* (1980).

*Zork* possuía uma carga de humor muito particular e diversas referências a outros universos ficcionais. Essa carga de humor é fundamental em *adventure games* mais recentes. Outro ponto a ser destacado é que o jogo tinha vida fora do computador: os jogadores se comunicavam de forma sistemática a fim de descobrir e comentar os segredos do jogo. Foi criado pela Infocom um sistema de troca de cartas chamado *New Zork Times* e, além disso, a empresa também lançou os *InvisiClues*, livros feitos com uma tinta especial invisível que só podia ser revelada com um marcador especial, permitindo que os jogadores tivessem somente as

<sup>11</sup> O cliffhanger pode ser definido como uma estratégia para se manter o suspense da série. Ao criar um ponto de tensão no final do episódio deixa-se no ar a conclusão de fatos narrativos, levando assim o público a continuar consumindo a obra até seu último episódio (SINGER, 2001).

dicas que precisassem. *Zork* foi um fenômeno em uma fase da história em que os computadores pessoais se tornavam cada vez mais populares:

Quase todo mundo que possuía um computador na década de 1980 tinha uma cópia de *Zork* em uma versão ou outra. O jogo realmente foi um fenômeno e facilitou o caminho para os jogos de história que ainda jogamos hoje. Jogos como *The Legend of Zelda*, *Uncharted*, *Final Fantasy*, e, certamente, *The Walking Dead*, *Tales from the Borderlands* e *The Wolf Among Us*, devem um pouco de quem são para *Zork*. (HANSEN, 2016, p. 43, tradução nossa) Em meio à popularização dos computadores surgiu o que se conhece como o primeiro *adventure game* com gráficos da história: *Mystery House*, lançado em 1980. Criado pela On-Line Systems (que posteriormente se tornaria a Sierra On-Line), o jogo era também chamado de *Hi-Res Adventure #1* e, mesmo com a inserção dos gráficos, também era controlado a partir da digitação de comandos no teclado. A criação de *Mystery House* se deve à vontade de Roberta Williams de criar *adventure games* acompanhados de imagens. Mas a dúvida dela e de seu marido Ken, na época, era como fazer isso. A resposta não tardaria a surgir: um dispositivo chamado *VersaWriter* acabava de ser lançado e consistia em um *tablet* em que se desenhava e as formas eram registradas em um computador da Apple. O aparelho, no entanto, não desenhava com muita precisão e era difícil de ser controlado. Mas Ken e Roberta decidiram apostar na possibilidade. Roberta criou diversas salas em preto e branco para o interior de *Mystery House*. Ken deveria encontrar alguma maneira de fazer setenta imagens caberem em um disquete de 5¼. A solução foi não armazenar as imagens, mas sim usar uma linguagem *assembly* para criar comandos com coordenadas das linhas individuais de cada imagem (LEVY, 2010). *Mystery House* era um *adventure game* com imagens, o que era inédito até então, e trazia uma história policial inspirada em *And Then There Were None*, de Agatha Christie.

Pode-se afirmar que as heranças de *Mystery House* se encontram justamente nestes dois fatos: representação visual e inspiração em narrativas já existentes em outras mídias (Quadro 3). Na época, chegou-se a afirmar que “este jogo soaria como a morte dos jogos de texto e, de fato, tais jogos gráficos se tornaram imensamente populares” (SCHUETTE, 1984, p. 2, tradução nossa). O próprio *Mystery House* vendeu cerca de oitenta mil cópias e a On-Line Systems lançou mais três jogos ainda em 1980, sendo um deles *The Wizard and the Princess*, também conhecido como *Hi-Res Adventure #2* (DEMARIA e WILSON, 2004). Mas nos anos 1980 os *text adventures* ainda tinham força e alguns jogadores ainda preferiam usar sua imaginação em uma boa aventura em texto do que jogar um *graphic adventure* (SCHUETTE, 1984), o que fez com que os dois tipos de jogo convivessem durante anos. Mas a revolução gráfica tinha se iniciado.

Captura de Tela	Características	Inovações
 <p data-bbox="197 430 520 454">Fonte: <a href="http://www.myabandonware.com">www.myabandonware.com</a>.</p>	<p data-bbox="575 222 813 392">Estrutura fragmentada de salas, quebra-cabeças a serem resolvidos, objetos a serem coletados, construção da história pela experiência de jogo, jogabilidade por texto.</p>	<p data-bbox="837 236 1033 378">Utilização de gráficos não interativos para ilustração e inspiração em narrativas de outras mídias.</p>
<p data-bbox="366 475 835 499">Tamanho do arquivo: 58KB (versão para Apple II).</p>		

Quadro 3. *Mystery House* (1980).

Nessa época, o computador pessoal com menor custo e experiência mais amigável era o VIC-20 da Commodore. Com 5KB de memória RAM, consistia em um teclado que se ligava a uma televisão. Mas em 1982 a empresa lançou uma versão aprimorada do VIC20, com 64KB de memória: o Commodore 64, que vendeu vinte e dois milhões de unidades em 1983. O Commodore 64 chamou atenção desde o lançamento por suas qualidades multimídias. Os gráficos e o áudio foram aprimorados, o que permitia 16 cores e oito *sprites*<sup>12</sup> na tela enquanto um sintetizador áudio de três canais cuidava da música e podia simular a voz humana sem hardwares adicionais. Tudo isso, associado a um preço atrativo, chamou atenção de várias empresas de softwares, e, claro, de jogos, que passaram a produzir títulos para o C64 (DILLON, 2011).

O sucesso do Commodore e de outros computadores pessoais foi concomitante com a crise que a indústria dos videogames passou em 1983. Não por acaso, algumas empresas que produziam consoles e arcades passaram a investir mais na produção de computadores, que não foram afetados pela derrocada. Uma dessas empresas foi a Atari: lançado em 1983, o Atari 800XL foi idealizado para concorrer com o Commodore 64 e era o melhor computador da empresa até então, com 64K de RAM, alguns chips dedicados a gráficos e outros recursos. Além disso, foi pioneiro em algumas soluções que depois se tornaram o padrão: o MS-DOS, que seria posteriormente um sistema operacional utilizado em vários computadores, era nada mais nada menos do que o formato Atari-DOS, e as portas USB são uma evolução do Atari serial, usado para conectar periféricos da marca (DILLON, 2011).

Com todo entusiasmo da indústria dos computadores, a IBM não poderia ficar para trás e tratou de investir na produção de jogos. Por conta do sucesso de *Mystery House* e seus outros adventure games gráficos, a On-Line Systems chamou

12 Representações visuais de elementos dentro do jogo

a atenção da IBM que, na época, desenvolvia o PCjr (ou *Peanut*), um computador de baixo custo. A intenção da IBM era que a empresa, agora chamada de Sierra On-Line, produzisse jogos para o novo equipamento. Roberta e Ken então receberam um protótipo do PCjr e diversas explicações sobre o poder da nova máquina, que tinha 128K de memória e mais cores, podendo ir além do que já era feito no Apple II. Roberta desejava executar um projeto inédito: um mundo em que se pudesse correr de um lado para o outro controlando um personagem, com cenários com profundidade, árvores, pedras e diversos elementos. (DEMARIA & WILSON, 2004). Criar um jogo em terceira pessoa mudaria completamente a lógica de criação dos *adventure games*. E foi assim que nasceu *King's Quest*. Lançado em 1983, *King's Quest* tinha como personagem principal Sir Grahan, que, ordenado pelo Rei Daventry deve encontrar três objetos mágicos: um Baú de Tesouro, um Espelho e um Escudo. Essa estrutura narrativa faz de *King's Quest* algo que remete aos primeiros *adventure games*, mas em vez de controlar o personagem por comandos de texto e a imaginação, a imagem dele aparece na tela e o controle direcional é feito pelas teclas direcionais. Os comandos de ação ainda são feitos por texto, como de costume (Quadro 4).

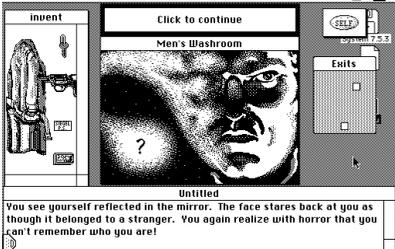
Captura de Tela	Características	Inovações
 <p>Score: 0 of 158      Sound: on</p> <p>Fonte: <a href="http://www.myabandonware.com">www.myabandonware.com</a>.</p>	<p>Estrutura fragmentada de salas, quebra-cabeças a serem resolvidos, objetos a serem coletados, construção da história pela experiência de jogo, jogabilidade por texto.</p>	<p>Utilização de gráficos interativos, movimentação pelas teclas direcionais do teclado, visão do personagem em terceira pessoa.</p>
<p>Tamanho do arquivo: 265KB (versão para DOS).</p>		

Quadro 4. *King's Quest* (1983).

A contribuição de *King's Quest* aos *adventure games*, com a utilização da movimentação do personagem pelo cenário e da visão em terceira pessoa é notada atualmente. Foi essa mudança que culminou na utilização da linguagem cinematográfica nos jogos mais recentes do gênero. Além de utilizar novos recursos, o jogo também carrega consigo a clássica estrutura de salas interligadas, assim como *Adventure* e *Zork*. *King's Quest* teve ao total oito jogos lançados entre 1983 e 1998, acompanhado a evolução de gráficos, interfaces e equipamentos.

De acordo com Schuette (1985), os enigmas de *King's Quest* eram, em grande parte, diretos e lógicos, e vários possuíam diversas maneiras de serem solucionados, tornando mais difícil a tarefa de se alcançar uma pontuação alta. Além do sistema de pontuação ser considerado ruim na época, o vocabulário era limitado e um tanto confuso, interferindo na experiência do jogador: “A questão de identificar o verbo correto – por muito tempo um problema em todas os *adventures*, textuais ou gráficos – foi agora associada ao problema de identificar o substantivo correto (quando uma ‘pedra’ é uma ‘rocha’, por exemplo?)” (MOSS, 2011, n. p., tradução nossa).

Os problemas com vocabulário e associações dos gráficos com o texto são justificáveis atualmente pelo valor experimental e inovador da obra. Em 1984 a Apple lança o revolucionário Macintosh, com um monitor de alta resolução, interface e um mouse como equipamento padrão. A utilização do mouse ampliava não só a utilização do computador em si, mas as possibilidades para a criação de jogos, e logo foi lançado o primeiro jogo *point-and-click* da história: *Enchanted Scepters*, da Silicon Beach Software. No entanto, a real inovação veio com *Déjà Vu: A Nightmare Comes True*, da ICOM Simulations (Quadro 5). O jogo possuía temática noir e ao invés de digitar os comandos os jogadores poderiam clicar em uma ação e depois no objeto ou pessoa nos quais queria agir (DONOVAN, 2010). Novas versões do jogo, para outros computadores e coloridas, foram lançadas posteriormente.

Captura de Tela	Características	Inovações
 <p>Fonte: www.myabandonware.com.</p>	<p>Estrutura fragmentada de salas, quebra-cabeças a serem resolvidos, objetos a serem coletados, construção da história pela experiência de jogo, gráficos interativos.</p>	<p>Utilização do mouse para seleção de opções ao invés de comandos de texto.</p>
<p>Tamanho do arquivo: 386KB (versão para Mac).</p>		

Quadro 5. *Déjà Vu: A Nightmare Comes True*, (1985).

Apesar de hoje visto como um marco, o lançamento de *Déjà Vu* não modificou imediatamente a maneira de se criar *adventure games* da época. Outros jogos *point-and-click* foram lançados, “(...) mas nenhum igualou a popularidade ou o prestígio dos “*Quest Games*” da Sierra. O conceito de apontar e clicar sem digitar teria que

esperar um pouco mais antes que pudesse se tornar um padrão de gênero” (MOSS, 2011, n. p., tradução nossa). Esse processo ocorreu durante a chamada “era de ouro dos *adventure games*” (LEBOWITZ & KLUG, 2011, p. 18). Foi nessa época, a “era de ouro dos *adventure games*”, que ocorreu a partir da metade dos anos 1980, que os jogos do gênero deram mais um salto de popularidade, com uma infinidade de títulos lançados. Mesmo com a variedade, duas empresas dominavam o mercado: a Sierra On-line e a LucasArts, trazendo jogos com características particulares, que influenciaram na construção atual dos *adventure games*:

Os *adventure games* desta época eram muitas vezes caracterizados por gráficos brilhantes e coloridos e histórias divertidas. A jogabilidade tendia a enfatizar uma mistura de conversas, coleção de itens e quebra-cabeças baseados em inventários. Embora as histórias interativas tradicionais fossem as mais comuns, algumas histórias finais múltiplos e algumas com ramificações também foram usadas. (LEBOWITZ & KLUG, 2011, p. 19, tradução nossa) A partir de 1985, com o sucesso de *King's Quest*, a Sierra On-Line lançou outras séries de jogos com as mesmas premissas e novas temáticas: *Space Quest* (com seis jogos produzidos entre 1986 e 1995) e *Police Quest* (produzida entre 1987 e 1998, com cinco *adventure games* – os outros dois jogos da série foram jogos de estratégia em tempo real – RTS).

Outro título que marcou a produção da Sierra no período foi *Leisure Suit Larry*, com seis jogos lançados pela empresa entre 1987 e 1996<sup>13</sup>. *Leisure Suit Larry in the Land of the Lounge Lizards*, primeiro jogo da série, causou impacto por trazer uma temática estritamente adulta. Em 1986, Ken Williams pediu ao programador Al Lowe para criar uma versão de *Softporn*, um *adventure game* em texto lançado pela empresa em 1981. Lowe manteve os quebra-cabeças originais de *Softporn*, mas introduziu um personagem icônico: Larry Laffer, um solteirão de 38 anos que vivia transitando entre bares, cassinos e outros locais reais. De acordo com MOSS (2011, n. p., tradução nossa): “Nascia uma lenda, pois as tentativas equivocadas e patéticas de Larry de fazer sexo com todas as mulheres que ele conheceu levaram a dezenas de situações bizarras e hilárias, bem como a algumas mortes cruelmente engraçadas” (Quadro 6).

---

13 Outros jogos foram lançados por outras empresas.

Captura de Tela	Características	Inovações
 <p>Score: 80 of 222      Sound: off</p> <p>Fonte: www.myabandonware.com.</p>	<p>Estrutura fragmentada de salas, quebra-cabeças a serem resolvidos, objetos a serem coletados, construção da história pela experiência de jogo, gráficos interativos, jogabilidade por texto.</p>	<p>Personagem com apelo em relação ao público e utilização de localizações do mundo real.</p>
<p>Tamanho do arquivo: 423KB (versão para DOS).</p>		

Quadro 6. *Leisure Suit Larry in the Land of the Lounge Lizards*, (1987).

A outra empresa responsável pelos maiores sucessos da “era de ouro” foi a LucasArts, inicialmente chamada de LucasFilm Games, a empresa fundada em 1982 lançou em parceria com outras *publishers*<sup>14</sup> diversos jogos com temáticas variadas que iam desde simuladores até jogos de ação e tiro em primeira pessoa. A LucasArts, após alguns anos, passou a publicar seus próprios jogos e causava impacto na indústria por suas inovações e excelência técnica. Mas era só o início do legado que a empresa deixaria na maneira de se criar jogos de computador (DEMARIA & WILSON, 2004).

A LucasArts iniciou então uma nova fase, liderada por Larry Holland e Ron Gilbert que. Gibert, após ter jogado diversos *adventure games* baseados em texto, desejava criar algo diferente: um jogo que não precisasse de digitação. Sabe-se que, neste ponto da história dos videogames, os primeiros *point-and-clicks* já tinham sido lançados, porém poucos explorados e difundidos. Cria-se então um sistema em que todos os verbos eram listados na tela e o jogador simplesmente clicava no verbo desejado e no objeto ou NPC<sup>15</sup> nos quais desejava agir. Foi a partir disso que se criou o *Maniac Mansion*, lançado em 1987 e programado a partir do SCUMM, *Script Creation Utility for Maniac Mansion*, linguagem criada pela empresa que seria usada em todos os *adventure games* que seriam produzidos nos anos seguintes: “*Maniac Mansion* foi um dos marcos na história da LucasArts. O humor excêntrico combinado com a interface inovadora e a história

A história de *Maniac Mansion* se inicia com Dave Miller, o protagonista, descobrindo que sua namorada, Sandy Pantz, foi sequestrada por Dr. Fred Edison, e

14 Uma publisher é a empresa responsável por distribuir e divulgar jogos desenvolvidos por outras empresas.

15 NPC como sigla para non-player character, ou personagem não jogável. É o termo utilizado para nomear personagens que estão presentes no jogo, mas não são controlados pelo jogador. desenvolvida prepararam o cenário para muitos jogos incríveis que viriam a seguir (...)” (DEMARIA e WILSON, 2004, p. 200, tradução nossa).

mantida em uma estranha mansão. Para salvá-la, o jogador deve organizar um time com Dave e outros dois personagens de uma lista de seis possíveis amigos, cada um com diferentes habilidades. A estrutura fragmentada das salas ainda era presente. O jogo possuía cinco finais possíveis, dependendo de quais personagens foram usados, quais deles morreram, e como o jogador resolveu determinados quebra-cabeças ao longo da experiência de jogo. Além disso, *Maniac Mansion* foi o primeiro jogo a introduzir a “participação de roteiristas tradicionais do cinema no escopo de produção de jogos, e apresenta pela primeira vez o conceito de cutscene” (MULLER, 2011, p. 107). A nova interface, a história cativante e outras inovações (Quadro 7) fizeram de *Maniac Mansion* um sucesso estrondoso. Inicialmente lançado para o MS-DOS e o Atari ST, o jogo foi portado para muitos sistemas diferentes, como Commodore 64, IBM PC, Apple II e o console NES (DILLON, 2011). A LucasArts estava no caminho de aprimorar sua maneira de criar adventure games, caminho que levaria a outro importante título: *The Secret of Monkey Island*.

Captura de Tela	Características	Inovações
 <p>The door is locked.</p> <p>Walk to Open Walk to Unlock Turn on  Push Pull Close Pick up How kid Turn off  Give Read What is Use</p> <p>Fonte: <a href="http://www.myabandonware.com">www.myabandonware.com</a>.</p>	<p>Estrutura fragmentada de salas, quebra-cabeças a serem resolvidos, objetos a serem coletados, construção da história pela experiência de jogo, gráficos interativos.</p>	<p>Múltiplos finais possíveis, mais de um personagem jogável, introdução das <i>cutscenes</i>, novo sistema de seleção de verbos para interação (aprimoramento do <i>point-and-click</i>).</p>
<p>Tamanho do arquivo: 194KB (versão para DOS).</p>		

Quadro 7. *Maniac Mansion*, (1987).

Lançado em 1990, *The Secret of Monkey Island* utilizava um sistema de 256 cores, o que ampliava de forma significativa sua qualidade gráfica. O jogo contava a história de Guybrush Threepwood, que viaja até Melee Island no desejo de se tornar um poderoso pirata. O jogo, baseado em SCUMM, mantinha os verbos na tela para escolha do jogador e o humor já conhecido dos jogos da Lucas Arts. Com este jogo que a LucasArts concretizou seu estilo, que:

[...] investia menos na obtenção de itens e interação entre personagens e mais na exploração, leitura de fragmentos e decifração de charadas e enigmas para a compreensão da estória proposta. [...] o enredo é ocultado do jogador-leitor, cabendo-lhe investigar o universo no qual está imerso [...]. O jogador-leitor vaga por complexos cenários que

podem combinar texto verbal, animações, vídeo e outros recursos. (ARANHA, 2008, p. 175-176).

Outro traço do “estilo LucasArts” inserido no contexto de *The Secret of Monkey Island* (Quadro 8) foi a impossibilidade de morrer: isso tornava os adventure games menos punitivos em relação às decisões do jogador, que poderia explorar os locais, objetos e possibilidades de solução sem temer voltar ao início do jogo e perder todas as descobertas já feitas. Em 1991, a empresa desenvolveu o iMUSE (*Interactive Music Streaming Engine*), um novo componente de áudio para o SCUMM, que permitia superar as limitações da tecnologia da época. A utilização de um som mais dinâmico e interessante do que o já utilizado nos jogos, a LucasArts se colocou em uma vantagem imediata em relação aos seus concorrentes.

Com seu estilo concretizado e inovações próprias, nada poderia parar a LucasArts, que fez dos adventure games seu produto principal, mesmo lançando jogos de outros gêneros. Diversos títulos foram lançados, como *Monkey Island II: LeChuck’s Revenge* (1991), *Indiana Jones and the Fate of Atlantis* (1992), *Maniac Mansion II: Day of the Tentacle* (1993), *Sam & Max Hit the Road* (1993), *Full Throttle* (1995), *The Curse of Monkey Island* (1997) e *Escape from Monkey Island* (1997) (DEMARIA & WILSON, 2004).

Captura de Tela	Características	Inovações
 <p>Fonte: <a href="http://www.myabandonware.com">www.myabandonware.com</a>.</p>	<p>Estrutura fragmentada de salas, quebra-cabeças a serem resolvidos, objetos a serem coletados, construção da história pela experiência de jogo, gráficos interativos, sistema de seleção de verbos para interação.</p>	<p>Impossibilidade de morrer e som aprimorado.</p>
<p>Tamanho do arquivo: 21MB (versão para Mac).</p>		

Quadro 8. *The Secret of Monkey Island* (1990).

*Sam & Max Hit the Road*, lançado em 1993, se destaca entre os títulos mencionados por trazer mais atualizações ao SCUMM. Ao invés da lista de verbos, agora o jogador lidava com uma lista de ícones que representavam as possibilidades de utilização dos itens no inventário: andar, examinar, pegar, usar e conversar (LINKOLA, 2004). O inventário também tinha sido modificado, aparecendo na tela representado por um ícone que levava a outra janela (Quadro 9). Max, como

personagem, também era uma maneira de expandir as ações possíveis:

[...] enquanto o jogador explora o mundo controlando Sam, Max começa a fazer as coisas sozinho, pulando em camas, pedindo insistentemente para ir ao banheiro, tentando arrancar um machado de um manequim em um desfile de carnaval. Em vez de ordenar a Max o que fazer, Sam usa Max com diferentes objetos e outros caracteres – Max é, na verdade, parte do inventário, “usar” Max significa soltá-lo para fazer algo inesperado. (FERNÁNDEZ-VARA, 2011, p. 135, tradução nossa).

Captura de Tela	Características	Inovações
 <p data-bbox="229 808 509 831">Fonte: www.emuparadise.me</p>	<p data-bbox="603 553 847 817">Estrutura fragmentada de salas, quebra-cabeças a serem resolvidos, objetos a serem coletados, construção da história pela experiência de jogo, gráficos interativos, sistema de seleção de verbos para interação, impossibilidade de morrer, som aprimorado.</p>	<p data-bbox="874 612 1040 756">Ícones e não palavras representando as ações possíveis e inventário com janela exclusiva.</p>
<p data-bbox="374 855 828 878">Tamanho do arquivo: 110MB (versão para Mac).</p>		

Quadro 9. *Sam & Max Hit the Road* (1993).

Foi também em 1993 que o lançamento de um adventure game em especial impactou em toda a indústria de jogo: *Myst*. A esta altura, os dispositivos de CD-ROM já eram parte dos novos computadores domésticos, e *Myst* foi um dos primeiros jogos a aproveitar a maior quantidade de armazenamento que esta mídia oferecia em relação aos disquetes. Os gráficos oferecidos por *Myst* eram algo que nunca tinha sido visto até então. Segundo Rand Miller, que criou o jogo em parceria com seu irmão Robyn, em *Myst* não se pode separar os gráficos da experiência de jogo, pois são eles quem fazem os jogadores seguirem adiante (MILLER apud DEMARIA & WILSON, 2004, p. 260, tradução nossa).

Com perspectiva em primeira pessoa, gráficos em 3D, apresentados através de imagens estáticas que se seguiam conforme a movimentação do jogador – em alguns momentos algumas pequenas animações também eram inseridas –, ambientes sonorizados e puzzles baseados no cenário e não no inventário do jogador, *Myst* iniciava sua história com um misterioso livro com o poder de transportar o jogador para uma ilha deserta, desconhecida e cheia de mistérios. Através da descoberta e leitura de livros e notas o jogador aprende sobre o universo, mas em

nenhum momento o objetivo é revelado de maneira clara até o jogador se deparar com um dilema: dois irmãos tinham sido aprisionados em dois livros mágicos, então o jogador deveria escolher qual dos dois deveria ser libertado. Outro final possível seria não libertar nenhum dos dois irmãos, o que fazia com o que o jogo tivesse três finais diferentes.

A narrativa estava diretamente ligada à exploração e investigação do ambiente através da estrutura de *point-and-click*, mas a ação era muito limitada. Segundo Fernandez-Vara: [...] o jogador interage com o mundo através da mecânica contextual. Desta forma, o jogador não tem que adivinhar qual é a ação correta, já que existem poucos objetos com os quais se pode interagir, e cada objeto faz apenas uma coisa (virar, girar, abrir/fechar, ligar/desligar). Não há inventário, o personagem do jogador só pode carregar um objeto de cada vez, uma página do livro [...] transformando a escolha colocada pelo objetivo do jogo em uma mecânica central. (2011, p. 135, tradução nossa). Essa limitação não foi considerada um problema na época, já que o jogo superava qualquer possível crítica por sua carga realista e a ruptura evidente com as características que permearam os *adventure games* até então. Lançado inicialmente para Mac, *Myst* logo foi levado para outros sistemas (computadores e consoles) e vendeu milhões de cópias, sendo o maior sucesso comercial de todos os tempos da indústria de jogos eletrônicos até 2000 (LEBOWITZ e KLUG, 2011). A simplificação da ação trazida por *Myst* foi absorvida pelo jogos atuais, em que na maioria dos casos os objetos do inventário só podem realizar uma ação específica (Quadro 10).

Captura de Tela	Características	Inovações
 <p data-bbox="238 1367 477 1394">Fonte: www.polygon.com</p>	<p data-bbox="587 1138 795 1350">Ambiente a ser explorado, quebra-cabeças a serem resolvidos, construção da história pela experiência de jogo, gráficos interativos e mais de um final possível.</p>	<p data-bbox="828 1159 1041 1324">Visual em 3D, <i>puzzles</i> baseados no cenário e não no inventário do jogador e interações limitadas pelo objeto ou local com o qual se interage.</p>
<p data-bbox="374 1411 828 1437" style="text-align: center;">Tamanho do arquivo: 755MB (versão para Mac).</p>		

Quadro 10. *Myst* (1993).

Mas além de influenciar nos *adventure games* atuais, *Myst* influenciou a produção de jogos de sua época, quando diversos clones do jogo surgiram. Esse

processo saturou o mercado e fez com que os consumidores perdessem a confiança no gênero. Mesmo que alguns bons adventures ainda fossem lançados, o crescente sucesso de jogos de outros gêneros, como FPS (*First Person Shooter*), MMOs (*Massively Multiplayer Online Games*), estratégia e jogos de ação em terceira pessoa, colocou os adventure games em um estado de hibernação. Mesmo a Sierra On-Line e a LucasArts não conseguiam mais manter seu lugar de destaque na indústria. Uma das tentativas da LucasArts de reavivar o gênero foi o lançamento em 1998 do seu primeiro jogo em 3D, *Grim Fandango*. Novamente a empresa inovava em criar um novo motor de jogo, voltado exclusivamente para o 3D, o GrimE. Essa tecnologia permitia que o jogador, diferentemente dos jogos anteriores em que se controlava o personagem indicando com o mouse o lugar para onde deveria ir, controlasse o protagonista livremente usando os direcionais do teclado. Mantinha-se o humor já conhecido dos jogos da LucasArts, agora evidenciado pelo fato de que o jogador se deparava com árvores de diálogos e com enigmas que exigiam vários níveis de raciocínio a partir da utilização dos itens do inventário. A história tinha um estilo noir e baseava-se diretamente na cultura mexicana (Quadro 11).

Captura de Tela	Características	Inovações
 <p>Any messages for me? Eva, you gotta get me out of town. They're going to sprout me! Doesn't Copal wonder where you are? I'm off.</p> <p>Fonte: <a href="http://www.oldpcgaming.net">www.oldpcgaming.net</a>.</p>	<p>Estrutura fragmentada de salas, quebra-cabeças a serem resolvidos, objetos a serem coletados, construção da história pela experiência de jogo, gráficos interativos, impossibilidade de morrer, som aprimorado.</p>	<p>Visual em 3D e a utilização de árvores de diálogo para interagir com outros personagens.</p>
<p>Tamanho do arquivo: 3.9GB (versão para Mac e PC).</p>		

Quadro 11. *Grim Fandango* (1998).

Ao contar a história de Manuel “Manny” Cavalera, um agente de viagem da “*Land of the Dead*” que parte em uma jornada para salvar um cliente e descobrir várias tramas de corrupção, o jogo, em todo seu conjunto, representava o ápice dos adventure games, após um longo processo de amadurecimento de mecânica e narrativa. Se levar-se em conta o trajeto feito de *Colossal Cave Adventure* até *Grim Fandango*, abordando os jogos apresentados e considerando este ponto como o ápice do desenvolvimento dos *adventure games* antes do renascimento do gênero

que será tratado a seguir, tem-se uma estrutura clara da evolução do gênero (Figura 5).

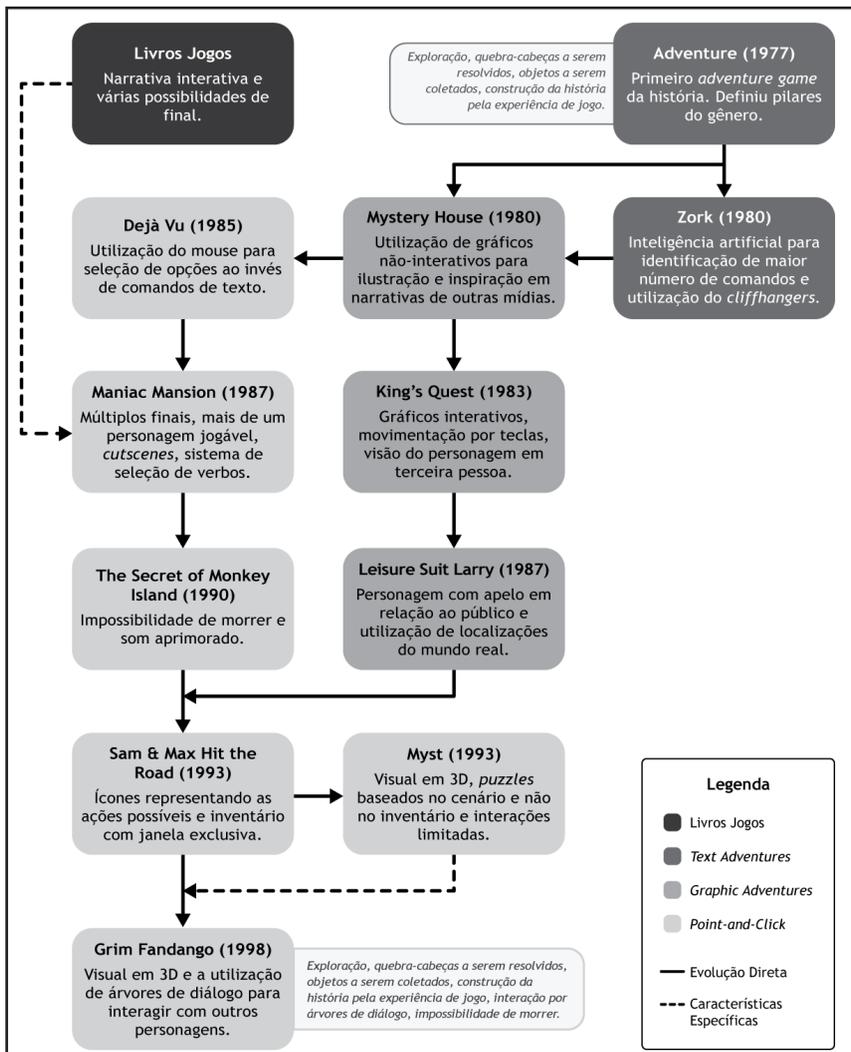


Figura 5. Estrutura de evolução dos *adventure games*.

Fonte: elaborada pelo autor.

*Grim Fandango* ganhou dezenas de prêmios e análises positivas, mas vendeu um número de cópias insuficiente até para pagar a sua produção. Para a LucasArts e outras produtoras, isso foi a confirmação que o gênero tinha se esgotado: [...] se um jogo tão elogiado, inventivo e memorável como *Grim Fandango* não podia justificar-se comercialmente, que esperança havia para outros jogos de aventura

menos distintos, perguntaram os editores. Conforme a notícia de sua decepção comercial se espalhou, as empresas de videogames começaram a dar as costas ao gênero. (DONOVAN, 2010, p. 368, tradução nossa) A LucasArts chegou a lançar mais um *adventure game* após *Grim Fandango: Escape from Monkey Island* (2000), pouco antes de cancelar as sequências de *Sam & Max* e *Full Throttle*. A Sierra On-Line fechou seu principal escritório em 1999 e caiu no esquecimento. Nos mercados europeus, os *adventure games* ainda eram apreciados e produzidos, mas nada tão notável quando o que havia sido a “era de ouro”. Foi neste contexto, no início dos anos 2000, que houve uma drástica melhora nos gráficos para PCs e consoles. DVDs e Blu-Rays aumentavam o poder de armazenamento, o que culminou em um rápido desaparecimento dos limites tecnológicos permitindo um foco maior na melhoria de *gameplay* e histórias sem a preocupação com o tamanho que o jogo ficaria ao final do desenvolvimento (LEIBOWITZ & KLUG, 2011). Isso permitiu que novos gêneros fossem experimentados e que a narrativa se fizesse presente em qualquer um deles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aperfeiçoamento das narrativas digitais no período analisado inicia-se nos anos 1970 e persiste até o final do século XX como um processo possível devido à evolução de diversos aspectos que tangem os jogos eletrônicos. Essa evolução foi permitida em virtude da melhoria do *hardware* de dispositivos computacionais onde os jogos eram executados juntamente ao trabalho de contadores de história da era digital, envolvendo programadores, artistas gráficos, designers, compositores, músicos, dubladores e principalmente, roteiristas, que ao longo de três décadas migraram de curtas histórias textuais para complexas e longas aventuras com grande riqueza de recursos gráficos e sonoros.

Os *adventure games*, evoluindo a interface, a representação gráfica e sonora além da complexidade das narrativas, levaram os jogos eletrônicos a um patamar onde não só apenas são vistos como produtos de entretenimento, mas sim meios consolidados onde se pode contar histórias com características únicas:

como os programas de TV e filmes, os videogames proporcionam uma experiência audiovisual completa com cenário (níveis), atores (personagens digitais), vozes (entregues por atores da vida real), música e efeitos sonoros. No entanto, ao contrário de filmes, videogames não se limitam a histórias curtas ou “pedaços de história” que podem ser contados em trinta minutos ou duas horas. Dependendo do tipo de jogo e os recursos da equipe que o cria, um jogo pode abranger de várias a mais de cem horas (LEIBOWITZ & KLUG, 2011, p. 40, tradução nossa)

Dessa forma, o papel dos *adventure games* na história dos jogos eletrônicos se coloca como fundamental em relação à evolução narrativa desse produto audiovisual, por colocar a história em primeiro lugar e por buscar, cada vez mais, estratégias que possam engajar o jogador e transmitir histórias cada vez mais complexas. Atualmente, esse gênero carrega consigo diversas características que, por muitas vezes, advêm de outras linguagens audiovisuais, como o cinema. Tais estratégias foram absorvidas por outros gêneros que buscaram agregar a narrativa, como as escolhas durante o *gameplay*, a exploração em busca de objetos, a solução de quebra-cabeças para avançar na história, e outros pontos que se relacionam diretamente com a história.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Gláucio. Fazendo estórias: narrativas interativas e os novos paradigmas para a produção e crítica literárias sobre ambientes de hipermídia. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal Fluminense, 2008.
- COSTIKYAN, Greg. Where Stories End and Games Begin. *Game Developer Magazine*, 2000. Disponível em: <[bit.ly/2OPuVxG](http://bit.ly/2OPuVxG)>. Acesso em: junho de 2018.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. Vol. 1.
- DEMARIA, Rusef; WILSON, Johnny L. *High Score! The Illustrated History of Eletronic Games*. Emeryville: Mc-Graw-Hill/Osborne, 2004.
- DILLON, Roberto. *The Golden Age of Video Games*. Boca Raton: A K Peters/CRC Press, 2011.
- DONOVAN, Tristan. *Replay: the history of vídeo games*. Lewes: Yellow Ant, 2010.
- FERNANDEZ-VARA, Clara. *The Tribulations of Adventure Games: Integrating Story Into Simulation Through Performance*. Tese de Doutorado. Georgia Institute of Technology. 2009.
- \_\_\_\_\_. From “Open Mailbox” to Context Mechanics: Shifting Levels of Abstraction in Adventure Games. In: *Proceedings of the 6th International Conference on Foundations of Digital Games*, p. 137 – 138, 2011. Disponível em: <[bit.ly/2P0J4lm](http://bit.ly/2P0J4lm)>. Acesso em: julho de 2018.
- GULARTE, Daniel. *Jogos eletrônicos: 50 anos de interação e diversão*. Teresópolis: Novas Ideias, 2010.
- HANSEN, Dustin. *Game On! Video game history from Pong and Pac-Man to Mario, Minecraft and more*. Nova York: Macmillan Publishing Group, 2016.
- JENKINS, Henry. “Game Design as Narrative Architecture”. In: *First Person: New Media as Story, Perfomance and Game*. Edited by Noah Wardrip-Fruin and Pat Harrigan. The MIT Press, 2004.

KILLWORTH, Peter. How To Write Adventure Games for the BBC Microcomputer Model B and Acorn Electron. Penguin Books, 1984.

LEBOWITZ, Josiah; KLUG, Chris. Interactive storytelling for vídeo games: a playercentered approach to creating memorable characters and stories. Burlington: Focal Press, 2011.

LESSARD, Jonathan. Adventure before adventure games: a new look at Crowther and Woods seminal program. In: Games and Culture, v. 8, n. 3, p. 119 – 135, 2012. Disponível em: <bit.ly/2OPjB4L>. Acesso em: junho de 2018.

LEVY, Steven. Hackers: heroes of the computer revolution. Sebastopol: O'Reilly Media, Inc., 2010.

LINKOLA, Joonas. Sam & Max Hit the Road [on-line]. In: Adventure Gamers, 2004. Disponível em: <bit.ly/2KRczcB>. Acesso em: julho de 2018.

MCGONIGAL, Jane. A realidade em jogo: por que os games nos tornam melhores e como eles podem mudar o mundo. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

MONTFORT, Nick. Twisty little passages: an approach to interactive fiction. Londres: The MIT Press, 2003.

MOSS, Richard. A truly graphic adventure: the 25-year rise and fall of a beloved genre [on-line]. In: ArsTechnica, 2011. Disponível em: <bit.ly/2nDFK9v>. Acesso em: julho de 2018.

MULLER, Eduardo Fernando. Os conceitos estético-visuais dos jogos digitais. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

RYAN, Marie-Laure. Narrative as Virtual Reality. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

SCHUETTE, Kim. The book of adventure games. Los Angeles: Arrays, Inc./The Book Division, 1984.

TOWNSEND, Carl. Conquering Adventure Games. Beaverton: Dilithium Press, 1984.

## PCDS A DEMANDA PRESENTADA: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRAÇÃO, DIANTE UM CENÁRIO DE EDUCAÇÃO

*Data de aceite: 01/10/2020*

**Daniel Andrei Rodrigues da Silva**

<http://lattes.cnpq.br/2135579643197990>

<https://orcid.org/0000-0001-7411-1000>

**Tamara Wildner**

<http://lattes.cnpq.br/2687975695816885>

**Tatiane Barichello Zorzo**

<http://lattes.cnpq.br/7985815977965105>

**RESUMO:** O presente artigo aborda a ótica da evolução conceitual e legislativa no que tange o assunto das pessoas com deficiência física (PCD) e qual a atual situação empresarial com relação a este tema. Uma busca por uma atualização do quadro temporal, após 28 anos da Lei de Cotas ter sido sancionada. O conceito de PCD é atrelado a legislação pertinente ao Brasil, com a intenção de definir de maneira clara o que é uma pessoa com deficiência. A Lei de Cotas posta em análise e resumida para que possamos trazer a luz a obrigatoriedade das empresas. A situação das empresas e o que algumas sofreram por desobedecer a lei, porém com uma análise de qual é o cenário da visão do empresário no momento de ser obrigado a contratar uma demanda PCD, expondo assim uma lacuna da gestão pública que criou uma demanda com pouquíssima oferta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoas com Deficiência; Empresas; Legislação.

**PCDS THE DEMAND PRESENTED: AN ANALYSIS OF THE CONTRACT OBLIGATORY SCENARIO, BEFORE AN EDUCATION SCENARIO**

**ABSTRACT:** This article focuses on the conceptual and legislative evolution of the issue of people with physical disabilities (PCD) and the current business situation with this theme. A search for an update of the time frame, after 28 years of the Quotas Law has been sanctioned. The concept of PCD is linked to legislation pertinent to Brazil, with the intention of defining clearly what is a person with a disability. The Quotas Law is analyzed and summarized in order to bring light to the companies' obligation. The situation of companies and what some have suffered for disobeying the law, but with an analysis of what is the scenario of the entrepreneur's vision at the time of being forced to contract a PCD demand, thus exposing a gap in public management that created a demand with very little offer.

**KEYWORDS:** Disabled people; Companies; Legislation.

### 1 | INTRODUÇÃO

A grande volatilidade econômica do Brasil tem trazido diversos desafios, principalmente para os empresários que são aqueles que assumem os riscos econômicos de suas atividades, tendo uma altíssima parcela na participação do crescimento da nação na economia e sociedade, criando empregos e gerando receitas. Para a população em geral

também se torna cada mais difícil adentrar ao mercado do trabalho, as empresas exigem cada vez mais para realizar uma contratação e as vagas se tornaram limitadas.

Na figura de empregador, os empresários se veem cada vez mais com obrigações com seus contribuintes, a legislação cria cada vez mais direitos aos mesmos, porém isso muitas vezes causa um desequilíbrio nas possibilidades econômicas das empresas. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, no art. 93, determina a obrigatoriedade para as empresas com 100 (cem) ou mais empregados possuírem em seus quadros total de contribuintes, uma variação de 2% a 5% de PCDs, criando assim o dever e obrigação de grandes empreendimentos se habilitarem a conceder melhor acessos aos profissionais com deficiência.

O Estado brasileiro apesar de aumentar a garantia de emprego aos PCDs criou uma demanda para as empresas, porém será que de fato o Poder Público está oferecendo capacitação para as pessoas com deficiência? O estudo é primordial na era da informação, a qualidade do ensino especial e áreas adequadas são fundamentais para uma oferta de profissionais.

Diante destes fatos, se tornou imperativo a análise da evolução dessa questão como objetivo geral. Como objetivos específicos, uma análise de conceito tanto sobre PCDs quanto a Lei de Cotas, como as empresas estão lidando com tal obrigatoriedade e qual o grau de instrução que estas pessoas atingem com a educação oferecida no país. A economia está em um momento de grandes mudanças, os empresários estão tendo grandes dificuldades em seus negócios e a tendência de desempregados tem aumentado, como os profissionais com deficiência estão podendo lidar com o mercado de trabalho. Todas as pessoas têm o direito de trabalho, assegurado pela Constituição Federal do Brasil, porém é dever de todos analisar quais as reais condições do mesmo.

## **2 | MÉTODO**

A metodologia empregada para a elaboração do presente artigo foi realizada de maneira dedutiva, através pesquisas bibliográficas, documental e artigos científicos, para que através preposições gerais fosse possível chegar a conclusões diante o tema desta pesquisa. Além também se usar usado métodos quantitativos para que se fosse melhor demonstrado a situação real do mercado de trabalho e dos profissionais com deficiência.

## **3 | REVISÃO DE LITERATURA**

De começo, é importante destacar o que são as pessoas com deficiência

física ou PCD para que seja possível melhor contextualizar o tema abordado. É imperativo que seja diferenciado o que é uma pessoa com deficiência permanente ou com incapacidade. Encontra-se tal definição no decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regula o assunto, em seu inciso II do Art. 3º “Deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.” (BRASIL, 1999). Enquanto seu inciso III do mesmo artigo supracitado define:

Incapacidade - Uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (BRASIL, 1999).

Conclui-se o que é deficiência através da forma do inciso I, do Art. 3º, do decreto aludido, que traz as deficiências como perda total ou qualquer anormalidade na estrutura física ou psicológica que não possibilita o desempenho de uma determinada atividade, considerada normal a um ser humano. Estas definições são importantes, pois evita confusão quando definir um indivíduo com deficiência ou a relatividade de sua capacidade de desempenhar alguma função, mitigando a malversação da gestão de pessoas.

Dessa forma, torna-se muito mais relevante discorrer a respeito dos tipos de deficiência. O decreto nº 3.298, também realiza tal classificação através da ótica da medicina, conforme o artigo 4º:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor

que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências. (BRASIL, 1999).

Em ilação a estas definições, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 levantou que 45.606.048 de brasileiro, 23,9% do total da população tem alguma deficiência. O gráfico abaixo apresenta as deficiências e seus quantitativos dentro de cada categoria (BRASIL, 2012).

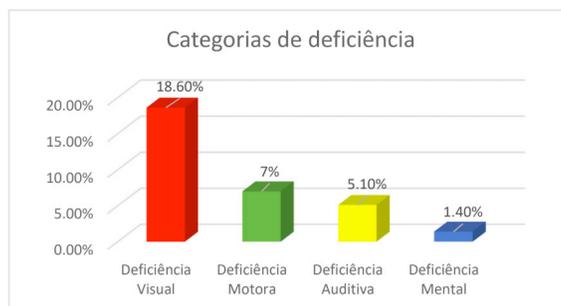


GRÁFICO 1 – Categorias de deficiência.

Fonte: IBGE (2010).

Interessante analisar que a deficiência com a maior quantidade da amostra é a deficiência visual com 18,60% ou pessoas que apresentam anomalias como cegueira. Em segundo lugar as deficiências motoras com 7% que debilitam pessoas a movimentos de segmentos do corpo humano. A terceira maior é a deficiência auditiva com 5,10%, pessoas que tem perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais. Por fim pessoas com deficiência mental, com 1,40% que demonstram irregularidades com seu funcionamento intelectual.

A lei de cotas nº 8.213 implantada em 24 de julho de 1991, é a lei que garante a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Segundo o Art. 93 - a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de 2 a 5 por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência. A proporção de pessoas com deficiência varia de acordo com o número de empregados: até 200 funcionários é necessário 2%, de 201 a 500 funcionários 3%, de 501 a 1000 funcionários 4%, de 1001 em diante funcionários 5% (BRASIL, 1991).

No Brasil, a lei de cotas está em vigor há mais de 25 anos e o que realmente acontece é que poucas empresas seguem a lei de forma correta e outras que dão um jeito de cumprir a cota deixando de contratar pessoas com deficiências específicas, sem terem que se preocupar com o desenvolvimento desses funcionários. Contratando pessoas com deficiências que não precisam de adaptações e preparos da empresa. Como por exemplo os surdos, que deixam de ser contratados em função de que é necessário mais esforço, pois os mesmos têm como primeira língua a Libras (Língua Brasileira de Sinais) ao invés do português.

A própria sociedade cria problemas e barreiras para as pessoas com deficiência, causando-lhes incapacidades ou desvantagens no desempenho de papéis sociais. Essas barreiras consistem em: políticas discriminatórias e atitudes preconceituosas que rejeitam as minorias e as suas diferenças, desconhecimento das necessidades especiais e direitos das pessoas com deficiência, entre outros. E é no mercado de trabalho que essas barreiras se tornam ainda mais contundentes (GIMENES *et al*, p. 7 *apud*, BAHIA, 2006).

Além disso, tem também as empresas que não cumprem a lei de cotas. Como é o caso da empresa Universo Online, conhecida pela sigla UOU. Que segundo o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, no ano de 2018, a empresa foi multada em R\$400 mil reais por não cumprir a lei de cotas, a empresa possui mais de mil funcionários e tinha no máximo tinha 10 com algum tipo de deficiência, sabendo que para esse número de colaboradores é necessário que pelo menos 5% das vagas sejam para deficientes, que equivale a 50 funcionários PCDs. A empresa justifica que há dificuldade de encontrar pessoas com deficiência qualificadas e as empresas não são obrigadas a contratar qualquer deficiente, mas

apenas os habilitados e reabilitados. De acordo com o item 7 da resolução ONU 3.447, de 09 de dezembro de 1975:

“As pessoas deficientes têm direito à segurança econômica e social e a um nível de vida decente e, de acordo com suas capacidades, a obter e manter um emprego ou desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar dos sindicatos” (ONU, 1975)

Conforme os dados do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, que se refere ao nível de instrução (nível de escolaridade) que é responsável por medir a proporção das pessoas de 15 anos ou mais em relação aos anos de estudo, 14,2% apresentaram o ensino fundamental completo, 17,7% o médio completo, 6,7% superior completo, 0,4% apresentaram a proporção “ não determinada” e 61,1% apresentaram sem instrução e fundamental incompleto. O gráfico abaixo apresenta o nível de instrução e suas proporções:

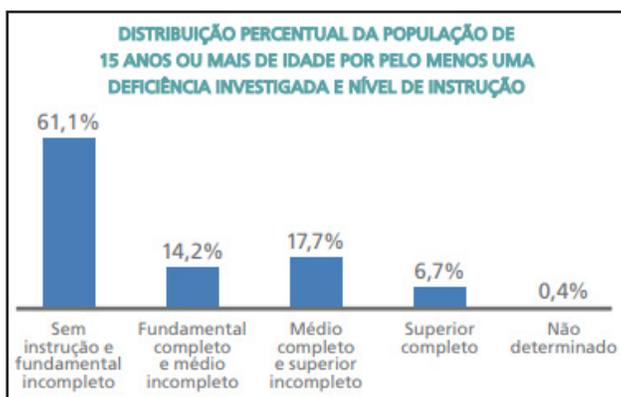


GRÁFICO 2 – Distribuição Percentual da População de 15 anos ou mais de idade por pelo menos uma deficiência investigada e nível de instrução.

Fonte: Brasil (2012).

A maioria das empresas procura por um profissional capacitado, que possua habilidades para facilitar a realização das tarefas sem ter alguma deficiência. Porém como hoje em dia é obrigatório as organizações com cem ou mais funcionários terem colaboradores com deficiência, o mercado de trabalho para os deficientes tem aumentado muito. Algumas empresas não são preparadas para receber essas pessoas, então acabam tomando algumas medidas para que seja possível empregá-las, como a modificação do ambiente de trabalho (FALEIRO, 2012)

Ao falar sobre a inclusão de pessoas portadoras de deficiência dentro de uma organização, o que se observa é uma série de aspectos negativos. O empregador

normalmente contrata este profissional somente para cumprir a lei de cotas ou aderir a mão de obra mais barata. Muitas vezes também deixa de contatar para evitar custos com adaptações e considera-os incapacitados para tais serviços. O deficiente é capaz de ocupar cargos e desempenhar um excelente trabalho, basta ele estar adequado em um posto de trabalho que lhe é rentável. (Schwarz e Haber, 2009)

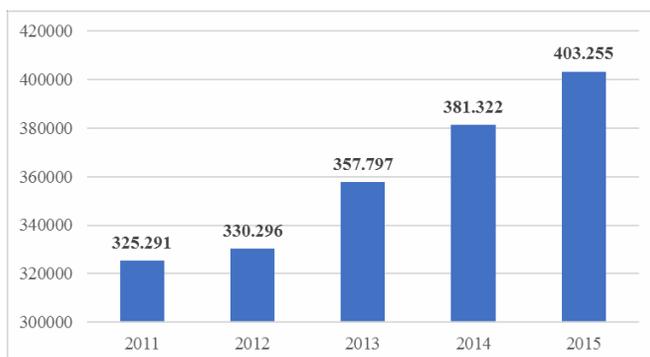


GRÁFICO 3 – Evolução do emprego formal de Pessoas com Deficiência no Brasil no período de 2011 e 2015.

Fonte: Brasil (2017).

Seguindo do gráfico, conclui-se que a evolução de PCD'S no mercado de trabalho vem aumentando nos últimos anos, onde em 2011 apenas 325.291 deficientes tinham emprego formal e no ano de 2015 já houve um grande aumento com 403.255 deficientes com emprego formal. Podemos perceber que os empregadores estão aceitando que pessoas com deficiências também precisam de emprego para ter sua renda mensal e assim poder colaborar com os gastos familiares.

#### 4 | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise das fontes bibliográficas, legislativas e dados quantitativos de outras pesquisas por iniciativa pública e privada, traz a luz a evolução do Brasil em relação aos PCDs após 28 anos da regulamentação dos direitos trabalhista das pessoas com deficiência, através da Lei nº 8213/91. A população brasileira tem aproximadamente 23,9% de seres humanos com alguma limitação, com 61,1% sem instrução ou ensino fundamental incompleto, o que totaliza 27.865.295,328 sem qualificação alguma.

As empresas com mais de 100 contribuintes têm a obrigatoriedade de conter

em seus quadros de 2% a 5% de PCDs e assim realizar as adaptações necessárias para estes terem acesso a toda a estrutura da empresa. O grande dilema diante desta situação é justamente a falta dos níveis mais altos de instrução para as pessoas com deficiência, tendo em vista que a educação é direito fundamental, sendo de obrigação do Estado fornecer, porém temos estatísticas onde demonstram que mais da metade da população com deficiência não chega nem ao ensino médio. Então surge a questão, como empresas podem ser obrigadas a contratar aquilo que quase não há o que contratar? Claro, há empresas que por malversação ou negligência deixam de contratar PCDs, por diversos motivos, mas como visto neste trabalho, estas pessoas jurídicas sofreram com prejuízos oriundos de ações trabalhistas.

## 5 | CONCLUSÃO

Em ilação deste artigo aponta-se diversas lacunas a serem preenchidas. A legislação brasileira muitas vezes cria choques entre realidade e a necessidade, talvez uma falta de conhecimento sobre a palavra “demanda”, pois exige aquilo que não há, na maioria das vezes, comprovado por dados estatísticos. Apesar de muitas vezes a não contratação das pessoas com deficiência se dar justamente por motivo de tal deficiência, preconceito ou falta de cumprimento arbitrário do que a lei exige, deve ser notado a falha em o Estado dispor e oferecer educação com qualidade, dando a devida atenção a este núcleo de pessoas.

A pesquisa atinge o seu objetivo, porém cria a possibilidade de novas buscas, principalmente a respeito do que o Estado faz, ou não faz, para contribuir com a própria lei que criou. As empresas se viram obrigadas a atender um “nicho jurídico”, porém esta demanda precisa primeiro que outra demanda seja comprida, a prestação adequada do serviço público de educação, que assim deve permitir e qualificar os PCDs para que se tornem capazes de assumir cargos mais altos e não serem excluídos por falta de qualificação.

É de imperativo interesse social que seja questionado ao Estado e assim como uma outra pesquisa seja feita. A linha de raciocínio terá que abordar a evolução da educação para pessoas com deficiências junto a Lei de Cotas, para que seja possível, de fato entender e ter o conhecimento da viabilidade e o cumprimento regular de tal lei. O legislativo deve cobrar o meio privado, mas de igual importância deve fazer a gestão pública cumprir com seus deveres e finalidades.

## REFERÊNCIAS

BAHIA, Melissa S. **Responsabilidade Social e Diversidade nas Organizações: Contratando Pessoas com Deficiência**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm) Acesso em: 19 de maio de 2019.

BRASIL. Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras Providências**. Diário Oficial da União 1991; jul 25.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/rais>. Acesso em: 12 de agosto de 2019

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Cartilha do Censo 2010: Pessoas com deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012b. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2019

GIMENES, Antonia Maria; BECHARA, Matheus Toledo; ÁVILA, Renato N. P.; RODRIGUES Bruna C.; ARAÚJO, Deise C. S. **A dificuldade da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. Acesso em: 19 de outubro de 2019. Disponível em: [https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol\\_33\\_1426199840.pdf](https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426199840.pdf)

FALEIRO, Gabriela Beatriz. **Os desafios na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. Trabalho de conclusão de curso - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 3.447, de 09 de dezembro de 1975**. Disponível em: <http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/6/40>. Acessado em: 12 ago 2019.

SCHWARZ, A.; HABER, J. **Cotas: como vencer os desafios da contratação de pessoas com deficiência**. São Paulo: I. Social, 2009.

**Tipos de Deficiência**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2012/04/tipos-de-deficiencia>. Acesso em: 19 mai. 2019

# CAPÍTULO 6

## DIREITO E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão: 01/07/2020*

### **Fabrine Antonello**

Faculdade Mater Dei  
Dois Vizinhos – PR

<http://lattes.cnpq.br/5999569020374176>

### **Jaqueline Antonello**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Dois Vizinhos – PR

<http://lattes.cnpq.br/3966081550582428>

**RESUMO:** A educação infantil é relevante ao desenvolvimento humano, pois estabelece as bases para as aprendizagens das crianças. A Constituição de 1988 inovou na tratativa da educação, estabelecendo direitos e diretrizes. Entretanto, quanto à educação infantil, nota-se uma reiterada falha prestacional, vez que o Estado não disponibiliza vagas a todos os titulares do direito. Notável tem sido a busca pela efetivação deste direito através de intervenções judiciais. Este trabalho objetiva analisar a intervenção do Poder Judiciário e do Ministério Público para a disponibilização de vagas em educação infantil na cidade de Dois Vizinhos – PR. Para realizar esta pesquisa utilizou-se o método de análise dedutivo, com objetivo exploratório e técnicas de documentação indireta. A partir dos dados consultados foi possível observar que a população assumiu protagonismo face ao direito à educação infantil, que provocar a jurisdição é eficaz na garantia da vaga em creches e pré-

escolas e que as intervenções resultaram em acordo com operacionalização das obrigações municipais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito à Educação. Educação Infantil. Poder Judiciário. Ministério Público.

### **LAW AND CHILDHOOD EDUCATION: AN INTERDISCIPLINARY APPROACH**

**ABSTRACT:** The early childhood education is relevant to human development as it lays the foundation for children's learning. The 1988 Constitution innovated in dealing with education, establishing rights and guidelines. However, with regard to early childhood education, there is a repeated failure in provision, since the State does not provide vacancies to all right holders. Notable has been the search for the realization of this right through judicial interventions. This work aims to analyze the intervention of the Judiciary and the Public Ministry for the provision of places in early childhood education in the city of Dois Vizinhos – PR. In order to carry out this research, the deductive analysis method was used, with an exploratory objective and indirect documentation techniques. From the data consulted, it was possible to observe that the population assumed a leading role in the right to early childhood education, that provoking jurisdiction is effective in guaranteeing a place in daycare centers and pre-schools and that the interventions resulted in an agreement with the operationalization of municipal obligations.

**KEYWORDS:** Right to Education. Early Childhood Education. Judiciary. Public Ministry.

## 1 | INTRODUÇÃO

Atualmente a educação infantil é a primeira etapa da educação básica brasileira, é o primeiro contato dos sujeitos sociais de zero a cinco anos de idade com a educação formal. Englobando instituições educativas denominadas creches e pré-escolas, a educação infantil constitui-se numa etapa que procura aliar o cuidado e a educação, numa perspectiva de complementar a ação da família e da comunidade no que concerne ao desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

Tamanha é a relevância da educação infantil, uma vez que a partir dela são desenvolvidas as bases para que as crianças se aproximem da cultura e do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, que desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 ela é considerada um direito das crianças e um dever do Estado e da família.

De acordo com a lei maior, cabe ao município ofertar as vagas para as crianças em instituições de educação infantil gratuitas, mas essa oferta de vagas acaba sendo limitada às possibilidades de atendimento das crianças conforme recursos físicos e humanos destinados a estas instituições de ensino.

Em agosto de 2016, existiam 569 (quinhentas e sessenta e nove) crianças de zero a três anos na lista de espera por uma vaga em Centros de Educação Infantil no Município de Dois Vizinhos – PR. A constatação desta realidade conduziu à necessidade de aprofundamento dos estudos quanto à temática.

Uma vez que as vagas são limitadas, o direito a educação infantil acaba não sendo efetivado do modo posto na Constituição e isso acarreta em uma busca pela tutela jurisdicional a fim de garantir o direito em questão. Este modo de buscar a efetivação do direito à educação infantil e a discussão sobre a importância desta etapa da educação constituíram-se como objetos de estudo da pesquisa.

De maneira geral, a pesquisa objetiva discutir o protagonismo da população duovizinhense na busca de vagas na Educação Infantil e o compromisso assumido pelo Município de Dois Vizinhos em Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com Ministério Público do Estado do Paraná.

Entretanto, compreendendo a necessidade de delimitar o objeto de estudo e considerando que o Poder Judiciário pode ser provocado por duas vias distintas, por meio de ajuizamento de uma ação de obrigação de fazer ou por impetração de mandado de segurança, optou-se por analisar quantitativamente apenas os processos que fizeram uso do remédio constitucional, ao longo dos anos de 2015 a 2016 no município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

A delimitação conduziu ao seguinte problema de pesquisa: qual foi incidência da impetração de mandados de segurança, na Vara da Infância e Juventude do

município de Dois Vizinhos, nos anos de 2015 e 2016, visando à concessão de vaga em creche ou pré-escola a fim de efetivar o direito à educação infantil?

Para responder ao problema de pesquisa, este trabalho foi organizado de maneira a articular brevemente a importância da educação infantil e a procura por intervenções do Poder Judiciário a fim de buscar a garantia deste direito da criança, em face ao problema da escassez de vagas em creches e pré-escolas. Ainda, é importante explicitar que o trabalho também é composto de um tópico destinado à metodologia da pesquisa e outro referente à análise e discussão dos resultados.

## **2 I EDUCAÇÃO INFANTIL: BREVE HISTÓRICO**

A história da educação infantil demonstra que “durante muito tempo, a educação da criança foi considerada uma responsabilidade das famílias ou do grupo social ao qual ela pertencia” (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 13). Como a educação era uma responsabilidade familiar e/ou social, nenhuma instituição formal de educação compartilhava de tal tarefa e essa situação perdurou por “um bom período da história da humanidade” (idem, p. 13).

Ainda de acordo com Craidy e Kaercher (2001, p. 14), “as creches e pré-escolas surgiram depois das escolas e seu aparecimento tem sido muito associado com o trabalho materno fora do lar, a partir da revolução industrial”. Historicamente, as mães têm sido consideradas as principais responsáveis pelo cuidado e educação das crianças, no ambiente doméstico de sociedades patriarcais.

Entretanto, a partir do momento em que as mães, assim como os pais, também começaram a fazer parte do mercado de trabalho produtivo, não mais puderam ficar em casa para cuidar dos filhos durante os períodos de trabalho. Isso remete a ideia de que a educação infantil se estabeleceu como um direito da família e não das crianças.

É num contexto social de mudanças políticas e econômicas que surgem as primeiras creches e pré-escolas brasileiras após a metade do século XX, como ambiente alternativo para crianças que não poderiam ficar sozinhas em casa enquanto os pais trabalhavam. Conforme estas instituições se estabeleceram como ambientes destinados ao cuidado de crianças, acabaram por adquirir caráter assistencial, higienista e imediato, pois a importância da educação recaiu sobre o ato de cuidar, isto é, sobre manter a criança saudável e alimentada até o fim do dia, quando ela voltasse para casa.

### **2.1 A educação como direito fundamental**

Ainda que a história da educação infantil demonstre que ela nem sempre foi um direito da criança, isso foi modificado com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 (CRFB/88). Considerando o contexto

histórico anterior a sua promulgação, a Constituição de 1988 reflete os anseios para a retomada de direitos usurpados durante o período ditatorial e uma das características do texto é a extensa positivação de direitos humanos.

Esses direitos, quando positivados na lei maior, recebem o nome de direitos fundamentais, terminologia tida como correta no entender de Sarlet et al (2017) vez que a expressão ‘direito fundamental’ está intimamente ligada ao reconhecimento de um Estado sobre determinado direito.

Dentre os direitos fundamentais, especial atenção merece o direito a educação, uma vez que ela serve ao processo de humanização dos indivíduos, na medida em que é por meio dela que as gerações mais velhas ensinam às gerações mais novas os hábitos, os costumes e a cultura de cada sociedade.

Como expõe Saviani (2013, p. 13), “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. É por meio da educação, especialmente por meio da educação escolar, que os conhecimentos historicamente acumulados pelo ser humano são sistematizados aos novos sujeitos sociais. Tal sistematização ocorre não só em prol do desenvolvimento de cada indivíduo singular, mas serve também à própria manutenção da sociedade, seja para conservá-la ou para renová-la.

A partir do momento em que a educação, não só de conhecimentos sistematizados, mas de hábitos e valores culturais, apresenta-se como um dos parâmetros para a aceitação dos sujeitos na sociedade, pode-se admitir que ela é um meio de garantir a dignidade do homem e, mais do que isso, sua humanidade.

A educação, de fato, é um direito humano consagrado no art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Esse direito encontra-se positivado na CRFB/88 no rol dos direitos sociais do art. 6º e tamanha é sua importância, que dentro da Constituição, possui uma seção própria, abrangendo os arts. 205 a 214.

É necessário considerar que a Constituição definiu a titularidade do direito em questão como sendo universal, o texto do art. 205 é claro ao afirmar que esse é um direito de todos. Tal amplitude é condizente com a finalidade da educação, visto que é através dela que os sujeitos se apropriam da cultura, da história e das práticas sociais do local em que vivem. Esta apropriação tem início na educação infantil, uma vez que ela é a etapa inicial de um processo educativo formal que permite o estabelecimento das bases do desenvolvimento da criança.

## **2.2 O direito à educação infantil**

Quanto a educação infantil, em específico, a Constituição definiu no art. 208, IV que o dever do Estado será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 5 (cinco) anos de idade. Esse dever é

reproduzido no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90, no art. 54, IV, e na Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu art. 4º.

Veja que uma das características da carta constitucional quanto a sua finalidade é ser dirigente, poder-se-ia questionar qual a eficácia da norma do art. 208, IV. O entendimento consolidado no Supremo Tribunal Federal<sup>1</sup> é de considerar o artigo mencionado como norma de eficácia plena, ou seja, apta a produzir os seus efeitos. De acordo com esta visão, para ter acesso a educação infantil bastaria que fosse demonstrado o interesse na vaga.

Por força do disposto no art. 211, § 2º da CRFB/88 o ente responsável por cumprir a determinação constitucional de garantir o acesso à educação infantil é o Município. Entretanto, o que está sendo possível observar nos últimos anos é uma tentativa por parte deste ente de não atender às demandas sociais por educação infantil, ao não ofertar vagas suficientes nesta primeira etapa da educação básica.

Considerando que a educação é meio de garantir a dignidade da pessoa humana, e que esse é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, (BRASIL, 1988, art. 1º, III), ao descumprir o texto legislativo, no entender de Cury e Amaral (2014), fere-se a ordem constitucional.

Ao passo que o Estado descumpra seu papel de garantir educação infantil gratuita para crianças de até 5 (cinco) anos de idade, percebeu-se um protagonismo dos pais das crianças que têm seus direitos violados. Não mais esperam que Poder Executivo promova a oferta da vaga conforme sua discricionariedade, mas provocam o Poder Judiciário a fim de garantir a efetividade do direito.

Cury e Ferreira (2009) acreditam que essa intervenção do Poder Judiciário, no que tange a educação, é possível em razão das garantias expressas na Constituição, os autores denominam esse fenômeno como 'judicialização da educação', através do qual é possível que o titular do direito busque a responsabilização do Poder Público pelo não cumprimento de seu dever constitucional. Ainda conforme os autores: "A consolidação dos direitos sociais apresentou como reflexo uma nova faceta, que não tem precedente na história do direito: uma relação direta entre a justiça e educação" (CURY, 2009, p. 34).

### 3 | MÉTODO

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo analisar o protagonismo da população duovizinhense na busca de vagas na Educação Infantil através da impetração de mandados de segurança e o compromisso assumido pelo Município de Dois Vizinhos em Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado

---

<sup>1</sup> RE 582825, Relator: Min. AYRES BRITTO, julgado em 22/03/2012.

com Ministério Público do Estado do Paraná. Para atingir tal objetivo foi necessário estabelecer um percurso metodológico que respaldasse uma pesquisa sobre o assunto.

Tendo como base o método de análise dedutivo, método este “que antecede a experiência, e não exige confirmação experimental, mas somente coerência lógica” (RUIZ, 1979, p. 110), optou-se por realizar uma pesquisa com objetivo exploratório uma vez que, de acordo com Ruaro (2004, p. 24), “a pesquisa exploratória é um estudo que tem por finalidade buscar maiores informações sobre determinado assunto”. Além disso, foram utilizadas técnicas de documentação indireta, especificamente revisão bibliográfica.

Marconi e Lakatos (1990), explicam que a revisão bibliográfica tem o intuito de aproximar o pesquisador dos conteúdos já produzidos sobre o tema pesquisado, “não é mera repetição do que já foi falado ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 1990, p. 66).

Por concordar com as autoras e considerar a relevância deste procedimento de obtenção de dados como forma de conduzir a pesquisa, este trabalho teve como base estudos acerca da educação infantil e do fenômeno educativo enquanto direito fundamental e levantamento de informações a respeito da obtenção de vagas para crianças em creches e pré-escolas por meio da intervenção do Poder Judiciário em um município da região sudoeste do Paraná.

Devido à necessidade de delimitação do objeto de estudo e considerando que o Poder Judiciário pode ser provocado por meio de ajuizamento de uma ação de obrigação de fazer ou por impetração de mandado de segurança, optou-se por analisar quantitativamente apenas os processos que fizeram uso do remédio constitucional, ao longo dos anos de 2015 a 2016 no município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Faz-se importante esclarecer que essa delimitação temporal foi definida visando analisar o processo de judicialização da educação infantil no município de Dois Vizinhos em períodos anteriores ao estabelecimento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), IC n.º 0048.14.000031-5, de 9 de setembro de 2016. Esse TAC diz respeito ao cadastramento das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos que estão na lista de espera dos Centros Municipais de Educação Infantil, a fim de implantar, realizar manutenção e operacionalizar um programa municipal de proteção à infância.

#### **4 I ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Conforme indicado previamente, como meio de restringir a pesquisa, foram

analisadas apenas solicitações de vagas em creches e pré-escolas nas instituições de educação infantil públicas de Dois Vizinhos mediante mandados de segurança impetrados ao longo dos anos de 2015 e 2016.

De acordo com dados disponibilizados pela Vara da Infância e Juventude deste município, identificou-se que durante o ano de 2015 nenhuma vaga foi solicitada mediante processo judicial. Já no ano de 2016, ao longo dos meses de março, abril, maio, julho e agosto foram distribuídas 6 (seis) ações. Das ações distribuídas, em uma delas, a criança conseguiu a vaga antes da sentença, nas outras cinco, a sentença concedeu a segurança para obrigar a oferta da vaga.

Levando em consideração o fato de o TAC ter sido assinado no mês de setembro, cabe a reflexão sobre a relação existente entre o aumento substancial de impetração de mandados de segurança e o estabelecimento deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

De acordo com o TAC, a erradicação da falta de vagas em creches e pré-escolas municipais se dará de maneira escalonada, sob pena de multa e outras medidas judiciais, devendo o município criar vagas para atender:

- 15% - (quinze por cento) da demanda manifesta, indicada no recadastramento realizado em agosto de 2016, o qual atestou uma demanda de 569 (quinhentos e sessenta e nove) crianças em lista de espera até 30 de junho de 2017;
- 12% - (doze por cento) da demanda manifesta remanescente até 31 de dezembro de 2017;
- 30% - (trinta por cento) da demanda manifesta remanescente até 30 de junho de 2018;
- 50% - (cinquenta por cento) da demanda manifesta remanescente até 30 de junho de 2019;
- 100% - (cem por cento) da demanda manifesta remanescente até 31 de dezembro de 2019 (DOIS VIZINHOS, 2016, p. 5).

Ainda que o levantamento dos dados demonstre que a utilização de intervenções, tanto pelo Poder Judiciário, quanto pelo Ministério Público como meios de obter a efetivação do direito seja maneira eficaz e coerente à finalidade da educação, qual seja, humanizar a criança por meio da garantia de vaga em instituição formal de ensino, faz-se necessário dar continuidade aos estudos no sentido de identificar em que medida o direito ao acesso à primeira etapa da educação básica tem se efetivado no contexto deste município em particular.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação informal é realizada no bojo do núcleo familiar e o trabalho educativo realizado em instituições formais de ensino vem complementar a ação da família, de maneira a contribuir com a humanização do ser humano.

Tamanha é a importância da educação, que este direito humano foi positivado na Constituição de 1988. Inclusa no rol dos direitos fundamentais, o acesso a educação é um dos meios de garantir à dignidade da pessoa humana e, por conseguinte o respeito a um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Ainda de acordo com a Constituição, a educação básica deve ser ofertada pelo Estado desde a sua primeira etapa. O Município é o ente responsável pela atuação na educação infantil e, conseqüentemente, se torna o responsável por garantir a efetivação do direito através da disponibilização de vagas em creches e pré-escolas, às crianças de até 5 (cinco) anos de idade.

Frente à falha prestacional que incorre o Município ao não disponibilizar vagas suficientes, a população se vê condicionada a questionar o descumprimento da norma constitucional e a se posicionar em favor da efetivação do direito a educação, em especial pelo direito a educação infantil. Uma das formas de buscar a efetivação do direito, quando denegado pelo Município, é por meio da intervenção do Poder Judiciário

No município de Dois Vizinhos, analisou-se a procura pela tutela jurisdicional através da impetração de mandados de segurança com a finalidade de garantir a matrícula em estabelecimento público de ensino infantil. A análise quantitativa dos dados demonstra que ocorreu um aumento exponencial na procura dessa intervenção judiciária. Enquanto ao longo do ano de 2015, nenhum processo foi distribuído, em 2016, seis ações buscaram a matrícula em educação infantil através da impetração de mandado de segurança.

Em relação a estas ações, em umas delas a vaga foi ofertada no decorrer do processo, as demais tiveram sentença concedendo a segurança e ordenando que o Município disponibilizasse vaga em creche ou pré-escola para efetivar o direito a educação infantil.

O TAC assinado em setembro de 2016 normatiza como se dará o preenchimento das vagas que serão criadas e deixa claro que o município não pode se escusar de cumprir com sua obrigação constitucional.

A pesquisa confirma a hipótese de que houve aumento da incidência de processos judiciais com a finalidade de assegurar o direito à educação infantil. Em razão da delimitação temporal e dos resultados obtidos, é necessário que mais estudos sejam realizados a fim de demonstrar o protagonismo da população frente à inércia do Poder Executivo. Mais do que isso, faz-se mister continuar acompanhando

as ações do município de Dois Vizinhos no que se refere ao acordo estabelecido no TAC para a criação de vagas na educação infantil até o fim do ano de 2019.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União: Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Brasília, 1996.

CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil; AMARAL, Cláudia Tavares do. **O direito à educação básica: análise inicial dos julgamentos do tribunal de justiça de Minas Gerais**. In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2014, Portugal. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT5/GT5\\_Comunicacao/CarlosRobertoJamilCury\\_GT5\\_integral.pdf](http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/CarlosRobertoJamilCury_GT5_integral.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. A Judicialização da educação. **Revista CEJ**, Brasília, ano XIII, n. 45, Abr./Jun 2009, p. 32-45. Disponível em: <[www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/download/1097/1258](http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/download/1097/1258)>. Acesso em: 24 jul. 2019.

DOIS VIZINHOS. **Termo de Ajustamento de Conduta**. IC nº 0048.14.000031-5, de 9 de setembro de 2016. In: Ministério Público do Estado do Paraná, Dois Vizinhos -PR, 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, 1948. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10133.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm)>. Acesso em: 29 out. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1990.

RUARO, Dirceu A. **Manual de Apresentação Acadêmica**. 2. ed. Pato Branco: Faculdade Mater Dei, 2004.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1979.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: AutoresAssociados, 2013.

## HÁBITOS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE RÓTULOS DE ALIMENTOS: UMA AVALIAÇÃO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 02/07/2020

### **Carina Carvalho Novaes**

Universidade de Pernambuco Campus  
Petrolina  
Petrolina – Pernambuco  
<http://lattes.cnpq.br/4719557888272047>

### **Géssica Coelho Alencar**

Universidade de Pernambuco Campus  
Petrolina  
Petrolina – Pernambuco  
<http://lattes.cnpq.br/7583869385644998>

### **Maria Carolina Barros Costa**

Universidade de Pernambuco Campus  
Petrolina  
Petrolina – Pernambuco  
<http://lattes.cnpq.br/5295955154139827>

### **Marianne Louise Marinho Mendes**

Universidade de Pernambuco Campus  
Petrolina  
Petrolina – Pernambuco  
<http://lattes.cnpq.br/8543712630106354>

**RESUMO:** Os rótulos são elementos de comunicação entre os produtos e os consumidores. A informação clara sobre quantidade, característica, composição, qualidade, bem como sobre os riscos que um produto apresenta é um direito básico do consumidor. Sabendo disso, é imprescindível a leitura dos rótulos presentes nesses produtos, para garantir melhores opções

de compra e consumo. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi verificar o conhecimento a respeito da rotulagem de alimentos dos alunos dos cursos de Pedagogia e Matemática da Universidade de Pernambuco Campus Petrolina. A pesquisa é de caráter quantitativa descritiva, com delineamento transversal, onde foram aplicados 50 questionários de conhecimentos a respeito da rotulagem de alimentos aos alunos dos cursos de Pedagogia e Matemática da Universidade de Pernambuco Campus Petrolina. Sendo os dados analisados e tabulados, com os resultados transformados em porcentagem, através do *Microsoft Office Excel for Window 2010*. 58% das pessoas afirmaram ler somente às vezes os rótulos, enquanto que apenas 14% frequentemente leem, mas a maioria afirmou que compreendem os rótulos, porém 60% não confiam nas informações trazidas nestes. A maioria dos entrevistados não pesquisam sobre rótulos e 66% desconhecem sobre as normativas de rotulagem. 46% mostraram-se insatisfeitos com as informações, e 54% disseram que os rótulos não interferem no momento da compra. Pôde-se concluir que os alunos não possuem, em sua maioria, o hábito de ler os rótulos presentes em alimentos, isso pode ser devido a eles não possuírem boa compreensão acerca deste, e nunca terem recebido qualquer orientação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rotulagem de Alimentos; Alimentos; Leitura; Universidades.

## HABITS OF READING AND UNDERSTANDING OF LABELS OF FOOD AN EVALUATION IN STUDENTS UNIVERSITY

**ABSTRACT:** Labels are elements of communication between products and consumers. Clear information about quantity, characteristics, composition, quality, as well as the risks that a product presents is a basic consumer right. Knowing this, it is essential to read the labels present in these products, to ensure better options for purchase and consumption. Thus, the objective of this work was to verify the knowledge about food labeling of students in the Pedagogy and Mathematics courses at the Universidade de Pernambuco Campus Petrolina. The research is of a quantitative and descriptive nature, with a cross-sectional design, where 50 questionnaires of knowledge about food labeling were applied to students of the Pedagogy and Mathematics courses at the Universidade de Pernambuco Campus Petrolina. With the data analyzed and tabulated, with the results transformed into a percentage, using Microsoft Office Excel for Window 2010. 58% of people said they only read the labels sometimes, while only 14% often read them, but most said they understand the labels, however 60% do not trust the information brought in them. Most respondents do not research on labels and 66% are unaware of labeling regulations. 46% were dissatisfied with the information, and 54% said that the labels do not interfere at the time of purchase. It could be concluded that the students do not have, in their majority, the habit of reading the labels present in food, this may be due to the fact that they do not have a good understanding of this, and have never received any guidance.

**KEYWORDS:** Food Labeling; Food; Reading; Universities.

### INTRODUÇÃO

Segundo BRASIL (2002) rótulo é toda inscrição, legenda, imagem ou toda matéria descritiva ou gráfica que esteja escrita, impressa, estampada, gravada, gravada em relevo ou litografada ou colocada sobre a embalagem do alimento.

As informações apresentadas nos rótulos não podem induzir o consumidor ao equívoco nas escolhas em relação à verdadeira composição e característica do alimento; destacar qualidades que possam enganar o consumidor em relação a propriedades medicinais e terapêuticas; e recomendar a fim de prevenir doenças ou cura-las através do seu consumo para melhorar a saúde. Além disso, os rótulos devem passar informações a respeito dos aspectos quantitativos e qualitativos do produto, compreendendo a declaração de valor energético e os nutrientes presentes no produto (ALMEIDA, 2004).

Para os órgãos competentes M.A.P.A. – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, INMETRO- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, M.J- Ministério da Justiça, através dos rótulos que se podem identificar os lote e a data de fabricação do produto, permitindo que esses órgãos retirá-los do mercado caso seja

constatada alguma irregularidade ou alguma ameaça para a saúde da população (ALMEILDA, 2004).

Porém, existem uma grande diversidade de grupos de consumidores e estes vão se diferenciar de acordo com a faixa etária, renda familiar, grau de escolaridade, entre outros, que vão apresentar direta influenciar nas escolhas e tipo de produto a ser consumido e na relevância e entendimento das informações expostas, podendo causar um público desinformado quando os mesmos apresentam o desinteresse e incompreensão das descrições do que está sendo consumido (SOUZA et al, 2016 *apud* PINHEIRO, 2011).

Segundo CAVADA *et al* (2012) *apud* MACHADO (2006) os rótulos são elementos de comunicação entre o produto e os consumidores, e devem auxiliá-los na decisão de compra, aumentando a eficiência do mercado e o bem-estar do consumidor. Uma vez que, a portaria SVS/MS 42/98 afirma que são direitos básicos do consumidor: a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como, sobre os riscos que apresentem (Item III do art. 6º da Lei 8078/90 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor) (BRASIL, 1990).

No entanto, o fato de a rotulagem ser obrigatória não significa que os consumidores a estejam utilizando como uma ferramenta para a escolha dos alimentos que devem compor sua dieta habitual e, assim, reduzir os excessos alimentares e, conseqüentemente, os danos ocasionados à saúde. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi verificar o conhecimento a respeito da rotulagem de alimentos dos alunos dos cursos de Pedagogia e Matemática da Universidade de Pernambuco *Campus* Petrolina.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa é de caráter quantitativa descritiva, com delineamento transversal e foi realizado no ano de 2017 com alunos universitários dos cursos de Pedagogia e Matemática da Universidade de Pernambuco *Campus* Petrolina durante a disciplina de Tecnologia de Alimentos do curso de Nutrição.

Foram aplicados 50 questionários semiestruturados, baseado em Giacobbo, Gräff e Bosco (2009) de conhecimentos a respeito da rotulagem de alimentos. O instrumento continha perguntas referentes a frequência de leitura, compreensão da leitura, confiança nas informações, orientações sobre rotulagem, pesquisas sobre rótulos, satisfação com rótulos de alimentos, conhecimento das normativas à rotulagem de alimentos e Interferência destes na compra dos alimentos

Para controle das informações, interpretação e demonstração dos resultados obtidos, os dados dos questionários foram tabulados em uma planilha do *Microsoft*

*Office Excel for Windows 2010*, sendo os resultados representados em tabela.

## RESULTADOS

Dos 50 entrevistados, 58% responderam que às vezes realizam a leitura, enquanto 16% nunca leem, 12% raramente e apenas 14% praticam a leitura dos rótulos de alimentos.

Em relação à compreensão dos rótulos, dos 50 entrevistados 54% afirmaram compreender bem o que eles informam, enquanto que 30% afirmaram não compreender bem e 16% afirmaram não ler rótulos.

Outro ponto questionado foi à confiança nas informações prestadas nas rotulagens onde foi visto que 60% não confiam. Sendo 40% as pessoas que confiam nessas informações

No que se refere ao recebimento de orientações sobre rótulos 90% responderam que não foram orientadas, apenas 10% afirmaram já terem sido orientados sobre rotulagem.

Quando questionadas se pesquisam sobre rótulos, apenas 40% responderam que sim, mas que essa pesquisa era rara, acontecendo uma vez ou outra. Já 60% dos entrevistados disseram que não pesquisam sobre rótulos.

Em relação à satisfação dos entrevistados com a rotulagem que se encontra nos alimentos 42% responderam que estão satisfeitos, enquanto que 46% disseram não estarem satisfeitos e 12% apresentaram-se muito insatisfeitos com a rotulagem.

Dos 50 entrevistados 66% desconhecem e 34% mostraram conhecer pouco as normativas à rotulagem de alimentos.

No que diz respeito à interferência do rótulo na escolha dos alimentos 46% dos entrevistados responderam que sim, enquanto 54% dos entrevistados disseram não ter influencia da rotulagem na hora de comprar os alimentos. Todos esses dados estão demonstrados na **Tabela 1**.

VARIÁVEIS	PORCENTAGEM (%)
<b><i>Frequência de leitura de rótulos em alimentos</i></b>	
Sempre	14,0
Às vezes	58,0
Raramente	12,0
Nunca	16,0
<b><i>Compreensão da leitura dos rótulos</i></b>	
Sim	54,0
Não	30,0
Não leio rótulos	16,0
<b><i>Confiança nas informações dos rótulos</i></b>	
Sim	40,0
Não	60,0
<b><i>Orientações sobre rotulagem</i></b>	
Sim	10,0
Não	90,0
<b><i>Pesquisas sobre rótulos</i></b>	
Sim	40,0
Não	60,0
<b><i>Satisfação com rótulos de alimentos</i></b>	
Satisfeito	42,0
Insatisfeito	46,0
Muito insatisfeito	12,0
<b><i>Conhecimento das normativas à rotulagem de alimentos</i></b>	
Desconheço	66,0
Conheço pouco	34,0
<b><i>Interferência dos rótulos na compra dos alimentos</i></b>	
Sim	46,0
Não	54,0

Tabela 1. Variáveis quanto à Frequência de leitura, Compreensão, Confiança, Orientações, Pesquisas, Satisfação, Conhecimento das normativas e Interferências dos rótulos de alimentos.

## DISCUSSÃO

Neste estudo, os dados encontrados em relação à frequência de leitura dos rótulos, foi observado que o maior número dos entrevistados foram de indivíduos que realizam a leitura dos rótulos raramente (58%). Esses dados ainda foram maiores do que os abordados pelos autores Lunelli et al (2006) afirmando um percentual de 55,7% de consumidores que liam os rótulos.

Contudo, os grupos foram diversificados em sua faixa etária, uma vez que os autores relatam uma pesquisa em idosos. Porém, esta vertente mostra-se ao contrário dos estudos realizados nos Estados Unidos, que segundo Silva (2003) a frequência de leitura de rótulos aumentam à medida que o consumidor vai envelhecendo.

Em relação a compreensão da rotulagem, 54% afirmaram compreender bem as informações contidas nos rótulos, dessa forma o consumidor pode exercer os princípios de seus direitos de escolha a respeito de aquisição ou não dos produtos (FURVINAL; PINHEIRO, 2009). Além disso, Segundo o Ministério da Saúde, metade das pessoas que costumam ler os rótulos dos alimentos que consomem não compreendem adequadamente o significado destas informações (ANVISA e UnB, 2005).

Dos 30% que afirmaram não compreender bem os rótulos podem ser ocasionada por segundo Nascimento *et al* (2013) uma difícil compreensão das informações presente nesses, tais como à utilização de linguagem técnica, abreviaturas, siglas e uso de letras de tamanho pouco legível. Desta forma, pode-se observar uma contradição quanto à finalidade da rotulagem de alimentos, pois, ao mesmo tempo em que representa um elo entre o consumidor e o produto, é elaborado de forma a dificultar a compreensão da informação.

Dentre os entrevistados, 60% dos entrevistados relataram não confiar nos rótulos apresentados nos alimentos, um dado superior ao dos autores Lunelli et al (2006) onde 33,8% afirmaram não confiar em rótulos de alimentos. Contudo também foi demonstrado que a maioria não pesquisam, não conheciam e não tinham orientações acerca dos rótulos e os que possuíam em sua maior parte eram insatisfeitos com as informações, não interferido nas escolhas dos alimentos comprados.

Contudo, estas informações podem, segundo OLIVEIRA (2013) ser adquiridas através do Manual de Orientação aos Consumidores-Educação para o consumo saudável, que se encontra disponível na internet, porém informações sobre este tipo de material informativo são muito escassas e pouco divulgadas.

## CONCLUSÃO

Com este estudo, pôde-se concluir que os entrevistados (estudantes de Pedagogia e Matemática) não possuíam em sua maioria, os hábitos de leituras dos rótulos, no entanto os mesmos também não possuíam boa compreensão e orientações acerca dos mesmos. Sendo assim, faz-se necessário um maior desenvolvimento de atividades em relação ao entendimento de rotulagem, como divulgações de manuais propostos pela ANVISA e elaborações de rótulos com informações mais simples e objetivas que facilitem o entendimento dos consumidores.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. F. Rotulagem de alimentos. 2004. 88 f. **Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação) Universidade católica de Goiás** -departamento de matemática e física. Goiás, 2004.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB. **Rotulagem Nutricional Obrigatória: Manual de Orientação às Indústrias de Alimentos**. 2. versão. Brasília: ANVISA, UnB, 2005. 44 p.
- BRASIL. Agência nacional de vigilância sanitária. **Resolução-rdc nº 259**. 20 de setembro de 2002. Publicada no: D.O.U, 23 de setembro de 2012. Disponível em: [http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/RDC\\_259\\_2002.pdf/e40c2ecb-6be6-4a3d-83ad-f3cf7c332ae2](http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/RDC_259_2002.pdf/e40c2ecb-6be6-4a3d-83ad-f3cf7c332ae2) Acesso em: 14/07/2017
- BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor - Lei 8078/90 Lei nº 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91585/codigo-de-defesa-do-consumidor-lei-8078-90#art-6> Acesso em: 14/07/2017
- CAVADA, G. S.; PAIVA, F. F.; HELBIG, E.; BORGES, L. R. Rotulagem nutricional: você sabe o que está comendo?. **Rev Brazilian Journal of Food Technology** v. 15, n.spe, p. 84-88, 2012.
- FURVINAL, A. C.; PINHEIRO, S. M. O público e a compreensão da informação nos rótulos de alimentos: o caso dos transgênicos. **Rev digital de biblioteconomia e ciência da informação** v.7, n. 1, p. 01-19, 2009.
- GIACOBBO, E. Z.; GRÄFF, T.; BOSCO, S. M. D. Nível de conhecimento sobre rotulagem de alimentos por consumidores do município de Doutor Ricardo/RS. **Revista Destaques Acadêmicos**. 2009.
- LUNELLI A. C et al; **Morbidades em idosos e sua relação com o hábito de leitura da rotulagem de alimentos**. Curso de Nutrição da UNESC, 2006.
- NASCIMENTO, C.; RAUPP, S. M.; TOWNSEN, R. T.; BALSAN, G. A.; MINOSSI, V. Conhecimento de consumidores idosos sobre rotulagem de alimentos. **Rev Epidemiol Control Infect.** v.3, n.4, p. 144-147, 2013.

OLIVEIRA, G. B. **Avaliação da compreensão das informações nutricionais dos rótulos de alimentos industrializados, por profissionais de uma unidade de alimentação e nutrição (uan) de uma empresa de Serra- ES.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação). Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo. Vitória, 2013.

SILVA, M. Z. T. **Influência da rotulagem nutricional sobre o consumidor.** Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9050/1/arquivo8931\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9050/1/arquivo8931_1.pdf). Acesso em: 14/07/2017.

SOUZA, E. F.; SILVA, K. C. N.; SANTOS, A. R.; OLIVEIRA, F. L. N.; GUEDES, J. P. AZERÊDO, G. A. **Faixa etária exerce influência na leitura e compreensão de rótulos nutricionais.** In XXV Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos-Alimentação: a árvore que sustenta a vida, 25., 2016, Gramado, Anais. Gramado: Faculdade de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

# CAPÍTULO 8

## AS NARRATIVAS NOS LIVROS DE OCORRÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA ENTRE OS ESTUDANTES

Data de aceite: 01/10/2020

**Sergivano Antonio dos Santos**

Colégio CEMA-Centro Educacional Maria Alice  
Caruaru-PE  
<http://lattes.cnpq.br/4044746108152747>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivos explicar, a partir de uma análise dos registros encontrados nos livros de ocorrências de duas escolas da rede pública, sobre casos de violência física entre estudantes e os fatores a ela associados, que revelam um modelo de sociabilidade específica e de que maneira a escola tem conduzido esses casos. A temática foi desenvolvida a partir de uma pesquisa documental de caráter qualitativo nos registros dos livros de ocorrências relativos ao ensino médio de dois estabelecimentos de ensino público estadual do município de Caruaru (PE), 2016 e 2017. Para tanto, lanço mão da análise do discurso em sua vertente francesa (AD), alinhado a teoria de Pêcheux, como instrumento teórico e metodológico. Ao abordar a temática da violência, a categoria dialógica Bakhtiniana, embora não sendo essa francesa, se mostrou relevante para essa pesquisa dado a sua presença nas ocorrências. Assim, o diálogo que se estabelece entre a escola e os sujeitos (estudantes) que praticaram atos violentos e os debates em sala de aula são grandes aliados no processo de estranhamento, desnaturalização e superação do apelo a força física na resolução de conflitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência física. Escola.

Sociabilidade violenta. Discurso. Sujeito.

### THE NARRATIVES IN OCCURRENCES BOOKS: AN ANALYSIS OF PHYSICAL VIOLENCE PRACTICES AMONG STUDENTS

**ABSTRACT:** This article aims to explain, based on an analysis of the records found in the books of occurrences of two public schools, about cases of physical violence among students and the factors associated with it, which reveal a specific sociability model and that way the school has conducted these cases. The theme was developed from a qualitative documentary research in the records of occurrence books related to high school in two state public schools in the municipality of Caruaru (PE), 2016 and 2017. For that, I use the analysis of the discourse in its French aspect (AD), aligned with Pêcheux's theory, as a theoretical and methodological instrument. When addressing the theme of violence, the Bakhtinian dialogical category, although not being French, proved to be relevant to this research given its presence in the occurrences. Thus, the dialogue established between the school and the subjects (students) who practiced violent acts and the debates in the classroom are great allies in the process of strangeness, denaturalization and overcoming the appeal to physical strength in conflict resolution.

**KEYWORDS:** Physical violence. School. Violent sociability. Speech. Subject.

### 1 | INTRODUÇÃO

A violência, seja ela um ato de impulso de

ação e reação ou de manifestação de sentidos, sempre esteve presente nas relações humanas, sobretudo quando está relacionada à necessidade de sobrevivência. Hobbes (2005), no estado de natureza, destaca a lógica da sobrevivência pelo uso da força do mais forte: o “homem lobo do próprio homem”.

Nesse contexto, a capacidade de pensar é o que nos distingue de outros seres. Nessa lógica, ela não deve ser qualificada como irracional ou racional do ponto de vista cartesiano, tampouco ser compreendida como uma ação, cuja reflexão a antecede, mas associada a múltiplos fatores socioculturais, político e ideológico.

Considerando-se a crescente literatura sobre a temática da violência entre os discentes no espaço escolar, seja numa abordagem foucaultiana ou não, o que se quer problematizar não é a presença ou ausência, a função ou a finalidade dos livros de ocorrência nas escolas (MORO, 2006; RATTO, 2002, 2006, 2007; NASCENTE; FONSECA, 2015; FONSECA et al, 2007), mas a explicar, a partir de uma análise dos registros encontrados nos livros de ocorrências de duas escolas da rede pública sobre casos de violências físicas entre estudantes e os fatores a elas associados, que revelam um modelo de sociabilidade específica e de que maneira a escola tem conduzido esses casos.

Dito isso, a pergunta é: O que o discurso dos enunciadores expresso nos livros de ocorrências de duas escolas da rede pública sobre as práticas de violência física entre os estudantes e os fatores a elas associados revelam e como as escolas têm conduzido esses casos? Para tanto, lanço mão da análise do discurso em sua vertente francesa (AD), alinhado a teoria de Pêcheux (1983), como instrumento teórico e metodológico. Essa metodologia de análise atende aos objetivos preconizados nesta pesquisa sem se deixar seduzir pelas ideias, que, desde Saussure, apontavam para a linguagem como um processo de comunicação perfeito entre emissor e receptor. O que repercutia como sinônimo de código, de língua transparente e/ou no caso da fenomenologia que busca o sentido no sujeito (ALES BELLO, 2006).

Este artigo está estruturado em três partes. Na primeira, apresento o referencial teórico-conceitual sobre as discussões de violência, dentro e fora do espaço escolar, a partir de autores como Machado da Silva (2004), Alba Zaluar (2004), Abramoway (2002) entre outros. No segundo momento, estabeleço uma discussão teórico-conceitual acerca do campo da análise do discurso de linha francesa, o caso do referencial teórico de Pêcheux (1997), além do referencial de Possenti (2002) e outros.

A última seção do presente trabalho é dedicada a descrição, codificação e análise do corpus. Nesse ponto, retorno a algumas categorias que foram desenvolvidas ao longo deste trabalho tais como: sociabilidade, dialogismo, discurso, polifonia, assujeitamento, apassivamento e silenciamento sem desconsiderar as

possibilidades do sujeito. (PÊCHEUX 1983; PÊCHEUX 1997; POSSENTI, 2002). Também nessa seção se reserva uma parte para os apontamentos acerca da relevância na utilização das narrativas em sala de aula que, embora insuficiente, se faz necessário aproximar as explicações como possibilidade de debate em sala de aula e à vista disso construir instrumentos de resolução de conflitos na tentativa de desnaturalizar e superar a violência entre os jovens na escola.

## 2 I A VIOLÊNCIA FÍSICA: UMA COMPLEXA MANIFESTAÇÃO SOCIAL

Para efeito deste trabalho, caracterizo a violência física da seguinte maneira: agredir com chutes, esmurrar, puxar cabelos, usar as unhas para arranhar e/ou qualquer outro tipo de objeto, inclusive armas de fogo, que dilacerem o corpo ou a pele<sup>1</sup>. Esta violência física não é um fenômeno social de manifestação simples, pois traz consigo uma pluralidade ou complexidade de manifestações sociais, inclusive de outras formas de violência e seus múltiplos fatores associados não tratados, diretamente, nesse trabalho. Diante disso, conceituo violência física como todo movimento do corpo humano interpelado por fatores sociais com propósito de ferir fisicamente o outro. Essa caracterização e conceituação da violência física, sem pretender simplificá-la, tem como aspecto positivo ajudar a pensar as práticas de violência entre os estudantes dentro da escola de uma maneira mais nítida em termos de leitura do objeto estudado. De acordo com Carrano (2009), a categorização da violência é algo positivo, pois segundo ele, pode:

[...] colocar ordem nas ideias e hierarquizar os fenômenos, evitando que tudo seja computado como algo que contribui da mesma forma e intensidade e conseqüentemente para um quadro de violência. A busca por delimitar os fenômenos também tem como efeito positivo criar condições para atuar com precisão sobre as causas e contribuir para diminuir a angústia pessoal institucional de que tudo aquilo que não se coaduna com as regras é vetor construtor da violência (CARRANO, 2009, p. 3).

Fato é que as múltiplas faces da violência parece trazer consigo “[...] sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, [...] uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas [...]” (ROCHA, 1996, apud LEVISKY, 2010, p. 6-7). Nesse contexto, a violência, embora presente na vida de outros seres vivos, é historicamente construída e vivenciada em cada época e comunidade de forma revestida de significações socioculturais.

A violência como um fenômeno cultural se contrapõe à ideia de um

<sup>1</sup> Não se pretende com essa definição de violência, ou qualquer outro termo que a ela remonte, torná-la suficientemente válida em aplicações universais, mas tornar legível o resultado de nossa escolha para o universo da pesquisa, que é a escola.

fenômeno eminentemente natural e que faz parte, essencialmente, das condições biológicas dos indivíduos. Se assim o fosse, não seria o processo civilizador a domar suas aptidões violentas, tampouco seria a exposição às condições externas favoráveis a essas. Nesse caso, ser violento seria parte daquilo que sou, não do que me tornei. O apelo à força física é um estado transitório: eu estou violento e não eu sou violento, do contrário o ser humano não teria saída que não fosse o ato violento. O que nesse caso não importaria a cultura a emergir que o processo civilizador já estaria desde o seu nascedouro fadado ao fracasso. No caso das sociedades modernas, pela sua capacidade de estimular a animosidade (SIMMEL, 2006), tonar-se-ia a violência uma chave de resistência, inclusive entre os estudantes no espaço escolar.

### 3 I A ESCOLA COMO ESPAÇO DE MÚLTIPLAS RELAÇÕES

De acordo com a Unesco (2017), a violência tem sido impulsionada por dinâmicas de poder desiguais, sendo na maioria das vezes reforçada por normas e estereótipos ligados a questões de gênero, orientação sexual e outros fatores que podem contribuir para a marginalização – como pobreza. Embora não seja esse um fator determinante (MACHADO DA SILVA, 2004; ZALUAR, 2014), não pode ser desconsiderado em qualquer análise de violência.

Os jovens compactados em um modelo de sociedade que ressalta atributos como aparência e reputação, cria-se uma identidade de superfície, porém, funcional. Esse cenário é fecundo, segundo Zaluar (2004), para inserir os jovens no mundo do crime, sobretudo, numa sociedade em que a masculinidade precisa ser constantemente reafirmada. Esse ponto a autora qualifica como o “algo a mais” para que os jovens do sexo masculino se insiram no mundo do crime, divergente da tese que considera apenas a pobreza como rota de acesso à criminalidade. Essas questões se tornam um gatilho para as práticas violetas como mecanismo de autoafirmação do etos da hipermasculinidade.

A ideia de autoafirmação ou masculinidade segundo Neves (2008) é um conceito que também se aplica ao sexo feminino ao reproduzir comportamentos semelhantes. O entendimento de Neves sobre o fenômeno da masculinidade é o mesmo de Abramovay (2013) no que se refere as meninas<sup>2</sup>, nesses casos, destacando-se o estudante mais violento e que melhor se sai nas brigas.

Este modelo de socialização violenta é atravessado por vários discursos e que são significados por cada sujeito a depender da formação ideológica e discursiva

---

2 Entrevista concedida em 17 de dezembro de 2013 ao Uol Educação. Texto na íntegra sob o título: Escola deve ser espaço de proteção e não de violência. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/29172/escola-deve-ser-espaco-de-protECAo-e-nao-de-violencia-diz-pesquisador-a/?pag=38>. Acesso em 28 jun. 2018.

que os interpela, o caso das meninas e dos meninos. Para estes a necessidade de autoafirmação está presente para a sua condição masculina; para aquelas, a reprodução consciente ou inconsciente do etos dominante também se aplica como um etos de autoafirmação, ambos dotados de sentidos. O ato violento se torna objeto dotado de sentido ao ser a expressão de formações ideológicas e discursivas específicas. Essas se arranjam na forma de discurso a constituir outros discursos e a orienta o apelo à força física como recurso para a resolução de conflitos. O que tem sido um grande problema entre jovens, sendo a briga uma das manifestações mais comuns entre adolescentes (MALTA et al, 2010), assumindo um certo protagonismo nas relações sociais, além de demonstrar complexidade em sua composição.

De acordo com Pain (2010), o pátio das escolas tem sido para os jovens um lugar de confronto, como demonstra o caso de duas alunas que se agrediram “[...] verbalmente e fisicamente no pátio da escola” (ESC2, 2016, OC7). Além de palco para a violência, o pátio é um locus de manifestações sociais que evidencia as tribos ou grupos que partilham algumas características comuns como capital cultural e financeiro distinto, popularidade, poder e influência de uns sobre os outros. Aqui recorro ao caso envolvendo dois estudantes, no qual o primeiro “[...] estava com outros 6 ou 7 amigos e foi “encarar” 11M, no momento ocorreu agressão física mútua [...] o aluno ligou para amigos de fora da escola para vir ver no momento da briga criando um grupo para apoiá-lo” (ESC2, 2016, OC1).

Os fatores como afinidade também devem ser considerados na formação das tribos urbanas, conforme observa Maffesoli (1998), sobretudo, o neotribalismo que permite aos indivíduos exercerem diversos papéis sociais. Essas tribos são formadas por diversos grupos (os grupos de *patricinhas*, de hippies, os emos, entre outros), cujo interesse pode ser também religioso, de tipos de vestimenta, músicas, de costumes e outros. Esses valores são partilhados pelos membros dessas tribos, inclusive, na escola. Esse *locus* de ensino, como microespaço social, manifesta no intramuro - o pátio, a sala de aula, a quadra e/ou qualquer outra localidade dentro desta microestrutura físico social - relações de natureza diversa. Para Routti o espaço escolar

[...] se configura como um espaço profícuo para a sociabilidade de crianças e jovens, e se constitui um local de encontro e convivência. O grande tempo que permanecem juntos favorecem laços de amizade que se prolongam para além dos muros escolares (RUOTTI 2006, p.98-99).

A escola, pois, é resultado de um complexo e amplo lugar de relações e de atores diversos em suas diferentes formas de se relacionar. Entre estas formas de relacionamento, a violência física tem, em certa medida, gozado de status de centralidade entre os estudantes dentro desses espaços de ensino. Assim,

as manifestações de violência são cada vez mais frequentes, conforme se tem observado nesse trabalho, a exemplo dos atos de violência entre dois estudantes que “[...] agrediram-se mutuamente sendo impedido pelo professor e alunos que estavam presentes” (ESC2, 2016, OC2). Outra descrição de violência entre jovens mostra a centralidade da agressão física na resolução de conflitos:

Segundo relato dos dois, E1M e E2M estavam jogando no horário do intervalo, quando o E2M ficou com a bola e E1M foi tentar tirar a bola dos pés se E2M, neste momento E1M ficou tentando tirar a bola dos pés de E2M com chutes e E2M, com raiva, deu um soco no rosto de E1M que fez o aluno cair, onde machucou a cabeça e cortou o lábio inferior no canto direito (ESC2, 2016, OC3).

Nesse sentido, a escola reflete, de alguma maneira, o complexo de relações vividos na sociedade como tem apontado Abramoway (2002), Aquino (1996) e Ferreira e Neves (2016). Isso torna a escola uma microestrutura das relações sociais na qual é refletida, em parte, a violência macroestrutural e um novo modelo de sociabilidade em que as práticas de violência nas relações sociais vem ganhando centralidade. O uso abusivo da força física ou a violência que se exerce pelo poder das palavras são instrumentos de negação, opressão e/ou destruição do outro no espaço escolar, ou fora dele. Essa conjuntura que ora se apresenta no ambiente de ensino, entretanto, não nega as virtudes da escola como instituição socializadora.

#### **4 I SOCIABILIDADE VIOLENTA: UM NOVO MODELO DE SOCIABILIDADE**

No Brasil, as múltiplas faces da violência e da criminalidade têm ganho contornos cada vez mais violentos, sobretudo, nas cidades brasileiras das últimas décadas (PERALVA, 2000; MACHADO DA SILVA, 2004). Essa modalidade de violência e de criminalidade tem orientado as ações dos sujeitos e, em parte no espaço escolar, se tornado valor com centralidade nas relações sociais. Nesses termos, o ordenamento social “[...] cancela a relação de alteridade que tem sido pensada como o fundamento da vida coletiva” (MACHADO DA SILVA, 1999, p. 123). A complexa natureza desse fenômeno só pode ser compreendida segundo Guimarães e Campos

[...] a partir das condutas e práticas humanas que lhes dão suporte, em conjunto com os sistemas simbólicos que lhes conferem sentido. Cada grupo social elabora a partir de suas ações (práticas sociais), um sistema de representações ou um “sistema representacional” para lidar com situações sociais complexas, que funciona como um sistema de referências, dando sentido às condutas e possibilitando a compreensão da realidade social (GUIMARÃES E CAMPOS, 2007, p. 188-189).

Nesse contexto, a sociabilidade violenta, como resultado do crime comum violento e da violência urbana, não deve ser analisada fora de um complexo multideterminado de relações sociais. Essa sociabilidade, segundo Machado da Silva (2004), não substitui a forma legal de ordenamento já mencionado nesse trabalho, mas passa a vigorar como valores a instituir modelos de ações aceitos nas relações entre indivíduos ou grupos, sem que a ordem estatal desapareça, mas em torno dela gravite esse novo modelo, cujas práticas se centram no apelo à força física. Essa é a expressão de uma sociabilidade específica entre os adolescentes a marcar as suas convivências: à medida que o adolescente é exposto a um modelo de vida em que o alcoolismo e a resolução de conflitos de forma violenta são regulares, ele está mais inclinado a naturalizar essas práticas (ANDRADE *et al.*, 2012). Esse modelo de sociabilidade que emerge na sociedade brasileira tem feito parte da rotina de vida urbana e do cotidiano de alguns estudantes brasileiros.

Os novos padrões de sociabilidade, inclusive os violentos, diferem daqueles que fazem parte das normas instituídas pelo Estado, mas em determinados contextos e em certas condições têm emergido. Nestes casos, algumas práticas deixam de ser percebidas como desviantes ou ilegítimas a grupos discursivos, mesmo não sendo incorporadas na ordem institucional-legal, o que caracteriza, de acordo com Machado da Silva (2004), uma sociabilidade que não desconsidera o aparato estatal, mas caminha paralelamente a ele.

Nas narrativas dos enunciadores registrados nos livros de ocorrência das duas escolas se manifestam as causalidades a motivarem o uso da força e, ao mesmo tempo, a legitimá-la. Há sempre uma voz que justifica e legitima o apelo à força física conforme indicado no discurso ao narrarem os episódios de violência entre os estudantes, como o seguinte exemplo: a) “As alunas E1F [...] e E2F [...] se envolveram em uma luta corporal após acusação de envio de uma foto e filmagem da outra como forma de denúncia, fuxico” (ESC1, 2016, OC2); b) “Hoje, as estudantes E1F e E2F [...] se agrediram física e verbalmente na escola. E1F disse que E2F a chamou de “rapariga”, depois que ela a xingou de ‘nojenta’” (ESC1, 2016, OC4); c) “As alunas E1F e E2F [...] agrediram-se durante a aula [...] por motivos de desafeto [...]” (ESC1, 2017, OC13); d) Os alunos E1M e E2M, no término da aula de educação física, agrediram-se verbalmente e fisicamente. E2M bateu em E1M pois este não sabia jogar (ESC1, 2017, OC9);

e) A aluna E1F procurou o educador de apoio para se queixar dos alunos E2M e E3F, que estava sendo vítima da prática de bullying. Após sair da sala de aula, a aluna se deparou com os outros dois alunos que mais uma vez voltaram a insultá-la. A mesma, de imediato, agrediu o aluno E2M e todos foram conduzidos à direção (ESC1, 2017, OC12).

A centralidade dada ao apelo à força física tem origem em variáveis diversas e se mostra como uma sociabilidade em que o uso da violência é parte significativa nesse universo de relações sociais. As variáveis social e cultural, além do crime comum violento e da violência urbana, são múltiplas e têm ressignificado as relações sociais, sobretudo, entre estudantes no espaço escolar. O crescimento do crime comum violento combinado com o uso de drogas, seja de uma forma direta ou indireta, tem sido responsável pelo aumento da sistematização da criminalidade urbana (MACHADO DA SILVA, 1999). Nesse contexto, a violência nas escolas é parte significativa, embora não determinante, das manifestações de violência extramuros escolares.

Os indivíduos estão imersos e constantemente interpelados por questões sociais, históricas, culturais e ideológicas que atravessam as suas formações discursivas. A este ponto, reconhece Bourdieu (1983) o papel das estruturas nas explicações sociológicas, mas sem cair no individualismo metodológico, recuperando o lugar dos agentes na dinâmica da sociedade.

Os processos de sociabilidade instituído em ou a partir de cada formação discursiva são atravessados por vários discursos que orienta a maneira dos indivíduos e grupos de se relacionarem no mundo. “Por ser produto das relações sociais, os sujeitos assimilam [...] várias formações discursivas” (FIORIN, 1998, p. 43). Assim, tanto o enunciador quanto o enunciatário estão expostos a várias formações discursivas que se articulam e se fundem nos discursos.

A formação social dos indivíduos, em princípio, se limita à condição de sua formação discursiva primária<sup>3</sup>. A formação discursiva (primária) pode ser ressignificada pelo sujeito porque a ela se somam outros discursos e formações discursivas a instituir novas visões de mundo a medida em que se afasta de seu grupo discursivo familiar. O que estou chamando de grupo discursivo é um espaço simbólico heterogêneo não fixo constituído por um conjunto de família com objetivo comum de intercomunicações variáveis legitimadores das ideologias materializadas nos discursos circulantes como práticas de socialização (SANTOS, 2019). Aqui me afasto do sentido e conceito de grupo social familiar, enquanto entidade nos termos sociológicos (JOHNSON, 1997) e de grupo discursivo que, em suas práticas e entendimentos conceituais, se diferencia daquelas a definir uma comunidade discursiva (MAINGUENEAU, 1997; MAINGUENEAU, 2006).

Os grupos discursivos reconhecem certos princípios de caráter integrativos válidos e legítimos que passam a legitimar e orientar as ações dos indivíduos que as compõe. O aspecto comum compartilhado é um propósito definidor do grupo discursivo sem necessariamente precisar de estabelecer, cientificamente, um objeto

---

<sup>3</sup> Entende-se por “Formação Discursiva Primária” aquela em que, inicialmente no seu processo de socialização familiar, o indivíduo é exposto.

de estudo. Nesse ponto, o grupo discursivo se distancia do conceito de comunidade discursiva, como já foi mencionado anteriormente, pois esse não se constitui como centro de pesquisa e nem se debruça na análise de temas de forma sistematizadas, tampouco seus propósitos são construções de códigos cientificamente produzidos como via de regra a sua existência. A legitimidade do grupo discursivo se dá no âmbito do reconhecimento coletivo puramente simbólico, transitório e não acadêmico, inconsciente ou não, a legitimar os discursos circulantes, inclusive o acadêmico. O grupo discurso não se constitui em centro de pesquisa e nem se debruça na análise de temas de forma sistematizada, tampouco seus propósitos são de construções de códigos intencionais válidos entre seus pares para a sua existência.

## 5 | O DISCURSO COMO OBJETO DE ANÁLISE

Para Pêcheux, as palavras ganham sentidos diferentes, a depender de sua relação com as formações discursivas específicas. Aqui, manifesta-se a dialética entre as formações discursivas (primária e secundária) que interpelam e orientam, em certa medida, os sujeitos. É nesse movimento entre o processo de formação primário e secundário<sup>4</sup> que o sujeito, mesmo assujeitado às estruturas, consegue se movimentar num espaço entre uma formação discursiva e outra, o que aponta para um resultado híbrido da sociabilidade internalizada.

O entrecruzamento dessas formações estabelece inevitavelmente esse processo dialético de negação e afirmação das sociabilidades, possibilitando a reprodução ou ressignificação dos valores ali interiorizados. Esse movimento não ocorre e permanece no universo puramente discursivo, mas transborda para o meio das práticas cotidianas. Esse sujeito do qual falo são os estudantes assujeitados ao sistema escolar e ao discurso sobre eles elaborado pelos enunciadores (diretores, secretárias(os), educadores(as) pedagógicos e outras pessoas legalmente instituídas para a mediação e correção dos conflitos).

A linguagem, nesse caso, é a mediação entre o homem e a realidade natural e social em que se coloca ou é colocado, a exemplo dos discentes e a sua relação no espaço escolar. Já o objeto do discurso do enunciador, aquilo ou aquele de quem se fala (referente), terá o seu sentido construído na própria enunciação: o aluno é, desse modo, sujeito (apassivado) e objeto. Assim sendo, os sujeitos e os sentidos se põem em movimento, o que torna a relação provisória e imprevisível de um lado e, de outro, segundo Orlandi (2005) se estabilizam, pois toda formação social tem sua forma de controle da interpretação

<sup>4</sup> A formação discursiva primária é, como já foi mencionado em outro momento do artigo, aquela em que os indivíduos são postos em contato, inicialmente, em seu grupo discursivo. Quanto a formação discursiva secundária, os sujeitos são expostos a elas na medida em que o processo de socialização é ampliado.

que são determinados historicamente. Tomo, desse modo, o entendimento de Orlandi sobre discurso para tratar dos casos de violência entre estudantes por considerá-lo mais adequado ao corpus da pesquisa.

Há vários grupos discursivos no âmbito da sociedade que correspondem às formações discursivas primárias e secundárias. Embora não sejam debatidas exaustivamente nesse trabalho as formações discursivas sobre as quais se alinham os sujeitos que praticaram as ações de violência, é de grande relevância para a explicação e desnaturalização do olhar sobre o uso da força. O sujeito de quem fala o enunciador necessariamente não é produto de uma formação discursiva moldada na sociabilidade violenta, mas em algum momento suas práticas o alinham a essa formação. O processo de estranhamento e desnaturalização do uso da força se inicia com a tese de que, mesmo assujeitado ideologicamente, o sujeito, de acordo com Possenti (2002), não se encontra de todo preso a essas ideologias que atravessam a sua sociabilidade.

Nesse ponto, a AD difere do estruturalismo como campo do conhecimento que parte da ideia de que o sujeito é “irrelevante” para se entender a conjuntura social. Dito de outra forma, o estruturalismo não se preocupou com o sujeito no sentido de tê-lo como fonte de explicação para os acontecimentos sociais. A análise do discurso resgata esse sujeito relegado pelo estruturalismo, encontrando-o em parte na psicanálise e, na outra, no materialismo histórico, na perspectiva althusseriana de sujeito ideologicamente assujeitado numa releitura da teoria marxista (ALTHUSSER, 1985). Nesse caso, o sujeito é criado materialmente pela linguagem e interpelado pela ideologia que atravessa a formação discursiva a qual foi iniciado em seu processo de sociabilidade.

## 6 | TIPOS DE DISCURSO

Definir ou conceituar a análise do discurso não é uma tarefa fácil. Maingueneau (2000) lança crítica à tentativa de enquadrar a análise do discurso em definições simplistas que reduzem esse campo do conhecimento a atender dois polos. Um corresponde aos interesses de pesquisadores que se detêm a analisar as propriedades do discurso e a outros que pensam a análise do discurso como uma ferramenta de análise de corpus sociais ou psicológicos, quando, na verdade, ela é mais fluida. Nesse caso, a análise do discurso não figura como um método fechado, mas um campo do conhecimento com inúmeras possibilidades e vários objetos, inclusive, as Ciências Humanas e Sociais podem se tornar objeto de análise de interesse da AD.

Na análise das ocorrências, cujo objeto foi o discurso dos enunciadores sobre as práticas de violência física entre os estudantes, faz-se necessário definir

critérios de análise sob a perspectiva francesa, estabelecendo conexão com os conceitos que são apresentados nesse trabalho: tipos de discurso, tipos de verbos, assujeitamento, apassivamento, polifonia e silenciamento. Vejamos a tipologia discursiva aplicada por Melo (2003), a partir dos referenciais de Marcushi (1991) e de Orlandi (1996) na Figura 1 a seguir.

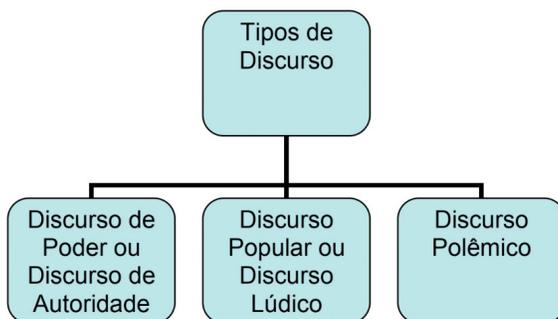


FIGURA 1 - Tipos de discurso

Fonte: Elaborado a partir de MELO, 2003.

Do ponto de vista semântico os discursos apresentam características distintas. Desse modo, de acordo com a figura anterior, os discursos parecem fazer parte de universos discursivos distintos e isolados entre si. Contudo, não existe em sua totalidade um discurso que se manifeste de forma pura, ou seja, sem a interferência ou sem o entrecruzamento de algum modo e em algum momento. A caracterização dos tipos de discurso será desenvolvida na seguinte ordem: a) Discursos de Poder; b) Discursos de Populares; c) Discurso Polêmico.

A divisão feita não é óbvia e merece esclarecimentos, pois os discursos do poder constituem uma categoria que envolve a produção discursiva de três níveis diversos, assim distribuídos:

- (a.1) Discurso Oficial: trata-se do discurso do governo representado pelos três poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) mais o poder militar, dadas as circunstâncias históricas do país” (MARCUSHI, 1991, p. 80, p.80). (a.2) Discurso Para-Oficial: aqui é representada uma opinião oficial, mas sem as mesmas fontes do discurso oficial, por ser produzido pelas camadas do clero mais identificadas com o governo, pelas instituições vinculadas ao poder oficial, como setores da indústria, comércio e autoridades universitárias ou instituições governamentais que estão fora dos poderes executivo, legislativo e judiciário, incluso o poder militar (MARCUSHI, 1991, p. 80, p.80). (a.3) Discurso da Oposição: neste caso a produção discursiva emana dos partidos opositores e da

parte do clero que não compartilha as mesmas ideias do governo, incluindo-se os sindicatos patronais e outras instituições que fazem oposição ao governo (MARCUSHI, 1991, p. 80).

Quanto ao discurso de populares, corresponde a um tipo de discurso em que o uso dos verbos introdutórios de opinião tem pouca presença. De acordo com Marcushi (1991, p. 77) “[...] não há como negar que os verbos introdutórios de opiniões funcionem como ‘parafrazeantes sintéticos’, pois eles resumem em uma só palavra o sentido geral do discurso a relatar”. Quando utilizados em referência às falas populares, de acordo com ele, os verbos geralmente têm características estigmatizantes, ou seja, os chamados verbos de fraca força argumentativa. Por exemplo, os verbos contar, prosseguir, lembrar, confessar e com maior frequência o verbo dizer são os mais aplicados para se referir à fala de pessoas sem poder na estrutura social. Esse tipo discursivo se caracteriza por expressar a retórica do oprimido (que muitas vezes tenta, através de seu discurso, exprimir uma fala de resistência) (MELO, 2003).

Já o discurso polêmico, segundo Orlandi (2005, p. 86) é “aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e este se mantém em presença, numa relação intensa de disputa pelos sentidos”. Esse discurso é marcado pelo controle da polissemia e pela disputa entre os possíveis significados que circulam no discurso (MELO, 2003). Ainda sobre o discurso polêmico, Orlandi (2005) ressalta a sua configuração como prática de resistência e afrontamento. Dito de outro modo, o discurso polêmico se fundamenta na crítica ao discurso da tese inicial.

Os discursos não se manifestam de forma pura, eles se entrecruzam, tornando-se um fenômeno complexo. Daí o discurso de populares inúmeras vezes tentar ser de fato um discurso polêmico. Desse modo, tomando as ocorrências como discurso a ser analisado, farei um quadro analítico que melhor explicita, de forma comparada, os Discursos de Poder, o Discurso Popular e o Discurso Polêmico. É importante ressaltar, no discurso, o uso das aspas como recurso a indicar, segundo Maingueneau (2002), um afastamento do dizer de alguém a algo, assim a responsabilidade recai sobre o discurso daquele cujas aspas indicam ser a fonte da fala ou do enunciado. Ainda nesse ponto, a aplicação das aspas no enunciado vai indicar que todo ele ou algumas expressões não pertencem a quem as enuncia, sendo o autor da citação identificado ou não no texto.

Bakhtin (2002), embora não seja de vertente francesa como já foi mencionado anteriormente, desenvolve categorias importantes, a exemplo da categoria dialógica. A seu modo e contexto, diz o autor: “Tudo é meio, o diálogo é o fim. Uma só voz nada termina e nada resolve. Duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência” (1997, p. 257). Nesse contexto, há a indicação, em alguns dos discursos dos enunciadores, autoridade para-oficial, e no discurso dos estudantes, autor do

discurso popular, momentos de diálogo. É nesse sentido que a categoria dialógica, à luz de Bakhtin (1997), contribui para a análise dos discursos dos enunciadores e autores das ocorrências sobre as práticas de violência física entre os estudantes no espaço escolar. Vale ressaltar que o dialogismo, para esse autor, não se limita à ideia de que eles só acontecem entre dois textos, mas nas relações que se estabelecem entre uma voz e outra, estejam essas vozes em um mesmo texto ou em diferentes textos, ou também no face-a-face do cotidiano em pequenos, ou em amplos diálogos.

Os diálogos emergem de uma maneira mais nítida a depender dos tipos de discurso e como esses se manifestam. Para o autor, o “[...] discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (BAKHTIN, 2002, p. 144). Assim, o discurso adentra o outro sem modificar a sua autonomia estrutural e semântica, tampouco a trama linguística daquele contexto que o gerou. As aspas são os recursos usados pelo enunciador a citar um discurso reproduzindo diretamente o discurso anterior, em que também há subjetividade do enunciador, uma vez que ele seleciona, no universo da fala do outro, o que prefere destacar.

O mesmo não ocorre com o discurso indireto, nesse tipo de discurso é importante ressaltar a subjetividade que acompanha o narrador ao fazer uso de outros discursos. Para Bakhtin (2002), o “[...] narrador pode deliberadamente apagar as fronteiras do discurso citado, a fim de colorir-lo com as suas entoações, o seu humor, a sua ironia, o seu ódio, com o seu encantamento ou o seu desprezo” (BAKHTIN, 2002, p. 150). Aqui existe uma fronteira não muito clara na condução do outro discurso, podendo esse ser distanciado do contexto que o gerou, diferentemente do discurso que faz uso das aspas ao tentar reproduzir literalmente o discurso anterior ao discurso citante. Sendo assim, o recurso às aspas indica no discurso do enunciador, de uma maneira mais incisiva, a presença e a autonomia do outro no diálogo, além de apontar para o afastamento do enunciador do discurso citado.

## **7 | PÊCHEUX E A ANÁLISE DO DISCURSO: ALGUMAS NOÇÕES BÁSICAS**

Para Pêcheux (1990), o discurso é uma forma de materialização ideológica, entendida como uma força que dá sentido e não ocultação ou falsa consciência. Assim, o sujeito (indivíduo) só se torna sujeito de discurso quando interpelado por determinadas ideologias que se materializam nos discursos circulantes. É nesse sentido, que o autor do seu dizer, enquanto investido ou interpelado de uma ideologia específica, deixa de ser indivíduo para se tornar sujeito (PÊCHEUX, 1988).

Nesse momento, o sujeito de discurso não é de todo autor do seu dizer, tampouco a origem dos sentidos, embora pense sê-lo. Esse esquecimento marca a eficácia da ideologia, cuja função é de produzir evidências dissimulando sua existência como força interpelativa.

Não farei a historicização das fases ou percursos feitos por Pêcheux, mas chamarei a atenção para o processo de resignificação de suas próprias teorias no sentido de justificar a importância de alguns conceitos e categorias a serem aplicadas na análise das ocorrências. Tomo, portanto, a ideia de assujeitamento dos sujeitos, que corresponde à primeira fase da análise do discurso em Pêcheux (1983), sem desconsiderar as possibilidades e virtudes desses sujeitos que não se encontram de todo assujeitado (POSSENTI, 2002). Do contrário, não haveria o antes e o depois no discurso do enunciador acerca dos atos de violência.

A fase dois e em especial a fase três, em Pêcheux, são marcadas pelo interdiscurso, ou seja, pela presença do Outro no discurso. Os discursos passam a ser compreendidos como possuidores do que Authier-Revuz (2004) chama de heterogeneidade. Empreendo, aqui, uma discussão acerca da heterogeneidade constitutiva e mostrada que emerge no discurso acerca dos estudantes que praticaram ação de violência entre seus pares.

A heterogeneidade constitutiva mostrada é marcada pelo uso das aspas, ironia e por expressões como “segundo fulano”, “para fulano”, etc. e a heterogeneidade constitutiva não-mostrada, a inscrição do outro no discurso é implícita. Assim, situo a análise do discurso dos enunciadores autores dos registros acerca das práticas de violência física entre os estudantes, a terceira fase (AD-3), dado a concepção de sujeito que é compatível com a ideia de interdiscurso. Esse como manifestação da formação discursiva que se arranja na forma de discurso a constituir outros discursos.

Nesse contexto, o sujeito é heterogêneo porque na sua fala também são incorporadas outras, a exemplo dos estudantes. Nesses, os discursos estão marcados pelo discurso do Outro, que passa a ser assimilado como parte constitutiva desse sujeito de discurso e a dividir com o Outro o espaço discursivo. Aqui emerge a noção de dialogismo bakhtiniano e de interdiscurso, que agora passa a ser objeto de análise dessa fase da AD francesa, no caso do último, e também um recurso analítico nesse trabalho.

As escolhas lexicais dos estudantes, na voz dos enunciadores, indicam o alinhamento destes a determinadas formações ideológicas e discursivas. O sentido, portanto, não está nas palavras ditas em si mesmo, ele não é fixo, nem transparente (PÊCHEUX, 1995), tampouco se dá na relação direta entre palavra e coisa, mas se constitui alinhado a determinadas formações discursivas. Ele será sempre uma palavra por outra, numa relação de metáfora (transferência) que está em constante transformação

dentro das formações discursivas como lugar histórico e provisório (PÊCHEUX, 1983). Assim, o sujeito de discurso, embora tenha um modo próprio e aceitável para o dizer, esse se articula a outros discursos no interior de uma formação discursiva dada. Desse modo, cada sujeito fisgado pela ideologia que se materializa nos discursos circulantes os interpela e os assujeita. Magalhães e Mariani entendem que,

A interpelação produz assujeitamento e isso ocorre em qualquer época histórica, em quaisquer que sejam as condições de produção, pois resulta da inscrição do sujeito no simbólico e, ao mesmo tempo, produz como resultado que esse sujeito, afetado pelo simbólico, expresse a sua subjetividade na ilusão de autonomia e de ser origem do seu dizer (MAGALHÃES e MARIANI, 2010, p. 392).

O sujeito, nesse sentido, esquece daquilo que o constitui no funcionamento da linguagem, onde se materializa a ideologia que o interpela e produz sentidos. A ideologia trabalha no espaço que se estabelece entre a palavra e o sentido.

## **8 | O DISCURSO DO SUJEITO ATIVO E DO SUJEITO PASSIVO**

A ideia de fonte ativa e fonte passiva é um conceito elaborado para tratar do sujeito fonte de informação para o jornalista e que determina o tom do discurso desse profissional na elaboração do texto. De um lado, há a fonte ativa, capaz de conduzir o texto jornalístico em virtude de sua posição na estrutura social; de outro, a fonte passiva, que está mais para a condição de objeto do discurso a de sujeito (MELO, 2003). Partindo desse conceito de fonte ativa e fonte passiva e do sujeito ativo na gramática que pratica a ação (agente), e na voz passiva o que sofre a ação (paciente), desenvolvo o conceito de discurso do sujeito ativo e do sujeito passivo. Nesse ponto, procuro me afastar da ideia de sujeito ativo e passivo na estrutura de uma oração desenvolvida no contexto gramatical (AMARAL, et al, 2010).

Quando falo do discurso na voz ativa, me refiro ao discurso daquele que fala sobre um determinado sujeito que praticou certa ação. O discurso do sujeito enunciador X não limita o objeto de seu discurso à estrutura lógica tratada pela gramática de que Y chutou Z (voz ativa), ou de que Z foi chutado por Y (voz passiva), mas a um processo discursivo. A fala do enunciador sempre estará na voz ativa, quanto ao discurso dos estudantes que praticaram a ação violenta pode permanecer na voz passiva quando houver a verbalização indireta do enunciador acerca do ato praticado e na voz ativa quando o sujeito for verbalizado de forma direta, portanto, marcado pelo uso das aspas. Seja na voz ativa ou passiva os sujeitos que praticaram as ações violentas estão condicionados como objeto, em parte, ao discurso daquele que fala sobre eles e por eles, conforme representado na figura a seguir:

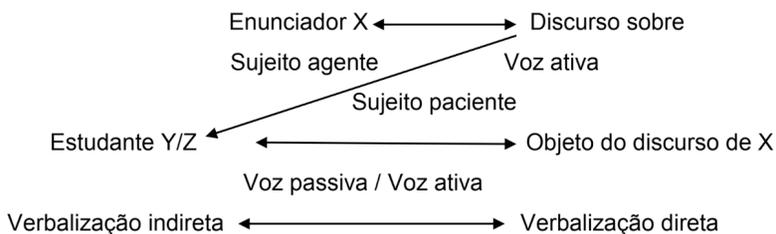


FIGURA 2 – Tipos de voz

Fonte: elaboração própria

Os sujeitos Y e Z indicados na figura são aqueles de quem fala X, que ora os apassivará ora os silenciará ao construir a narrativa sobre a ação de ambos. Nesse caso, X representa o discurso de autoridade para-oficial que usufrui de posição privilegiada pela função que ocupa em determinados segmentos da sociedade, o caso das autoridades escolares, acerca dos estudantes Y e Z, o que foge à lógica puramente estrutural de uma oração no contexto gramatical, pois os sujeitos nesse caso podem, mesmo apassivados, assumirem posição ativa no processo discursivo, assumindo maior autonomia diante do enunciador. Os alunos quando silenciados são desautorizados discursivamente pelo outro no contexto de fala. Ou seja, a sua condição de sujeito é relegada à uma posição secundária nessa relação social.

É importante ressaltar a resignificação de Pêcheux a suas próprias teorias no sentido de justificar a importância de algumas categorias a serem aplicadas na análise das ocorrências. Situo, mas especificamente, a análise do discurso dos enunciadores autores dos registros acerca das práticas de violência física entre os estudantes, a terceira fase do discurso (AD-3), dado a concepção de sujeito que é compatível com uma ideia de discurso marcado pelo Outro. À análise do discurso pêchetiano soma-se a categoria dialógica Bakhtiniana (1997) que, embora não sendo francesa, se mostrou relevante para a pesquisa dado a presença nas ocorrências, mais o referencial teórico de Machado da Silva (2004), no que concerne à sociabilidade violenta.

A abordagem ancorada no campo da AD, alinhada à teoria de Pêcheux, se deu por entender relevante a presença de forças externas a interpelar o sujeito objeto do discurso do enunciador e autor das práticas violentas. As forças que se revelam nos fatores associados as práticas de violência surgem no discurso dos enunciadores que falam por e sobre os sujeitos que praticaram os atos violentos. Quando me refiro aos fatores associados, quero dizer as causas objetivas e as subjetivas que motivaram as práticas de violência física entre os estudantes. Aqui

merece um ponto de esclarecimento acerca das categorias causas objetivas e subjetivas. A primeira significa tudo aquilo que objetivamente motivou a agressão, como jogar algo em alguém. Quanto a segunda, estaria o porquê de o objeto ter sido lançado contra alguém. Exemplo: Y atirou uma carteira em Z porque tinha rixa. A agressão foi gerada em causa objetiva pela carteira lançada, mas a motivação subjetiva foi a rixa que fala antes no sujeito.

## 9 | DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS

Ao consultar os registros nos livros de ocorrências em algumas escolas públicas estaduais em Caruaru sobre os casos de violência física entre estudantes, percebo que há narrativas de naturezas diversas. Elas correspondem a agressão verbal, atrasos de chegada, uso de drogas, assédio a estudantes que partem de grupos e/ou pessoas de fora da escola, além de indisciplina contra o corpo de funcionários e, sobretudo, contra os professores. No geral, foram levantados 205 casos nas duas escolas pesquisadas entre 2016 e 2017, sendo 85 registros de ocorrências na Esc1, com 16 casos de violência física. Desse total, estiveram envolvidos 16 estudantes do sexo masculino, 24 do sexo feminino<sup>5</sup>, e seis entre os dois sexos. O mesmo ocorreu com a Esc2, na qual foram levantados, no mesmo período, 120 relatos, dos quais 11 de agressões físicas, 10 envolvendo meninas, 11 meninos e em ambos os sexos. Do total de 205 registros, 27 envolveram agressão física dentro do espaço escolar, o que corresponde a 13,17% do total de casos de violência física<sup>6</sup>. A pesquisa é de caráter documental e qualitativo.

Para efeito de análise foi substituído o nome das escolas pelas siglas *Esc1* e *Esc2*. Também foram modificados os nomes dos envolvidos nas ocorrências, enunciadore e estudantes. No caso dos enunciadore, responsáveis pelo discurso registrado nos livros de ocorrência, foram identificados pela posição de autoridade do discurso para-oficial seguido das siglas *Esc1* ou *Esc2*. Para os estudantes, a letra E, em ambos, corresponde ao de estudante seguido da posição dele(a) na sequência das ocorrências, mais a letra a representar o gênero *E1M* e *E2F*. A sequência *Disc.aut.p.of.* corresponde ao discurso da autoridade para-oficial. No caso das ocorrências é usada a sigla *Oc*. Assim, por exemplo, as siglas *E1M.Oc1*, *Esc1* ou *E2F.Oc1*. *Esc2* correspondem, respectivamente, ao estudante, seguido do

5 A condição de gênero não foi abordada em profundidade nesse trabalho, mas todos os casos em que alunas estiveram envolvidas em episódios que envolveram agressão física foram considerados para efeito desta pesquisa.

6 Um ponto importante a ser relatado é que houve episódios de violência que foram notificados, porém, até o momento da pesquisa, os nomes dos estudantes envolvidos não constavam no sistema de matrícula da escola. Essa peculiaridade foi encontrada na Esc1. Mesmo assim, foram mantidos na amostra da pesquisa. A pesquisa de campo realizada nas duas escolas durou cinco meses, de maio a dezembro de 2018. Os casos de violência que ocorreram para além dos muros da escola, ou seja, na frente da escola ou no percurso para suas residências não foram considerados para efeito desta pesquisa.

número que corresponde à ordem de aparecimento dele no texto das ocorrências, o gênero, a ocorrência e a escola.

## 10 | ANALISANDO O CORPUS<sup>7</sup>

### Oc1.Esc2

[...] O aluno E1M foi chamado a direção juntamente com o pai para esclarecer um fato de agressão física com aluno do 1º ano (ainda desconhecido). Segundo e o aluno E1M, o aluno provocou no intervalo da aula, no dia 8 do 3, “encarando” E1M e perguntando o que ele estava olhando. Na saída, às 12 :00, o aluno do 1º ano estava com outros seis ou 6 ou 7 amigos e foi “encarar” E1M, no momento ocorreu agressão física mútua. Conversamos com o pai de E1M e iremos averiguar quem é o aluno do 1º ano para esclarecermos os fatos. Conversamos com a mãe de E2M sobre a agressão com o E1M. Segundo informações da mãe, o aluno tem desejo em estudar em outro horário. Desta forma ficou acordado em E2M ser transferido para o horário da tarde. Ficou acordado de se E2M brigar ou agredir outro aluno da escola, ele será transferido para outra escola, já que o aluno ligou para amigos de fora da escola para vir ver no momento da briga criando um grupo para apoiá-lo. No dia 11 de março de 2016, recebemos os pais de E2M para tratar de agressão física por parte dos alunos E2M e o aluno E1M na saída da escola no dia 8 de Março. Segundo E2M eles começaram a se desentender porque o mesmo pisou no pé do outro sem querer. No outro dia E1M para em sua frente e o encarou. E na saída do turno os dois se agrediram. E2M afirmou que não trouxe nenhum aluno de outra escola para brigar com E1M. Autoridade do discurso para-oficial colocou que todo problema deve ser apresentado à gestão da escola, porque temos os canais e caminhos necessários para solucionar os conflitos, através de parceria com o Conselho Tutelar e a Escola Legal. Mostrou aos pais e E2M a importância de se respeitarem.

Nessa ocorrência, existem construções adverbiais e o uso das aspas que marcam a presença do outro no discurso. Nesse caso, não só a voz do enunciador é percebida, mas dos atores das práticas violentas, o que reforça a ideia de polifonia a conferir no enunciado a seguir: “O aluno E1M foi *chamado* a direção juntamente com o pai para *esclarecer* um fato de agressão física com aluno do 1º ano (ainda desconhecido). *Segundo* E1M, o aluno *provocou* no intervalo da aula, no dia 8 do 3, “*encarando*” E1M e *perguntando* o que ele estava olhando (sic)”.

A construção adverbial *segundo...* indica a primeira versão do fato, que sinaliza a autonomia da fala de um dos envolvidos, chamado a explicar o episódio, além de apontar para uma das causas objetivas: *encarar*. Segue o discurso do enunciador sobre as agressões, novamente dando espaço para verbalização do outro estudante com recurso à mesma construção adverbial: “*Segundo* E2M eles começaram a se desentender porque o mesmo *pisou* no pé do outro sem querer (sic)”. Nesse enunciado surge a segunda causa objetiva: *pisar no pé*. Aqui se aplica o princípio da heterogeneidade constitutiva mostrada.

O verbo *encarar* interpela, discursivamente, o sujeito de forma direta e indica as causas subjetiva como um dos fatores associados a prática violenta. O ato de *encarar* uma pessoa pode ter vários significados a depender de cada contexto. Um

7 Os textos das ocorrências serão reproduzidos em sua integralidade para efeito de análise.

sujeito encarado pode ser interpelado por determinadas formações ideológicas alinhado a determinadas formações discursivas, a qual faz parte. O que pode revelar a expressão de um modelo de sociabilidade pautado em práticas violentas ou não. Também está associado à cultura machista e patriarcal. O verbo *encarar* ou olhar fixo pode significar ameaça e/ou enfrentamento a um determinado sujeito ou situação. A interpretação e o sentido da ação estão condicionados pela interpelação de um dado modelo de sociabilidade como expressão de formações discursivas específicas. A motivação subjetiva dessa ação envolve a subjetividade da interpretação, uma vez que não emerge no discurso do enunciador acerca da ação violenta praticada entre os estudantes, mas dentro de um contexto sócio-histórico interdiscursivo de autoafirmação da masculinidade que os interpela e os assujeita.

Segundo discurso do enunciador: “o aluno ligou para amigos de fora da escola para vir ver no momento da briga criando um grupo para *apoiá-lo*. Na saída, [...] estava com outros 6 ou 7 amigos e foi “*encarar*” E1M, no momento ocorreu agressão física mútua (sic)”. No entanto, o estudante “[...] *afirmou* que não trouxe nenhum aluno de outra escola para brigar com E1M (sic)”. Nota-se que o verbo *afirmar* tem um significado concreto, literal e indica oposição clara à tese levantada pela autoridade para-oficial.

Após conversa com os estudantes a “Aut.disc.p.of *colocou* que todo problema deve ser apresentado à gestão da escola, porque temos os canais e caminhos necessários para *solucionar* os conflitos, através de parceria com o Conselho Tutelar e a Escola Legal. Mostrou aos pais e aos alunos a importância de se respeitarem (sic)”. Nota-se, nesse caso, que o processo dialógico não indica o deslocamento acerca dos atos violentos.

## Oc1.Esc2

No dia 10/10/2016, a aluna E1F foi trazida a direção da escola porque estava brigando com aluna E2F por conta de uma publicação no face, onde se agrediram verbalmente e fisicamente no pátio da escola. A aluna foi liberada para ir para sua casa, depois que a secretária, autoridade do discurso para-oficial ligou para sua mãe solicitando a presença dela, para fazê-la ciente do comportamento inadequado da filha. No mesmo dia, após a saída da aluna E1F foi chamada a aluna E2F para contar o motivo do desentendimento entre as duas. E2F confirmou que o atrito foi em decorrência de seu comentário no Face. A autoridade do discurso para-oficial solicitou que E2F trouxesse as conversas printadas. Informou também que por ela ser um atleta de alto nível, deve aprender a ignorar certos comentários e pessoas, para evitar esse tipo de situação que é inadequado para a escola e para a vida. E2F informou que não bateu na aluna mas que depois da agressão queria bater, mas muitos alunos asseguraram. A aluna foi liberada e solicitou a presença da mãe para fazê-la ciente do comportamento da filha.

Na Oc1.Esc2 “[...] a aluna E1F foi *trazida* a direção da escola porque *estava brigando* com aluna E2F por conta de uma *publicação no face*, onde se *agrediram* verbalmente e fisicamente no pátio da escola. A aluna foi liberada para ir para sua

casa, depois que aut.disc.p.of, ligou para sua mãe *solicitando a presença* dela, para fazê-la ciente do *comportamento inadequado* da filha (sic)”. Nesse trecho da ocorrência emergem os fatores associados às agressões físicas, que nesse caso correspondem às causas objetivas da ação violenta - *uma publicação no face*. Essa causa é confirmada, diz o enunciador: “No mesmo dia, após a saída da aluna E1F foi chamada a aluna E2F para *contar o motivo* do desentendimento entre as duas. E2F *confirmou* que o *atrito foi em decorrência de seu comentário no Face* (sic)”. A confirmação do episódio entre elas denota a presença de marcas polifônicas, embora tenham emergido no discurso indireto do enunciador ao verbalizar a fala das alunas. Diz o enunciador: “A aut.disc.p.of, *solicitou* que E2F *trouxesse* as conversas printadas (sic)”. O teor das conversas, que poderiam apontar para as causas objetivas, no entanto, não é reproduzido no registro.

A violência é notada entre os estudantes, também nesse fragmento: “[...] a aluna E1F foi *trazida* a direção da escola porque *estava brigando* com aluna E2F por conta de uma *publicação no face*, onde se *agrediram* verbalmente e fisicamente no pátio da escola. Nessa ocorrência, nota-se um tratamento do enunciador diferenciado acerca da estudante identificada como *atleta de alto nível*, o que coloca a outra em condições de inferioridade. Assim segue no fragmento do texto: “A aut.disc.p.of, [...] *Informou* também que por ela ser uma *atleta de alto nível*, *deve aprender a ignorar certos comentários e pessoas*, para evitar esse tipo de situação que é inadequado para a escola e para a vida (sic)”. Aqui, chama atenção o enunciado “*atleta de alto nível*, *deve aprender a ignorar certos comentários e pessoas*”. Ele interpela o sujeito de forma direta. O ato de fala indica a valoração positivamente de um sujeito e a negação de um outro, ou seja, aqui emerge um Eu (estudante) ideal que emerge na fala da autoridade escolar se constitui na diferença com um atleta de baixo nível.

O discurso segue indicando diálogo com a aluna *atleta de alto nível*: “E2F informou que *não bateu* na aluna. *Mas, que depois da agressão queria bater*, mas muitos alunos a asseguraram. A aluna foi liberada e solicitou a presença da mãe para fazê-la ciente do comportamento da filha (sic)”. Em todo texto a voz da *estudante que não se encaixa nos padrões de alto nível*, não surge no registro, ou seja, ela é silenciada pela autoridade escolar. O registro indica a presença das mães de ambas.

## 11 | DEBATENDO AS OCORRÊNCIAS: RESSIGNIFICANDO PRÁTICAS E SUPERANDO VIOLÊNCIAS

As informações trazidas ao longo deste trabalho, no que se refere às práticas de violência na sociedade, me possibilitaram pensar a violência no espaço escolar como expressão dessa realidade brasileira<sup>8</sup>. No que foi possível analisar no discurso dos enunciadores (secretários, educadores de apoio, analistas, diretores e diretores

8 C.f. Atlas da Violência 2018 Ipea e FBSP.

adjuntos) acerca dos atos de violência praticados pelos estudantes, é de que esse tema se revela como um objeto, uma possibilidade de estudos que, alinhado ao diálogo como instrumento de uma educação que se propõe transformadora, pode contribuir para a mediação e superação dos conflitos nas relações sociais no espaço escolar.

Não é pretensão desta pesquisa apresentar planos de aula diretivos, mas não se pode desconsiderar as narrativas como alternativas para estimular o debate e a criticidade dos estudantes acerca dessa temática, inclusive, dando aos docentes as possibilidades de conteúdos e de um novo olhar sobre a realidade da escola e de seus estudantes.

É importante destacar a fecunda relevância da seleção dos conteúdos associados à realidade vivida pelos estudantes. Esse aspecto deve ser considerado pelos professores, sobretudo, aqueles relacionados às situações que são vivenciadas por eles em seu cotidiano escolar e fora dele. Nesse sentido, as ocorrências revelam em termos de conteúdo uma pluralidade significativa de temas a serem problematizados nas aulas: silenciamento, apassivamento e assujeitamento que estão relacionados às relações de poder. Também as situações de intolerância, de bullying, masculinidade, discriminação e outros fatores associados às práticas de violência física são temas relevantes e da realidade dos estudantes. Outros assuntos são, por exemplo: família, grupos sociais, sociabilidade, interação social, cooperação e cidadania, que podem e devem ser trabalhos nas aulas observando os registros de ocorrências como instrumento de superação das violências ocorridas no espaço escolar.

## **12 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização do trabalho permite concluir, após as análises dos registros dessas duas escolas, que há sociabilidades marcadas por práticas violentas entre alguns jovens no espaço escolar e a reprodução dessa nova sociabilidade como expressão de formações discursivas específicas, que pelo senso comum eram associadas, majoritariamente, ao sexo masculino. Constatado ainda que a relação dialógica como processo de enfrentamento do problema pela escola não acontece em sua totalidade, mas de uma maneira relativa, ou seja, em alguns casos os estudantes são silenciados, apassivados e assujeitados à estrutura dos grupos discursivos escolares; em outros, há discussão e tentativa de ressignificação das ações dos jovens envolvidos.

Os indicadores da ressignificação dos estudantes as suas práticas violentas ocorrem no discurso do enunciador e na ausência de reincidência por parte dos envolvidos. O processo de estranhamento e desnaturalização do uso da força se

inicia com a tese de que, mesmo interpelados ideologicamente, o sujeito não se encontra de todo preso a essas ideologias (POSSENTI,2002). Ressalto também que o diálogo alinhado aos debates em sala de aula é grande aliado no processo de estranhamento, desnaturalização, desconstrução e superação das práticas de violência entre os estudantes nas resoluções de seus conflitos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas** / Miriam Abramoway et ali. – Brasília : UNESCO, Coordenação DST / AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Intituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIM, 2002.

ALES BELLO, Angela. **Introdução à fenomenologia** / Angela Alles Belo; tradução Ir. Jacinta Turolo Garcia e Miguel Mahfoud. Bauru, SP: Educ, 2006.

BAKHTIN, M. M. **Problemas da poética de Dostoievski**. Trad. P. Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CARRANO, Paulo. **Violência nas escolas**. Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF, 2009. Disponível em: [http://www.emdiálogo.uff.br/sites/default/files/Carrano\\_Violencia\\_escolas.pdf](http://www.emdiálogo.uff.br/sites/default/files/Carrano_Violencia_escolas.pdf). Acesso em: 02 de fevereiro de 2017.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 6ª Ed. – São Paulo : Ática, 1998.

GUIMARÃES, S. P. & CAMPOS, P. H. F. (2007). **Norma Social Violenta: Um Estudo da Representação Social da Violência em Adolescentes**.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**, ou, Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil / Thomas Hobbes ; tradução Heloisa da Graça Burati. – 1. Ed. – São Paulo : Rideel, 2005.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica** / Allan G. Johnson; tradução, Ruy Jungmann; consultoria, Renato Lessa. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LEVISKY, David Léo. **A violência na sociedade contemporânea** [recurso eletrônico]/ organizadora Maria da Graça Blaya Almeida. – Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun.1512004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922004000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100004). Acesso em: 14/09/2017.

MARCUSHI, Luis Antonio. **Ação dos verbos introdutores de opinião**. Ver. Bras. de Com. S. Paulo, ano XIV, nº 64, pág 74-92, jan/jun, 1991.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: Introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MALTA et al. 2010. **Vivência de violência entre escolares brasileiros**: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(Supl. 2):3053-3063. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v15s2/a10v15s2.pdf>. Acesso em: 16/06/2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da Enunciação**. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores. Curitiba: Criar Edições. 2006.

\_\_\_\_\_, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso** / Dominique Maingueneau; tradução Freda Indursky: revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. Campinas, SP i Pontes : Editors da Universidade Estadual de Campinas, 3a edição, 1997.

MELO, Patricia Bandeira de. **Sujeito sem voz**: Agenda e Discurso sobre o Índio na Mídia em Pernambuco. Dissertação / UFPE – Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Recife, Agosto de 2003.

MELO, Patricia Bandeira de. ASSIS, Rodrigo Vieira de. **Mídia, consumo e crime na juventude**: a construção de um traçado teórico. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, p. 151-164, Jan./Abr. 2014.

MORO, N.O. (2006).”**livro preto**”: como eram tratadas a disciplina e a indisciplina nas escolas da região dos Campos Gerais - sua base legal, conteúdo e representações sociais que produzem. Navegando na história da educação brasileira.: José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani e Maria Isabel Moura Nascimento (orgs.). 1. CD-ROM, ISBN: 85-7713-029-0, Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

NASCENTE, Renata Maria Moschen. FONSECA, Débora Cristina. **Conflitos e livros de ocorrência no cotidiano da escola pública**: alguns caminhos de investigação. 37ª Reunião Nacional da ANPEd — Florianópolis, UFSC, 04-08 out/2015.

NASCIMENTO, K. A.; DIAS E SOUSA, AZEVEDO; C. A.; I. A. S. **Registros em livros de ocorrência das escolas públicas de cidades localizadas a leste de Minas Gerais**: uma análise documental, (2007). Grupo de Pesquisa Infância e compromisso da sociedade. Universitário de Caratinga – UNEC.

NEVES, Paulo R.”**As meninas de agora estão piores que os meninos**”: gênero, conflito e violência na escola. São Paulo: FEUSP (Dissertação), 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Delimitações, Inversões, Deslocamentos**. Cadernos de Estudos Linguísticos, n.19. Campinas: Unicamp. 1990.

\_\_\_\_\_, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_, Michel. **Análise automática do discurso**(AAD- 69). In: Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux / organizadores. Francaise Gadet; Tony Hak; tradutores Bethania S. Mariani... [et al.] — 3. ed. — Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_, Michel. **A análise de discurso: três épocas**, 1983. In: Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pecheux / organizadores 3.ed. Francaise Gadet; Tony Hak; tradutores Bethania S. Mariani... [et al.] — 3. ed. — Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**. Curitiba, Criar Edições, 2002.

RATTO, A.L.S. (2002) **Cenários criminosos e pecaminosos nos livros de ocorrência de uma escola pública**. Revista Brasileira de Educação, maio/jun/jul, n.º 20, 2002.

RUOTTI, C. **Os sentidos da violência escolar: Uma perspectiva dos sujeitos**. São Paulo: 2006 (Dissertação: Sociologia- USP).

SANTOS, Sergivano Antonio dos. **Violência no espaço escolar: discurso, sujeito e as práticas em escolas públicas de caruaru**. 170 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais para o Ensino Médio) - MPCS – Fundação Joaquim Nabuco –FUNDAJ, 2019.

SIMMEL, George. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade** / George Simmel; [tradução, Pedro Caldas]. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades**. Sociologias [online]. 2002, n.8, p.16-32. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222002000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200002). Acesso em: 20 de out. 2016.

ZALUAR, A. **“Hipermasculinidade” leva jovem ao mundo do crime**. ENTREVISTA DA 2ª por Antônio Gois à - Alba Zaluar, 2004. Disponível em: [http://nupevi.iesp.uerj.br/artigos\\_midia/Hiperm.pdf](http://nupevi.iesp.uerj.br/artigos_midia/Hiperm.pdf). Acesso em: 16/08/2017.

# CAPÍTULO 9

## A UNIVERSIDADE PARA QUEM TEM MAIS DE 50 ANOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA IES DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, BRASIL

Data de aceite: 01/10/2020

### Juciele Marta Baldissarelli

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe  
(UNIARP)  
FURB

### Adelcio Machado dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina  
(UFSC)  
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe  
(UNIARP)

### Monica França dos Santos

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe  
(UNIARP)

Dado à luz, originalmente, no periódico *Brazilian Journal of Development*, em 2020.

**RESUMO:** Nos últimos anos, tem sido observado um aumento da população idosa em relação às demais, bem como uma maior longevidade e expectativa de vida dessas pessoas. Com isso, atualmente se percebe uma presença cada vez crescente desse público nos mais diversos meios da sociedade, dentre os quais destaca-se o acadêmico, no qual tem sido considerável a inserção de pessoas com idade superior a 50 anos. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi verificar quais foram os motivos que levaram as pessoas com mais de 50 anos a ingressarem no ensino superior. Para isso, este estudo, de natureza quantitativa, do tipo descritiva e survey, teve como amostra 20 alunos dos cursos de

administração, direito, psicologia, agronomia, engenharia elétrica e serviço social de uma Universidade situada no meio oeste do Estado de Santa Catarina, no Brasil. Os resultados obtidos indicaram que a maioria dos entrevistados retornou à universidade em busca de novos conhecimentos, para realizar um antigo sonho, aperfeiçoar-se profissionalmente, para manter-se ativo após a aposentaria e para se reinventar na profissão. Conclui-se que são necessários estudos complementares, no sentido de fazer com que esta inserção ocorra devidamente por meio da Instituição de Ensino Superior, já que tem sido crescente a demanda dessa população no meio acadêmico, e com isso se requer adaptações para melhor atendê-la.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conhecimento; ensino superior; graduação; inclusão; maturidade.

### THE UNIVERSITY FOR THOSE WHO HAVE MORE THAN 50 YEARS: A CASE STUDY IN A WEST IN THE MIDDLE EAST OF SANTA CATARINA, BRAZIL

**ABSTRACT:** In recent years, an increase in the elderly population has been observed in relation to the others, as well as a greater longevity and life expectancy of these people. With that, nowadays an increasing presence of this public is perceived in the most diverse means of society, among which stands out the academic, in which the insertion of people over the age of 50 has been considerable. In this sense, the objective of this research was to verify what were the reasons that led people over 50 to enter higher education. For this, this study, of a quantitative nature,

of the descriptive and survey type, had as sample 20 students from the courses of administration, law, psychology, agronomy, electrical engineering and social work of a University located in the west of the State of Santa Catarina, in Brazil. The results obtained indicated that most of the interviewees returned to the university in search of new knowledge, to fulfill an old dream, to improve themselves professionally, to remain active after retirement and to reinvent themselves in the profession. It is concluded that complementary studies are necessary, in order to make this insertion occur properly through the Higher Education Institution, since the demand of this population in the academic environment has been growing, and with that adaptations are required to better serve over there.

**KEYWORDS:** Knowledge; University education; University graduate; inclusion; maturity.

## INTRODUÇÃO

Diante das transformações demográficas iniciadas no último século, é possível observar que uma população cada vez mais envelhecida se encontra disposta a garantir uma boa qualidade de vida, bem como buscar pelo conhecimento constante. Essa procura está relacionada à autoestima e ao bem-estar pessoal, e isso se deve ao fato de que o ser humano, tendo como característica inerente a curiosidade, procura por respostas ainda sem explicações, seja nos mais diversos aspectos da vida.

Um exemplo disso é o meio acadêmico, no qual nota-se uma imersão cada vez mais constante da população adulta (OLIVEIRA, R. C. S., 2015): o crescimento de formandos na faixa dos 50 anos foi de 81,2% entre 2009 e 2016, no Brasil (MATURIDADE..., 2019). Dados obtidos pelo Censo de Educação Superior, nos quais estão incluídas as instituições públicas e privadas, apontaram que em 2019 eram 18,9 mil universitários com idade entre 60 e 64 anos e, quando na faixa dos 65 anos, o número era de 7,8 mil pessoas (LEMOS, 2019).

Vários estudos realizados voltados à temática concluíram que são duas as vertentes pelas quais há essa busca: enriquecimento profissional e pessoal. São vários os motivos que levam o adulto a fazer uma graduação, como por exemplo, para elevar suas qualificações, para sua realização pessoal, necessidade de aumentar sua autoestima, desenvolver uma identidade mais consistente e integrada (OLIVEIRA, A. L., 2007), realização de um sonho antigo, vontade de ajudar a sociedade e desejo de ter outra graduação (MATURIDADE..., 2019).

Essa maior presença da população mais velha tem se tornado possível em parte pela longevidade e aumento da expectativa de vida, adquiridas por meio dos avanços médicos, melhora no saneamento básico, melhor alimentação e políticas públicas voltadas à essa faixa etária. Isso tem feito com que as pessoas vivam mais,

inclusive com boas condições físicas e mentais (SANTOS, 2014).

Por consequência, essa população tem aumentado em relação às demais, como no Brasil, no qual o ritmo de crescimento se dá mais rapidamente se em comparação ao de crianças (O SÉCULO..., 2003). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) complementa, ao apontar que entre 2012 e 2017 o crescimento de idosos foi de 18%, com uma estimativa de que nas próximas décadas o número cresça ainda mais: pessoas com 65 anos ou mais corresponderão até 25,5% da população em 2060 (LEMOS, 2019). Por outro lado, o índice de natalidade se reduziu pelo mundo, o que faz com que a população jovem também diminua (INFANTE, 2002).

Nesse sentido, essa demanda de indivíduos maduros em meio acadêmico representa um desafio, já que grande parte desses educandos esteve por muito tempo afastada dos estudos (OLIVEIRA, A. L., 2007). Ademais, sabe-se que aqueles com mais de 45 anos já se encontram no que é definido como idade avançada e, portanto, é quando começam surgir doenças (TOURINHO, 2006 *apud* SILVA; SILVA; SILVA, 2012), fragilidades físicas (O SÉCULO..., 2003), declínio cognitivo (BIJLSMA *et al.*, 2013 *apud* RONCATO *et al.*, 2014), limitação funcional (ALVES; LEITE; MACHADO, 2008) e sentimentos depressivos e autodepreciativos (GUERRA; CALDAS, 2010).

Essa limitação funcional, contudo, não impede que tais pessoas obtenham conhecimentos: estudos realizados comprovam que não há fundamento atribuir ao adulto uma capacidade inferior ao do jovem para aprender (OLIVEIRA, A. L., 2007). Isso porque, mesmo durante o envelhecimento, as pessoas continuam se desenvolvendo, considerando que a aprendizagem se dá de maneira contínua ao longo da existência do ser humano (DE MARCO, 2010).

Nesse contexto, esta pesquisa teve por objetivo geral verificar quais foram os motivos que levaram os acadêmicos com mais de 50 anos a ingressarem no ensino superior, especificamente os matriculados em uma Universidade situada no meio oeste do Estado de Santa Catarina (SC). Paralelamente, buscou-se entender os anseios deste público para o futuro, o que almeja nesta nova etapa da vida e as dificuldades e desafios enfrentados no dia a dia junto à Universidade.

A justificativa para sua abordagem pauta-se na possibilidade de o idoso integrar-se socialmente, adquirir conhecimentos, elevar sua autoestima, obter valorização pessoal, praticar cidadania (OLIVEIRA, R. C. S., 2015) e ter a chance de contribuir com os demais de sua sala de aula, já que com sua trajetória muito teria a lhes transmitir em experiências (PERISSÉ, 20--). Portanto, se oferecendo segurança e um sentimento de que também pertence ao ensino superior, sua inserção se dá de maneira adequada na Instituição de Ensino Superior (IES) (OLIVEIRA, A. L., 2007).

## REFERENCIAL TEÓRICO

Por muitos anos, a educação superior foi dada como o início da carreira de uma pessoa, cuja trajetória, percorrida em grande parte por jovens, tinha por meta obter experiências que levariam às contratações. Porém, houve um aumento significativo da participação de adultos no ensino superior nos últimos anos, por vezes com outras formações e até mesmo já bem estabelecidos no mercado de trabalho. São pessoas com idade superior a 50 anos que se encontram próximas da aposentadoria, mas que, contudo, buscam por novos horizontes de aprendizagem e formação. É na busca desse entendimento que os subcapítulos seguintes se baseiam.

### A aprendizagem do adulto

O processo de envelhecimento de uma pessoa pressupõe modificações graduais no indivíduo, as quais não significam impossibilidade de aprendizagem ou invalidez para a realização de determinada atividade. Tais transformações ocorrem no organismo, nas relações sociais e nos aspectos psicológicos durante a vida de qualquer pessoa (OLIVEIRA, R. C. S., 2015).

No que diz respeito à educação, pode-se afirmar que é um processo existencial e social que não visa a formação uniforme do ser humano, mas que, por meio dos fenômenos culturais, sociais e econômicos, molda cada um no sentido de que atue em sociedade como um ente que a transforma e seja capaz de melhorar suas condições. Os processos educacionais devem estar relacionados à escolarização dos indivíduos, às demais possibilidades e às que são encontradas nas práticas de educação não formal (OLIVEIRA, R. C. S., 2015).

Para Carvalho *et al.* (2010), os diversos estudos e experiências concernentes à infância denotam que as mesmas são seres dependentes e, portanto, necessitam dos cuidados de terceiros. Nessa fase, quando se inicia o período escolar, é esperada a proteção por parte dos professores. Já na adolescência iniciam-se os questionamentos, aparecem as rebeldias e a autoridade dos professores deixa de ser absoluta. Na idade adulta, por sua vez, acumulam-se experiências, aprende-se com erros, tendo consciência do que não se sabe tudo e o quanto estes desconhecimentos fazem falta. Os adultos avaliam cada informação que recebem e decidem por incorporá-la – ou não – diante de suas necessidades. O adulto pode, em algumas vezes, ter a capacidade de fazer comparações com atividades já vivenciadas e fazer uma relação entre teoria e ação. Isso lhe dará a capacidade de aprender de maneira mais apurada e efetiva, se em comparação a alguém que não tenha tido tal capacidade.

Prova disso é que, pelo fato de já terem desempenhado atividades anteriores, os adultos tencionam a terem maior diferenciação no que diz respeito ao pensamento

formado sobre os termos a serem discutidos e abordados na educação superior. Sendo assim, “os adultos constituem uma população marcada, essencialmente, por uma grande heterogeneidade, sendo suas características, em geral, tanto mais heterogênea quanto maior for sua idade” (OLIVEIRA, A. L., 2007, p. 45-46).

De acordo com Carvalho *et al.* (2010 *apud* PERISSÉ, 20--), os conceitos andragógicos devem ser aplicados na formação do professor, uma vez que é adulto e necessita ver e tratar seus alunos adultos como pessoas verdadeiramente livres e responsáveis. Esta é a motivação das motivações: ser tratado como um ser inteligente e capaz de ter assertividade em sua vida. Muito além das notas, os alunos maduros anseiam ver como a realidade acadêmica concorrerá de fato para que sua realidade pessoal seja dinâmica e produtiva. Os professores de tais alunos, pressionados por problemas que a pedagogia só em parte pode solucionar, precisam estudar a andragogia, na qual o adulto aprendiz é quem melhor ensinará como ensinar.

Ao se pensar a educação como uma ação permanente e que o processo de aprendizagem ocorre durante toda a vida do homem, não fica evidente apenas uma evolução do pensamento pedagógico, trata-se de uma necessidade de constante atualização num ambiente globalizado, onde as mudanças são rápidas e contínuas, permitindo que o homem evolua segundo estes preceitos (OLIVEIRA, R. C. S., 1999).

### **Inclusão: um desafio para o ensino superior**

Na segunda metade do século XX, os processos de ensino – em especial o superior – passaram por uma intensa transformação e evolução. Consequentemente, expandiu os horizontes de atendimento aos usuários finais. Alguns dos fatores fundamentais para este crescimento foram a evolução tecnológica e científica, que foram primordiais para a realização de pesquisas e estudos mais precisos e conclusivos (TEODORO, 2013).

Teodoro (2013) menciona que, por conta dessa evolução, o ensino superior tem adquirido uma crescente importância na promoção de mudanças e na resolução de problemas sociais e econômicos do mundo atual, passando a integrar o catálogo de temas considerados prioritários e estratégicos para o desenvolvimento das nações e dos povos. Por outro lado, fatores que têm dificultado ou impedido este público de participar da educação formal são a falta de informação, barreiras ligadas à situação de vida pessoal atual, falta de recursos econômicos e falta de interesse advindo da educação organizada.

Um bom acolhimento dado aos adultos é fundamental para que se sintam parte do ensino superior, junto aos demais alunos mais jovens. Os mais velhos, por vezes, estiveram afastados dos estudos por muito tempo, requerendo iniciativas

da instituição para dar mais atenção às salas de aula. Outro aspecto relevante para sua adequada inserção consiste em dispor de uma estrutura curricular flexível (OLIVEIRA, A. L., 2007).

Isso porque, tendo por base que o adulto possui diversas barreiras, as instituições que o desejam como aluno necessitam de adaptações para incluí-lo, sem com isso comprometer a qualidade dos serviços prestados. Sua inclusão nas atividades que venha a realizar pode, inclusive, contribuir com a melhora das condições de vida deste aluno e da comunidade que o cerca.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa apresentou caráter qualitativo de ordem descritiva, isso porque, segundo Neves (1996), a pesquisa qualitativa não emprega instrumental estatístico para análise de dados. Seu foco de interesse é amplo, parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos qualitativos e ocorre quando procura-se entender os fenômenos, por meio da interpretação dos dados obtidos.

Os estudos de pesquisa qualitativa diferem entre si quanto ao método, à forma e aos objetivos. Godoy (1995) ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo:

1. O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;
2. O caráter descritivo;
3. O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador;
4. Enfoque indutivo.

As pesquisas descritivas, por sua vez, são definidas por Gil (1999) como aquelas que têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título, e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Vergara (2000, p. 47) argumenta que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. “Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”, a exemplo da pesquisa de opinião.

Para a realização desta pesquisa, escolheu-se entrevistar os acadêmicos dos

cursos ofertados por uma situada no meio oeste de Santa Catarina –, em especial aqueles que possuíam mais de 50 anos e que estavam devidamente matriculados no primeiro semestre de 2019. Tendo por base esses critérios, foram encontrados 39 acadêmicos com mais de 50 anos de idade matriculados em cursos de graduação presenciais.

A pesquisa teve como universo 20 alunos respondentes, cujos nomes foram preservados. Os cursos nos quais estavam se graduando eram administração, direito, agronomia, educação física, engenharia elétrica, psicologia e serviço social. Foram considerados alunos de dois Campus em a Universidade possui, em cidades diferentes.

Para a coleta dos dados, utilizou-se um questionário desenvolvido pelos pesquisadores, conforme mostra o Quadro 1. A formatação e divulgação da escala ocorreram por meio da ferramenta do Google Forms, que auxilia pesquisas *online* de domínio público e é disponibilizada na *internet*. O questionário foi enviado por *e-mail* e via WhatsApp ao público-alvo, dando início à pesquisa em 15 de maio de 2019 e encerrando-a em 20 de maio do mesmo ano.

Número da questão	Pergunta
1	Gênero
2	Qual é a sua idade?
3	Estado civil
4	Já é aposentado/pensionista?
5	Qual é a sua profissão?
6	Quanto tempo ficou sem estudar antes de ingressar na Instituição?
7	Você já possui alguma graduação completa?
8	Caso você já possua uma graduação completa, qual é o curso?
9	Qual curso você frequenta na Universidade?
10	Que ano que você está cursando na faculdade?
11	Em qual Campus você estuda na Universidade?
12	Aponte qual foi o principal motivo que lhe fez entrar para a universidade na atual graduação?
13	Qual a expectativa que você tinha ao ingressar na Instituição?
14	Como você se via antes de ingressar na Instituição?
15	Como você se vê após ingressar na Instituição?
16	O que permanece igual e o que mudou em sua vida após o ingresso na universidade?

17	Qual a coisa que você mais gosta na sua vida atual?
18	O que você espera do seu futuro após a conclusão da graduação?
19	Você sente-se integrado no meio e nas vivências universitárias?
20	Qual é o nível de dificuldade que você possui para acompanhar as explicações e que ocorra a aprendizagem?
21	De que maneira você pode contribuir com seus conhecimentos com seus colegas e professores?
22	Como se dá a relação entre você e os colegas mais jovens?
23	Quais foram as pessoas que mais lhe motivaram a frequentar a universidade?
24	Explique como você concilia a vida pessoal e a vida acadêmica?
25	Quais são os comentários mais comuns em sua família em relação à sua decisão de voltar a estudar?
26	Caso considere necessário, este espaço é para outros comentários acerca do tema.

Quadro 1. Perguntas direcionadas aos acadêmicos com mais de 50 anos na referida Universidade.

Fonte: Elaboração própria (2020).

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### Perfil dos respondentes

A primeira etapa da análise apresenta o perfil dos respondentes da pesquisa. Dentre os 20 respondentes, 50% eram homens e 50% eram mulheres. O mais novo dos acadêmicos tinha 51 anos e o mais velho 64 anos, sendo que a média de idade entre ambos os gêneros foi de 54,1 anos de idade. No que diz respeito ao estado civil, 55% eram casados, 30% eram divorciados e apenas 15% eram solteiros.

Em relação à questão de ser aposentado e/ou pensionista, 30% assim se declararam, embora os pesquisados desempenhassem – à época da entrevista – as mais diversas profissões: eram administradores, contadores, do lar, advogados, cirurgião dentista, gerente financeiro e outros.

No que diz respeito ao tempo em que ficaram sem estudar antes de ingressar na Universidade, a média foi de 17 anos, embora um dos acadêmicos tenha ficado 36 anos sem estudar. Dos respondentes, 60% não possuíam curso superior, enquanto 40% já o possuíam e buscaram por uma segunda formação acadêmica.

O curso mais procurado pelo público pesquisado foi de direito, representando 40% do total de entrevistados. O mesmo foi seguido pelos cursos de psicologia e educação física, com 25% e 15% respectivamente. Apenas um acadêmico dentre os 20 estava no primeiro ano de curso, sendo que 45% estavam no terceiro ano e 20%

estavam no quinto ano. O objetivo demonstrado era de cursar até sua conclusão, com pouco índice de desistência. Entre os entrevistados, 60% deles cursavam no Campus de Caçador, enquanto 40% estudavam no de Fraiburgo.

### **Motivações para a graduação depois dos 50 anos**

Uma das perguntas desta pesquisa questionava os entrevistados sobre os motivos que os levaram a ingressar na Universidade. Analisando as respostas, constatou-se que 40% deles responderam que foi por “procura de conhecimento e vontade de querer saber mais”, enquanto a “realização de um antigo sonho” foi representada por 25%. Em terceiro, com 15%, a resposta foi “aperfeiçoamento profissional” e, por fim, os demais 10% apontaram: “aposentei-me e estudar é uma forma de me manter ativo” e “necessidade de reinvenção/nova profissão”.

Dos respondentes, 60% ingressaram na Universidade com a expectativa de adquirir mais conhecimento, ao passo que 15% nela entraram para melhorar a profissão, pois se sentiam desatualizados no auge de suas carreiras profissionais. Durante a graduação, foi possível observar que 65% dos alunos estavam se sentindo com seus conhecimentos ampliados, mais felizes por aumentarem suas amizades, mais preparados e conectados com as atualidades dos assuntos estudados em seus cursos.

Por outro lado, alguns acadêmicos relataram que estavam com pouco tempo para a família, ou não recebiam seu apoio para frequentar o curso até então em andamento. Isso representa uma das principais dificuldades quando no retorno ou início aos estudos acadêmicos, visto que, quando questionados sobre o que mais gostavam de fazer, a grande maioria respondeu que era estar com seus familiares.

### **Integração ao meio acadêmico**

Em relação ao momento posterior à conclusão da graduação, o público estudado afirmou que deseja principalmente obter reconhecimento, tanto pessoal como profissional, pois estão comprometidos e integrados com as novidades do meio acadêmico. Prova disso é que 85% dos respondentes se declararam se sentir completamente integrados nas vivências universitárias atuais.

No que se refere à dificuldade em estudar, 55% afirmaram possuir alta ou moderada dificuldade em acompanhar as explicações durante as aulas para conseguir um aprendizado satisfatório, embora ainda a conseguissem devido à experiência adquirida, contribuição dos demais colegas, por meio de debate dos assuntos estudados – e com eles aprender – e pela boa relação mantida com público mais jovem.

## Conciliação da vida acadêmica e social

Sabe-se que para uma boa produtividade nas mais diferentes atividades do dia a dia é necessário contar com o apoio de pessoas próximas, como de familiares e amigos, além da motivação de buscar por algo melhor, o que contribui para o equilíbrio emocional indispensável à vida.

Sendo assim, por meio da pesquisa, foi possível observar que 60% dos respondentes contavam com o apoio da família, por meio de motivações a frequentar a Universidade, enquanto 25% eram motivados apenas por amigos. Alguns dos comentários feitos pelos entrevistados replicaram os dizeres de alguns de seus familiares em relação ao seu retorno às aulas: “não tem mais idade para estudar”, “isso não deve ser a prioridade e sim a família” e “me dizem que já passei da idade”. Com isso, nota-se que alguns estudantes não recebiam apoio de seus familiares para continuar nos estudos.

Notou-se que a vida pessoal se conciliava de forma prudente com a acadêmica, pois, de acordo com a análise, havia uma boa gestão do tempo, com pouca reclamação e muita atitude.

Por fim, os entrevistados apontaram que, após a conclusão do curso, desejam continuar em atividade, buscando novos desafios – tantos pessoais como profissionais –, contribuir com a sociedade e obter resultados provenientes dos esforços despendidos no momento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, tem sido observado não apenas o aumento da população idosa, como também uma maior longevidade e expectativa de vida dessas pessoas. Isso permite que as mesmas se insiram nos mais diversos meios da sociedade de maneira ativa, como por exemplo, no meio acadêmico. Observando um aumento gradual e em contínuo crescimento, essa população com idade superior a 50 anos tem buscado o ensino superior por diversas razões.

No sentido de verificar quais foram esses motivos, em especial de acadêmicos matriculados em seus dois Campus da Universidade em que a pesquisa foi desenvolvida, este estudo chegou à conclusão de que em grande parte foi para obter novos conhecimentos, mas os relatos também apontaram a realização de um antigo sonho, para aperfeiçoar-se profissionalmente, para manter-se ativo após a aposentaria e para se reinventar na profissão.

Adicionalmente à pesquisa, procurou-se saber sobre os anseios deste público para o futuro e o que almeja nesta nova etapa de vida, ficando constatado que a maioria deseja o reconhecimento – profissional e pessoal – e manter-se à busca de novos desafios, ao concluir a graduação.

Ademais, buscou-se entender quais as dificuldades e desafios enfrentados no dia a dia junto à Universidade. Foi relatado de fato uma dificuldade em acompanhar as explicações, mas a mesma é minimizada pela relação mantida com os colegas, contribuição dos demais alunos e vivência anterior.

Por outro lado, mostraram satisfação em estar cursando o ensino superior, e mantêm de maneira prudente a vida acadêmica com a social. Notou-se considerável apoio dado pelos amigos e pela família – com restrição de alguns que relataram comentários contrários à sua inserção no meio acadêmico. Esse fator pode ser igualmente considerado como positivo ou negativo para que o acadêmico maduro volte às aulas, já que sua vontade de estar com a família divide-se com a aprovação – ou não – desta em retornar à escola.

Embora a pesquisa não tenha apresentado limitações para sua realização, verificou-se uma precária abordagem deste assunto em trabalhos acadêmicos, artigos científicos e estudos correlatos que lhe deem base.

Portanto, faz-se necessário sugerir a realização de outras novas pesquisas para dar prosseguimento à temática, até porque ela tem se mostrado relevante e de importante tratativa em meio acadêmico. Isso porque tem sido crescente a demanda dessa população no ensino superior, e sua inserção precisa ser adequada para dar qualidade ao ensino prestado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. C.; LEITE, I. C.; MACHADO, C. J. Conceituando e mensurando a incapacidade funcional: uma revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, [Rio de Janeiro], v. 13, n. 4, p. 1.199-1.207, jul./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n4/16.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CARVALHO, J. A. *et al.* Andragogia: considerações sobre a aprendizagem do adulto. **Ensino, saúde e ambiente**, v. 3, n. 1, p. 78-90, abr. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/21105/12579%3e.%20acesso%20em:%2007%20abr.%202019>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

DE MARCO, A. Crescimento e desenvolvimento infantil. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, [São Paulo], v. 9, n. 1 (supl. 1), p. 18-20, 2010. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/viewFile/2831/2507>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GUERRA, A. C. L. C.; CALDAS, C. P. Dificuldades e recompensas no processo de envelhecimento: a percepção do sujeito idoso. **Ciência & Saúde Coletiva**, [Rio de Janeiro], v. 15, n. 6, p. 2.931-2.940, 2010. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csc/2010.v15n6/2931-2940/pt>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

INFANTE, A. Envelhecimento da população poderá gerar crise. **BBC Brasil**, Madri, 11 abr. 2002. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020411\\_anelisecg.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020411_anelisecg.shtml)>. Acesso em: 29 jul. 2020.

LEMOS, V. Volta às aulas aos 90 anos: os idosos que decidiram ir à faculdade. **Uol**, Educação, Cuiabá, 2 jan. 2019. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2019/01/02/volta-as-aulas-aos-90-anos-os-idosos-que-decidiram-ir-a-faculdade.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

MATURIDADE ganha espaço na graduação. UNIARP, [S.l.], 27 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.uniarp.edu.br/home/maturidade-graduacao-uniarp/>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

O SÉCULO da terceira idade. São Paulo: SESC, 2003. 212 p.

OLIVEIRA, A. L. Quem são e como são eles? O caso dos adultos no ensino superior. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra, v. 41, n. 3, p. 43-76, 2007. Disponível em: <<https://impactum.journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1208/656>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

OLIVEIRA, R. C. S. **Terceira Idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. Campinas: Papirus, 1999.

\_\_\_\_\_. A educação na terceira idade: conhecimentos a partir da análise das produções (2003-2013). In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, XIII., 2-4 dez. 2015, Maringá. **Anais eletrônicos...** Maringá: UEM, 2015. 20 p. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2015/trabalhos/co\\_04/96.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/96.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

PERISSÉ, G. Cultura: Andragogia. **Correio da Cidadania**, Cultura, [São Caetano do Sul, 20--]. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/antigo/ed340/cultura.htm>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

RONCATO, M. *et al.* Correlação da força e composição corporal com a capacidade funcional em mulheres idosas. **Revista Brasileira de Ciência & Movimento**, [Taguatinga], v. 22, n. 1, p. 122-130, 2014. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/4338/3074>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SANTOS, E. P. Envelhecimento social. In: SANTOS, E. P.; MARTELLI, M.; SILVA, O. A. (Org.). **Envelhecimento e Cidadania**. Jundiaí: In House, 2014. p. 25-40.

SILVA, E. C. A.; SILVA, G. B. F.; SILVA, T. B. F. Atividade física e capacidade funcional: relação necessária para um envelhecimento saudável. **Corpo, Movimento e Saúde**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 35-54, [jan./jun. 2012]. Disponível em: <[http://revistas.unijorge.edu.br/corpomovimentosaudef/pdf/artigo2012\\_1\\_artigo35\\_54.pdf](http://revistas.unijorge.edu.br/corpomovimentosaudef/pdf/artigo2012_1_artigo35_54.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2020.

TEODORO, A. Educação superior e inclusão, tendências e desafios no século XXI. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 225-238, jul.-dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17785/10149>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

## DOM JOSÉ RODRIGUES: SEU PAPEL POLÍTICO E EDUCATIVO JUNTO ÀS CAMADAS POPULARES NO BOLETIM “CAMINHAR JUNTOS”

*Data de aceite:* 01/10/2020

*Data de submissão:* 07/07/2020

### **Jônatas Pereira do Nascimento Rosa**

Universidade do Estado da Bahia  
Juazeiro-BA  
<http://lattes.cnpq.br/0217884286738646>

### **Edonilce da Rocha Barros**

Universidade do Estado da Bahia  
Juazeiro-BA  
<http://lattes.cnpq.br/5171481648034107>

### **Andréa Cristiana Santos**

Universidade do Estado da Bahia  
Juazeiro-BA  
<http://lattes.cnpq.br/5237012475215329>

**RESUMO:** O presente artigo apresenta resultados de uma pesquisa documental, realizada no informativo “Caminhar Juntos”, da Diocese de Juazeiro-BA, idealizado pelo bispo Dom José Rodrigues, na década de 1970, em meio a um contexto marcado por lutas sociais, com o deslocamento das famílias que viviam às margens do rio São Francisco, na época da construção da barragem de Sobradinho. Propõe uma análise histórica para compreender o papel do bispo Dom José Rodrigues como mediador comunicativo que, ao idealizar um jornal religioso e popular, fomentou um discurso político e educativo que tinha como princípio denunciar injustiças sociais e difundir a solidariedade. Observamos que, a partir da publicação do periódico, o bispo se firma como uma liderança

religiosa e comunicador, exercitando o diálogo com as comunidades ribeirinhas e dando visibilidade às experiências populares a partir das narrativas publicadas no jornal, como as cartas de moradores das cidades que ficaram submersas pelas águas do lago de Sobradinho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Caminhar Juntos. Líder religioso. Mediador comunicativo. Educação popular.

### **DOM JOSÉ RODRIGUES: HIS POLITICAL AND EDUCATIONAL ROLE AMONG THE POPULAR CLASSES IN THE BULLETIN “WALKING TOGETHER” (“CAMINHAR JUNTOS”)**

**ABSTRACT:** This article describes the results of a documentary research, carried out in the informative journal “Walking Together”, of the Diocese of Juazeiro-BA, conceived by Bishop José Rodrigues, in the 1970s, in a context marked by social struggles, with the displacement of families living on the banks of the São Francisco River, at the time of the construction of the Sobradinho dam. It proposes a historical analysis to understand the role of Bishop José Rodrigues as a communicative mediator who, by idealizing a religious and popular newspaper, fostered a political and educational discourse that was based on denouncing social injustices and spreading solidarity. We note that, since the publication of the journal, the bishop has established himself as a religious leader and communicator, exercising dialogue with riverside communities and giving visibility to popular experiences from the narratives published in the newspaper, like the letters of the inhabitants of the cities that were

submerged by the waters of the lake of Sobradinho.

**KEYWORDS:** Walking together; Religious leader; Communicative mediator; Popular education.

## 1 | INTRODUÇÃO

De início, apresentamos um recorte do informativo “Caminhar Juntos” para se começar a entender o que o texto tem a nos dizer acerca do espírito de união. Como essa mensagem escrita por Dom José Rodrigues, então bispo da Diocese de Juazeiro, nos meados da década de 1970, na edição piloto do boletim informativo “Caminhar Juntos”, pode nos ajudar a desnudar o espírito de um jornal e as lutas mediadas por ele na época em que foi veiculado?

CAMINHAR JUNTOS. Não basta andar lado a lado. Caminhar é ser-para, é estar em disponibilidade. Exige comunicação, conhecimento daquele que caminha junto, entreaajuda, solidariedade. ‘Companheiro’ significa, etimologicamente, aquele com quem se reparte o pão. Caminhar, então, juntos, para formar a comunidade. Comunidade exige buscar, juntos, o mesmo objetivo. A caminhada mais longa e penosa não é ir, a pé, de Juazeiro a Pilão Arcado, mas sair de si mesmo para encontrar-se com o outro (irmão) e com o Outro (Deus). Cristianismo se vive em comunidade (CAMINHAR JUNTOS, 1976, p. 1).

Essa reflexão remetia a um espírito de comunhão, em que para caminhar e para se movimentar em direção a um objetivo, é preciso estar juntos. E estar juntos, como deixa clara a mensagem, não é tão simples como andar ao lado de alguém. É preciso entrega, espera, responsabilidade, confiança. Entregar-se ao outro, ser para o outro, sair de si, da sua posição, do seu próprio ponto de vista para lidar com o desconhecido que requer espírito de solidariedade. Esse espírito de solidariedade presente na mensagem guiou a trajetória do bispo Dom José Rodrigues, que exerceu na prática o “ser-para” o “estar em disponibilidade”, ao disseminar ideias por meio do boletim, pois acreditava na força do informativo para “unir as pessoas na comunidade. Para unir as comunidades na Diocese. Para unir a Diocese de Juazeiro às outras Dioceses”.

Percebemos a partir dos enunciados, que Dom José Rodrigues conseguiu imprimir a capacidade educativa do jornal de circular informação, ideias, podendo alcançar diferentes lugares da diocese, até mesmo fora dela, com a possibilidade de formar um senso de comunidade entre os leitores em um contexto marcado por lutas sociais, das populações vítimas dos projetos modernizantes. Ao analisarmos o contexto vigente da época, observa-se na mensagem do boletim, que havia a intenção de difundir os valores cristãos de justiça social.

O “Caminhar Juntos” surgiu no ano de 1976, quando as populações ribeirinhas

foram deslocadas dos espaços de referências, de vivência cotidiana em decorrência da construção da barragem de Sobradinho. Com a formação do lago quatro cidades foram inundadas: Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado, no norte da Bahia, todas localizadas às margens do Rio São Francisco. Em um momento de caos, de incertezas e perdas era imediata a necessidade de redes de solidariedade que só poderiam ser construídas pelo caminhar juntos das populações atingidas. Neste sentido, Peter Sloterdijk (2016, p.79) sublinha que os indivíduos “são sujeitos apenas na medida em que participam de uma subjetividade partilhada e distribuída”.

O bispo pensava que, para vencer as dificuldades suscitadas pela construção da barragem, se fazia necessário estar juntos e em comunidade. Assim, nas páginas do jornal, Dom José construiu um discurso com valor político e educativo, de denúncia social, com base na educação popular. A liderança de Dom José pode ser compreendida na perspectiva dos circuitos comunicativos e das mediações, cujo valor do popular é percebido na sua representatividade sociocultural, na capacidade de materializar e expressar o modo de viver das classes subalternas (BARBERO, 2002).

O presente artigo propõe uma análise histórica para compreender o papel do bispo Dom José Rodrigues como mediador comunicativo que, ao idealizar um boletim religioso e popular, fomentou um discurso político e educativo que tinha como princípio denunciar injustiças sociais e difundir a solidariedade.

## **2 | O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

Esta pesquisa é resultado do subprojeto de iniciação científica “Narrativas e memórias de práticas culturais no Território Sertão do São Francisco”, com o objetivo de analisar as narrativas e relatos memorialísticos a respeito das práticas culturais no território, a partir das fontes documentais que explicitam os processos de transformação social ocorridos ao longo do século XX neste território. Está vinculado ao projeto História e Memória do Território Sertão do São Francisco em andamento no Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus III, Juazeiro-BA.

A primeira etapa da pesquisa foi catalogar e fazer o inventário das fontes impressas a respeito das práticas culturais que documentam processos de transformação no espaço físico e tempo histórico nas cidades do território, constituindo-se acervo raro. Para tal, iniciamos a pesquisa com o inventário das edições do “Caminhar Juntos” dos anos de 1976 a 1979, disponíveis no Acervo Dom José Rodrigues, localizado na biblioteca do Campus III, da UNEB. O inventário consistiu na transcrição do conteúdo encontrado, relacionado às notícias publicadas e os textos opinativos (cartas, artigos publicados pelos leitores).

Na segunda etapa da pesquisa, foi realizada a análise de conteúdo, a partir das contribuições da Teoria da História. Michel de Certeau (2008) afirma que o conhecimento histórico é uma operação historiográfica, compreendida na relação entre um lugar, no qual se instauram os métodos; os interesses e a organização dos documentos; os procedimentos de análise, conduzindo a interpretação; e a construção de um texto em escritura.

Como aponta Marc Bloch (2002), o que se produz é um recorte, e o que move o historiador são as práticas humanas, sendo assim “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (p. 54). Apropriamo-nos, então, do boletim diocesano procurando farejar as práticas humanas, as quais revelam tensões, hábitos, modos de ser e fazer, para construir a partir dessa análise interpretativa uma narrativa. Entendemos o boletim como um artefato de memória que permite acesso ao passado, um passado que não pode ser recuperado em sua integralidade, mas que se pode ter acesso a partir de seus fragmentos, que para David Lowenthal (1998), não são processos, mas resíduos de processos sociais. Assim sendo, aciona-se o passado a partir do presente, sendo o pesquisador quem dá sentido a esses fragmentos, os quais permanecem na duração do tempo e chegam até nós no presente. Considerando que “o passado lembrado diverge substancialmente da experiência original”, entendemos que “para comunicar uma narrativa coerente precisamos não apenas reformular o passado antigo como ainda criar um novo” (LOWENTHAL, 1998, p. 101). Desta forma, o que trazemos neste artigo são reflexões teóricas a respeito do trabalho realizado pelo bispo Dom José Rodrigues, considerado por nós como mediador comunicativo.

### **3 I DOM JOSÉ RODRIGUES E A IDEALIZAÇÃO DO “CAMINHAR JUNTOS”**

Na biografia escrita pelo jornalista alemão Siegfried Pater, o leitor fica conhecendo parte da trajetória do bispo Dom José Rodrigues que, antes de chegar à diocese de Juazeiro, em fevereiro de 1975, perambulou por vários lugares. José Rodrigues de Souza nasceu no dia 25 de março de 1926, em Paraíba do Sul e quando completou cinco anos se mudou para Serra Azul (São Paulo), onde viveu parte de sua infância. O pai Josino Rodrigues de Souza trabalhava em uma fábrica de manteiga, a mãe, Maria Geralda de Souza, como doméstica. Dom José tinha sete irmãos, sendo três irmãs e quatro irmãos e toda a família sempre foi muito religiosa (PATER, 1996).

Aos dez anos, teve contato com os missionários da Ordem dos Redentoristas e foi convidado para se tornar padre, indo para o Seminário Santo Afonso no estado de São Paulo. Entre os anos de 1946 a 1951, o então seminarista mudou-se para o

Seminário Maior em Tietê, onde cursou filosofia, teologia e outras ciências, sendo ordenado padre em 27 de dezembro de 1950. Entre os anos de 1952 e 1966, o padre José Rodrigues atuou como professor de português no Seminário Santo Afonso. Passou um ano fazendo curso de especialização na Europa, para em seguida fazer extensa viagem pelo continente com outros padres. Ao ser nomeado Provincial dos Redentoristas de Brasília, em 1970, comprou a “Rádio Difusora de Goiânia”, promovendo uma pastoral que podemos associá-la à “Teologia da Libertação”, pois se tratava de um trabalho de conscientização. Finalmente, em 12 de dezembro de 1974, foi nomeado Bispo da Diocese de Juazeiro, Bahia, criada em 21 de julho de 1962, pelo Papa João XXIII (DIOCESE DE JUAZEIRO, 2020).

Após ter adejado por diferentes lugares, Dom José Rodrigues tomou posse em 16 de fevereiro de 1975, com 49 anos. Substituiu seu primeiro Bispo diocesano, Dom Tomás Guilherme Murphy, norte-americano, também da Congregação dos Padres Redentoristas, cujo episcopado na Diocese de Juazeiro foi de 1963 a 1973, mas só deixou a diocese em 1975, com a chegada de Dom José Rodrigues, segundo Bispo diocesano, cujo episcopado foi de 1975 a 2003, deixando a diocese, por motivo de aposentadoria, com 77 anos. Quando ele chegou na região, o regime militar estava no auge de seu poder. Em função da construção da barragem de Sobradinho, cuja obra foi iniciada em 1974 e concluída em 1978, os prefeitos das Novas Cidades (Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé) eram indicados pelo governador da Bahia e nomeados pelo Presidente da República, pois toda a região era área de segurança nacional.

Desde sua chegada já era possível perceber, naquela pequena criatura, competências específicas, conhecimento elevado e experiências de vida como autoridade religiosa, o que lhe conferia o status de “o gigante”, “o forte” que enfrentava os poderosos em favor dos pobres. No dia 18 de fevereiro de 1975, Dom José visitou pela primeira vez o canteiro de obras da barragem de Sobradinho. Foi o chão de partida de sua pastoral, anunciando-a como opção pelos pobres. Quando questionado o motivo da sua dedicação aos pobres, ele explicava que veio de família humilde, que sua ordem tinha como lema a “dedicação aos pobres”. Mas o que lhe fez concretizar a opção pelos pobres, ou seja, “a última gota d’água”, foi ter encontrado o sofrimento da população da diocese causado pela barragem de Sobradinho (PATER, 1996).

Como a diocese, naquela época, contava com poucos padres e religiosos, Dom José convidou leigos para ajudá-lo na tarefa de apoiar a população “em transe”. A igreja vivia nessa época a atualização do Concílio Vaticano II na América Latina, a partir da Conferência de Medellín e Puebla. Foi dentro desse contexto que Dom José reforçou, na diocese, a opção pelos pobres, mais precisamente pelas populações deslocadas deixadas à própria sorte pelo poder público. Com o

apoio de alguns padres, das religiosas e dos leigos convidados, que se tornaram agentes pastorais, houve um intenso trabalho de educação popular, no ciclo de trabalho orientado pelas “Comunidades Eclesiais de Base” (CEBs), fortalecendo as lideranças vindas do povo, como está descrita na biografia do Bispo no site da Diocese de Juazeiro.

Contra a vontade de alguns dos colaboradores das paróquias da diocese, Dom José Rodrigues começou suas andanças pelas cidades e vilarejos que seriam submersos pelas águas do lago de Sobradinho. Confessou que “em toda parte” ouvia os lamentos do povo que pedia ajuda e orientação ao novo Bispo. Dizia que: “O início foi muito difícil. Eu não tinha ideia, não sabia de nada sobre os problemas das pessoas (PATER, 1996, p. 36).

Em dois de março de 1976, nasceu o boletim em uma reunião interdiocesana no Centro de Treinamento de Líderes (CTL) da diocese, localizado em Carnaíba, distrito de Juazeiro-BA. Esta reunião contou com a participação de padres, religiosas e agentes de pastorais da Diocese de Juazeiro e das Dioceses de Petrolina-PE e Senhor do Bonfim-BA. Contou também com as presenças do próprio Dom José Rodrigues e do bispo de Senhor do Bonfim, Dom Jairo Rui Matos. O nome do recém-nascido boletim de comunicação popular, “Caminhar Juntos”, surgiu de uma Campanha da Fraternidade idealizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que se realiza anualmente, em todas as dioceses do Brasil. Tem o objetivo de despertar a solidariedade dos seus fiéis e da sociedade em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira, buscando caminhos de solução.

Naquele ano, o Tema da campanha foi “Fraternidade e Comunidade” e o Lema: “Caminhar Juntos”. Contudo, já havia uma predisposição da Igreja Católica a favor dos meios de comunicação, como demonstrado no documento *Communio et progressio*, publicado no ano de 1971, no qual a igreja acreditava que os meios de comunicação tinham a capacidade de influenciar a mentalidade e o comportamento das pessoas, criando laços de solidariedade entre os homens e dando a conhecer os problemas e aspirações humanas.

O boletim “Caminhar Juntos” tinha como objetivo anunciar e denunciar o que acontecia nas comunidades que estavam sob a jurisdição da Diocese de Juazeiro, que congrega os municípios de Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Remanso, Pilão Arcado, Sento Sé, Sobradinho e Uauá. Padre Manoel Alves Braga escreveu que o periódico surgiu para trazer “aos do interior, notícias da cidade e aos da cidade as notícias do interior”. Pois, “ninguém pense que o que na sua zona de apostolado acontece não interessa a ninguém. Tudo interessa a todos” (CAMINHAR JUNTOS, 1976, p.2).

Circulando mensalmente, o boletim trazia notícias, textos opinativos e

crônicas escritas por professores, padres e paroquianos da diocese. O informativo circulou, no início, com oito páginas e, posteriormente, alcançou 30 páginas. Eram páginas mimeografadas, sem qualquer tipo de ilustração ou anúncio publicitário, distribuídas gratuitamente. Nelas circulavam informações sobre eventos, festividades e atividades que a diocese realizava durante o respectivo mês.

O boletim “veio à luz” no dia 12 de março de 1976, “singelo e tímido”, em uma tiragem de 100 exemplares (CAMINHAR JUNTOS, 1976, p. 1). No final de 1976, a tiragem foi de 300 exemplares; em 1977, alcançou 500 e, no ano de 1984, 2.600 exemplares. O periódico mensal não ficou restrito apenas no âmbito da Diocese de Juazeiro. Encontramos no boletim cartas de leitores do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiânia, Belo Horizonte, Pernambuco, e haviam leitores que davam “ofertas espontâneas”. Notamos que os leitores que enviavam cartas ao jornal eram padres, religiosas de outras dioceses, o que reforça a intenção do Bispo de unir, por meio do boletim, a Diocese de Juazeiro as outras comunidades diocesanas.

Quanto ao público leitor, observamos que eram, em sua grande maioria, os agentes da pastoral, pois como o boletim informou, em sua edição especial do relatório de atividades, “80% da população do interior” era analfabeta e o singelo número inicial de 100 a 300 exemplares não podia alcançar a quantidade de 210.000 mil habitantes da Diocese de Juazeiro, a menos que fosse utilizada a estratégia da leitura oral pelos próprios agentes para os ribeirinhos (os que habitavam as margens do rio/lago) e os caatingueiros (os que moravam nas caatingas, áreas de sequeiro). Em seu relatório de atividades, o “Caminhar Juntos” identificava como “AGENTES DE PASTORAL: Sr. Bispo, 13 sacerdotes, 01 religioso, 18 religiosas, 10 ministros de Eucaristia, 450 Catequistas e Agentes Pastorais Leigos” que preparavam novos catequistas e lideranças (CAMINHAR JUNTOS, 1976, p. 1). Esse era um trabalho intensivo de educação popular, tendo como principal material didático, o próprio “Caminhar Juntos”.

#### 4 I AS EDIÇÕES ANALISADAS DO “CAMINHAR JUNTOS”

Nas edições analisadas do “Caminhar Juntos”, era recorrente a publicação dos editoriais assinados pelo bispo Dom José Rodrigues. É possível perceber temas recorrentes como campanhas da fraternidade, ações sociais, educação religiosa, e manchetes de jornais de grande circulação como o diário “A Tarde”, da capital, Salvador. Mesmo sendo um boletim mensal, o “Caminhar Juntos” se preocupou com uma das características que compõe um jornal: a atualidade. Segundo Otto Groth, a atualidade é a tarefa “mais urgente” e a “força mais potente” do jornal, uma vez que *“designa em si a característica e a tarefa do jornal de oferecer, de mediar algo atual, portanto presente, agora, em voga, novo”* (GROTH, 2011, p. 223, **grifo do autor**).

Um periódico precisa publicar os acontecimentos que vigoram no tempo presente, no agora. O “Caminhar Juntos” não enfatizou apenas as atividades diocesanas, como teve a sensibilidade de dar visibilidade às problemáticas sociais vigentes na época. O boletim mediou a situação dos caatingueiros que sofriam com a intensa seca no ano de 1976, os conflitos entre posseiros e grileiros, a ação de empresas estatais que desrespeitavam os direitos dos ribeirinhos, como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF); e os impactos sociais e ambientais da barragem de Sobradinho que provocou o êxodo de mais de 70 mil pessoas de seus espaços de referências e convivência. Observamos o interesse que o informativo tinha para mediar a situação das vozes ignoradas da população, para denunciar as injustiças cometidas contra ela. Interesse este que se explica quando refletimos a mediação feita pela figura que idealizou o jornal, que lutou pela vida dos pobres, Dom José Rodrigues.

Jesús Martín-Barbero explica que, por muito tempo, os estudiosos dos meios de comunicação de massa entendiam esses meios como capazes de difundir mensagens que partiam de um emissor dominante até chegar a um receptor acrítico e desprovido de sentido. Mensagens que não tinham nenhum tipo de conexão com os conflitos, contradições, muito menos as lutas da recepção (BARBERO, 2002). O pensamento de Martín-Barbero traz reflexões sobre as possibilidades de mediações desenvolvidas pelos sujeitos, principalmente as “articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais” (BARBERO, 2002, p. 17). De modo que a comunicação pode estabelecer mediações culturais e, portanto, fomentar práticas de “re-conhecimento” (BARBERO, 2002, p. 16).

Quando Dom José idealizou o boletim ele estava em sintonia com o contexto sociocultural de seu tempo, representando a si e o seu entorno. Os temas do jornal dialogavam, pelo que a fonte documental nos indica, com uma recepção religiosa, foram pensados para promover um fluxo de informações entre paroquianos. Surgiu do desejo do Bispo em manter sua diocese informada do que estava acontecendo tanto no campo como na cidade, com a intenção de criar uma rede de solidariedade com outras dioceses. A mediação do Bispo no “Caminhar Juntos” agiu no sentido de fazer com que os diocesanos se interconectassem a um espírito de luta e união.

Dom José influenciou aos seus leitores a percepção de um senso de comunidade e construiu uma narrativa sobre o trabalho feito pela Diocese de Juazeiro em seus mais variados campos de atuação. Por meio do boletim, o Bispo colocou a Diocese de Juazeiro no campo da representação simbólica, pois as ideias possibilitam o fortalecimento das lutas.

Pela linguagem, a mediação do Bispo incitou nos leitores de seus textos um senso crítico, como também afirmou a existência dos sujeitos populares. Seus textos

eram uma espécie de prelação religiosa, em que escrevendo sobre algum tema ou festividade católica, sempre encontrava uma maneira de relacioná-los com alguma questão social vigente na época. Ao refletir sobre a páscoa e o seu significado de superação, pediu ao leitor para se mobilizar e superar a acomodação, alertava quanto aos perigos do conformismo alegando que as pessoas precisavam “superar as atuais formas de escravidão. Superar o imobilismo. Superar a falsa religiosidade. Superar a incomunicação. Superar o egoísmo e a vanglória” (CAMINHAR JUNTOS, 1976, p. 1).

Em outra edição do ano de 1976, refletiu a necessidade de uma educação política para o povo. O Bispo entendia que por falta de uma educação política “não se cuida dos serviços públicos” e a comunidade “não zela pela rua, pela estrada, pelo chafariz, pela cacimba, pelo prédio da escola ou pelo jardim da praça” (CAMINHAR JUNTOS, 1976, p. 1). Sendo preciso adquirir uma mentalidade política, mudar as pessoas.

Na edição de abril de 1977, discursou novamente sobre a páscoa, a qual pelo exemplo de Cristo “desperta, nos cristãos, a esperança de uma nova terra, o Céu. Mas o Vaticano II nos adverte: ‘A esperança de uma nova terra, longe de atenuar, antes deve impulsionar a solicitude pelo aperfeiçoamento desta terra’” (CAMINHAR JUNTOS, 1977, p. 1). Aqui, apreendemos a visão crítica do Bispo, em introduzir na diocese um projeto de educação política, visando à conscientização do povo acerca de suas próprias atitudes. Não usando a crença que possuíam como justificativa para degradação do mundo, mas cuidando dele pensando na próxima geração que “já pode apresentar algum esboço do século futuro”.

O discurso de Dom José se torna ainda mais imprescindível quando pensamos o contexto atual do Brasil e do mundo, que se vê diante uma iminente emergência climática e o fundamentalismo cristão que ganha cada vez mais força, desprezando a ciência e ignorando os danos que o homem causa ao planeta sob a justificativa de que sua terra não é esta, mas outra que é o céu. Em que líderes religiosos livram-se de sua responsabilidade social e estimulam os sujeitos ao conformismo.

Por meio do “Caminhar Juntos” compreendemos que Dom José não via seus leitores ou os ribeirinhos e caatingueiros citados nas notícias veiculadas pelo boletim como uma população que tinha uma mentalidade vazia, mas que esses eram manipulados ou persuadidos pelo “poder dos donos”. Ele compreendia que a população vivia em situação de vulnerabilidade social, despossuída de liberdade, portanto, de tudo, mas eram/são seres resilientes capazes de se reinventarem.

Isso está exemplificado na notícia “Curso sobre a Pastoral da Terra” que aconteceu no Centro de Treinamento de Líderes da diocese entre os dias 28 de fevereiro e 2 de março, com a presença de advogados, sociólogos, psicólogos, assessores de educação e representantes das comunidades ribeirinhas. O objetivo

era “ajudar o camponês a crescer como pessoa humana e adquirir a posse e o gozo da sua terra e dos seus bens” (CAMINHAR JUNTOS, 1977, p. 2). A notícia informava sobre a formação de grupos em cada município da diocese para levantamento de aspectos da realidade social, treinamento de líderes, estímulo da consciência crítica e estudo dos direitos humanos, estatuto da terra e do direito agrário. O boletim ainda esclarecia que de todos os documentos distribuídos no curso “foram entregues cópias mimeografadas a todos os participantes e sua linguagem jurídica foi traduzida ao alcance de todos”. E que muitos dos lavradores, “gente do campo, ainda foram esclarecidos, particularmente” (CAMINHAR JUNTOS, 1977, p. 2).

Entendemos que as ferramentas de luta eram possibilitadas pela diocese, por meio de uma pedagogia alternativa e de um trabalho incansável de mobilização popular para criar a pastoral da comunicação, a pastoral da terra, da família. Para isso, foram treinados líderes em cada comunidade, a fim de tomarem consciência de si e do mundo e de suas capacidades de lutarem por seus direitos.

## 5 I AS NARRATIVAS NO BOLETIM DIOCESANO

Além de comunicar o sentimento de união, o “Caminhar Juntos” exerceu a função de afirmação dos sujeitos populares que já existiam muito antes da mediação comunicativa. Nas edições analisadas, Dom José Rodrigues fazia constantemente denúncias e ilustrava as situações de fragilidade e de desrespeito aos direitos humanos da população ribeirinha pelo Estado, representado nas ações da CHESF e da CODEVASF. Em 1976, as casas de 22 famílias transferidas para a nova Remanso não apresentavam condições de higiene, energia ou água e as habitações tinham “rachaduras; estragos de cupim no madeiramento verde” (CAMINHAR JUNTOS, 1976, p. 11). O boletim informava sobre o desrespeito aos direitos humanos dos ribeirinhos que foram obrigados a deixarem seus lares em decorrência das águas do lago, como o caso de Dona Otília Maria da Fé, que, com 60 anos, foi “levada” por um membro da CHESF para debaixo de umbuzeiros sob lonas improvisadas com seus 13 netos (CAMINHAR JUNTOS, 1977, p. 7).

O boletim apresentou as vozes dos grupos “subalternos”, que segundo Djamilia Ribeiro (2017), são grupos deslegitimados pelo poder vigente, impedidos de ocuparem certos espaços, tendo oportunidades restringidas. Publicou a experiência dos pescadores e agricultores deslegitimados de poder, as experiências de um povo traumatizado com a perda de seus territórios, que mais do que físicos eram simbólicos, espaços de sua cultura, festividades e crenças.

Encontra-se no “Caminhar Juntos”, nas edições do ano de 1976, cartas memorialísticas que nos ajudam a compreender as relações culturais, as sensações e percepções daquele povo. Cartas que ilustraram experiências de

relação sentimental com o rio, conhecido como “Velho Chico” e as cidades que seriam inundadas pela Barragem de Sobradinho, revelando um forte sentimento de saudade que os ribeirinhos teriam dos seus espaços de sociabilidades. Essas cartas reconheceram as singularidades das camadas populares e permitiu “a descoberta dessa experiência outra que a partir do oprimido configura alguns modos de resistência e percepção do sentido mesmo de suas lutas” (BARBERO, 2002, p. 80).

As cartas veiculadas pelo jornal nos evocam no presente as experiências de alegria pelo festejo aos padroeiros das cidades, mas sobretudo de saudade. Saudade das “ruas feias... mas que amamos, porque nos viram nascer” (CAMINHAR JUNTOS, 1976, p. 5). A frase contida na carta de despedida a Sento Sé, escrita pelo/a enigmático/a IMC, diz respeito a uma experiência de valor simbólico. Uma rua é composta de casas, árvores, pedras, areia, coisas materiais, animais que por ela andam. As ruas citadas na carta podiam não ter casas majestosas, podiam ser cheias de buracos, podiam ser “ruas feias”, que não tinham beleza estética, mas tinham sociabilidades. Essas ruas eram amadas pelas experiências vivenciadas nelas. Como registrou a carta de despedida a Santana do Sobrado, pelas experiências vividas junto aos “umbuzeiros que muitas vezes alimentaram as famílias pobres; aos juazeiros que serviram de pasto para as ovelhas; às caçadas de ribanças; às várzeas, onde aprendemos a andar de bicicleta [...]” (CAMINHAR JUNTOS, 1976, p. 15).

De acordo Walter Benjamin, “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1987, p. 201). As cartas no “Caminhar Juntos” apresentam as falas daqueles que viveram experiências de perda, experiências de incerteza, de apego sentimental e saudade, como também são narradas por um narrador que testemunhou os acontecimentos, transformando-os em uma narrativa poética e atemporal.

A respeito disso, Benjamin (1987) ressalta que a narrativa não oferece explicações, mas permite interpretações, questões e tensões. Não é como a informação imediata, clara, precisa e curta, onde tudo está explicado e só tem valor no momento em que é nova. “Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver”, sublinha Benjamin (p. 204). A narrativa permite que se indaguem as experiências ali narradas muito tempo depois que foram concebidas e que as interpretem de maneiras variadas.

Que nascimentos foram esses de que falou o narrador da frase? Como essas ruas os viram nascer? Esse nascer foi a saída do útero e o choro inicial? Ou foi o desabrochar para a vida? Podemos interpretar aqui a partir da experiência narrada na carta que a vida é um constante nascer. E que as ruas, as ruas feias eram

amadas, porque presenciaram, viram de maneira leal, constante e silenciosa esses nascimentos, esses tantos primeiros passos dados nelas.

Mais à frente, o narrador da carta de Sento Sé trouxe uma fala de Dom José Rodrigues, que disse: “Caminhar é deixar para trás – pessoas, coisas, paisagens”. De acordo com Benjamin (1987), a narrativa tem sempre em si uma dimensão utilitária, um tipo de conselho, sabedoria ou ensinamento. Por si só a fala do Bispo já denotava a sabedoria adquirida pela experiência de quem já tinha caminhado consideravelmente e refletido sobre suas andanças pela vida, não só as suas, mas as de outros também.

Se antes ponderamos que a vida é um constante nascer, agora temos que interpretá-la como um constante morrer. Caminhar, segundo Dom José, é dizer adeus às coisas, é entender que nada permanece para sempre, que faz parte do ciclo da vida, não apenas o início, mas também o fim. De modo que caminhar é mudança, é estar em movimento, é sair de um espaço do qual já se acostumou, do lugar que traz conforto, mesmo quando não se quer, mesmo quando soa injusto. Quando saímos do útero, saímos de uma bolha de segurança, para surgir em um mundo por vezes atípico e hostil. Desde então, ao nascer estamos caminhando para a morte. E muitas são as mortes. Morte do útero, morte da infância, morte do amor, da amizade, da bolha familiar, morte de uma cidade, morte física, morte cultural.

A filosofia contemporânea de Peter Sloterdijk (2016) pode dar sentido a essas mortes no que ele chama “a morte das esferas”. O autor entende esfera como “a rotundidade fechada, dotada de um interior compartilhado, que os homens habitam enquanto tem sucesso em se tornar homens” (p. 46). A esfera nunca é composta por um uno, mas compartilhada seja por um casal de amantes ou por pessoas em uma cidade. Nesse sentido, ao se ler a despedida dos ribeirinhos “aos xique-xiques e seus espinhos de muita utilidade para as mulheres rendeiras fazerem suas rendas; enfim a toda caatinga que cerca Santana”, percebemos a experiência de perda pela qual passaram, causada pela morte de seus territórios, de seus espaços de convivência. Ao serem invadidas por interesses fora de seu espaço interior, as cidades citadas nas cartas tiveram o fim de seu mundo e os ribeirinhos tiveram de realizar esta caminhada com as marcas da terra que os criou.

“Levaremos na mente e no coração as lembranças que nunca se apagarão. Vão no nosso corpo as marcas desta terra que nos criou” (CAMINHAR JUNTOS, 1976, p. 15). A experiência contida nessa frase de Madalena Souza Lima na carta de despedida a Santana diz respeito ao valor da memória, do ato de lembrar, pois não foram embora vazios, mas cheios de recordações, uma vez que “as esferas podem ainda subsistir mesmo após a separação pela morte, e o que foi perdido consegue permanecer presente nas memórias como monumento, fantasma, missão, saber” (SLOTERDIJK, 2016, p. 47). Logo, as cidades foram inundadas, mas a memória

não, pois, por meio do exercício de lembrar, ribeirinhos e caatingueiros puderam recordar suas experiências.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Otto Groth (2011) aponta que um produto impresso não consiste naquilo que é expresso em números ou exemplares, mas a partir de uma ideia, de “uma *realidade* mental ou *imaterial*, que nunca se torna propriamente visível” (GROTH, 2011, p. 146, **grifo do autor**). Em outras palavras, Groth quer nos dizer que o jornal tem uma essência, um espírito que emana ideias, sendo uma obra cultural que nasce com uma finalidade e não fica restrito apenas a quem o concebe, mas ganha independência, alcançando outras mentes.

Quando olhamos para o “Caminhar Juntos” compreendemos que o boletim foi uma obra cultural, cuja finalidade foi promover um projeto de educação política, visando à conscientização do povo acerca de suas próprias atitudes e necessidades no contexto social e político do regime militar. Nesse sentido, devemos ressaltar a função de mediador exercida por Dom José Rodrigues que operou na esfera do discurso simbólico, ao se instituir tanto como religioso como comunicador.

Por meio da mediação realizada no “Caminhar Juntos”, Dom José Rodrigues conseguiu difundir uma filosofia da solidariedade baseada na criação de redes de cooperação, refletidas tanto nas notícias que pincelaram a imagem de uma diocese unida e diligente – aquelas que informaram sobre as reuniões da pastoral da terra, as atividades de promoção social como a construção das lavanderias para as mães de Juazeiro, sobre as andanças das religiosas que saíam pelo interior da diocese, realizando cursos de primeiros socorros, os textos opinativos que falaram sobre a importância da comunicação e dos laços humanos – quanto na figura do Bispo que andou lado a lado com os colonos que viviam na área de projetos de irrigação, com os pequenos proprietários rurais ameaçados pelos grileiros, com as prostitutas que tinham de vender seu corpo para sobreviver, com os pescadores que viam sua existência ameaçada pelo lago de Sobradinho, com os caatingueiros que sofriam com a intensa seca e o descaso dos Governos.

Essa solidariedade é parte do projeto de educação política empreendida pelo Bispo e que pode ser identificado nas páginas do periódico, ao ter permitido dar visibilidades às vozes das comunidades ribeirinhas e caatingueiras e promover a organização do coletivo. Em um mundo onde há “um aniquilamento das solidariedades”, como afirma Sloterdijk (2016), havendo nos sujeitos uma tendência para o isolamento, a perda das relações grupais e da troca de experiências comunicáveis, considera-se revolucionária a mensagem do bispo Dom José Rodrigues, pois sua mensagem era de fé, esperança e de que, caminhando juntos,

poderia haver liberdade e ultrapassar as portas da opressão. Esse foi o papel político e educativo assumido por Dom José Rodrigues, no seu apostolado episcopal na Diocese de Juazeiro-BA, junto às camadas populares.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da história**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DIOCESE DE JUAZEIRO (BAHIA). **O bispado de D. José Rodrigues**. Disponível em: <http://diocesedejuazeiro.org.br/>. Acesso em 05 de julho de 2020.

GROTH, Otto. **O Poder Cultural Desconhecido**: fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. São Paulo: Projeto História, vol. 17 nov. 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

PATER, Siegfried. **O bispo dos excluídos**: Dom José Rodrigues. Paulo Afonso: Fonte Viva, 1996.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SLOTERDIJK, Peter. **Esferas I: Bolhas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

# CAPÍTULO 11

## A MILITÂNCIA COMO MANDAMENTO OU EXISTE POSSIBILIDADE DE VISÕES PLURAIS NAS AULAS DE HISTÓRIA? APONTAMENTOS PRELIMINARES

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 13/07/2020

### **Manoel Adir Kischener**

Universidade Estadual de Maringá (UEM)  
Maringá, PR  
<http://lattes.cnpq.br/0700002710041949>

### **Everton Marcos Batistela**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
(UTFPR)  
Dois Vizinhos, PR  
<http://lattes.cnpq.br/8011976316738390>

### **Airton Carlos Batistela**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
(Unioeste)  
Francisco Beltrão, PR  
<http://lattes.cnpq.br/6355946068533113>

### **Mariza Rotta**

Universidade Comunitária da Região de  
Chapecó (Unochapecó)  
São Lourenço do Oeste, SC  
<http://lattes.cnpq.br/1261989172809832>

Este capítulo foi apresentado como artigo completo no VIII Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas (VIII CONAPE), realizado na Unioeste, câmpus de Francisco Beltrão, nos dias 1º e 2 de outubro de 2019. Para esta versão, que contém pequenas modificações, foi acrescido um autor que contribuiu nestas.

**RESUMO:** Objetiva-se trazer apontamentos a respeito das diferentes possibilidades que o professor de História pode apresentar para

além da ideia de militância à “esquerda” ou à “direita”, como se mandamento. A pluralidade de enfoques, os mais diversos e mesmo conflitivos, poderá fomentar o diálogo e a acolhida ao conhecimento entendido aberto sobre as “verdades da história”, o que de alguma forma, estimulará a participação e percepção do sentido de pertença por parte dos alunos já que poderão se aproximar ou vislumbrar o sentido da própria história nas diferentes temporalidades que podem estar contidas a partir destes na sala de aula. Existe uma armadilha entre “as diversas visões” e “o condicionamento”? Há como sair? Refletir sobre a prática docente na História pode contribuir para uma educação que se afaste das certezas, possibilitando a formação cidadã ao aluno, alheia às ideologizações que mais servem a quem escreve para pares, mas que acaba por formar (ou formatar?) o futuro professor de História ainda na Universidade. A proposta se ampara principalmente na vivência do primeiro autor como professor e por ser pouco analítica exigirá aprofundamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pluralidade histórica. Sentido de pertença. Apontamentos.

### **MILITANCE AS A COMMANDMENT OR IS THERE A POSSIBILITY OF PLURAL VISIONS IN HISTORY CLASSES? PRELIMINARY NOTES**

**ABSTRACT:** The objective is to bring notes about the different possibilities that the History teacher can present in addition to the idea of activism on the “left” or on the “right”, as if commanded. The plurality of approaches, the most diverse and even conflicting, may foster dialogue and

welcome knowledge understood open about the “truths of history”, which in some way, will stimulate the participation and perception of the students’ sense of belonging since they will be able to approach or glimpse the meaning of the story itself in the different temporalities that may be contained from these in the classroom. Is there a trap between “the different views” and “conditioning”? Is there a way out? Reflecting on the teaching practice in history can contribute to an education that moves away from certainties, enabling citizen education to the student, oblivious to the ideologizations that most serve those who write to peers, but that end up forming (or formatting?) The future teacher of History still at the University. The proposal is based mainly on the experience of the first author as a teacher and because it is not very analytical it will require further study.

**KEYWORDS:** Historical plurality. Sense of belonging. Appointments.

## 1 | INTRODUÇÃO

Tem-se a hipótese que a escrita da história tem privilegiado sujeitos, atores e/ou indivíduos (seja como a teoria utilizada entender e nominar) que até fazem a história, mas ainda o são aqueles vistos como protagonistas, que detêm espaços de poder privilegiados e que podem “ver” mais que outros, seus colegas de agouro (como seria o caso de acampados em luta pela terra em relação às lideranças) e, por isso, mais atraentes que ficam aos olhos dos pesquisadores ávidos por comprovar suas presunções (não testadas a exaustão e na realidade empírica) e sua teoria (nesse caso, entrevistarão os líderes apenas).

Aqueles outros (os acampados desprovidos da representatividade e/ou dissociados da militância mais entranhada, a que exige pudor político-partidário, como a dos profissionais do MST<sup>1</sup>), as testemunhas do processo histórico, do desenrolar da peleja cotidiana, do viver a mesma vida e com esperança vaga (pois disso o pobre não se priva) são preteridos e, salta à narrativa aquela história generalizante, apática e sem vitalidade sob o olhar do partícipe, mas não protagonista.

É uma forma de escrita da história. Mas não é uma escrita sensível. É como se existisse a história dos protagonistas e a história daqueles que a testemunham, mas nela não estão.

Junto a esta certa falta de sensibilidade – enquanto uma hipótese para esta escrita – para com grande parte daqueles que vivenciam os processos históricos, esta outra vista, também empobrecida e complementar à já exposta, que é a da perspectiva da luta de classes. Nesta são protagonistas apenas os sujeitos que cabem dentro da dicotomia conflitiva do que se espera ver, na teologia de sempre, burgueses *versus* proletários, como que tal simplificação da realidade pudesse dar conta da imensidão, da diversidade daqueles que sofrem as consequências da vida

---

1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

e, também do desvirtuamento destas análises caolhas.

Aqui, se atente, não se desconsidera a importância desta perspectiva em uma luta política, como para os movimentos sociais e os partidos políticos.

Partindo destas premissas e destas visões de mundo e da história, muitos cravarão que, todo professor de história é de “esquerda” ou de “direita”. Mas o são?

Se se pensar a partir da perspectiva de esquerda, o que é ser de esquerda hoje?

Grosso modo, descontentar-se e adotar postura não resignada com as injustiças sociais, que é, em primeira instância, uma condição moral, agir dentro de uma perspectiva que possa contribuir para dirimir a desigualdade e, dentro das possibilidades, possibilitar ao menos, o sonho da mobilidade social ao aluno, e que esta seja possível a partir da educação, fugindo do ensino que vê a história de forma teleológica, triunfalista ou mesmo trágica.

Não que não ocorram relações de dominação e resistência, e nisso a teoria da luta de classes tem sentido.

Assim sendo, o professor de História que adotar tal postura em sua prática necessariamente deverá se fechar em uma teoria só, naquela vista como “a mais de esquerda”, a mais “marxista” possível ou a “liberal”, segundo parece defender aquilo que entendem alguns deputados eleitos no último pleito que se dizem a “nova esquerda”? A respeito de teoria, Pedro Demo afirma que “[...] nada é mais conservador do que teorias radicais sem prática ou do que práticas sem teoria” (DEMO, 2017, p. 72).

Ao comentar a respeito de mito e realidade no planejamento social, daqueles que se dizem envolvidos e inclinados a estar ao lado dos mais pobres, em perspectiva de mais ação (para além da mera escrita, como tem caracterizado a da História), Pedro Demo afirma que são muitos os golpes “[...] todos técnica e cientificamente bem-fundados” que podem se abater sobre comunidades que recebem ação social de verve dita acadêmica, sendo que uns vagueiam perdidos na ilusão das “grandes teorias” que, a tudo explicam, outros, no “ativismos baratos”, assim uns ficam “[...] de um lado, teóricos incorrigíveis, que fazem teoria da participação discutindo de longe a participação dos outros; de outro, técnicos mais pedestres, curtindo a farofa de cada dia, na ilusão de compadrio comunitário, forçando identidades apressadas” (DEMO, 2017, p. 68 e 72).

Uma hipótese a respeito do que leva a muitos ditos como analistas a rotular os professores de História como “de esquerda” (e acredita-se, a maioria assim se vê, já está no senso comum da categoria): é a emergência (ou a imposição?) do politicamente correto conjuntamente com a ascensão dos movimentos sociais (no Brasil, aqueles pós-redemocratização), o que leva a espécie de condicionante do pensamento único.

Os movimentos sociais com suas reivindicações justas numa sociedade desigual afinaram sua fala política em nome de uma perspectiva de reparação, quase como de vingança da História, donde se institui o entendimento dicotômico da vida social, do *nós* em oposição aos *outros*, para isso, se vale do arrazoado teórico antes exposto, só que extremamente vulgar, como o de certas tendências do marxismo.

Outra hipótese: da pobreza desta concepção de política se avolumam no cenário político da contemporaneidade, e se o é para reparar, faz-se tábula rasa para o que o grosso da sociedade vive e, acostumada está (e mesmo com preconceito, não se nega isso, mas o brasileiro é em geral, negacionista) donde se transforma em pecado capital tudo que destoar das concepções societárias que emancipam apenas alguns.

Estes são as minorias (mesmo que estas, muitas vezes, são privilegiadas e são parcela ínfima da população que acredita ou é induzida a crer que a luta é por todos, para todos), efetivamente lutas por parte da sociedade, e não pela emancipação humana<sup>2</sup>, como o próprio Marx denunciou (1978).

Com isso, o pensamento único se impõe e, mesmo o sujeito social do professor de História se assumindo em sala, com postura progressista e inclinado a realidade do aluno não será visto como “de esquerda”, demonstrando que há extrema fragmentação e luta por aquilo que se entende como “de esquerda”, mesmo entre os professores de História.

Mas existe um método único?

Pensando apenas na forma antes exposta, sim.

Mas em sala de aula, na pluralidade de sujeitos sociais, das mais diversas origens possíveis com as mobilidades e deslocamentos geográficos de pessoas mundo afora e mesmo dentro das próprias regiões (em busca por melhores condições de trabalho, por exemplo), comunidades (uma rural deslocada e reassentada, por obra de barragem seria um caso), etnias (pessoas do mesmo país, em situação de refugiados, como os venezuelanos na atualidade), enfim.

E mesmo dentro da mesma localidade, do mesmo bairro, será possível perceber aqueles que, portadores de sociabilidade dupla ora se escondem ora se revelam, de acordo com as circunstâncias e daquilo que é possível barganhar na luta pela sobrevivência.

Este seria o caso de colonos, e mesmo indígenas nas cidades, muitas vezes forçados a ocultar sua origem, identidade e mesmo tradição, sob pena das privações

<sup>2</sup> *“Toda emancipación consiste en reabsorber el mundo humano, las situaciones y relaciones, en el hombre mismo. [...] Sólo cuando el hombre real, individual reabsorba en sí mismo al abstracto ciudadano y, como hombre individual, exista a nivel de especie en su vida empírica, en su trabajo individual, en sus relaciones individuales; sólo cuando, habiendo reconocido y organizado sus ‘fuerzas propias’ como fuerzas sociales, ya no separe de sí la fuerza social en forma de fuerza política; sólo entonces, se habrá cumplido la emancipación humana”* (MARX, 1978, p. 200-1).

identitárias que se amparam em visões reducionistas de um multiculturalismo que só vale para aqueles “mais excluídos” do que os demais, os que estão na moda de defesa dos intelectuais, pretensamente à esquerda, politicamente falando, que muitas vezes esquecem de excluídos ao seu redor pela defesa mais valorativa moralmente, dos de fora.

Estas situações todas demandam a pluralidade de métodos, as mais diversas estratégias para desvelar mesmo os ocultamentos, intencionais, da realidade social.

Estas são questões postas, que poderiam ser em maior número considerando o enfoque, a forma que o professor de História possa se aperceber deste debate, mas que cabe de feito introdutório e provocativo.

Antes de tudo, é intencional o que aqui se expõe e, objetiva-se trazer apontamentos a respeito das diferentes possibilidades que este professor pode apresentar em sala de aula para além da ideia de militância como espécie de mandamento, como impera em alguns cursos de graduação e mesmo em sala de aula na Educação Básica.

Esta é escrita que se beneficia da experiência do primeiro autor em sala de aula e na observação, enquanto aluno, de cursos de pós-graduação (em nem todos os que participou, que se registre), onde nem sempre se pôde expor o que se sentia, sob pena de, se desvirtuado da teoria instituída como a mais completa, sofrer as consequências do ostracismo, se ficar nisso só (quem se arrisca?!).

Por si só esta prática demonstra a falta de abertura que há em alguns cursos, quando muito a *diversidade permitida* cabe dentro de uma única perspectiva teórica, mormente aquela que comunga o organizador da disciplina que, por sua vez, se não destoa da ementa desta aponta um abismo ainda maior, pois privilegiou-se, nestes casos, desde o início, pela ausência de pluralidade de pensamento.

A pluralidade de pensamento é condição, em nosso entender, imprescindível à formação humana, ainda mais daqueles que adentrarão as salas de aula de História.

## 2 | A HISTÓRIA POSSUI “DOIS LADOS”?

Será a História possível em não-historiadores?

Nos parece que sim, desde que, com a crítica que todo professor de História se vale (e arroga-se a esta condição, muitas vezes, como acima das demais áreas do conhecimento), pois são obras de cunho mais popular, com boa escrita, então acessível, não carece de fontes empíricas, tratam de temas relevantes e, ao mesmo tempo curiosidades que, de alguma maneira, poderão prender o leitor, mais do que a leitura habitualmente considerada acadêmica, portanto, mais truncada.

Acaba que são os pormenores, os detalhes, as curiosidades, aquilo que foge

à risca do grande livro, da obra acadêmica, da tese, do que é produzido pelo que o fez pela titulação, apesar de que, muitas vezes, também a partir de referenciais bibliográficos apenas, como as obras mais populares sugeridas neste texto.

Provavelmente, a busca por perspectiva menos ideologizada de escrita, em que se trate do tema sem o intento de levar as ideias do historiador antes e, sim do contexto e tema que analisa, de outro modo, também obras que tratem de temas para além do politicamente correto, donde todos são vítimas em potencial e a sangradura da História, com a perspectiva de vingança, tem dominado.

Para a escrita da História vale a mesma regra ou temos, nós os historiadores, que se apegar ao formalismo do método e pouco importa se terá aceitação popular? Pode-se considerar enquanto possibilidade didática em sala de aula obras de não-historiadores?

Segundo Emmanuel Levinas:

*Su verdad primera es de orden metodológico. Expresan cierto estado de investigaciones en las ciencias humanas. Una preocupación de rigor vuelve desconfiados a psicólogos, sociólogos, historiadores y lingüistas frente a un Yo que se escucha y se palpa, pero sigue estando sin defensa contra las ilusiones de su clase y los fantasmas de su neurosis latente. Un formalismo se impone para domesticar la proliferación salvaje de los hechos humanos que, abordados en su cotenido, nublan la vista del teórico; un formulismo que se impone para medir la certeza del saber, más seguro de los límites de sus axiomáticas que de cualquier axioma* (LEVINAS, 2009, p. 112-3).

Neste sentido, um outro axioma se impõe.

O conhecimento de história é urbano apenas?

Óbvio que não.

Mas é o que tem prevalecido, pois não se leva em conta que “[...] *el historiador se pone en la posición del otro sin tomar su lugar ni convertirse en su sustituto y sin sentirse autorizado a hablar con su voz*” (LACAPRA, 2006, p. 95), sem se ressocializar muitos professores se arrogam a condição de levar a civilidade, aquilo que entendem ser o correto, ainda mais naquelas populações vistas como prenes de revolução, como tem sido o caso das rurais (agora é o camponês e não mais o operário), como os alunos da Educação do Campo, que cresceu o “do Campo” sem ser significativa na mudança e nem na proposta àqueles alunos, como se atestou na própria prática e observância do primeiro autor como professor nesta área recentemente.

Ainda assim, pode-se fazer essa relação, que ocorre como um *roubo da história*<sup>3</sup>, como entende Goody (2011), quando esta narrativa advém apenas das

<sup>3</sup> “El título ‘robo de la historia’ alude a la apropiación de la historia por parte de Occidente. Es decir, el pasado se conceptualiza y presenta según lo que ocurrió a escala provincial en Europa, casi siempre en la Europa occidental, y que luego se impuso al resto del mundo. El continente europeo presume de haber inventado

idades?

É possível sair das lutas necessárias e urgentes de nosso tempo, que estas não condicionem de todo a aula diária? E que não impomos nosso teórico àquilo que o aluno traz? Muitas vezes, o que de bagagem cultural tem este, por exemplo, associada à sua religiosidade, é desconstruída pela autoridade do professor que se baseia em teórico que sequer foi confrontado com a realidade dos primeiros.

Em meio a um mar de desgraçados e desesperançados, é possível ver sentido ou pensar em algum que possa se aproximar da vida e percepção da história por parte do aluno?

Talvez. Pois, *“La historia, sea la de un ser vivo o la de una sociedad, no podrá jamás ser reducida a la sencillez monótona de un tiempo único, que ese tiempo introduzca una invariancia o que trace los caminos de un progreso o de una degradación”* (PRIGOGINE e STENGERS, 2004, p. 304).

Pode-se pensar que existe espécie de armadilha entre “as diversas visões” do conhecimento histórico e humano, pois são impedidas (silenciadas, pelo menos) e “o condicionamento” a que os alunos, na graduação, são impostos e, depois passam a se valer enquanto professores até na Educação Básica?

Se a resposta for afirmativa, há possibilidades para descentralizar a militância que tem se instituído como espécie de mandamento nas graduações de História?

## **2.1 Existe uma armadilha entre “as diversas visões” e “o condicionamento”?**

Há espécie de silenciamento de versões da História, em privilégio de outras e, entre as apostas (escolhas conscientes dos pesquisadores e, neste caso, dos professores de História, em sala de aula) por passar adiante uma em detrimento de outras?

A respeito de “diversas visões” na História, Saes e Saes (2013) oferecem ilustrativo exemplo de como é possível mostrar as inúmeras possibilidades teóricas existentes e que podem ser discutidas/criticadas, por exemplo, da História Econômica enquanto disciplina (ver, em especial o trecho p. 3-31).

Mas se há o silêncio em relação a uma visão em detrimento de outras, qual a razão fundante desta postura, por assim dizer?

Isso poderá ser fruto de sua militância, daquilo que absorveu enquanto formação, aceita ou não, mas frente as condições que muitas vezes são impostas, quando a avaliação é usada para manter espécie de consenso ou da percepção do que é qualidade, próximo ao entendem Frigeri e Monteiro (2014)<sup>4</sup>, pois aos alunos

*una serie de instituciones portadoras de valores como la ‘democracia’, el ‘capitalismo’ mercantil, la libertad y el individualismo. Sin embargo, estas instituciones existen también en otras muchas sociedades humanas”* (GOODY, 2011, p. 7).

4 Ao afirmar que há mais de uma visão ou percepção do que se entende por um trabalho (artigo) que possui qualidade, Frigeri e Monteiro (2014) citam como a entendem os editores, os autores e as agências de fomento;

resta a aceitação do enfoque, do entendimento, dos autores, do “recorte” (que é a expressão usada muitas vezes para se justificar a “escolha” de temas e métodos a ser tratados em determinadas disciplinas) que o professor faz.

Com isso, optando, também, por não criticar o processo de avaliação próprio, quem dera de sua prática em outras instâncias, como nas escolhas já apontadas.

No entendimento de Pedro Demo, todo processo de avaliação pode ser injusto, incômodo, incompleto, facilmente autoritário e excludente, humilhante, insidioso e ideológico. Quanto a este último aspecto, o autor afirma que

[...] não se pode camuflar a relação de poder entre avaliador e avaliado; por maior boa vontade do avaliador, acaba não escapando de propensões que mais cedem ao contexto de poder, do que ao contexto da aprendizagem; por vezes, busca-se fugir disso através de “avaliações objetivas” (que resultam geralmente em mensuração rasa de domínio de conteúdos), mas isto é apenas metáfora: este tipo de avaliação acomoda-se melhor às expectativas de mensuração, não à riqueza transbordante da dinâmica da aprendizagem (DEMO, 2004, p. 57-8).

Neste sentido, entre o avaliar, nas disciplinas mais práticas e, que exigem escrita e os seminários (nos parece que prevalece apenas estes dois tipos de avaliação nas graduações, em alguns casos com alguma variabilidade no modo de realização, conforme o ânimo do professor) em sala de aula, prevalece as escolhas deste último sobre as do aluno (que muitas vezes sequer é convidado a opinar).

E a questão da subjetividade do aluno, como será tratada?

E o conteúdo que se deve levar adiante, apesar de todas as outras cargas e obrigações que a gestão da educação impõe e que o ensino de História têm sido obrigado a absorver em tempo mínimo, às vezes, de uma aula por semana?

Nos casos de correção de avaliações escritas, a elaboração de artigos ao final do semestre, por exemplo, é muito comum passarem-se meses (em alguns casos não ocorrerá retorno mesmo) para a devolutiva do professor, a respeito da nota recebida, entregue aos “48 do segundo tempo” como se diria no jargão futebolístico, não sem pressão do aluno sobre a secretaria do curso que tem de explicar o “sumiço” do professor que não posta/divulga a nota nos prazos pré-estabelecidos.

Poderá ocorrer caso deste mesmo professor universitário possuir publicação acadêmica com *conselhos metodológicos* aos colegas menos vistosos da Educação Básica, na salada teórica que todos palpitam e menos praticam e, todos desejam resolver os problemas da Educação Básica.

Retomando, nestes dois tipos de avaliação (a escrita e os seminários) é a prática do professor que condiciona o aluno a aceitar as regras do jogo.

destas cita-se a segunda, que corrobora o entendimento desejável no parágrafo: “[...] dos autores: que possuem a mesma visão dos editores, incluindo como periódicos de qualidade **aqueles que publicam trabalhos de autores conceituados em sua área**” (FRIGERI e MONTEIRO, 2014, p. 183, ênfase acrescida).

Deixando pouco espaço a crítica desta avaliação, aos mais corajosos, quando acontece de reclamar da nota que se recebeu, muitas vezes esta reivindicação cai em espécie de “comissão de pares” que deve pressionar o professor em crítica, ao final até se recebe a nota, mas poderá ganhar a antipatia do professor que agora se sente diminuído em sua autoridade, o que efetivamente não é bom para o aluno que, em alguns casos, terá que reencontrá-lo em outra disciplina no próximo semestre.

E quando ocorrem disciplinas ainda mais práticas ou aquelas de efetivo ensaio de pesquisa a campo?

Ocorre pouca liberdade nas escolhas do artesanato metodológico, quiçá nos objetos e temas de pesquisa, que, normalmente, estarão dentro da linha do professor da disciplina (até poderá se valer destes apanhados para sua futura escrita de artigos e livros, alimentando o *Lattes*, o que no mínimo entra a questão se é ético ou não).

A esse respeito, talvez se possa trazer o pensamento de Celso Furtado a respeito da liberdade, quando o autor afirma que “A liberdade humana projeta-se, evidentemente, num plano epistemológico que escapa às ‘leis naturais’ explicativas de uma realidade *a priori reduzida* segundo as exigências dos métodos da ciência” (FURTADO, 2008, p. 206, ênfase no original).

Neste sentido, como sairá o aluno do condicionamento de objetos, métodos na pesquisa, e forma de “dar aula”, autores-chave, as próprias leituras direcionadas como recursos a fundamentação destas?

Nestes casos, existirá possibilidades efetivas de liberdade (de escolha) para sair da armadilha entre “as diversas visões” e “o condicionamento” que aquele professor impõe?

Para estes casos, não citando aquelas ocasiões que, infelizmente não são tão incomuns, de constrangimento pela autoridade (aqui se entende títulos, o professor é “Doutor” na área, o aluno é o “sem luz” como dizem os críticos desta palavra, mas que insistimos em utilizá-la) em sala de aula, nos eventos científicos, quando no púlpito de uma mesa coordenadora se comente autoritarismos que, frente o público e, até pelo despreparo para essa espécie de arena que se impõe de susto sobre o aluno, este pouco reage, se é que assim proceda.

Com isso, se perde tempo e local para exercício efetivo da aprendizagem, mas aquela que não vê títulos e não se vale de autoritarismo, que apenas centra-se na troca, respeitando os espaços-tempos de estar/ser de cada um.

Mas será que estamos, enquanto professores, realmente preocupados em uma formação ampla, que contemple a possibilidade da diversidade de enfoques, que o aluno possa, depois de instrumentalizado e no trânsito entre as diferentes, enfim escolher ou construir a sua própria teoria e pegar gosto pelo fazer ciência sem peias e mordidas?

## 2.2 Possibilidades para descentralizar a militância como mandamento

Na experiência do primeiro autor em ser banca de cursos de pós-graduação a distância, especializações, onde também orientou e atuou como tutor, obteve ganhos de aprendizagem com pessoas que somam, mas também a percepção do grau de ideologização a que se pode chegar casos de alguns destes cursos.

Certa feita, como banca, passada esta etapa recebeu e-mail de um aluno agradecendo pela aprovação, ao qual respondeu e perguntou o que havia pensando, se havia contribuição no parecer e nas sugestões no corpo do próprio texto do aluno (em comentários) que havia sido enviado ao seu orientador para que lhe repassasse, como é de praxe nestes casos, ao menos quando se espera fazer ciência e não ideologia.

O que o aluno lhe respondeu?

“Não vi parecer, ele falou que eu poderia imprimir porque não teve nenhuma solicitação da banca”<sup>5</sup>, obviamente não divulgará os nomes dos envolvidos, mas sugere uma ideia do rumo que se pode tomar quando o professor optar por levar ao seu aluno apenas o seu ponto de vista.

Ao agir desta forma os ritos do fazer ciência se tornam mero formalismo, a escrita do parecerista e as reflexões que este fez, o trabalho no arrolar sugestões bibliográficas, a verificação se os passos básicos do método estão contidos no texto, a espinha dorsal da escrita etc. acabam sendo descartados pela patrulha daqueles que se preocupam em manter o reflexo de uma ciência, pois assim o é, mostrando uma realidade alterada, que serve aos propósitos políticos de quem a sustenta e trata com descaso o dinheiro público, afinal era um curso financiado.

Que possibilidades de reflexão ao encontro do que sugere o título deste subitem são possíveis?

O quanto o aluno orientado poderia ter acrescido ao seu trabalho?

Quais seriam os ganhos para a sociedade se se formasse um aluno (futuro professor) que pudesse considerar e lançar mão das mais diversas alternativas para a docência e mesmo o entendimento das temporalidades históricas várias que podem existir na vida de seus alunos cotidianamente em sala de aula?

Esta quantificação talvez seja desnecessária.

Mas em se tratando da perspectiva que prioriza a abertura ao diálogo e o recrudescimento a ideia de certezas, apesar da pluralidade que pode caracterizar as orientações dos envolvidos em uma banca (em geral o orientador e mais dois professores avaliadores, como pareceristas, que são convidados) os ganhos em

<sup>5</sup> A partir desta revelação, o primeiro autor escreveu aos demais alunos que havia sido banca de seus trabalhos. Um outro respondeu: “Conversei com o meu orientador e ele não me informou sobre seu parecer. afirmou que o TCC foi aprovado”. Mas teve um aluno que retornou positivo, que o orientador havia lhe repassado o parecer, e agradeceu por isso. O que o levou aquele orientador a fazer isso, com apenas com alguns de seus alunos? Será que as orientações sugeridas eram mais contundentes e dispares de sua linha ideológica?

sugestões, novos autores ou mesmo clássicos, o olhar de fora (muitas vezes quem escreve, acostumado que está ao próprio texto, cansado, não percebe erros básicos), seriam críveis.

O que o professor orientador poderia ter feito?

O papel do orientador, como autoexplica a própria palavra é orientar, e talvez o texto “Que significa orientar-se no pensamento?” de Immanuel Kant forneça pistas aos orientadores mais ideológicos, que esquecem a tarefa básica.

Segundo o autor

Por mais alto que apliquemos nossos conceitos e, com isso, por mais que façamos abstração da sensibilidade, contudo a eles estão sempre ligadas representações *da imaginação*, cuja função própria consiste em torná-las – elas que não são derivadas da experiência – capazes de servir para o *uso da experiência*. Pois, como conseguiríamos dar sentido e significação também aos nossos conceitos se não tivessem subjacente alguma intuição (que afinal deve ser sempre um exemplo tomado de alguma experiência sensível)? (KANT, 1985, p. 70, ênfase no original).

Frente a isso, pode-se entender que há outras formas (e que devemos valorizar) de produção e acesso ao conhecimento, como entendem Leite e Filho e Martins (2006)?

[...] passou-se a valorizar, cada vez mais, a cultura escolar, os saberes e as práticas educativas, desenvolvidos em diferentes lugares por docentes e outros atores do processo educativo. Essa foi uma conquista importante porque reafirmou, entre nós, a concepção de que ensinar História não é apenas repetir, reproduzir conhecimentos eruditos produzidos noutros espaços: existe também uma produção escolar (SILVA e FONSECA, 2010, p. 14).

Mas como efetivamente valorizar esta cultura e produção escolar se antes dela há uma militância centralizada a partir das imposições metodológicas do professor sobre o futuro colega quando ainda na graduação deste último e sobre o qual recai o autoritarismo das escolhas, das formas e da *maneira acadêmica* do primeiro?

A despeito da força e do poder diretriz dos currículos prescritos, precisamos atentar para o fato de que as disciplinas não são meros espaços de vulgarização de saberes, nem tampouco de adaptação, transposição das ciências de referência, mas são produtos dos espaços, das culturas escolares e mesmo inclusivas. Os professores têm alguma autonomia ante as demandas do Estado, da sociedade e dos meios de comunicação; assim, podem questionar, criticar, subverter os saberes e as práticas no cotidiano escolar. Perpassando os currículos prescritos e os vividos nas aulas de História há diversas mediações entre os sujeitos (alunos e professores), saberes de diferentes fontes (livros didáticos, fontes de época, imprensa, textos,

filmes, literatura e outros), práticas institucionais, burocráticas e comunitárias em contextos muito diferenciados (SILVA e FONSECA, 2010, p. 29).

Isso vale para a sala de aula do professor na Educação Básica e até para o universitário.

Mas e quando é o caso do professor sobre o futuro colega em processo formativo (na graduação de História, por exemplo), será possível “alguma autonomia<sup>6</sup>” (ou brechas, em nosso entendimento) a que se referem os autores?

A importância ao acesso àquilo que está além do cerceamento e mesmo do que desejam condicionar alguns mestres<sup>7</sup>, no experimento de impor aos seus pupilos, daquilo que está além dos muros da Universidade, do que se acessa na internet, do que se assiste na TV a cabo, e mesmo no trânsito, se estimulado, dentro mesmo dos espaços universitários, em intercâmbio com outros alunos e professores (se mais abertos ao diálogo), noutros cursos e áreas do conhecimento, em exercício da autonomia e da busca do saber sem fronteiras e porteiros ideológicas, deve ser melhor mensurado e avaliado no currículo a que os alunos de graduação deveriam ter acesso.

Talvez fosse interessante fazer cada vez mais disciplinas de outros cursos. O aluno de História poderia se aproximar mais da Antropologia, da Sociologia, das Artes, da Música, da Publicidade, do Direito, da Biologia, enfim.

E se deveria considerar que “A representação social é um produto cognitivo que mistura experiência, julgamento, conhecimento, afeto e resulta de uma interação social e socialização” (TUTIAUX-NILLON, 2011, p. 23).

Mas será que está nos planos da Universidade a formação de professores não doutrinários? E que sejam abertos ao diálogo e assim procedam com os seus futuros alunos?

Que tenham efetivas possibilidades para decentralizar a militância como mandamento e, assim ter condições sadias para sair da armadilha entre “as diversas visões” e “o condicionamento” a que o mestre, muitas vezes impõe?

De que formas (será que existem maneiras?) nós professores de História (e os nossos mestres) poderemos contribuir para um ensino que menos engesse

---

6 Segundo os autores, “[...] é necessário destacar o peso e a importância do ensino não escolar, representado por diferentes linguagens artísticas (Literatura, Teatro, Cinema, Música etc.), publicações de difusão, jogos e outros materiais associados à informática na formação de uma cultura histórica. Seria muito fácil descartar esse universo como mera ideologia. Cabe reconhecer sua multiplicidade qualitativa e intelectual (dos excelentes filmes de Luchino Visconti a alguns sites lastimáveis na Internet), estabelecendo diálogos reflexivos com os conteúdos que esse universo ajuda a consolidar como consciência histórica” (SILVA e FONSECA, 2010, p. 30).

7 Que se atente que, se defende a autonomia do professor para fazer a escolha dos conteúdos, isso faz parte de sua função, mas que a faça de forma crítica e, mesmo quando dos autores aos quais possui simpatia que, se realize da mesma forma a criticidade, apontando limites e alcances das obras, o contexto de produção, a organicidade ou não do autor, a questão da tradução, enfim, os aspectos relativos a obra e ao autor que quase sempre passam despercebidos, mas intencionalmente.

o aluno e que fique além de nossas expectativas teóricas e de prática político-partidária (quando é o caso, afinal há professores declaram suas preferências, mesmo dentro de sala de aula) para além de ser “de esquerda” ou ser “de direita”?

Uma possibilidade é apontada por Pedro Demo, para que possamos sair da armadilha que criamos, de impor uma única teoria como sendo a mais completa, que dê conta da totalidade da realidade e dos atores sociais envolvidos, para ele

[...] ser profissional hoje é, em primeiro lugar, saber renovar, reconstruir, refazer a profissão. Isto não denigre o desafio do domínio de conteúdos, mas, como esses se desatualizam no tempo, é fundamental saber renová-los de maneira permanente. Para os renovar, não basta conhecimento transmitido, reproduzido. É essencial saber *reconstruir* conhecimento com mão própria (DEMO, 2009, p. 11, ênfase no original).

Mas quem se arrisca a criticar Marx, sendo declaradamente um marxista, por exemplo?

Ainda mais, como será visto por seus pares este professor que tiver cometido esse pecado da heresia (é como muitos entendem, infelizmente) de criticar aquele que é, para eles, espécie de semideus?

E mesmo os teóricos daquilo que se entende por “direita”, como fazer a crítica a autores como os da Escola Austríaca, como os sintetiza Iorio (2017) tendo nos mais contemporâneos Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, ou mesmo a John Maynard Keynes ou, ainda aos clássicos Adam Smith ou David Ricardo e não ser rotulado como “de esquerda”?

Mesmo outros autores como Max Weber, Eric Voegelin, John Rawls dentre muitos outros que poderiam ser citados, ou o pensamento anarquista contemporâneo ou mesmo aqueles autores ligados a alguma religião, como o professor dito “de esquerda”, sendo marxista, vê? Será possível diálogo? Como os ditos “de direita” veem também? Dialogam?

Há na Universidade brasileira esta abertura de crivo e crítica de obra e autores, independentemente do credo político daquele, com estudo profundo mas sem deslealdade, apenas com o intento de conhecimento, de dissecar o método de determinando autor e, a nós mortais, trazer demonstrações e mostrar o caminho trilhado por estes grandes mestres do pensamento humano, enxergando-os como pessoas de seu tempo<sup>8</sup>, normais, antes de tudo?

8 Como expõe corajosamente José de Souza Martins em tempos onde se virou tabu criticar certos autores: a “[...] sociedade, especialmente a sociedade em que vivemos, é constituída por uma diversificada tensão permanente, expressão das contradições que lhe dão vida. Isso pode levar à ilusão de que a sociedade existe para mudar, para ser revolucionada. Sim e não. Se a observarmos sociologicamente, veremos que os ímpetos de transformação são cotidianamente contidos pelos ímpetos de permanência das relações sociais e da reiteração das formas sociais. A sociedade contemporânea é mais conservadora do que revolucionária e todos, mesmo os revolucionários, são agentes involuntários da repetição e da permanência. O revolucionário Karl Marx nos costumes era um conservador” (MARTINS, 2014, p. 74).

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta foi uma tentativa de trazer apontamentos que inquietam o primeiro autor, especialmente quando em época de maior acesso a possibilidades teóricas e materiais a partir do que é disponibilizado na internet, muitos têm se fechado cada vez mais no reino de uma teoria só, onde imperam como entes sagrados (inacessíveis a crítica construtiva) espécie de semideuses com toda a corte, onde hierarquicamente desfilam do maior para o menor (ou o mais recente, o mais mastigado, na tradução e na escrita de comentadores) no acesso a conta-gotas, dosado, com recorte disso em detrimento daquilo, em privilégio ou silenciamento sobre aquele outro aspecto, em que há os censores que decidem o que se chega ao público mais geral (se o intento é a doutrinação e adulação do professor que se inicie pelo texto mais difícil, assim este sabedor que é oferece as doses de acesso aos pupilos, que agradecidos gravitam a sua volta, sem a necessária ousadia do confrontar, mesmo aos mestres), da seletividade do que deve passar ou não a respeito do autor, mais ou menos é o que se têm feito com os textos de Marx, a respeito de suas “fases”, notadamente há uma escolha e um silenciamento, principalmente nos movimentos sociais ou nas organizações políticas como é o caso do MST, em relação ao Marx “jovem”, aquele mais filosófico e dialético, dos escritos iniciais.

Há um paradoxo, nos parece, próprio de nosso tempo, justo aquele com maior acesso as obras, quando as pessoas dispõem de maior aprendizado, mesmo em línguas (e àqueles com maior dificuldade há cursos e sites que traduzem, softwares, enfim que facilitam a vida dos que têm curiosidade de saber e disseminar conhecimento e informação via internet), justo neste tempo nos deixamos condicionar em uma visão só da História e, assim, como que cavalos com viseiras (os antolhos) escolhemos olhar apenas para uma direção e ignorar as demais, ainda mais, agindo desta forma nos arrogamos a disseminar a ideia de que esta é a mais acertada visão da realidade, como que única e, pior, impassível a crítica.

A contribuição dos professores de História, especialmente na graduação, a disseminação de espécie de pensamento único quanto a autores, que são os da moda, aqueles que se deve citar, à “esquerda” ou à “direita” por agrado e conveniência (e para aprovação em revistas, por exemplo) e menos por necessidade crítica da escrita e do que sugere a realidade, deve ser melhor avaliada, reconhece-se o teor menos acadêmico desta escrita, em apontamentos, e prenhes de outro pecado capital quando em crítica, que são a partir da vivência do primeiro autor, donde se espera a clemência dos pares e a não resignação dos colegas do dia a dia de sempre da sala de aula, daqueles mais afoitos e rebeldes (no bom sentido, com a causa da defesa da aprendizagem, da formação que estimule a emancipação humana) que não aceitam a imposição da militância como se fosse mandamento,

afinal estamos em Estado laico, e isso é uma falácia (para além da contribuição da religiosidade na vida das pessoas) e que permite a ironia.

## REFERÊNCIAS

DEMO, P. **Prática social, educação e cidadania**. 13ª ed., 4ª reimpr. Campinas: Papirus, 2017.

DEMO, P. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. 6ª ed., 3ª reimpr. Petrópolis: Vozes, 2009.

DEMO, P. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

GOODY, J. **El robo de la historia**. Trad. Raquel V. Ramil. Madrid: Ediciones Akal, 2011.

FRIGERI, M.; MONTEIRO, M. S. A. Qualis: incitando um debate sobre qualidade dos periódicos científicos no Brasil. In: MONTEIRO, M. S. A.; DIAS, R. de B.; CAMPOS, C. de. (Orgs.). **Novos horizontes em política científica e tecnológica**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2014, p. 169-185.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial. Edição definitiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IORIO, U. J. **Dos protoaustriacos a Menger: uma breve história das origens da Escola Austríaca de Economia**. 2ª ed., rev. e ampl. São Paulo: LVM Editora, 2017.

KANT, I. **Textos seletos**. Trad. Raimundo Vier e Floriano de S. Fernandes. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

LACAPRA, D. **Historia en tránsito: experiencia, identidad y teoría crítica**. Trad. Teresa Arijón. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LEITE E FILHO, G. A.; MARTINS, G. de A. Relação orientador-orientando e suas influências na elaboração de teses e dissertações. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, ed. especial Minas Gerais, p. 99-109, nov./dez., 2006.

LEVINAS, E. **Humanismo del otro hombre**. Trad. Daniel E. Guillot. 1ª ed., 6ª reimpr. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

MARTINS, J. de S. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MARX, K. La cuestión judía. In: **OME 5/Obras de Marx y Engels**. Dir. Manuel S. Luzón. Trad. José M. Ripalda. Barcelona: Editorial Crítica, 1978, p. 178-208.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **La nueva alianza: metamorfosis de la ciencia**. Trad. Manuel G. Velarde e María C. M. Sanz. 2. ed., 4. reimpr. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

SAES, F. A. M. de; SAES, A. M. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, M. A. da; FONSECA, S. G. Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 13-33, 2010.

TUTIAUX-NILLON, N. O paradoxo francês: cultura histórica significativa e didática da história incerta. Trad. Cláudia M. B. Reis. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 15-37, jan./abr., 2011.

# CAPÍTULO 12

## AMAZÔNIA: AS NUANCES COMUNICACIONAIS AOS OLHOS DA ESTRATÉGIA ELEITORAL/GOVERNAMENTAL DE JAIR BOLSONARO E EMMANUEL MACRON

*Data de aceite:* 01/10/2020

*Data de submissão:* 14/07/2020

### **Gustavo Koetz Vaccari**

Universidade Presbiteriana Mackenzie  
São Paulo, SP  
<http://lattes.cnpq.br/8867093729707377>

### **Roberto Gondo Macedo**

Universidade Presbiteriana Mackenzie  
São Paulo, SP  
<http://lattes.cnpq.br/5481345089631117>

**RESUMO:** Comumente, a aparição de polêmicas e questionamentos, assim como discussões e efemérides, abrem um leque de iniciativas para que as lideranças governamentais evidenciem seus posicionamentos, que exponham seus ideais e que reiterem seus desejos. As comunicações eleitoral e governamental, embora de competências paralelas, estão intrinsecamente interligadas e, em longo prazo, refletem uma a outra. Parte desta dinâmica demonstra a importância de um discurso coerente para a comprovação da credibilidade do elegível/elegido, já que este, a todo o momento, é avaliado por diversas estruturas político-sociais que determinam a base na qual, inevitavelmente, está sustentado. Cabe a tal indivíduo, portanto, desenvolver, em ordem de adquirir uma boa imagem, a evidência física de sua eloquência e a tangibilidade de suas promessas. É o caso de Jair Bolsonaro e Emmanuel Macron, que, ao longo das chamadas da Amazônia, levantaram

questões pertinentes não somente a respeito da floresta, mas também, convenientemente, para uma parte de seu público eleitoral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia; comunicação; estratégia; geopolítica.

### **AMAZÔNIA: THE COMMUNICATION HUE IN THE EYES OF THE ELECTORAL/GOVERNMENTAL STRATEGY OF JAIR BOLSONARO AND EMMANUEL MACRON**

**ABSTRACT:** Commonly, the appearance of controversies, as well as events and its discussions, creates a range of initiatives for government leaders to highlight their positions, to expose their ideals and to reiterate their desires. Electoral and governmental communications, while having parallel competences, are intrinsically interconnected and, in the long term, reflect on each other. Part of this dynamic demonstrates the importance of a coherent speech to corroborate the credibility of the eligible / elected, since this one, at all times, is evaluated by several political and social structures that determine the basis on which, inevitably, is sustained. It is up to such an individual, therefore, to develop, in order to acquire a good image of himself, the physical evidence of his eloquence and the tangibility of his promises. This is the case of Jair Bolsonaro and Emmanuel Macron, who, throughout the Amazon's flames, raised pertinent questions not only about the forest, but also, conveniently, to a part of their electoral public.

**KEYWORDS:** Amazônia; communication; strategy; geopolitics.

## 1 | INTRODUÇÃO

A representação do indivíduo e de suas vontades remete à antiguidade com a Grécia antiga. A abertura política para as classes ascensionais promovidas primeiro por Sólon e a fragmentação do poder político em distritos (“Demos”, em grego) seguinte por Clístenes - magistrados que, por um tempo, detiveram o poder de legislar na época - desencadeou o que seria o resultado da democracia moderna. Assim iniciou-se a essência da representação própria de grupos e de suas devidas autonomias.

Em outra época, 2.500 anos depois, além de compor o interesse público que os elegeram, os presentes representantes passaram a responder (com suas próprias maneiras) às causalidades da globalização. A formação de um mundo conectado a poucos segundos de interação faz do eleito constantemente avaliado por entidades tais como o mercado global, a opinião pública e a mídia internacional – seres que, complexos demais até uma década atrás, hoje podem ser formados e compreendidos por quaisquer leigos interessados, mediante meia dúzia de cliques em seus celulares.

Partindo de uma qualificação global, portanto, é exigida do sujeito a constante manutenção de sua imagem. Seja atendendo às pautas que o elevaram ao seu cargo atual ou pela sua aparente atenção, o eleito (que possui probabilidade de se reeleger) define uma coerência comunicacional a ser seguida.

Avaliado por duas medidas, a aprovação local e a recepção internacional, os governos levam em conta a probabilidade de se tornarem reféns de uma luta eterna pela satisfação média. Ponto este que, muitos governos considerados errados e defeituosos foram considerados errados e defeituosos propriamente por entidades que não foram agradadas, e vice-versa. É nesta etapa que entra em prática a comunicação precisa e efetiva para o sucesso da narrativa. O parecer de que a situação está decorrendo de forma correta é, muitas vezes, mais importante do que estar, de fato, correta.

Em 2019, por exemplo, foram vistos na 74ª Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, iniciada no dia 17 de setembro, diversos direitos de resposta a discursos das lideranças internacionais. Entre eles, os mais exaltados englobaram o conflito entre Paquistão e Índia sobre o território da Caxemira, além de conflitos entre Sérvia e Albânia, Guatemala e Belize, Indonésia e Vanuatu, Azerbaijão e Armênia, Irã e Israel, Irã e Arábia Saudita, Irã e Bahrein e, finalmente, Irã e Emirados Árabes Unidos.

É perceptível, mesmo não enfatizada em uma estratégia comunicacional, a necessidade de se posicionar por parte dos representantes. No mesmo caso, observa-se que a questão da Caxemira reergueu centelhas conflitantes entre as duas

soberanias sul-asiáticas devido às explícitas investidas da liderança paquistanesa e o parecer do recém-eleito governo indiano. Ambos com fortes posicionamentos em seus discursos na ONU.

Esses posicionamentos agregam um fim eleitoral imagético, tendo como meio, a anestesia geral de sua base política, mesmo contrapondo os interesses internacionais de união. Basta ver, estampada, a afronta de um país para com outro em um palanque simbólico e literal das Nações Unidas. Um espelho onde a imagem supranacional refrata um objetivo local.

Eventos como este ilustram uma fração ínfima da defesa dos interesses regionais existentes. Pela proporção, aumentada em escala global e em médio prazo, haveria uma ampliação de casos similares. Ou seja, se colocada todas as circunstâncias envolvendo dois ou mais países em um período de uma década – tempo médio das influências de uma gestão, a quantidade de desavenças tende a aumentar exponencialmente. E como, de fato, aumentam.

Aplicada essas mesmas circunstâncias sob uma visão intermediadora crítica - o protagonismo do indivíduo e das massas - a exaltação coletiva se efetiva na condução governamental. A crescente tangibilidade dos discursos políticos, as respostas midiáticas e os debates públicos elevados pelas plataformas tecnológicas e digitais, levam à plausibilidade da histeria generalizada acerca das repercussões consequentes.

Em um caso exemplificado, Hong Kong – região autônoma no território Chinês - perpetuou, no mesmo ano, as redes sociais e manchetes internacionais com o seu repúdio, inicialmente, ao acordo de extradição proposto pelo governo Chinês.

Tomando proporções preocupantes, a questão honconguesa acabou envolvendo, além do mercado e geopolítica chinesa, diversos setores da sociedade, dentre elas partes de populações que se identificaram com a causa, empresas internacionais que responderam o mercado chinês, personas públicas que opinaram sobre a ocasião e até influenciadores digitais fazendo comentários sobre. Na maioria dos casos, o posicionamento desenfreado (mesmo não sendo estúpido) levou a mais prejuízos dos envolvidos do que agregou benefícios à causa.

Nesse sentido, para destrinchar uma amostra repercutida, serão decorridas neste artigo, algumas especificidades do caso envolvendo os incêndios na floresta amazônica sob o ponto de vista francês e brasileiro.

Uma eventualidade em território brasileiro proporcionando alcance mundial, em aspectos físicos, comunicacionais e simbólicos. Uma aglomeração de pautas soberanas, desenvolvimentistas, sob a chancela da consciência social, do saciar eleitoral e, evidentemente, dos confrontos ideológicos, aspectos que marcaram ambos os posicionamentos de Jair Bolsonaro e Emmanuel Macron, respectivos presidentes das repúblicas do Brasil e da França.

Serão analisadas e comparadas as congruências entre seus posicionamentos e bases eleitorais, e a repercussão midiática periférica daqueles que não participam diretamente, mas que desejam, a todo momento, participar.

## 2 | PERCEÇÃO E GOVERNO

Em agosto de 2019, estamparam nas redes sociais e notícias internacionais, como o grande retorno do mal à Terra, diversos focos de incêndios florestais localizados na América do Sul. O evento, visto como o grande catalisador do fim do mundo e uma imoralidade pecaminosa para a civilidade do século XXI, conscientizou e elevou o indivíduo médio e a massa midiática ao ápice da contemplação das virtudes e mazelas humanas e, na mesma velocidade, após algumas semanas, condenou tal frenesi ao abismo do esquecimento e da irrelevância.

O Brasil, como a potência de maior expressão na América do Sul e Estado-Símbolo das florestas tropicais, por estar propriamente relacionado às queimadas, foi alvo soberano das críticas internacionais. Tais que, assim declarado o malfeitor do mês, o conseqüente acerto de contas foi posto em prática, como já esperado, por todos aqueles que entendem seu direito de expressão da mesma forma que um fanático entende seus deveres a uma seita religiosa. A respeito da predisposição humana em opinar e agir sobre um assunto pouco compreendido e aprofundado, Edmund Burke faz - em sua obra *“Reflexões sobre a revolução na França”*, aos pés de uma revolução, um paralelo:

Mas eu não posso tomar a dianteira e tecer elogios ou críticas a nada que se relacione com ações humanas, e preocupações humanas, com base numa visão simples do objeto, despojado de toda relação, na total nudez e solidão da abstração metafísica. As circunstâncias são as responsáveis por dotar, na realidade, todos os princípios políticos de sua cor e efeito distintivos. São as circunstâncias que tornam todo esquema civil e político benéfico ou prejudicial para a humanidade. (BURKE, 2017, p. 32 e 33).

O filósofo conservador pede, antes de tudo, prudência. E, de fato, antes de ser exigida justiça pelas mãos da Providência Divina contra a Terra de Santa Cruz, é fundamental atentar à circunstância em questão: atos como o “dia do fogo” – ação orquestrada por produtores rurais da região Norte que teriam incendiado áreas da floresta amazônica - não representaram, sozinhos, toda a ação humana envolvida nessa totalidade catastrófica.

Segundo dados públicos proporcionados pela NASA, na mesma semana, com as mesmas e até maiores proporções, ocorreram focos de incêndios em países vizinhos como a Bolívia, Paraguai e Peru, e até mesmo de outros continentes como a República Democrática do Congo, República do Congo, Angola, Zimbábue, Malauí,

Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e nas ilhas Canárias.

Pergunta-se, então, por quais motivos ocorreram grandes repercussões apenas no caso brasileiro. Para entender este evento, basta apenas analisar a variável correta.

Em uma equação, os valores das constantes universais - se inerentes à fórmula - mantêm-se inalterados independentemente dos outros fatores atribuídos ao resto da conta. Como o nome já diz, uma *constante*. Nesse caso, os focos de incêndios são as constantes universais desta equação, pois os mesmos foram o elemento em comum dentre as nações. Qual foi, portanto, a variável que germinou tanta discrepância entre o resultado brasileiro e a dos demais países?

Eis que surgem, em suas formas mais tímidas, das gavetas do Marketing, o discurso político e a gestão de imagem. Em sua essência, a manutenção da imagem. Nas palavras de Ney Lima Figueiredo (1994, p.18) - em sua obra *“Jogando para Ganhar”* - “O marketing político, ao contrário do que muitos pensam, não deve ficar restrito somente à época de eleições, mas sim, ser utilizado a todo tempo, principalmente para preservar o poder”.

É a partir da consolidação dessa dinâmica que o político percebe a linha tênue em que se encontra quando, erguido pelas mãos do povo, percebe a facilidade em que pode ser arremessado de volta ao chão.

Como a política não beatifica o candidato, como bem se observa na mancha da lama em seu terno, há de alguém, portanto, exercer essa tarefa, ou algo próximo a isso. E esse alguém é ninguém menos que o ser entendido da sua importância como cidadão, caminhando pomposamente às urnas, mas sem o compromisso de saber em quem está votando, nem o que justifica o seu voto. Na prática, o eleitor comum.

Com seus medos, desejos e opiniões, o “empoderado” parte para a zona de conforto em que acredita estar - a liberdade de pensamento e de expressão, a luta pelos direitos e pela diversidade de opiniões. O protagonismo e a liberdade individuais, embora aparentemente conceituados nos debates e jargões públicos, são pouco compreendidos em sua totalidade.

A liberdade do indivíduo é, em si, uma dádiva, mas o seu louvor não contemplativo cega seu entendimento como um todo. Pelo medo da sombra de governos autoritários, não se é exigido do sujeito que ele saiba o que está dizendo ou fazendo, nem as consequências do que diz e faz, mas o ato de dizer/fazer já remete a algo belo e libertador a ser ouvido/observado. E em grande escala, esta inconsequência eleva-se ao patamar de virtude moderna a ser procurada, justamente pela própria essência da liberdade.

(...) a liberdade, quando os homens agem em conjuntos, é poder.

Pessoas razoáveis, antes de se posicionarem, observarão o uso que é feito desse poder, especialmente ao se tratar de um novo poder em mãos de novas pessoas que desconhecem, total ou parcialmente, seus princípios, temperamentos e disposições, e em situações onde aqueles que aparecem no centro da agitação talvez não sejam os verdadeiros protagonistas. (BURKE, 2017, p. 34).

O candidato e o eleitor, com suas virtudes e falhas, amados e desprezados numa relação mais que esquizofrênica, percebem que já chegaram a se casar apenas quando estão se divorciando. Um ser que está intrinsecamente ligado ao outro escolher por optar, na mais repentina desatenção, pela ignorância das ações de seu par, permite-se ficar sujeito à sutileza da narrativa do mesmo, que o agrada até o momento em que não lhe é mais conveniente.

A participação do indivíduo na política não é percebida como uma consequência da alta cultura, mas entendida, simplesmente, como um fim possibilitado pela vontade própria do indivíduo em aprendê-la. Como um gosto, alguns apreciam de mais, outros, de menos. Seja qual for o momento histórico, apresentam-se, concomitantemente, eleitores ferrenhos - apreciadores das notícias e análises políticas, e eleitores perdidos - à deriva e passivos ao mesmo ambiente.

Em tal contexto, o discurso político e sua repercussão emergem como potencial narrativo capaz de criar no imaginário popular - este tentando entender ou não seu país, mediante o caos estruturado - a ideia de estar vivendo no amaldiçoado Tártaro ou na irrelevância e desorientação do Campo de Asfódelos, e até mesmo, na fortuna dos Campos Elísios.

Uma amostra patenteada da percepção do eleitor no cenário brasileiro foi vista durante as eleições de 1994, na veiculação de uma mensagem, no tempo e formato corretos, na mais que perfeita sincronia da comunicação eleitoral - governamental. Tal mensagem, que bem executada, determinou a vitória de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República - candidato que, um ano antes, foi nomeado ao cargo de Ministro da Fazenda durante o governo Itamar Franco. Seu objetivo: controlar a inflação que já alcançava a marca de 1348% em maio de 93.

Entre suas medidas, preparou o Plano Real para entrar em prática logo no ano seguinte. A circulação do Real iniciou-se no primeiro dia de julho de 1994 - três meses antes do dia da eleição - mesmo período estipulado e programado para que outras medidas tomadas pelo ministro concretizassem, enfim, seus efeitos.

Além disso, junto com a execução do Plano Real, utilizou-se da âncora cambial para segurar a inflação nos primeiros três meses. Neste período, R\$ 1,00 passou a valer U\$ 1,00 e, segurando a inflação perto de 0% nos meses de agosto, Setembro e Outubro, FHC conseguiu concretizar suas façanhas dias antes da eleição. Tal convergência de sucessos foi, para muitos crédulos da época, apenas um exemplo da Teoria da Mera Coincidência, em vez de uma simples estratégia

eleitoral/governamental não explícita da boca para fora.

Toda campanha política é única, inteiramente diferente das outras. Inversamente, toda campanha política é idêntica a quaisquer outras. Quem pretender repetir ponto por ponto uma campanha que deu certo no passado pode incorrer em grave erro. Mas quem esquece os princípios gerais, que estão presentes em qualquer campanha, comete erro ainda maior. (FIGUEIREDO, 1994, p.109)

Imaginemos a surpresa das pessoas quando, no mesmo período, FHC se demite do cargo de Ministro para ser candidato à Presidência da República pelo PSDB e, aos pés da eleição, repercute-se uma conversa, captada por antenas parabólicas, entre Rubens Ricupero e o candidato a respeito da eleição. “Na conversa, Ricupero - um dos articuladores do Plano Real - disse que o Plano foi usado como propaganda para beneficiar a candidatura de Fernando Henrique”. (Doc. Teatro das Tesouras - 1994, 2018).

### 3 | A CIRCUNSTÂNCIA ELEITORAL

No caso Amazônia, as comunicações a serem avaliadas englobam uma análise das bases eleitorais de ambos os presidentes. Começando por Emmanuel Macron, ex-ministro da economia que obteve sua subida à Presidência da República em maio de 2017. Em clara oposição a Marine Le Pen, autointitulado “nem de esquerda e nem de direita”, destacando seu desgosto pelo sistema político francês atuante, e visto como o novo rosto para esta classe tradicional, Macron se encontrou no meio de uma estagnação econômica somada a um ceticismo político exacerbado.

A insatisfação com os presidentes antecessores - Jacques Chirac e Nicolas Sarkozy - nas últimas décadas, permitiu a criação de uma vontade catatônica característica de um cenário polarizado e instável, alavancada pelos recentes ataques terroristas e a profunda crise econômica que se abateram sobre os franceses.

Tanto Macron, quanto Le Pen adotaram estratégias que, por suas características intrínsecas, obtiveram resultados já esperados. Segundo o Instituto Ipsos, 43% dos votos em Macron tiveram como motivação impedir Le Pen, e 33% dos votos foram pela renovação política que o candidato representava. Por Le Pen, 22% dos votos foram para barrar Macron, e 41% pela mesma renovação política desejada. Esse confronto direto englobou a notória política do medo perante a oposição e a sensação de esperança por algo diferente, aspectos iminentes ao populismo clássico.

Em sua obra “*Tratado de Comunicação Organizacional e Política*”, Gaudêncio Torquato menciona:

Em suma, o discurso político leva em conta o ânimo social - a natureza do estado coletivo - e a tipologia comportamental dos cidadãos, agindo, com maior ou menor intensidade, sobre os mecanismos sensoriais de cada um. O discurso político é um agente poderoso de poder. (TORQUATO, 2008, p.24)

A vitória de Macron, e a instauração do aumento dos preços dos combustíveis e do custo de vida no país ao final de 2018, fez do presidente - do mesmo jeito que fez de Chirac e Sarkozy - a vidraça a ser quebrada da vez, levando uma das maiores e incuráveis dores de cabeça de seu governo - “os coletes amarelos”, 300 mil manifestantes e 55% de aprovação das revoltas pela população.

Jogaram e jogam-lhe paus e pedras por suas ações governamentais não atenderem às injustiças sociais e econômicas presentes na França. Tais manifestações consagraram a marca de 1 ano em novembro de 2019, mesmo com o desinchaço de suas motivações. Em suma, a perda de popularidade de Macron vem se mostrando constante ao longo de seu mandato, tendo de lidar com a crise gerada pelas medidas tomadas no enfrentamento ao Coronavírus em 2020.

Dois anos depois após a posse de Macron, Jair Bolsonaro assume o cargo da Presidência da República Brasileira e este, assim como aquele, buscou votos em pautas anti-oposição ou anti-establishment, reformas econômicas e promessa de inovação, seja ela qual for. Com a mesma insatisfação pelos governos anteriores - Dilma Rousseff e o legado petista - Bolsonaro ganhou grande apoio da população que não desejava que seu opositor - Fernando Haddad, candidato pelo partido dos trabalhadores - fosse eleito.

Solidificou uma abordagem caracteristicamente coloquial e ríspida, em contrapartida com o excesso de grandiloquência dos antigos representantes. Essa, a maior dificuldade comunicacional nos aspectos das relações exteriores de seu governo e também um dos pontos positivos mais importantes para a sua base eleitoral que, por uma aversão a promessas soberbas, conforma-se com a sua “brasileiragem” no modo de falar.

Quando a distância é muito grande, há uma deformação do corpo, uma descaracterização da identidade. O ideal seria que a sombra estivesse mais próxima do corpo, a imagem estivesse mais próxima da identidade. O eleitor percebe a distorção entre o que um candidato é e o que pretende mostrar. (TORQUATO, 2008, p. 185).

O dilema de agradar a população local, que envolve tanto apoiadores quanto críticos, e a recepção internacional, torna-se um eterno empecilho para a sua governabilidade atual. Uma grande repercussão envolveu o nome de Bolsonaro e de seu governo justamente no caso Amazônia, sete meses após a sua posse.

Desde sua campanha eleitoral, evidenciou seu desinteresse (ou sua falta de dar a devida atenção) às questões ambientais. Em uma acumulação de ações

que não lhe deram crédito como: a fusão do Ministério da Agricultura ao Ministério do Meio Ambiente, antes cogitado ser extinto; a defesa do uso dos recursos da Amazônia; críticas sobre o excesso de leis ambientais no país; a demissão do diretor do Inpe - Ricardo Galvão; a suspensão da contribuição da Alemanha e Dinamarca ao Fundo da Amazônia; e críticas próprias aos mesmos países, Bolsonaro determinou um pretexto imagético de não possuir nem perto de suas prioridades, a questão ambiental.

E, por outro lado, como já levantado neste artigo, a variável a ser observada, além do discurso político, é a gestão de imagem. Na Bolívia, por exemplo, onde os mesmos incêndios ocorriam, Evo Morales - antes das denúncias de fraude eleitoral - chegou a sobrevoar as áreas bolivianas em questão, e determinou o processo criminal de qualquer um que tenha sido comprovado como iniciador de algum incêndio - atitude demorada a ser aplicada pelo governo brasileiro. No mesmo período, chegou a contratar também, um Boeing 747 Supertanker para combater as chamas, e anunciou a montagem de um gabinete de emergência ambiental.

Bolsonaro permitiu, através da falha comunicacional nos aspectos ambientais, que a redenção de Macron fosse iniciada. Diante de uma participação ambientalista no corpo eleitoral europeu - grande parte representada pela ascensão dos partidos denominados “Verdes” que afloram pela Europa - o francês aproveitou as notícias dos primeiros fogos quando os mesmos emplacaram na mídia internacional.

Tendo também a França como representante de 20% do setor agrícola da UE, e sob a regulamentação da PAC (Política Agrícola Comum), sistema este que tem como um de seus pilares/normas: incentivos financeiros ao pousio, à reconversão de produções, à reflorestação, à criação de reservas ecológicas e parques naturais e à agricultura por meios naturais (em outras palavras, a corroboração das diretrizes ecológicas pelos participantes permitem aos mesmos a utilização de subsídios agrícolas), o presidente confrontou o acordo realizado, no dia 28/06 de 2019, entre a UE e o Mercosul, mediante à insatisfação de parte da população francesa.

A sua principal constatação foi: a suposta concorrência desigual que a entrada dos países do Mercosul na zona comercial da UE proporcionaria aos países europeus. A não vigência dos países latino-americanos às normas da PAC para o setor agrícola (que para países da Europa, é de essencial importância, pois não detém da alta capacidade competitiva que países como, por exemplo, o Brasil possui) ocasionaria em uma suposta competição desleal. Em outras palavras, novamente, para se concorrer à efetividade do Mercosul, países europeus necessitarão de subsídios, e somente os receberão seguindo regras. Essas mesmas regras proporcionariam um maior custo de produção, assim tornando-se uma competição desigual.

Assim como acontece com o produto (se referindo a um dos P's de

Marketing - Produto, Preço, Praça e Promoção), o posicionamento do candidato é fundamental. Existem anseios, desejos, expectativas, que devem ser levantados por meio de pesquisas sérias, a serem atendidos para qualquer eleitorado (...). Pautar o candidato dentro dessas expectativas é a chave da questão. (FIGUEIREDO, 1994, p.15)

Macron, assim, determinou sua abordagem. Somando a causa do corpo eleitoral ecológico/ambiental europeu - ao ver as chamadas se perpetuando na América do Sul - ao corpo eleitoral agrícola de grande representação na UE - que possuem um histórico agrícola protecionista - seu posicionamento foi claro.

Sindicatos e organizações agrícolas franceses - como o FNSEA, alemães - como o Deutscher Bauernverband, italianos - como Coldiretti, assim como os de interesses Pró-UE - como a Copa Cogeca, entre outras vozes europeias, serviram de base de sustentação para uma nova iniciativa comunicacional do presidente, e por fim, iniciou sua entrada na questão Amazônica, como veremos adiante.

Devo esclarecer aqui que, sem sombra de dúvidas, existem outros inúmeros fatores que contribuíram para a ascensão de Macron à PR, além da questão agrícola/ecológica. Este direcionamento tem como objetivo, unicamente, englobar uma cadeia de comunicações escolhidas pelo emissor em um determinado momento, em um determinado contexto. O mesmo caso aplica-se ao presidente brasileiro.

A partir do mês de agosto, o olhar internacional observou a dificuldade da soberania brasileira em gerir uma segurança a respeito do controle das chamadas e a proteção das florestas, pauta ecológica esta, pouco difundida em seu plano de governo. A situação chegou ao seu ápice quando, uma semana após a repercussão na mídia, se deu a formação de um “rio” de fumaça que acobertou grande parte da região Centro-Oeste do Brasil. Assim estava determinado o contexto geopolítico midiático do mês.

#### **4 | A DIPLOMACIA TARDIA**

Erguido os megafones - ou os 280 caracteres do Twitter - a corrida de apontamento de dedos se iniciou, e, da mesma forma que em quaisquer eleições diretas, o 2º turno encarna a bestialidade antagônica à democracia que as próprias eleições remetem, a recusa da cordialidade diplomática entre o maior símbolo de poder de uma nação ao outro igual, e vice-versa, demonstra a realidade que o Séc. XXI nega existir. A de que, ora essa, não estamos no ápice do respeito e da civilidade humana, apesar de todas as evoluções tecnológicas.

Somado a isso, é evidente a importância da comunicação para o imaginário do homem, e quem melhor para divulgar tal comunicação, senão a mídia. Essa, porém, sob o respaldo de uma autoridade que se arraiga em uma credibilidade de décadas atrás, acusa qualquer nova fonte de informação de ser uma concorrente

desmerecida, para não ter que admitir que a natural descentralização dos veículos transmissores de informações, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias, igualou seu alcance ao de um celular na mão de um único indivíduo.

Atualmente, a mídia demonstra um cinismo vaidoso digno daquela que se autoproclama como a detentora da verdade, quando na superficialidade dos fatos, ainda debate quais dentre elas é a mais verdadeira. Os meios de comunicação, inevitavelmente, se tornaram um quadro de propaganda enviesada escancarada, quando, para sobreviverem nesse mercado, tiveram de apelar para aquilo que sustenta a picuinha humana - a narrativa, a polêmica, a fofoca. A respeito da propaganda no imaginário do homem, Olavo de Carvalho cita brevemente em sua obra “*O Jardim das Aflições*” (2015):

Os *slogans*, as figuras, os *jingles* e logotipos da propaganda povoam a imaginação do homem de hoje exatamente como outrora os anjos, demônios, heróis e duendes do imaginário tradicional. Eles formam o vocabulário básico no qual o habitante das grandes cidades expressa seus desejos, aspirações e temores. O *homo urbanus* está preso no círculo da linguagem publicitária, já que sua imaginação não tem outra fonte para buscar inspiração e modelos de conduta além das comunicações de massa. (CARVALHO, p. 114 e 115)

Não é de se esperar, portanto, que na era da “paz e diversidade”, haja justamente o crescimento dos confrontos e segregações. Se, durante sua formação como indivíduo, autor dos próprios pensamentos e ações, um homem é acusado de ser o Inimigo ou o Vilão, condutor de uma moral inexistente – características essas amplamente disseminadas por tudo e todos – e depois é exigido que pregue, com verídica intenção, pela paz, pelo respeito e a diversidade, então pela incoerência mais descarada, acaba por entrar em um estado de neurose propício à desestruturação da própria alma. Eis que é normalizada e encorajada a loucura dos indivíduos e massas.

Mas não devemos ignorar o verdadeiro intuito da comunicação. Neste ambiente caótico e desprovido de uma moral vigente, é de uma ingenuidade assombrosa achar que cada posicionamento perante a Amazônia não possua outras intenções, além do que foi escrito/dito. Mesmo que a conscientização ambiental seja, de fato, uma pretensão verídica, ela, ao se respaldar em qualquer entidade política, permitiu ser usada como ativismo pelas mesmas, e acabou perdendo, por essa mesma consolidação, a substância de seu ideal. A natureza acima das questões políticas se transformou na natureza que se submete às ações de grupos políticos.

Após a entrada na pauta Amazônica, Macron acusa Bolsonaro de ter mentido sobre o clima, e se opõe ao acordo EU - Mercosul. Declarando iniciativas para a reunião do G7, o francês se posiciona perante o mundo, e principalmente, ao 1/3

dos partidos europeus, possuidores de valores ambientais.

Encaixa aqui, enfim, a análise das bases eleitorais dos presidentes que, ambos cercados por grandes desafios governamentais, altos níveis de rejeição, e tendo o ano de 2022 como uma próxima possível reeleição, demonstra as similaridades entre duas personalidades tão diferentes. Macron, recuado por constantes manifestações e apresentando, a cada dia, uma maior rejeição, apoia-se no Acordo de Paris – atualmente, um dos maiores símbolos ecológicos mundiais – e no protecionismo histórico vigente ao setor agrícola francês – uma das principais potências do setor na Europa - contra Bolsonaro – que possui, como já visto, um pretexto imagético anti-ambiental, remetente à sua campanha eleitoral - e a defesa dos recursos amazônicos para o desenvolvimento econômico do país, pauta econômica perpetuada no plano de governo brasileiro.

Após o posicionamento do francês, o brasileiro exige a retirada dos insultos à sua pessoa, e questiona a questão climática ser abordada em uma reunião, sem a presença do Brasil. Nesse caso, Bolsonaro apoia-se em seu ideal de pátria soberana, observada desde a sua campanha, e que é notoriamente adorada pelo seu corpo eleitoral. Até mesmo sua caricatura é envolvida quando, através das redes sociais, envolve a esposa de Macron, Brigitte, ao conflito. Característica esta que, também remetida aos seus filhos, incorpora a apreciação do mesmo corpo eleitorado que o elegeu.

Mais uma vez, a soberania brasileira é reiterada quando, ao se pronunciar perante o conflito, Macron levanta a hipótese de internacionalização da Amazônia. Foi, certamente, munição para o capitão do exército. Ao mesmo tempo, fora de escala brasileira, membros da UE hesitam em ratificar o acordo entre os dois blocos econômicos, alegando as mesmas preocupações apontadas por Macron, mas que, por haver desavenças entre os próprios membros, serviu, em alguns momentos, de tiro pela culatra para Macron. Em outros, conseguiu apoio de lideranças nacionais que identificaram a mesma constatação perante o acordo econômico.

Neste embate, onde se acabou exigindo até mesmo pedidos de desculpas de um candidato ao outro, e vice-versa, alguma parte, como na maioria dos casos, acaba cedendo, seja pela conveniência do momento ao observar o caminho que este confronto estava levando, ou até outra polêmica tomar a atenção da população – pelo menos no seu final de semana - e, inevitavelmente, fazê-la esquecer da anterior na manhã de segunda-feira, como foi o caso.

## **5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final de dois meses, a crise planetária havia desaparecido, a fumaça diplomática havia se dissipado, o Natal e 2020 estavam chegando, mas ambas

as partes estavam prejudicadas. Embora as chamas tenham sido, eventualmente, controladas, e a crise de imagem do PR brasileiro tenha sido gerida, o governo brasileiro ficou marcado mundialmente em seu 1º ano de posse, enquanto Macron, que tentou puxar uma briga que não precisava, obteve confrontos até mesmo com outras nações europeias. Ao fato que, a questão Amazônica, após seu ápice, ainda é discutida, mas o fervor que a acompanhava, a santidade “óbvia” daqueles que a defendiam, e a demonização aparente daqueles envolvidos diretamente, demonstraram ser uma exaltação desnecessária para a causa.

Por uma ironia e coincidência do universo, o presidente francês se encontrou, logo após esse conflito, em uma situação na qual o governo brasileiro acabara de sair – a Reforma da Previdência. Aquela que encaminhou por polêmicas e desavenças no contexto brasileiro, passou pelo mesmo processo nas terras francesas, porém em uma escala muito maior. Percebe-se assim que, não importando o viés político, a conduta governamental, o pretexto eleitoral e o país em questão, é de extrema necessidade a gestão comunicacional perante problemas inevitavelmente parecidos, assim como a sua percepção no imaginário do cidadão.

A própria campanha eleitoral estampa a essência da “politicagem” ao, mediante um prazo, desenvolver um Produto (candidato), sob um determinado Preço (discursos e promessas), para uma determinada Praça (potencial eleitor) e com a respectiva Promoção (45 a 90 dias de período de campanha com todas as artimanhas possíveis, como os jingles, o tempo de TV, logos, bordões, slogans, entre outros). Os 4 P’s essenciais do Marketing.

Esses fazem parte da natureza do próprio jogo de poder que define as grandes disputas da humanidade durante toda a sua existência. Cabe ao leitor ou estudioso, pela própria curiosidade ou necessidade de saciar seu interesse em entender este tipo de comunicação, em levar-se por esse caminho – que tem muito a ensinar - sustentado por um ceticismo contrário à idolatração de discursos e promessas, para que não caia no abismo da cegueira deliberada proporcionada por um ideal de mundo perfeito. Onde o certo e o errado, o Bem e o Mal, são facilmente identificados por uma pretensão descomunal de cada ser por aí que não se permite aprofundar em algo, pelo simples fato de necessitar um clique a mais e 1% a menos na bateria de seu celular.

A Amazônia englobou muito mais que uma manchete. A pauta ambiental serviu de pretexto para conflitos ideológicos já preexistentes, que buscam eternamente um meio para se propagarem. Desta vez os players foram outros, mas não demorará muito, como de praxe, para que uma nova crise comunicacional envolvendo uma ou mais nações entre em destaque na mídia internacional e, novamente, acabe por iniciar uma guerra de narrativas sem objetivo aparente, a não ser o desgaste político enviesado. Basta ver a crise da COVID-19 que se seguiu, e a sua politização

consequente.

## REFERÊNCIAS

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. 4. ed. Campinas, SP: Vide Editorial, 2017.

CARVALHO, Olavo de. **O Jardim das Aflições**. 3. ed. Campinas, SP: Vide Editorial, 2015.

FIGUEIREDO, Ney Lima. **Jogando para ganhar**. São Paulo: Geração Editorial, 1994.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de Comunicação Organizacional e Política**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

**O Teatro das Tesouras I 1994** [s.i]: Brasil Paralelo, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4aqhPpHlm1c>>.

## A LOGÍSTICA NO SETOR PÚBLICO: O CASO DAS URNAS ELETRÔNICAS NA JUSTIÇA ELEITORAL DO AMAZONAS

*Data de aceite: 01/10/2020*

**Karina Lopes Cidade**

IFAM – CMDI

**Marcos Carneiro da Silva**

IFAM – CMDI

**RESUMO:** Esse projeto de pesquisa tem como objetivo analisar o processo logístico de eleição no estado do Amazonas. O estudo tem como campo de pesquisa a Justiça Eleitoral, por meio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE/AM). A metodologia utilizada foi um estudo de caso. Utilizou-se, também de abordagem qualitativa e quantitativa, com pesquisa bibliográfica e análise documental. O estudo foi realizado entre os anos de 2017 e 2018, incluindo ainda a primeira eleição suplementar para governador e vice-governador do estado do Amazonas. Quanto à gestão eleitoral observou-se, que o TRE/AM desenvolve uma logística eleitoral própria, com planejamento e estratégias voltados à busca da eficiência e confiabilidade do processo eleitoral, sobretudo quanto à preparação de urnas eletrônicas, transporte e armazenamento, mas que ainda necessita de modernizar seus métodos logísticos, visando à diminuição de custos no processo eleitoral que ainda é muito caro no Amazonas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eleição, urnas eletrônicas, logística, e logística eleitoral.

**ABSTRACT:** This research project aims to

analyze the logistic process of election in the state of Amazonas. The study has as research field the Electoral Justice, through the Superior Electoral Court (TSE) and Amazonas Regional Electoral Court (TRE / AM). The methodology used was a case study. A qualitative and quantitative approach was also used, with bibliographic research and document analysis. The study was conducted between 2017 and 2018, including the first supplementary election for governor and deputy governor of the state of Amazonas. Regarding electoral management, it was observed that TRE / AM develops its own electoral logistics, with planning and strategies aimed at the search for efficiency and reliability of the electoral process, especially regarding the preparation of electronic ballot boxes, transportation and storage, but it still needs to modernize its logistics methods, aiming at reducing costs in the electoral process that is still very expensive in the Amazon.

**KEYWORDS:** Election, electronic ballot box, logistics, and electoral logistics.

### INTRODUÇÃO

A realidade de um mundo cada vez mais competitivo obrigou as empresas a buscar soluções visando à redução de custos de seus produtos, processos e serviços. Nesse contexto se destaca a logística, uma vez que seu foco principal é a busca da redução de custos organizacionais, sejam elas de natureza pública ou privada. Por sua vez, e em relação ao processo logístico na Amazônia é possível afirmar que se mostra como um dos mais

complexos do país. Sendo assim, no tocante a logística eleitoral nessa região e para que ocorra uma eleição no tempo esperado em ano eleitoral e de acordo com o planejamento estabelecido é realizada uma logística própria da Justiça Eleitoral do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) junto com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), executando uma série de fases e procedimentos logísticos importantes para realização desse evento.

Nesse sentido, uma série de ações logística é realizada antecipadamente sendo essencial a aplicação de métodos e processos logísticos eficientes dentro à realização das etapas e fase de preparação realizada no tempo certo, na hora certa e na quantidade certa, evitando-se desperdícios de recursos financeiros, obedecendo ainda à lei eleitoral. Desse modo, vários conceitos e ferramentas da logística são utilizados na realização de uma eleição.

Por outro lado, a logística dentro do setor público no caso da Justiça eleitoral é complexa em todas as suas fases. O processo de preparação de uma eleição inicia-se com os fornecedores que são as empresas ganhadoras em licitações realizadas pela Justiça eleitoral. O TSE também fornece as matérias-primas e os insumos essenciais para a preparação e manutenção das urnas eletrônicas para os Tribunais Regionais Eleitorais, após o preparo das urnas (produção do equipamento e treinamento dos mesários) véspera da eleição as urnas são distribuídas aos locais de votação e, no dia de eleição, o equipamento pronto é utilizado para computação dos votos dos eleitores (consumidor final).

Por sua vez, dentro das atividades de preparação das urnas inclui-se também a manutenção. Assim, destacam-se: fazer testes para verificar as condições de funcionamento das urnas; executar reparos e repor peças, se necessários; carregar a bateria interna e externas de todas as urnas; armazenar os equipamentos de forma adequada; substituir as urnas que estiverem obsoletas e promover seu descarte. Tudo isso faz parte do planejamento da logística eleitoral, processo com uma grande quantidade de ações de preparação que terá efeitos e reflexos no dia da eleição.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o processo logístico de urnas eletrônicas em tempo de eleição no estado do Amazonas. A pesquisa visa responder ao seguinte questionamento: As práticas utilizadas no processo eleitoral do Amazonas se adequam aos princípios, métodos e ferramentas preconizados pela ciência da logística? A metodologia é um estudo de caso com análise de conteúdo segundo Bardin, utilizando-se de pesquisas de natureza quanto-qualitativa, questionários, entrevistas e acervos bibliográficos disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, além de bibliografias sobre o assunto.

Visando atender ao objetivo e ainda responder a pergunta questionadora proposta, o estudo discorre sobre os seguintes assuntos: definir, comparar e contrastar a logística na realização de uma eleição, definido o conceito de logística

empresarial, o gerenciamento logístico de preparação e transporte das urnas eletrônicas, juntamente com métodos de logística de transporte e logística reversa, identificando os desafios a serem enfrentados pela logística de preparação de uma eleição; analisando os pontos positivos e negativos das eleições anteriores no caso das eleições do ano de 2016 e eleição suplementar do ano de 2017 e eleição geral do ano de 2018, dando foco nas mudanças ocorridas a cada ano eleitoral, e estudando os custos de cada eleição.

Nota-se que para tornar concreto o andamento positivo do projeto, precisamos entrelaçar caminhos no qual tenhamos visivelmente uma forma de comparação do fenômeno de estudo, indicando sua balança de crescimento e qualidade de serviços prestados, ou seja, a logística e seu declínio também diante das tecnologias e crescimentos do mundo logístico com serviços de qualidade, custos reduzidos, rapidez na entrega, visto que, a forma mais rápida de análise está justamente na capacidade de interpretar e contextualizar as características no qual encontraremos o fenômeno estudado.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

A presente pesquisa utilizou-se do método exploratório, descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa, com estudo de caso do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas – TRE AM, levantamento de dados e estudo bibliográfico e documental do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

A pesquisa tem como objetivo analisar o processo logístico de eleição no estado do Amazonas. Visando alcançar o objetivo proposto o projeto vai explorar a logística da Justiça eleitoral – TRE AM junto ao TSE, abrangendo a preparação e realização de eleições, com foco nas etapas do processo logístico durante e após eleição, identificar a importância da estratégica ligada à logística de entrega das urnas eletrônicas aos cartórios em véspera de eleição, e distribuição das urnas e materiais eleitorais aos municípios pólos, mostrando as modalidades utilizadas pelo TRE-AM e verificar se satisfaz as perspectivas do referido órgão, a utilização dos métodos logísticos para desenvolvimento das atividades com eficiência e eficácia na prestação de serviços aos eleitores.

Para tornar concreto o andamento positivo do projeto, se faz necessário, entrelaçar caminhos no qual se estabeleça uma forma de comparação do fenômeno de estudo, indicando sua balança de crescimento e qualidade de serviços prestados, diante das tecnologias e crescimentos do mundo logístico com serviços de qualidade, menos custo, rapidez na entrega, visto que, a forma mais rápida de análise está justamente na capacidade de interpretar e contextualizar as características do fenômeno estudado, estabelecendo assim o objetivo da

comparação dos conceitos logísticos e o processo logístico envolvendo todas as atividades realizadas no TRE em ano eleitoral, com o intuito de investigar se os conceitos e ferramentas e metodologias da logística são aplicados de forma eficaz na execução de todo processo logístico.

Ainda quanto ao método, às entrevistas com profissionais do meio logístico da justiça eleitoral, bem como o levantamento de dados, pesquisa bibliográfica e documental da Justiça Eleitoral consagra a maior parte da metodologia do estudo.

Dessa forma, a pesquisa viabiliza uma carga de conhecimentos, tanto para o meio acadêmico como para os próprios anunciantes e informações relevantes como questionamentos, desde a visão no qual temos hoje da logística, não somente no setor privado, mas também no setor público, como é o caso da justiça eleitoral ainda pouco estudado nas academias.

Além disso, será possível notar um conhecimento forte em relação ao controle da ocorrência tecnológica. Como os métodos logísticos de transporte usados para rapidez e qualidade e segurança das urnas eletrônicas, tornando concretamente visível todo um trabalho de comparação, análise, contextualização e interferência do meio atual da logística junto com a tecnologia dentro do setor eleitoral.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Definição de Logística e sua evolução**

Não sabemos ao certo quando foi que surgiu o conceito de logística, mas que logística estar no nosso cotidiano desde tempo das cavernas, como base nos fatos históricos com evoluções e guerras que ocorreram antes de Cristo o autor Paura (2012, p.13-15) contribui dizendo que a logística estava presente em técnicas que foram usadas em campanhas de guerras. Por exemplo, as tropas de Alexandre, o Grande (310 a. C.), eram estrategicamente organizadas, outro acontecimento foi a construção das pirâmides do antigo Egito onde podemos ver planejamento e conceitos logísticos, como prazos de construção, materiais escolhidos, movimentação dos produtos acabados e semi acabados, aquisição de mão de obra.

No mundo sem fronteira ligado pela internet e viciado em velocidade, entrega o produto certo, na hora certa e com menor custo é vital para competitividade, com isso é de grande importância de se estudar as operações logística, de acordo com Novaes (2015), logística é a parte do gerenciamento da cadeia de abastecimento que planejar, implementar e controlar o fluxo e armazenamento eficiente econômico de matérias primas, materiais semi acabados e produtos acabados, bem como as informações a eles relativas, de do ponto de origem até o ponto de consumo, com propósito de atender as perspectivas do cliente, para Dias (2003), a missão da

logística é colocar a mercadoria no lugar certo, na hora certa, na quantidade certa à preços competitivos.

Antigamente o movimento de mercadoria era limitado a que o indivíduo podia transportar e armazenar no determinado período de tempo, hoje se pode observar o quanto progrediu o sistema logístico empresarial, diminuído o custo dando de transportes quando de estoque. Segundo Paura (2012) após a Segunda Guerra Mundial na década 30 a logística surgiu como ciência e começou a ser estudada, isso porque houve a necessidade de deslocamento do produto com menos prejuízo ao local certo, e no tempo necessário.

Novaes (2015, p.13) em um capítulo no livro Logística e gerenciamento da Cadeia de Distribuição aponta o papel da logística, hoje se observa uma dinâmica decorrente na oferta de produtos, e um desenvolvimento grande em aprimoramento dos produtos ao longo do tempo, incorporando novos elementos e novas tecnologia, envolvendo componentes eletrônicos.

Novaes (2015, p.57) explicar que a logística envolve elementos humanos, materiais (prédios, veículos, equipamentos, computadores), tecnológicos e de informações [...] de um lado busca o aumento da eficiência e a melhoria dos níveis de serviços ao cliente, de outro, a competição no mercado obriga a uma redução contínua nos custos.

Paura (2012, p.20) argumentar que a logística é suma importância, uma vez que absorvem quantias consideráveis do orçamento operacional de uma instituição, com isso os investimentos nessa área devem ser muito bem planejados e objetivando sempre o aumento de qualidade, com redução de custos [...] um profissional na área de logística é considerado um dos corações estratégicos das empresas.

### **O estudo de caso: (Justiça eleitoral)**

A pesquisa teve como foco analisar e identificar o processo logístico da Justiça Eleitoral em ano de eleição, como é realizado o preparo das urnas eletrônicas, armazenagem de materiais, a metodologia utilizada foi estudo de caso baseado na pesquisa bibliográfica e documental, constituída por artigos e revista de eventos científicos, palestra a respeito da logística, entrevista e documentos realidade via e-mail, reportagem e informações publicadas em site como portal Brasil, site da justiça eleitoral e revista sobre eleições foram muito utilizadas na obtenção de dados em relação ao tema abordado.

O objetivo específico é identificar o processo da logística no setor eleitoral analisando cada ponto da logística, na aquisição das urnas e dos materiais eleitorais, na armazenagem, na distribuição, no transporte após sua vida útil, a destinação correta das urnas eletrônicas, a logística reversa utilizada pelo órgão eleitoral e demonstrar os pontos fontes na aplicação de métodos logísticos e redução de custo

na aplicação da logística reversa e preocupação da sustentabilidade.

O resultado da pesquisa a respeito da logística reversa foi satisfatório pois 99% da urna eletrônica é reciclada de forma correta e o material retorna ao mercado como nova matéria-prima para fabricação de novos produtos, e através da ferramenta da logística reversa é reaproveitado algumas peças da urna e outras são totalmente recicladas, dentro retorno positivo a diminuição de custo de armazenagem e transporte e segurança do banco de dados das urnas.

## **Sistema Eleitoral Brasileiro**

A tecnologia estar presente em nossas vidas desde início do século XX, e encontra-se em toda parte principalmente em nossas atividades diárias. A tecnologia estar presente com intensidade entre os bytes, processadores e redes de dados, interligada com todos os setores. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE (2009) após a informatização a democracia também passou a ser informatizada tendo o surgimento do voto eletrônico em 1996 trazendo ao sistema e eleitores facilidade, agilidade, transparência e segurança no processo de computação e transmissão dos votos segundo o autor para que a eleição passa-se a ser justa e correta foi preciso uma longa caminhada, pois, nos anos 30 os coronéis pessoas com poder econômico ditava o caminho de uma eleição esse sistema o voto era chamado de cabresto, o voto era manipulando.

O voto era teoricamente secreto. Dizia-se até que, em alguns lugares, advertiam: "Olhe, o voto é secreto, esta aqui é a cédula, você não pode abrir, porque o voto é secreto". Foi só em 1932, como resultado da Revolução de 30, que o voto passou a ser secreto. Ele impediu que os "coronéis" soubessem quem era o candidato escolhido pelo eleitor. Uma mudança que representou o primeiro passo a caminho da transformação que o país viveria. Uma delas foi a criação da Justiça Eleitoral, com um código que já previa o uso de uma máquina de votar. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2009, P.11).

De acordo com o Portal Brasil (2016) e TSE (2009) Os primeiros modelos de urnas foram de madeira, metal e lona, a legislação no período do Brasil Republica permitia que o eleitor declarasse seu voto em voz alta, pois nesse período não existia cédula oficiais e o voto era registrado em qualquer papel, em 1960 o primeiro modelo das urnas eletrônicas foi criado por Sócrates Ricardo Puntel, mas não chegou a ser usado, a intenção era que o equipamento diminui-se as fraudes nos processos de votação com isso vários protótipos foram criados no ano seguintes, mas para que o processo de votação mudasse e aposentar-se de vez a urna de lona foi preciso mobilizar o país e cadastrar os eleitores brasileiros.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral - TSE (2014) a implantação das urnas eletrônicas surgiu em 1996 nas capitais e nos municípios com mais de 200 mil

eleitores, refletindo em 57 municípios e totalizando 32.488.183 de eleitores, além da implantação da urna eletrônica, o TSE empenhou-se em sensibilizar os poderes Executivo e Legislativo sobre o avanço que a urna eletrônica traria ao combate à fraude. Em 1986 o país foi mobilizando para recadastramento dos eleitores:

Coube ao TSE analisar os 69 milhões de eleitores. A população compareceu em peso aos cartórios eleitorais. Dez anos depois, o Brasil se tornaria o primeiro país do mundo a criar um processo eleitoral informatizado. A urna eletrônica colocou de lado a cédula de papel e com ela crimes como o desvio de votos. Se antes quem votava em branco podia ter a escolha alterada por um posterior preenchimento, com o voto eletrônico isso se tornou impossível. (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2009, P.11).

Jardim (1997, p.25-46) expõe o Poder Judiciário Eleitoral:

O recadastramento dos eleitores possibilitou uma série de ações de modernização, entre elas a instalação de um parque computacional próprio para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para os 27 tribunais regionais eleitorais e para as 2.854 zonas eleitorais de todo o país. Também permitiu a implantação de uma rede de transmissão de dados, interligando todo o parque computacional. A Justiça Eleitoral começou a entrar definitivamente na era digital. [...]

Em 2014 cerca de 115 milhões de eleitores tiveram de passar pelo recadastramento biométrico na Justiça Eleitoral, além de registrar as digitais também registrou assinatura eletrônica para reforçar a segurança do processo. Na eleição de 2018 todas as regiões do Brasil utilizaram sistema de biometria na votação. Conforme o TRE-AM (2016) o sistema biométrico é uma ferramenta de reconhecimento individual baseadas em medidas biológicas, a Justiça Eleitoral adotou sistema de leitura das impressões digitais, no Amazonas o prazo estabelecido pelo TSE é o fechamento do cadastro biométrico seria dia 07 de maio de 2018.

## **Evolução das urnas**

Em entrevista feita com o coordenador de logística do TRE-AM com o surgimento da tecnologia e a informatização os primeiros modelos de urnas eletrônicas surgiu em 1996 e desde período para cá o equipamento já passou por cinco ou mais modificação. A informatização tornou o processo de apuração dos votos mais rápido e seguro, antes da meia noite do dia de votação a justiça eleitoral conseguiu divulga os resultados da eleição. O sistema biométrico foi implantado na urnas eletrônicas a partir do modelo 2006. Na figura 1 mostra os modelos de urna e seu respectivo anos de uso e sua evolução.

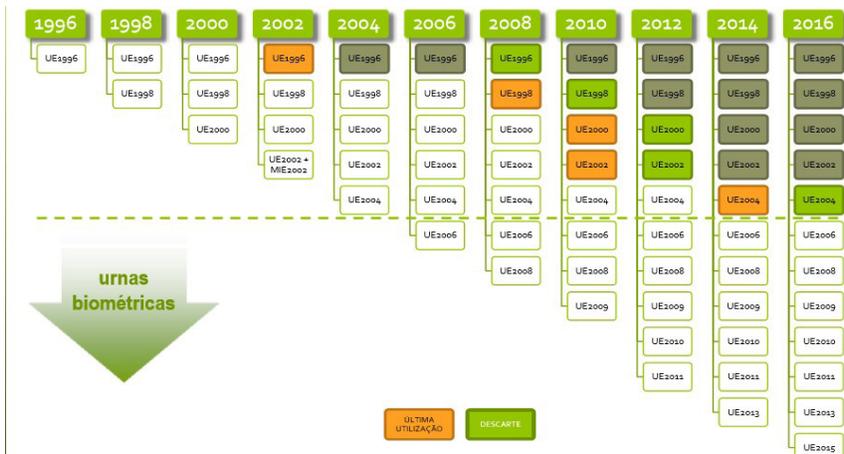


Figura 1- modelo de urna eletrônica Fonte: II Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário

De acordo com entrevista realizado com coordenador de Logística do TRE-AM:

O sistema eleitoral junto a Lei possibilita que representantes dos partidos políticos fiscalizam o processo de votação durante e depois de uma eleição. A lei declara a facilidade de transparência de todos os processos de preparação das urnas eletrônicas e execução de uma eleição.

“Além da votação paralela, outros procedimentos comprovam que o voto eletrônico é seguro. A urna eletrônica também tem aprovação popular. Pesquisa do Instituto Nexus mostra que 97% dos entrevistados confiam nessa maneira de votar.” (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2009, P.12)

Alem da transparência e segurança nos dados, o processo eletrônico da urna eletrônica é rápido, na eleição suplementar de 2017 no Amazonas entre as 18hrs da noite já tinha o resultado divulgados pela justiça eleitoral. Nas ultimas eleições gerais foi utilizados o modelo de urna com sistema biométrico. Na eleição de 2018 será utilizados em algumas regiões do Brasil o modelo de urna com comprovante de votação impresso. Dados divulgados no portal Brasil (2016) na eleição de 2014 em alguns estados do país os eleitores votaram em 71.843 modelo de urnas com sistema biométrico de identificação.

### Processo logístico eleitoral: véspera e no dia de eleição

De acordo com TREAM, o Estado do Amazonas além da sua passagem que encantar oferecer aos quem se depõem a percorrerem o desafio da distante e das difíceis contrições dos meios de transportes, o processo eleitoral depende de uma infraestrutura e de uma logística que permita o armazenamento, transportes e

segurança das urnas, a montagem do local de votação, a transmissão dos dados em lugares de difícil acesso.

A fase preparatória se inicia com realização de contrato com entidades privadas e convenio com órgãos públicos, cada licitação é realizada de acordo com lei, para que não seja utilizado somente o dinheiro do contribuinte.

### **Em entrevista realizada com Diretor Geral do TRE AM, em relator:**

As urnas depois de fabricadas são entregues nas sedes dos Três por transportadoras em comprimento as regras definidas pelo TSE, nas eleições de 2016 foram distribuídas para a Capital do Amazonas 2.209 urnas do modelo atual, que foram utilizadas na eleição municipal, em 2 meses para eleição são realizadas um processo contínuo de teste e verificação das urnas, quando o TRE AM receber novas urnas, elas passam por um processo de certificação, que é a validação de um equipamento novo que vem do fabricante, assegurando que o equipamento venha conforme e claro para que não prejudique o processo de segurança dos dados eleitorais.

As eleições municipais 2016 aconteceram com 1º turno em 2 de outubro e 2º turno em 30 de outubro. A eleição suplementar para governador do Amazonas, o 1º turno ocorreu dia 06 de agosto e 2º turno dia 27 de agosto, em entrevista com presidente do TRE AM, em sua fala explicou que a eleição de 2017, considerada atípica, por ser exclusiva para governo do estado, em menos de uma hora de apuração dos votos já tinha sido apurada mais de 70% das urnas, mesma com toda dificuldade logística da região do Amazonas, com isso participaram da segurança das urnas mais de 4 mil soldados das forças armadas e mais de 2 mil policiais militares distribuídos nos 62 municípios do Estado, na Capital foram 141 profissionais do corpo de bombeiros e 146 em sete municípios reforçaram a segurança do pleito.

O Chefe do depósito das urnas também relatou na entrevista sobre o custo de uma eleição:

Para a redução de custo na eleição de 2017 que foi uma eleição suplementar previsto em lei, foi utilizados os mesmos mecanismos logísticos das outras eleições anteriores, a logística estar presente nas atividades eleitorais desde preparação da urna até sua destinação final, a logística começa na contratação de empresas especializadas em cada processo, as empresas são contratadas através de licitações prevista em lei, sem a logística não tem eleição, pois a logística bem feita traz resultados positivos principalmente nos transportes das urnas em lugares de difícil acesso.

Com isso podemos observar que as atividades logísticas vêm desempenhando um papel fundamental em todos os setores e departamento dos órgãos públicos e privados, assim como em uma guerra, para que tudo ocorra como

o planejado, os métodos logísticos são essenciais para que o suprimento não falte e que o resultado seja atingido, em uma eleição não é diferente principalmente no estado do Amazonas que não tem uma infraestrutura logística adequada e existir lugares de difícil acesso que dificultar os transportes a essas regiões.

A logística do TRE AM tem por objetivo planejar, implementar e controlar o fluxo de produtos em suas atividades, com o desenvolvimento, armazenagem, distribuição, compras, transporte e atividades de apoio, de forma eficiente e eficaz.

Conforme entrevista realizada com Chefe do depósito das urnas do TRE AM, para que uma eleição ocorra como o planejado, muito trabalho é feito com meses de antecedência, mapa estratégico são criados, para o melhor desempenho das atividades, é realizado análises de suprimentos e materiais disponíveis no estoque para que tenha uma solicitação adequada sem desperdício de recursos orçamentário, o TRE tem um banco de dados de urnas classificadas de acordo com seu respectivo modelo de fabricação, é realizado o cadastramento dos materiais com data de entrada e saída, também é o controle da movimentação de materiais e armazenagem, assim como o fluxo das urnas, desde aquisição até sua certificação.

Conforme estudado, a logística é a união de métodos e recursos administrativos que agregam valores relativos à gestão racional e eficaz do fluxo de informação, incluindo o planejamento estratégico e operacional, a logística sob sua perspectiva estratégica junta elementos de combinações que buscar melhores resultados com eficácia e eficientes, realizando os procedimentos com rapidez e menos gargalos.

### **Entrevistas com o Chefe do depósito das urnas eletrônicas:**

As atividades logísticas do TRE AM em ano eleitoral são planejadas com meses de antecedência, com 180 dias antes da data das eleições, de acordo com os dados do TRE AM os partidos políticos e entidades científicas por eles contratadas, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, o Ministério Público e qualquer cidadão credenciado na Justiça Eleitoral recebem acesso, para verificação dos processos de programação dos dados nas urnas eletrônicas, permitido a transparência da eleição, após examinar a integridade e segurança dos programas, esses agentes, em conjunto com a Justiça Eleitoral, assinam digitalmente o software, essa assinatura permitir a confirmação da autenticidade e integridade dos programas inseridos nas urnas.

Todo processo eleitoral em ano de eleição poder ser acompanhado pelos os Partidos políticos e entidades científicas por eles contratadas, a OAB, o Ministério Público e qualquer cidadão credenciado no tribunal regional.

## Entrevista realizada com Coordenador da comissão de logística das urnas:

Na eleição de 2017 foram distribuídas 3.473 urnas só na capital, com isso, desenvolveu-se uma estratégia logística voltada para disponibilização das urnas, contando com uma grande mobilização incluindo um contingente de servidores e voluntários para a realização da logística de entrega das urnas.

No planejamento de uma eleição é realizado de acordo com a lei e com o planejamento, a contratação de serviços de transportes de materiais (urnas eletrônicas e suprimentos) para todos os municípios do Estado do Amazonas, no 1º e no 2º turno, a seguir na tabela 1 mostra o custo da eleição suplementar de 2017 na contratação de transportes.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR POR ITEM (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
1	Contratação de serviço de transporte de materiais (urnas eletrônicas e suprimentos) para todos dos municípios do Estado do Amazonas, destinados à realização das Eleições Suplementares que ocorrerão em agosto de 2017. 1º Turno e Recolhimento (Fases 1.1, 1.2, 3.1 e 3.2).	1	Serv.	750.000,00	1.146.000,00
2	Contratação de serviço de transporte de materiais (urnas eletrônicas e suprimentos) para todos dos municípios do Estado do Amazonas, destinados à realização das Eleições Suplementares que ocorrerão em agosto de 2017. 2º Turno (Fases 2.1 e 2.2), CASO HAJA.	1	Serv.	396.000,00	

Tabela 1 – Proposta de contrato de serviços de transportes

Fontes: disponibilizado pelo TRE AM (2017)

Valor Global = R\$ 1.146.000,00 (um milhões, cento e quarenta e seis mil reais).

As urnas eletrônicas são transportadas aos seus respectivos polos e municípios totalizados em 13 polos e 24 municípios, na tabela 2 estão classificados os polos e números de urnas utilizadas na eleição de 2017.

ORIGEM	DESTINO	URNAS ELETRÔNICAS	
		TOTAL	
MANAUS	POLO MANACAPURU		346
	POLO PARINTINS		366
	POLO ITACOATIARA		398
	POLO TEFÉ		250
	POLO EIRUNEPÉ		133
	POLO MAUÉS		129
	POLO SÃO PAULO DE OLIVEIRA		81
	POLO SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA		128
	POLO COARI		225
	POLO BENJAMIN CONSTANT		210
	POLO PRESIDENTE FIGUEIREDO		98
	POLO RIO PRETO DA EVA		58
	POLO LÁBREA		97
	13		2519

Tabela 2 – Distribuição de urnas eletrônicas por polo  
Fontes: disponibilizado pelo TRE AM (2017)

De acordo com Coordenador de Logística do TRE-AM, Leandro Nascimento em entrevista realizada em 2017 na eleição suplementar, a logística das urnas no dia e véspera da eleição acontece com o preparo das urnas semanas antes da eleição. A logística de distribuição das urnas eletrônicas para os polos e seus determinados municípios é realizada com meses de antecedência e com isso várias etapas são realizadas para que as urnas sejam pré-preparadas para a entrega em seus polos e distribuição aos seus municípios.

Como mostra a figura 2, o preparo e separação das urnas eletrônicas conforme seus respectivas zonas.



Figura 2 - preparação e separação das urna eletrônicas

Fontes: autores (2019)

No Amazonas foram distribuídas 3.473 urnas só na capital na eleição suplementar 2017. Com isso, desenvolveu-se uma estratégia logística voltada para disponibilização das urnas, contando com uma grande mobilização incluindo um contingente de servidores e voluntários para a realização da logística de entrega das urnas. As primeiras zonas a receberem as urnas eletrônicas foram as da cidade de Lábrea e São Gabriel da Cachoeira por serem lugares de difícil acesso.

Em seus prospectivos polos as urnas eletrônicas são preparadas para serem utilizadas na eleição, é feita a geração das mídias com informações sobre os candidatos, cargas e lacres. O processo de carga dos dados (dos candidatos e eleitores) é executado pelos técnicos de urnas. Em seguida é posto um lacre para segurança de que os dados das urnas não serão trocados durante seu transporte ao local de votação. Cada urna eletrônica recebe uma destinação específica, podendo ser usada como urna de votação, urna de contingência ou urna de justificativa. As urnas de contingência e as urnas de justificativa recebem cada qual carga específica para a finalidade a que se destinam. Após a realização de testes de funcionamento, também são lacradas.

Do resultado das entrevistas verifica-se o seguinte: nas eleições, a administração do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas volta seu olhar para a logística das urnas e geralmente envolve decisões quanto ao método logístico de preparação das urnas e do transporte, aos roteiros e à utilização da capacidade dos veículos.

O TRE-AM utiliza-se de uma logística própria e diferenciada na cadeia de suprimento. Em ano eleitoral o planejamento volta seu olhar para termos logísticos com métodos eficientes e eficazes, onde a segurança e a rapidez são itens indispensáveis em uma eleição, adquirindo estratégia e planos de desenvolvimentos de atividades de prestação de serviços, com a preparação e distribuição das urnas eletrônicas em ano eleitoral.

Ainda segundo as informações do Coordenador de Logística do TRE-AM, nas campanhas eleitorais, o processo logístico é realizado pelo TRE-AM em parceria com outros órgãos públicos.

O transporte das urnas eletrônicas é realizado por meio de contratação de empresas privadas que prestam serviços de transporte ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas em ano de eleição. A contratação das empresas para o transporte das urnas eletrônicas e materiais eleitorais são realizados por meio de licitação, visando selecionar a melhor proposta dentro dos parâmetros de recursos, rapidez e segurança e com menor custo.

Além da logística de transportes e armazenagem, o TRE junto com TSE adota também a logística reversa das urnas e dos materiais utilizados nas eleições, a logística reversa surgiu a partir do alto custo de armazenagem de modelo antigos

de urnas e a preocupação do que fazer com essas urnas, pois de acordo com código da Justiça Eleitoral art. 340 é crime “fabricar, mandar fabricar, adquirir, fornecer, ainda que gratuitamente, subtrair ou guardar urnas, objetos, mapas, cédulas ou papéis de uso exclusivo da Justiça Eleitoral.”As urnas e seus componentes não podem ter suas destinações inapropriadas.

Com isso poderemos vê o quanto é essencial a logística dentro dos órgãos públicos, para a diminuição dos custos, e para que o resultado seja atingido com qualidade e eficiência, no tempo certo, de acordo com o planejamento realizado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de o processo de eleição no Estado do Amazonas em urnas eletrônicas ser realizadas com certo sucesso verifica-se que não é possível identificar concretamente se os gastos com pleito eleitoral se dá levando-se em conta o princípio da economicidade dos gastos públicos uma vez que não se verifica ferramentas de gestão logística e da qualidade adequadas ao monitoramento de tendências e resultados, sobretudo quando comparados com as últimas eleições.

Nesse sentido, não foi possível identificar indicadores de resultados que qualifiquem por meio da ciência da logística se os custos que incidiram sobre o evento eleitoral estudado foram os melhores para a administração pública, no caso a Justiça Eleitoral do Amazonas.

Por outro lado, no tocante ao processo de logística reversa pode-se verificar do resultado da pesquisa que a justiça eleitoral do Amazonas tem se preocupado com a destinação correta de pós-uso do material resultante da eleição, sobretudo no que diz respeito às urnas eletrônicas.

Igualmente, os resultados alcançados mostram que o TRE/AM desenvolve uma logística eleitoral própria com planejamentos e estratégias voltadas à busca da eficiência e confiabilidade do processo eleitoral, sobretudo quanto a preparação de urnas eletrônicas, transporte e armazenamento.

No entanto, não se pode identificar com clareza no tocante a questão dos custos logísticos do pleito eleitoral, do processo de urnas eletrônicas por falta de indicadores consistentes e atualizados na questão de medir adequadamente os custos logísticos e a devida comparação com anos anteriores por meio de uma análise de tendência e resultado, bem como a questão da aplicação relativa a disseminação e continuidade do processo eleitoral. A conclusão do trabalho aponta para uma melhoria no processo logístico no tocante, sobretudo, a questão do acompanhamento e avaliação dos custos logísticos com análise de tendência pelo menos nas últimas três eleições anteriores e uma melhor utilização e aplicação das ferramentas de gestão da logística disponíveis, visando monitorar a qualidade desse

serviço e o impacto financeiro que gera para a sociedade, sobretudo no tocante redução de custos logísticos.

## AGRADECIMENTOS

A DEUS, o todo poderoso e razão da minha existência, a mim pela garra de vencer os desafios da vida, ao meu orientador, professor Marcos Carneiro da Silva, pelas orientações precisas e constantes, a minha família o meu bem mais apreciado.

## REFERÊNCIAS

BALLOU, Ronald. **Logística Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1993.

BRASIL, TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (AM). **Fragments da história da Justiça Eleitoral do TRE-AM**. *Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas*. Manaus: SJD/COJUD/SEBIB, 2012.

BRASIL, Tribunal Regional Eleitoral (AM). **Manual de Procedimento Cartorários**, 2 ed. Manaus, 2016.

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. **Código eleitoral comentado e legislação complementar**. - Rio de Janeiro, 2012.

DIAS, Marco Aurélio. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1993. PAURA, Glávio Leal. **Fundamentos da Logística**. Curitiba/PR: IF, Itec, 2012.

NOVAES, A. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B. **Gestão da cadeia de suprimentos e logística**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Sifroni, Renato Gomes. **Controle de estoque: estudo de caso na unidade do corpo de bombeiros militar** de Araranguá/SC. Florianópolis, 2012. Disponível em:<<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103689>>Acesso em01 out. 2018.

FERNANDES, K. dos S. **Logística: fundamentos e processo**. 1 Ed. revisada. Curitiba. PR. IESDE Brasil.2012

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (AM).**Forças de Segurança concedem os números de sua atuação durante o pleito**. Ago. 2017. Disponível em:<<http://www.tre-am.jus.br/imprensa/noticias-tre-am/2017/Agosto/forças-de-seguranca-concedem-os-numeros-de-sua-atuacao>> Acesso em:21 ago. 2017.

## COLONIALIDADE E PRÁTICAS ALIMENTARES NO GOVERNO DE JANARY NUNES

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão:06/07/2020*

### **Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário**

Universidade Federal do Amapá-UNIFAP  
Macapá-Amapá  
<http://lattes.cnpq.br/1818051354900926>

### **Antônio Sérgio Monteiro Filocreão**

Universidade Federal do Amapá-UNIFAP  
Macapá-Amapá  
<http://lattes.cnpq.br/8321993369800090>

Este artigo é uma versão ligeiramente modificada do trabalho publicado originalmente, nos Anais do "I Seminário Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD AMAZÔNIA): entre estratégias de desenvolvimento regional e as dinâmicas territoriais do Amapá e Tocantins: Intenções de dois Estados em construção", ocorrido nos dias 28 a 30 de novembro, em Palmas-TO.

**RESUMO:** Semelhante à gestão nacional de Getúlio Vargas, estava nos planos do governador Janary Nunes intervir na alimentação dos amapaenses substituindo as práticas tradicionais por uma alimentação que dizia ser rica em nutrientes e vitaminas. O artigo apresenta o que se considera uma tentativa, ainda que involuntária, de resistência à colonialidade, através da permanência aos hábitos alimentares tradicionais. Para tanto, fez-se um levantamento bibliográfico, exploratório e descritivo de fontes secundárias. Utilizou-se como referência o

primeiro Relatório de Gestão de governo, com informações sobre as primeiras medidas de abastecimento e da percepção do governador acerca da alimentação praticada pelos amapaenses. Utiliza-se ainda outras bibliografias que complementam a hipótese defendida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Decolonialidade, práticas alimentares, Janary Nunes, Amapá.

### **COLONIALITY AND FOOD PRACTICES IN THE GOVERNMENT OF JANARY NUNES**

**ABSTRACT:** Similarly to the government of Getúlio Vargas, Governor Janary Nunes planned to intervene in the diet of the population of Amapá, in the North of Brazil, replacing their traditional food practices with a diet that was said to be rich in nutrients and vitamins. The article presents what is considered an attempt of resistance to colonialism, although involuntary, through the continuation of traditional eating habits. To this end, a descriptive review of secondary sources was carried out. The first Government Management Report was used as a reference, with information on the supply measures and the governor's perception of the food practices in Amapá. Other bibliographies were used to support the thesis.

**KEYWORDS:** Decoloniality, eating practices, Janary Nunes, Amapá.

### **1 | INTRODUÇÃO**

Nos anos de 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, as medidas de abastecimento alimentar estavam relacionadas à retomada

do crescimento. O discurso era de valorização do trabalhador, o que incluía uma alimentação mais nutritiva.

De modo semelhante, Janary Nunes é nomeado o primeiro governador do Território Federal do Amapá e traz consigo as ideias do governo central. Segundo eles, as crenças e práticas alimentares não eram adequadas e necessitavam seguir um padrão alimentar.

À luz das epistemologias decoloniais para o hemisfério sul, o artigo apresenta empiricamente o que se considera uma tentativa, ainda que involuntária, de resistência às práticas alimentares impostas na gestão de Janary Nunes. Para tanto, faz-se um levantamento bibliográfico exploratório e descritivo de fontes secundárias utilizando como principal referência o Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá, de 1944 (publicado em 1946), aqui denominado relatório de gestão, com informações sobre as primeiras medidas de abastecimento e da percepção do governante acerca da alimentação praticada pelos amapaenses. Utiliza-se ainda outras bibliografias que complementam a hipótese defendida.

## 2 | EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS

As teorias pós-coloniais (epistemologias do sul) surgem na década de 1990 por um grupo de pensadores latino-americanos, com destaque para Aníbal Quijano cujo objetivo era o questionamento às epistemologias que explicam a introdução da América Latina ao capitalismo eurocêntrico, do ponto de vista histórico, filosófico e sociológico, do que se denominou de colonialidade/modernidade.

Tais estudos se contrapõem ao que se designou no mundo ocidental de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, expressões cunhadas em 1949 pelo presidente estadunidense Truman, ao delinear um programa global de desenvolvimento. Segundo Banerjee:

“ O Terceiro Mundo nasceu naquele momento – naquele dia, mais de dois bilhões de pessoas tornaram-se subdesenvolvidas porque, como Esteve (1992:7) argumenta, eles foram transportados para dentro de um espelho invertido da realidade dos outros: “um espelho que os apequenava e os enviava para o fim da linha, um espelho que definia sua identidade, que é aquela de uma maioria heterogênea e diversa, simplesmente nos termos de uma maioria homogênea e limitada”(BANERJEE, 2003, p.77).

Ainda segundo Banerjee (2003), muitos países ainda pagam um preço alto pela adesão ao desenvolvimento. Citando diversos autores que se debruçam sobre o tema, acrescenta que as consequências foram muito mais severas para as populações rurais, uma vez que produziu efeitos contrários ao que se propunha, como subdesenvolvimento, endividamento e exploração. Ademais, povos indígenas

e agricultores ao redor do mundo com seus modos de vida próprio foram impactados negativamente, pois a produção tradicional já não atendia aos padrões de mercado.

Para Quijano (2005), o capitalismo está estruturado numa relação de dominação, de exploração e de conflito em torno dos eixos da colonialidade e modernidade. As colonialidades se constituem numa tripla dimensão: colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser.

Tais colonialidades estão presentes na relação que se estabelece entre o governo de Janary Nunes e a sociedade macapaense defrontada com a imposição de uma transformação em seus hábitos alimentares, sem consulta, sem escuta, mas através de uma ideologia de progresso, de (des)envolvimento.

Ainda segundo Quijano (2005), o fim do colonialismo não significou o fim das relações de colonialismo, uma vez que não cessou a dominação em âmbito econômico, social e político. O colonialismo permanece como um pensamento que legitima diferenças entre sociedades, sujeitos e conhecimentos. Além disso, o legado epistemológico do eurocentrismo impede a compreensão do mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias (PORTO-GONÇALVES, 2005).

A tentativa de mudança nas práticas alimentares desconsiderando e desqualificando a alimentação da população amapaense revela um pensamento eurocêntrico das autoridades brasileiras em suas políticas públicas. Da colonialidade do poder à colonialidade do ser e do saber, Walter Mignolo assinala que o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico não significa que inventaram o pensamento, pois o pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram. Dessa forma, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida (PORTO-GONÇALVES, 2005).

No caso da Amazônia, Porto-Gonçalves (2018) assinala que prevalecem visões “sobre” a Amazônia, e não visões “da” Amazônia. E mesmo quando se fala em percepções da Amazônia, não são as percepções dos seus povos, etnias, nacionalidades e grupos/classes sociais. A imagem de uma imensa bacia hidrográfica e um extenso “vazio demográfico” é, segundo o autor uma visão colonial, que delimita a formação geo-histórica da região à chegada do colonizador (ou invasor), ignorando que a região estava habitada há cerca de 17 mil anos.

São povos indígenas e comunidades tradicionais que foram subalternizados no processo de colonialidade, de maneira que o conhecimento científico eurocêntrico não é hegemônico. Existe uma diversidade cultural intrínseca a esses povos e comunidades que possibilitam a compreensão da realidade latino-americana.

Costa (2017) acrescenta a importância da Amazônia para além da sua biodiversidade, uma pluralidade enquanto região-diversidade. E ainda, que “perceber e compreender essa realidade significa percorrer outros mundos possíveis para a

região onde o (des)envolvimento não mais signifique negar os envolvimento dos povos com o seu território (...).”

### **3 I O ABASTECIMENTO ALIMENTAR DURANTE O ESTADO NOVO**

Durante o Estado Novo no governo de Getúlio Vargas, as medidas de abastecimento alimentar estavam relacionadas com a retomada do crescimento via processo de industrialização por substituição das importações (MATTEI, 2009,). Enquanto política pública, as primeiras medidas foram a criação do salário mínimo, em 1936 e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), criado em 1940.

Com viés urbano, o SAPS tinha a incumbência de orientar sobre a instalação de refeitórios nas grandes empresas, o fornecimento de refeições nas empresas menores para trabalhadores com família numerosa, a formação de pessoal técnico especializado e o apoio às pesquisas sobre alimentos e sobre a situação alimentar da população (CARVALHO DA SILVA, 1995; BRINKMANN, 2013).

Para Brinkmann (2013), o governo Vargas tentava melhorar o padrão da vida do trabalhador urbano através de políticas sociais, que na verdade tinham uma lógica política, qual seja de integrar socialmente o trabalhador urbano, legitimando assim a violenta tomada do poder do regime ditatorial do Estado Novo. Um outro argumento era de que os problemas de abastecimento suscitaram frequentes agitações sociais, como a primeira greve geral, em 1917.

Retomando a linha de argumentação da alimentação relacionada ao progresso, o SAPS era uma autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e não ao Ministério de Educação e Saúde. Segundo Costa (2016), esse órgão apresentava a alimentação como uma forma de “servir à pátria”, assim, a alimentação era vista como uma ferramenta de auxílio na busca pelo progresso.

Dante Costa, médico e nutrólogo do SAPS afirmava que “um homem bem alimentado se tornaria um homem mais saudável, mais eficaz, mais feliz e um homem feliz trabalharia mais e melhor para o progresso do seu país”. E, da mesma forma, “crianças bem alimentadas renderiam muito mais na escola, cresceriam livres de doenças e, no futuro, serviriam com mais eficácia à sua pátria” (COSTA, 2016).

O Estado Novo também foi marcado pela criação dos Territórios Federais cuja estratégia era de manutenção da soberania nacional e resguardo dos recursos e dos interesses nacionais da Amazônia, especialmente das suas fronteiras (LUEDY, 2018). Com isso, amplia-se o conceito de fronteira para além do político, mas também para uma noção geral de expansão do mercado interno (MACHADO, 1997).

## 4 I PRÁTICAS ALIMENTARES NO GOVERNO DE JANARY NUNES

A criação do Território Federal do Amapá para muitos amapaenses simbolizava o fim do abandono e da pobreza e o início do progresso e desenvolvimento. Por conta disso, Janary Nunes era visto como o salvador do Amapá na memória social de muitos amapaenses (COSTA, 2016).

A alimentação aparece como uma prioridade no governo de Janary Nunes. E os hábitos alimentares do povo amapaense foram mencionados no relatório de gestão. Nas palavras de Janary Nunes: “a alimentação geral do povo precisa ser transformada. A refeição em geral é o “cafezinho” com farinha pela manhã: carne salgada, pirarucu ou jabá fervido na água e sal, com farinha, ao almoço, pouco diferente o jantar, quando há” (GTFA, 1946, p. 05).

A afirmativa na mudança dos hábitos alimentares amapaense implicava na intervenção direta do governo no abastecimento alimentar, pois assim como ocorria com o SAPS no governo central, o governo de Janary Nunes buscou substituir os alimentos com baixo valor nutritivo por uma alimentação rica em nutrientes e vitaminas (COSTA, 2016).

Embora a alimentação dos amapaenses parecesse pobre em nutrientes, o relatório de gestão revela a abundância de frutas nas safras, sobretudo laranja, limão, banana, melancia, açaí, entre outras. Revela ainda que os “particulares”, assim chamados os comerciantes nas diversas intermediações, não tinham capital e nem iniciativa para o atendimento aos municípios. Com esses argumentos, o governo assume o abastecimento do território e interfere na aquisição de alimentos, objetivando, entre outros, reduzir o preço de varejo.

Segundo o diretor do Departamento de Produção, no município de Oiapoque:

“onde estava localizado o 3º Batalhão de Fronteiras, havia meses que não se tinha exposto a venda um quilo de carne, enquanto pela foz do rio passavam do Brasil para Caiena centenas e centenas de bovinos, sendo o preço definido pelos poucos regatões que ali aportavam” (GTFA, 1946, p. 130).

E complementa:

O abastecimento dos mercados de carnes verdes do Território Federal do Amapá era incerto à falta de transporte regular e, sobretudo, porque o rebanho bovino achava-se bastante sangrando em consequência da exportação forçada, durante anos a fio, de gado para as Guianas francesa e holandesa. Desse modo, quase não existiam boiadas em condições de serem imediatamente abatidas (GTFA, 1946, p. 130).

A produção de peixe salgado era quase toda exportada ao Pará, com reduzida oferta de pescado fresco no mercado local, dado a falta de energia elétrica. A esse respeito, o documento revela que não havia eletricidade em nenhum município, e

que Macapá estava às escuras há mais de seis anos.

Em sua dissertação de mestrado, Tayane Costa faz uma análise do discurso propagado pelo SAPS e pelo Governo do Território Federal do Amapá acerca de uma “nova” alimentação proposta para a população amapaense. Na percepção de Janary Nunes, a alimentação do povo amazônico “refletia num homem apático, doente e que só buscava na alimentação o suficiente para matar a fome, alimentação esta que não servia para seu projeto político de busca pelo progresso e civilização” (COSTA, 2016, p. 49-50).

Costa (2016) infere em sua pesquisa que muitas das propostas do governo de Janary Nunes para alimentação não foram acessadas por grande parte da população macapaense, sobretudo para os que estavam à margem do processo de transformação alimentar. Além disso, grande parte da população era analfabeta e não acessava o principal meio de comunicação utilizado pelo governo - o jornal impresso.

A autora acrescenta ainda que:

O desvirtuamento dos objetivos alimentícios para outros fins fez com que os macapaenses que não estavam inseridos em determinadas camadas sociais não sofressem influência em seus paladares dessa nova alimentação. Dessa forma, o consumo de peixes, frutas, verduras e legumes típicos da região, farinha, carnes de animais silvestres, enfim, a base da alimentação da parcela da população que já vivia por aquelas terras antes do Território permaneceu após sua instalação (COSTA, 2016, p. 84).

Sendo assim, a ideia de progresso à época de Janary Nunes, designada de desenvolvimento, tira o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 39).

## 5 | CONSIDERAÇÕES

A intervenção do governador Janary Nunes nos hábitos alimentares da população amapaense, sobretudo da capital Macapá foram em parte inspirados nas políticas do governo Getúlio Vargas. Conforme a bibliografia utilizada, observou-se que a falta de acesso aos alimentos ditos “mais nutritivos” fortaleceu as práticas alimentares da população, ainda que houvesse a propagação de ideias contrárias à essa alimentação.

Uma vez que o governador Janary Nunes obtinha um amplo apoio popular, ainda que involuntariamente houve resistência aos novos alimentos impostos pelo governo. Assim, na contramão da colonialidade do poder e à margem do dito

progresso, os amapaenses ousaram se contrapor ao pensamento hegemônico e mantiveram suas práticas alimentares.

Décadas após o início do governo Vargas, o consumo de açaí, farinha e pescados ainda faz parte da alimentação diária do amapaense.

## REFERÊNCIAS

- BANERJEE, Subhabrata Bobby. **Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza**, in: Fernandes, M. e Guerra, L. (Orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. Belém, UNAMAZ, 2003.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm). Acesso em 20 de agosto de 2019.
- BRINKMANN, Sören. **Leite e modernidade: ideologia e políticas de alimentação na era Vargas**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/hcsm>.
- CARVALHO DA SILVA, Alberto. **De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição**. Revista Estudos Avançados (IEA-USP), 1995.
- COSTA, Tayane Lima Pedrosa. **Não só de cafezinho com farinha vivia o homem macapaense: A “boa alimentação” e o paladar macapaense (1940-1956)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História. Brasília, UnB, 2016.
- COSTA, Jodival Mauricio da. **Amazônia: olhares sobre o território e a região**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Autografia; Amapá, AP: UNIFAP, 2017.
- GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ – GTFA. Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944, apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Capitão Janary Gentil Nunes, Governador do Território. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1946.
- LUEDY, Tiago. **Institucionalidade e espacialidade da defesa nacional na Amazônia: perspectivas para o Amapá**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Macapá, UNIFAP, 2018.
- MACHADO, L. **O controle intermitente do território amazônico**. Revista TERRITÓRIO, 1(2), 1997.
- MATTEI, Lauro; SANTOS JUNIOR, José Aldoril dos. **Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Histórica Comparada**. Revista de Economia. Editora UFPR. v. 35, n. 1 (ano 33), p. 93-115, jan./abril 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Coleccin Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em [bibliotecavirtual.clacso.org.ar/](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/)

\_\_\_\_\_. **Amazonía**: encrucijada civilizadora. Tensiones territoriales en curso La Paz: Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica; CIDES-UMSA, 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em [bibliotecavirtual.clacso.org.ar/](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/)

# CAPÍTULO 15

## O MARKETING DE RELACIONAMENTO E CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO DE MARCA. COMPLEXIFICAÇÃO CONCEITUAL E NOVOS COMPORTAMENTOS DE CONSUMO

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 06/07/2020

**Guaracy Carlos da Silveira**

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Universidade Anhembi Morumbi

São Paulo - SP

<http://lattes.cnpq.br/8185110461713121>

**Fernando Augusto Carvalho Dineli da Costa**

Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP)

São Paulo - SP

<http://lattes.cnpq.br/0122657300434243>

Trabalho originalmente apresentado na DT 2 – Publicidade Propaganda do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

**RESUMO:** O presente artigo busca fornecer subsídios à formação de modelo teórico de Marketing de Relacionamento para contexto brasileiro, levando em consideração as tendências de consumo e considerando este como processo subsidiário à construção de significado da marca. À luz do comportamento do consumidor moderno e dos conceitos de modernidade líquida, apresenta proposta de novo desenho conceitual para programas de relacionamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação Integrada de Marketing; Marketing de Relacionamento; Tendência de Consumo; Comportamento do

Consumidor; Modernidade Líquida.

RELATIONSHIP MARKETING AND BRAND MEANING DEVELOPMENT.

CONCEPTUAL COMPLEXIFICATION AND NEW CONSUMER BEHAVIORS

**ABSTRACT:** The following paper aims to provide baselines to build, in a Brazilian context, a theoretical relationship marketing model regarding consumer trends and considering its processes as subsidiary to the development of a brand meaning. Enlightened by modern consumer behavior and liquid modernity concepts, presenting a proposal for a new conceptual design for Relationship Marketing programs.

**KEYWORDS:** Marketing Integrated Communication; Relationship Marketing; Consumer Trends; Consumer Behavior; Liquid Modernity.

### 1 | PROPOSTA DE UM MODELO BRASILEIRO DE MARKETING DE RELACIONAMENTO

O presente artigo insere-se em série de estudos realizados pelos pesquisadores com objetivo de fornecer subsídios à construção de um modelo teórico de marketing de relacionamento adequado ao contexto Brasileiro. Considera-se que a despeito da aquisição e implantação dos modelos teóricos originários de outras economias, tais como EUA e Comunidade Europeia, o contexto nacional exige revisão e adequação destes.

A importância de estudos de marketing e seus correlatos em comunicação e tendências de consumo, justifica-se na articulação entre ampliação teórica, desenvolvimento e fomento de mercado, principalmente se considerado o quadro competitivo em que estes se inserem. Segundo dados do FMI (2018) o Brasil hoje constitui-se como potência econômica, figurando com a oitava maior economia do mundo. A manutenção de tal posição, ou melhoria no ranking relacionam-se não só a fatores conjunturais macroeconômicos, mas também em parte, a desenhos estratégicos de marketing. Nas duas últimas décadas a nação passou por forte desenvolvimento no setor de serviços, fato característico de economias competitivas, que já representa mais de 70% do PIB, sendo o setor que mais emprega no país.

Se considerado que o mercado interno, e seu desenvolvimento, representam atualmente 80% do crescimento do PIB (CARNEIRO, 2017), e que o Brasil conta com empresas e marcas nacionais consolidadas e ainda com multinacionais brasileiras - mais de 400 segundo o Observatório da ESPM - e ainda com a presença nacional de pelos 30 das maiores empresas do mundo segundo ranking da revista FORBES (2016). Pode-se afirmar que temos um mercado maduro para desenvolvimento de conhecimento e modelos proprietários, que inclusive, podem ser utilizados por outros países em condições similares de emergência como a dos BRICS ou nações com condições socioeconômicas e culturais similares a brasileira, como por exemplo países da América Latina.

Teorias e modelos utilizados como referência para desenvolvimento de estratégias de marketing de relacionamento e seus desdobramentos táticos como os programas de fidelidade e incentivo são predominantemente estadunidenses e europeus – em parte decorrente da maturidade econômica e técnica destes, bem como, maior articulação com instâncias de pesquisa como as Universidades, entretanto, a produção científica nacional sobre o Marketing e suas subáreas como o marketing de relacionamento tem crescido, como exposto por DEMO (2015) em estudo bibliométrico, a baixa fundamentação teórica nacional caracteriza a premência de mais estudos.

A questão central que se coloca é a efetividade de modelos importados quando aplicados nacionalmente sem a devida revisão e ajuste, considerando-se não apenas a diferenças economias, mas também os valores culturais e sociais característicos de cada nação – que são determinantes nas análises de comportamento de consumo – acreditamos ser necessário aferir o desempenho da aplicação *ipsis litteris* de modelos exógenos, que desconsideram os perfis comportamentais do brasileiro.

Na grande área do Marketing, tal questionamento já se consolida como tendência, que exige o constante testar e rever da teoria na prática. No tocante ao marketing de relacionamento, estudos como os realizados por D'ANGELO

*et al* (2006), de caráter exploratório que propunha considerar o Marketing de Relacionamento sob a ótica do consumidor final, propunha que as dificuldades de implementação e obtenção de resultados com o marketing de relacionamento justificam o questionamento dos fundamentos teóricos, sendo possível enxergar um divórcio entre a teoria dominante do marketing de relacionamento se considerado da ótica do consumidor final e a prática exercida pelas empresas. O estudo afirma que é desejável que pesquisas futuras promovam estudos voltados ao exame da pertinência da produção acadêmica no tocante ao marketing de relacionamento. Isso reforça a percepção desse artigo e sugere que é possível analisar os resultados de tais ações priorizando não somente a reflexão sobre a prática corporativa, mas sim da teoria dominante em marketing de relacionamento. Onde ao mesmo tempo em que se pode enxergar uma inadequação das empresas às prescrições teóricas, pode-se cursar caminho inverso, apontando a incapacidade da teoria em descrever o comportamento das empresas e dos consumidores.

No plano mercadológico - campo de atuação empírica dos pesquisadores - e em estudos setoriais realizados a pedido da *Planners Group – Strategic Powerhouse*, nota-se que de modo recorrente é necessária a realização de adaptações e as vezes reformulação completa dos modelos consagrados internacionalmente. Ação que é comumente classificada pelo mercado, de forma as vezes pejorativa, as vezes meritória como: “Tupiniquinização” ou “Abrasilramento” dos processos.

Estudos de caráter mais amplo como os realizados na área de marketing de negócios, demonstram a importância e efetividade para as empresas ao se considerar as diferentes práticas regionais em contraste a modelos teóricos vigentes, que ao passarem por uma análise crítica, muitas vezes revelam-se incongruentes ou até mesmo antagônicos aos modelos consagrados, citando como exemplo tácito dessa ocorrência as obras de PRAHALAD (2010) e seu conceito de capitalismo inclusivo que tem o lucro das empresas como vetor para erradicação da pobreza e LENDERMAN (2010), que promove a discussão de como o Marketing é realizado de maneira diferente e efetiva nos BRICS conforme afirma já no subtítulo de sua obra: como a pirataria, a pobreza e os oligarquias estão reinventando o marketing, são provas claras dessa necessidade.

## **2 I O MERCADO BRASILEIRO DE MARKETING DE RELACIONAMENTO**

A evolução do mercado de marketing de relacionamento no Brasil pode ser constatada ao aferir-se o número de empresas, prestadores de serviço de marketing e iniciativas táticas na forma de programas de incentivo, plataformas de premiação e programas de fidelidade que tem surgido na última década.

Segundo dados da Associação Brasileira das Empresas do Mercado de

Fidelização – ABEMF (2017), o número de cadastros em programas de fidelidade no quarto trimestre de 2016 alcançou 89,6 milhões, o que representa um aumento de 17% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Ao longo do ano de 2016 a emissão de pontos/milhas somou 197 bilhões, já o resgate chegou a 158 bilhões, crescimento de 9% de volume em relação ao ano anterior de 2015. O faturamento total das empresas associadas foi de 5,6 bilhões de reais no ano.

Se consideramos valor mercadológico como um indicador de valor da marca e sucesso estratégico de marketing, duas das empresas brasileiras do setor de capital aberto listadas na bolsa de São Paulo - a BMF BOVESPA, que são a *Múltiplos SA* desde 2011 e a *Smiles Fidelidade* desde 2014, que tem fundamentalmente fidelização como seu negócio central, tem registrado crescimento histórico contínuo de seu valor de mercado.

O surgimento de entidades de classe serve como indicador de maturidade frente a necessidade de articulação de interesses setoriais, além da supracitada ABEMF (fundada em 2014), podemos identificar entidades como a Associação de Marketing Promocional – AMPRO (fundada em 1993) e a Associação Brasileira de Marketing de Dados – ABEMD (fundada em 1976) que congregam mais de 500 empresas entre agências e prestadores de serviço com algum nível e atuação no segmento.

A relativa carência de estudos setoriais por parte da academia, tem levado o setor como um todo a fomentar ou criar instituições que gerem análise, estudos e indicadores setoriais, como por exemplo o site Tudo Sobre Incentivos -TSI<sup>1</sup>, patrocinado pela agência Value Net Incentive Solutions<sup>2</sup>, que serve como indicador para promoção do mercado e geração de conhecimento sobre o segmento.

### **3 I NECESSIDADE DE REVISÃO DOS FUNDAMENTOS DO MARKETING DE RELACIONAMENTO**

O comportamento de consumo caracteriza-se por ser processo complexo sujeito a múltiplas forças, sendo que destas, há significativa influência da mídia na construção das percepções do consumidor acerca das marcas.

O modelo tradicional de construção de marca e influência de percepção do consumidor, historicamente embasada em processos de comunicação massiva, tem sido questionado e revisto frente a cada vez maior e pervasiva presença da comunicação segmentada/digital, com propõe autores como CROCCO *et al* (2011), SOLOMON (2010), OLSON (2009), GIGLIO (2005) e SCHWERINER (2006).

Decorrente desta nova compreensão do processo, apresenta-se ampla gama de modelos e ações que vão desde um abandono das plataformas tradicionais

1 <http://tudosobreincentivos.com.br/>

2 <https://www.valuenet.com.br/>

para um contexto digital, até soluções híbridas que buscam um ponto de equilíbrio. Considerando-se que estratégias de comunicação e marca, devem estar alinhadas a uma proposta de marketing coerente - por serem partes constituintes deste - mudanças nestes elementos acabam por impactar as estratégias de marketing, considerado em uma perspectiva de comunicação de marketing integrado, e por reverberação pedem uma revisão de estratégias subjacentes.

Neste sentido, mudanças no comportamento do consumidor acerca de seus comportamentos de compra e consumo, e de ferramentas de pesquisa de preço e alternativas, acabam por demandar uma revisão de estratégias de marketing, em específico, estratégias de relacionamento e sua estruturação em programas de fidelidade conforme apontado em estudos anteriores dos autores (SILVEIRA, COSTA. 2016, 2017).

A situação torna-se mais complexa se considerarmos que a percepção da marca é construída através dos múltiplos pontos de contato do consumidor com a marca como propõe PINHEIRO (2014) e URDAN (2013), e neste sentido, programas relacionamento, afetam a percepção do consumidor da marca. Cria-se assim um círculo de retroalimentação: percepção da marca influencia programas de relacionamento, programas de relacionamento influenciam a percepção da marca. Fato que em termos estratégicos nos leva a perguntar: Em que instância atuar para influenciar este ciclo?

Considerando-se ainda que a construção de relacionamento vai além das estratégias com fundamentos transacionais que, em geral, são aplicadas no nível tático por meio dos tradicionais pontos ofertados a participantes de programas de fidelidade de modo a criar uma relação cliente/marca por meio do volume e frequência do consumo de seus produtos e serviços. Tem-se um quadro onde o sistema tradicional que convertia consumo em recompensas traduzidas em pontos a serem trocados pelo cliente, que tinha como caráter subjacente teórico a relação mais pontos = melhores recompensas, começa a dar sinais de esgotamento. (SILVEIRA, COSTA, 2016a).

Constata-se tendência de os programas brasileiros serem estruturados nos moldes clássicos propostos a mais de 40 anos, embasados em teorias psicológicas de forte cunho behaviorista. Causa estranhamento a desconsideração de outros fatores estruturantes do comportamento do consumidor como aspectos socioculturais e situacionais nos desenhos teóricos, visto que estes estão disponíveis na literatura nacional sobre o assunto, seja na tradução de autores estrangeiros como SCHIFFAMAN e KANUK (2009), BLACKWELL *et al.* (2005) MOWEN e MINOR (2003), seja na obra de autores brasileiros como CAMARGO (2012), KARSAKLIAN (2004), SAMARA e MORCH (2005).

O acompanhamento do mercado demonstra que existe uma tendência

desenhada nos mercados maduros de novos modelos, focados na construção de relacionamentos por meios de outras formas, diferentes dos modelos fundamentalmente transacionais, pautados por resultados de negócio diretos mensuráveis, visando a construção de relacionamento por meio de significado e assim com ganhos para marca, onde percebem-se esforços – inicialmente empíricos e depois conceituais – de abordar a experiência de compra e consumo como fatores constituintes dos desenhos de programas de relacionamento. De fato, fatores comportamentais e de consumo mediado por dispositivos digitais passam a ser aspectos constituintes dos desenhos estratégicos de programas de relacionamento em *Shoppings Centers* (SILVEIRA, COSTA, 2017a, 2017b).

Tais aspectos claramente reforçam a chamada presença digital, necessidade crítica para a construção de marca. Definida por STRUTZEL (2015 p.87) como “o conteúdo online produzido e distribuído pela entidade e a criação de pontos de contato com a audiência.”. STRUTZEL (2015) traz também os quatro momentos: existência, atração, relacionamento e engajamento todos eles claramente influenciados, direta ou indiretamente por estratégias de marketing de relacionamento.

Assim, problema que se apresenta é: frente a proposição de estratégias de relacionamento contribuirão no composto de comunicação integrada de marketing para a construção da identidade de marca, e conseqüentemente na atribuição de sentido e leituras desta, porque no campo teórico ainda se trabalha com uma perspectiva unidimensional do consumidor que só leva em conta os aspectos psicológicos do processo de consumo como sendo determinantes em um programa de relacionamento?

A análise de programas de marketing de relacionamento com base nas percepções do consumidor - proposta que aqui se delinea - desloca o eixo conceitual tradicional dos programas de relacionamento, exigindo o também o dimensionamento das esferas socioculturais, econômicas e situacionais da compra, proposição esta agravada pelas drásticas transformações nas dimensões sociedade e consumo, decorrentes da implantação de novas tecnologias que são características da contemporaneidade e do comportamento do consumidor na presente década.

Como solução propõe-se desenho do estudo embasado em três suportes (i) Estruturação teórica acerca de Marketing de Relacionamento (ii) Fundamentação empírica com vistas a aferir desempenho de programas e seus resultados no contexto nacional (iii) Dimensionamento do consumidor/participe de programas de fidelidade à luz da ciência do consumo.

Consideramos que um dos primeiros estudos a sugerir tal dimensionamento é a proposição de marketing de relacionamento feito por MCKENNA (1999) que propõe a compreensão do marketing de modo relacional, propondo que o marketing de relacionamento seria a estratégia fundamental para construção de sentido, a

ser construído pela experiência de consumo e interatividade, conectividade e criatividade da marca. O autor afirma que só por meio destas experiências é possível desenvolver uma ligação emocional, por meio do conhecimento mútuo (consumidor – marca) que fortaleceria o relacionamento. Consideramos fundamental destacar que o autor compreende o marketing como atividade multifuncional, e conseqüentemente, não limitada ao departamento de marketing. Nesta acepção, marketing de relacionamento, compreende os elementos que dão vida à marca em seus mercados e sociedade ao conectar suas atividades de relacionamento com o tecido social. Idealmente esta relação vai além da oferta de produtos e serviços, e seus (desejados) efeitos psicológicos de recompra e fidelidade, transcendendo para um conceito de existência da marca no mercado.

Ao considerar-se que o ato de consumo – consideração, pesquisa por opções, comparação de preços, compra e até mesmo usufruto - passa a ser *mediado por dispositivos digitais* e que os programas de relacionamento ajustam-se de modo a tornarem-se pervasivos, cria-se campo teórico onde a dimensão sociocultural do consumo pode ser feita a partir da dimensão digital nos termos do construto de cibercultura proposto por LÉVY (1999), considerado como processo em mudança por AJZENTAL (2010) e o cenário atual onde novos elementos estão em jogo para construção de credibilidade de uma marca em um mercado mais horizontal e inclusivo onde conversas aleatórias entre as pessoas e as fortalezas como proteções dos círculos sociais. Também são considerados os paradoxos do consumidor informado versus o consumidor distraído e ainda o da defesa negativa versus a defesa positiva que tem grande influência sobre a fidelização de clientes esses definidos por KOTLER (2017).

Em artigo germinal publicado de HOUSTON, F.S.; GASSENHEIMER, (1969)<sup>3</sup> propunham que as trocas sociais deveriam servir de *hub* teórico, ao qual outras teorias de marketing se conectariam. Em suas recomendações acerca do marketing um-a-um e como as empresas que adotam tal sistemas devem incorporá-lo PEPPERS (2004) já esboçava entendimento que a administração das trocas pautadas nos relacionamentos deveria tornar-se a razão ser das empresas e compor o desenho e a gestão técnica de tais programas.

Posto que os programas de marketing de relacionamento nacionais são pautados em transposição de desenhos internacionais sem a devida adequação ao contexto de consumo nacional, propomos então uma nova fundamentação teórica geral as gerentes de tais programas inicialmente baseadas nos conceitos da Sociedade Líquida como preambulo para a futura delineação mais adequada ao nosso mercado e similares.

---

<sup>3</sup> HOUSTON, F.S.; GASSENHEIMER, J. B. *Marketing and exchange*. Journal of Marketing, 51, p.3-13, October 1987

## 4 I MODERNIDADE LÍQUIDA E O MARKETING DE RELACIONAMENTO

Propõe-se o dimensionamento do marketing de relacionamento em programas nacionais à luz conceitual de uma compreensão do consumo que seria característico da modernidade líquida que compreende o consumo como prática social. “O motivo da pressa é, em parte, o impulso de adquirir e juntar. O motivo mais premente que torna a pressa de fato imperativa é a necessidade de descartar e substituir”. (BAUMAN, 2008, pag. 50)

Consideramos que tal proposição se coaduna com os mecanismos e táticas que compõem o ferramental do marketing de relacionamento (sem fazer juízo de valor), notadamente na forma das recompensas transacionais oferecidas à guisa de fidelização de clientes como as existentes em programas de pontos, que se nutrem do impulso de adquirir e juntar, mas desconsideram a dimensão descartar e substituir. Neste sentido, do mesmo modo que podemos falar de evoluções geracionais do marketing (4.0) devemos falar e considerar evoluções geracionais do marketing de relacionamento. A título de exemplo, posto que aspectos como sustentabilidade já indiciam mudanças no comportamento de compra do consumidor BRAGA JR., *et al* (2011), porque ainda há desconsideração destes no desenho de programas de relacionamento, que se fiam exclusivamente na perspectiva condicionante da relação recompensa-consumo? Tais programas começam a dar sinais de esgotamento.

Conforme propõe ARAÚJO (2016), com base nos estudos do *Colission Group* com mais de seis mil consumidores em dez países – Brasil incluso – e que aferiu expressiva queda do interesse do consumidor em programas de relacionamento tradicionais pautados em pontos. Do modo como vê o autor, isto não é um prenúncio do fim dos programas de fidelidade, mas sim um anúncio da necessidade de abordagens diferentes. No campo filosófico BAUMAN (2008) já havia expresso esta dicotomia ao afirmar que numa sociedade que proclama a satisfação do consumidor como seu maior propósito, o consumidor satisfeito é sua ameaça mais apavorante.

O dimensionamento produtivo do marketing como fomentador do consumo passa por processo de refinamento ao dispor de monumental volume de informações sobre o consumidor, o que no entender dos autores, amplia a importância dos programas de relacionamento. Conforme coloca ARAÚJO (2016): se consumo e vida misturam-se, o consumidor passa a demandar relevância – e não apenas prêmios – dos programas de fidelidade que faz parte, relevância em termos de interação personalizada com suas marcas. Em termos de mecânica dos programas de relacionamento, tal comportamento tem forçado uma mudança de desenho da atribuição de pontos genéricos para a oferta de promoções e *experiências* exclusivas e personalizadas.

Neste contexto, delinea-se um problema de plano tático, se no desenho

estratégico da marca é factível generalizações do consumidor em termos de público-alvo, no plano tático, devido a capilaridade da comunicação digital e da personalização tornada possível pelo *database marketing* isto torna-se cada vez mais inviável, e no plano teórico instaura-se uma disputa entre um modelo mais perene e estruturante (macro) e uma demanda mais flexível e relacional (micro).

Empiricamente os programas realizam um deslocamento análogo ao proposto no plano teórico pelas teorias da Sociedade Líquida, manifesto na prática em uma mudança de premiações “duráveis”, materializadas na forma de prêmios obtidos em morosos processos de acumulação de pontos, muitas vezes sujeitos a frustrante expiração dos mesmos dada a complexidade e risco para as empresas da administração de tais passivos – caracterizados por uma relação de cambio entre frações de centavos do valor monetário gasto pelo consumidor – para um premiações *fluidas* que dão ênfase a recompensas de natureza intangíveis e efêmeras mais imediatistas, materializadas na forma de experiências exclusivas.

Tal mutação já havia sido indicada por LIPOVETSKY (2007) ao apontar a transição para a “sociedade da abundância” no pós-guerra e o maior acesso a produtos e serviços por parte da população, contexto em que vê o nascimento – entre outras ações de marketing – dos programas de fidelidade. Assim testemunha-se a sofisticação das técnicas e estratégias do marketing que se consolidam no conceito de *Customer Relationship Management – CRM*, onde o monumental aporte de dados decorrente dos processos de informatização da sociedade, cristalizados no *database marketing* apenas tornaram o processo mais complexo.

Na dimensão de complexidade das relações, dever-se-ia ser computada também a diminuição do ciclo de vida dos produtos e o aumento exponencial da concorrência que passa a ser global, elementos que acabam por gerar pressão em todas as ações que buscam fomentar algum tipo de relação de fidelidade às marcas, e eventual recompra por parte do consumidor. Desta forma é pertinente falar em programas de relacionamento e incentivo visíveis e não visíveis. Sendo que os principais exemplos das ações não visíveis são os programas de incentivo desenvolvidos para a cadeias de trocas de mercado que cobrem desde os funcionários das indústrias produtoras de bens e empresas prestadoras de serviços, parceiros de canal, distribuidores e colaboradores do varejo, a programas na ponta da cadeia de trocas que garantem que os produtos e serviços das empresas sejam melhor ofertados e expostos em detrimento de concorrentes que não adotam tais técnicas.

O *hiperconsumo* iniciado nas décadas finais do século 20 traz os critérios individuais com estética, satisfação corporal sobrepõem a tradicional busca pela aparência. Surge aí um novo fenômeno que é a relação emocional com as mercadorias. Estilos de vida são propagados por vias publicitárias institucionais pelas

marcas. A ansiedade e a necessidade de consumir tornam-se um comportamento. O imediatismo imoderado consolida essa efemeridade.

Assim, uma vez considerada a sociedade à luz do conceito de sociedade líquida suportado pelo contexto do hiperconsumo, o desenho e teoria subjacentes aos programas de fidelização do consumidor brasileiro encontram-se distantes dos modos sociais em que se instauram. Passando ao largo de instâncias contemporâneas de consumo e fruição, como a do Consumo Colaborativo (BORGES, 2016), caracterizado pelo compartilhamento intermediado por plataformas tecnológicas - eminentemente líquidos se considerarmos que não há normas nem moeda fixas - e que igualmente também flexibilizam os papéis sociais, onde consumidor e mercador assumem papéis híbridos. Neste cenário, o tradicional responsável pelo marketing de relacionamento (antigo produtor) deixa de existir, e surge na equação um novo agente, intermediário e responsável pela plataforma que une os consumidores/ produtores.

A título de ilustração desse processo tomamos aqui a empresa Uber e sua entrada no mercado brasileiro que pode ser considerada como um exemplo deste novo desenho. Quais os mecanismos tradicionais de marketing de relacionamento adotados pela empresa? Sendo que no fim das contas os mercadores são os motoristas, a empresa é apenas o intermediário, se consumidor pode tornar-se mercador a qualquer momento, quem é o responsável pela construção do relacionamento nesta tríade? Como ele deve ser idealizado?

A tradicional dicotomia de forças entre produtor/consumidor toma nova dimensão quando é possível transitar-se livremente entre estas duas instâncias mercador e consumidor intermediados por um terceiro. A horizontalidade na relação com os consumidores proposta por KOTLER (2017 p.12), que demanda que os clientes sejam tratados como parceiros e até mesmo amigos oferece um desafio estratégico por nesse cenário onde coexistem estratégias tradicionais e as alimentadas por *novas* compreensões do consumo que nutrem o sensorial, buscando melhorar a experiência de usufruir do serviço, com propostas *antigas* de classificação e recompensa do consumidor com base em frequência de uso e consumo tais como acúmulos de pontos e cupons para estimular a recompra, promovidas por parte do intermediário e detentor da marca presente na sociedade, no caso a Uber, e uma interface híbrida, manifesta de modo mais premente na oferta da bala com água, que de tão eficaz, tornou-se padrão nesse setor.

Agora o que acontece quando o consumidor entra, por exemplo, em um carro solicitado via Uber, onde: esse mercador opere com outros aplicativos, fato comum nos dias de hoje; não exista a oferta de água e nem balas. O que o que acontece com a construção da marca? As empresas de plataforma que intermediam relações têm um sistema para, de alguma maneira, proteger suas marcas desses equívocos

na prestação de serviços. Os sistemas de avaliação, tanto do mercador por parte do consumidor, quando do consumidor por parte do mercador se prestam a tal função, aparentemente adequando aos propostos do Marketing 4.0, mas isso basta? No tocante de marketing de relacionamento quais são os modelos estratégicos e soluções táticas que atendem a essas situações e ainda quais elementos característicos de nossos mercado e sociedade poderiam corroborar com esse construto?

## 5 | CONCLUSÕES

É notório que no contexto brasileiro, a consolidação das práticas de marketing se deu por via da importação de modelos e teorias que lhes são subjacentes e sua aplicação empírica, sendo a etapa reflexiva e conseqüente teorização, deixada a segunda instância, a ser abordada conforme fossem surgindo os problemas. Em que se pese a eficácia histórica de tal modelo, o avanço nacional com potência produtiva, a maturação e desenvolvimento da academia, e principalmente o aporte de empresas nacionais alçadas ao nível de *players* num cenário competitivo internacional, apontam todos para um processo de maturação do marketing brasileiro.

Neste contexto, passa a se configurar como cada vez mais inadmissível, seja na dimensão produtiva, seja na dimensão processual, seja no campo estratégico, a implementação de modelos internacionais sem a devida adequação ao contexto nacional. Se sinaliza na grande área do marketing e em suas subdivisões estratégicas – em que se insere o marketing de relacionamento – uma necessidade de atualização e revisão, expressa pelo uso de numeradores (exemplo Marketing 4.0), no contexto brasileiro tal processo deve ser redobrado, por envolver além da atualização teórica e a adequação ao contexto nacional.

Neste sentido é desejo de os autores ensejar a proposta de que se avance neste modelo através da proposição de desenhos teóricos formatados a nossa realidade, ou no termo do mercado, *Abrasilizados*. Exercício este manifesto em fóruns de discussões como o Congresso em que o presente artigo insere-se.

A dimensão de comportamento do consumo em toda sua complexidade, vem sendo expandida de modo agregando conceitos psicológicos, sociológicos, antropológicos, e na última década neurológicos e tecnológicos para citar apenas dois. Neste contexto, o caráter lógico-teórico que subsidia a estruturação de programas de relacionamento, urge por uma revisão, em específico, uma que aborde conceitos de mudança social e novas formas de comportamento de compra e consumo, características da modernidade digital.

No presente artigo propusemos que sejam levados em consideração os construtos filosóficos da Sociedade Líquida, de modo a subsidiarem a construção de

programas de relacionamento. Longe de exaurir o tópico, o presente artigo intenciona ser um convite a discussão acadêmica e ao desenho de pesquisas, que revejam a postulação do consumidor e de suas dimensões nos programas de marketing de relacionamento nacionais, e tomo tal, possui caráter exclusivo de fomento a teoria.

## REFERÊNCIAS

AJZENTAL, A. **História do Pensamento em Marketing**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

\_\_\_\_\_. **Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BLACKWELL, Roger. *Et al.* **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2005.

CAMARGO, Pedro. **Comportamento do Consumidor** – a biologia, anatomia e fisiologia do consumo. Ribeirão Preto, SP: Editora Novo Conceito, 2012.

CROCCO, Luciano. *Et al.* **Marketing perspectivas e tendências**. São Paulo: Saraiva (Coleção de Marketing, v.4) 2011.

DEMO, G. *Et al.* **Marketing de Relacionamento (CRM): estado da arte, revisão bibliométrica da produção nacional de primeira linha, institucionalização da pesquisa no Brasil e agenda de pesquisa**. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, São Paulo: v.16,n.5, p.127-160, out. 2015.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Marketing de relacionamento (CRM): estado da arte, produção nacional na primeira década do milênio e agenda de pesquisa**. Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 35, SET 2011.

GIGLIO, Ernesto. **O comportamento do consumidor**. São Paulo: Pioneria Thonson Learning, 2005.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LENDERMAN, Max. **Admirável marketing novo: como a pirataria, a pobreza e os oligarcas estão reinventando o marketing**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MCKENNA, R. **Marketing de relacionamento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MOWEN, John. MINOR, Michael. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Person Practice Hall, 2003.

OLSON, Jerry. PETER, J. **Comportamento do Consumidor e estratégia de marketing**. São Paulo: McGraw Hill, 2009.

PEPPERS, Don. **CRM Series Marketing 1to1** – Um Guia executivo para Entender e Implantar Estratégias de Customer Relationship Management. 3a Edição. São Paulo: Peppers and Rogers Group, 2004.

PINHEIRO, Duda. *Et. al.* **Comunicação integrada de Marketing**. Gestão dos elementos da comunicação. São Paulo: Atlas, 2014.

PRAHALAD, C. K. **A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro**. Porto Alegre: Bookman 2010

KARSAKLIAN, Eliane. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo: Atlas 2004.

KOTLER, Philip. **Marketing 4.0**. Do tradicional ao digital. São Paulo: Sextante, 2017.

SAMARA, Beatriz. MORSCH, Marco. **Comportamento do Consumidor** – conceitos e casos. 2005.

SCHIFFMAN, Leon. KANUK, Leslie. **Comportamento do Consumidor**. São Paulo, LTC, 2009.

SOLOMON, Michael. **Comportamento do Consumidor – comprando, possuindo, sendo**. Porto Alegre, Bookman, 2010.

STRUTZEL, Tércio. **Presença Digital: estratégias eficazes para posicionar sua marca pessoal ou corporativa na web**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

URDAN, Flávio Torres. *Et. al.* **Gestão do Composto de Marketing**. São Paulo: Atlas: 2013.

#### **Documentos Digitais:**

ABEMF. **Indicadores da ABEMF apontam crescimento do setor de fidelidade no Brasil em 2016** Disponível em: <http://www.abemf.com.br/press-release-indicadores-da-abemf-apontam-crescimento-do-setor-de-fidelidade-no-brasil-em-2016>

ARAÚJO, A. **A morte dos programas de fidelidade?** Por que os modelos tradicionais de programas de fidelidade estão perdendo a popularidade. Editora Meio & Mensagem, 2016. Disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/opiniao/2016/07/28/a-morte-dos-programas-de-fidelidade.html>

BORGES, Carlise. **Consumo de bens ou de pessoas?** O sentido de comunidade nas novas práticas de consumo. Anais Comunicon, 2016. Disponível em: [http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT2/GT02-CARLISE\\_BORGES.pdf](http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT2/GT02-CARLISE_BORGES.pdf)

BRAGA Jr, Sérgio. *Et al.* **Fatores de Influência do Consumo Verde**: um estudo sobre o comportamento de compra no setor supermercadista. REMark - Revista Brasileira de Marketing, São Paulo, v. 10, n. 1, p 151-176, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/4717/471747524007/>

CARNEIRO, Mariana. **Mercado interno responde por 80% do crescimento do PIB**. Folha de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1940081-mercado-interno-responde-por-80-do-crescimento-do-pib.shtml>

D'ANGELO, André. SCHNEIDER, Heleno. LARAN, Juliano. **Marketing de relacionamento junto a consumidores finais**: um estudo exploratório com grandes empresas brasileiras. Rev. adm. Contemp., Curitiba, v. 10, n. 1, p. 73-93, Mar. 2006. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552006000100005&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552006000100005&script=sci_abstract)

ESPM. **Observatório de Multinacionais Brasileiras**. S.d. Disponível em: [http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/balanco\\_das\\_mnes\\_brasileiras.pdf](http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/balanco_das_mnes_brasileiras.pdf)

FRANCISCO, Eduardo. ROCHA, Viviane. POCHIO, Mateus. **Lealdade do Consumidor e Programas de Fidelidade**: uma análise topográfica do campo de conhecimento à luz da bibliometria, estatística espacial e redes sociais. *Revista de Ciências da Administração*, V.17, N.41, abril 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2015v17n41p09>

FMI – **GDP based on PPP, share of world**. 2018. Disponível em: [http://www.imf.org/external/datamapper/PPPSH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEO\\_WORLD](http://www.imf.org/external/datamapper/PPPSH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEO_WORLD)

FORBES. **30 Maiores empresas do mundo que atuam no Brasil**. 2016.

Disponível em: <http://forbes.uol.com.br/listas/2016/06/30-maiores-empresas-do-mundo-que-atuam-no-brasil/#foto4>

GOVERNO FEDERAL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Secretária de Comércio e Serviços. **A importância do Setor Terciário**. 2017 Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-servicos/a-secretaria-de-comercio-e-servicos-scs/402-a-importancia-do-setor-terciario-maio-de-2017>

SILVEIRA, Guaracy. COSTA, Fernando. **Clubes de Vantagem como Ferramenta de Marketing de Relacionamento. Estudo das principais seguradoras brasileiras**. 2º Congresso Nacional de Estudos Comunicacionais. PUC Minas: Poços de Caldas. 2017. Disponível em: [https://www.academia.edu/35067031/Clubes\\_de\\_Vantagem\\_como\\_Ferramenta\\_de\\_Marketing\\_de\\_Relacionamento.\\_Estudo\\_das\\_principais\\_seguradoras\\_brasileiras](https://www.academia.edu/35067031/Clubes_de_Vantagem_como_Ferramenta_de_Marketing_de_Relacionamento._Estudo_das_principais_seguradoras_brasileiras)

\_\_\_\_\_. **Análise de Tendências do Consumo Mediado por Dispositivos Digitais no Marketing de Relacionamento**. XL Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. 2017a. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2027-1.pdf>

\_\_\_\_\_. **Perspectivas Tecnológicas do Marketing de Relacionamento para Shoppings Centers**. Anais VII Conferência Brasileira de Estudos em Comunicação e Mercado, 2017b. Disponível em: <http://portal.metodista.br/ecom/edicoes-passadas/abn-do-ecom-2017/view>

\_\_\_\_\_. **Estudo de Fidelidade dos Shoppings Centers Brasileiros**. Anais do XXI Congresso de Ciência da Comunicação da Região Norte. 2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2016/resumos/R53-1011-1.pdf>

\_\_\_\_\_. **Marketing de Relacionamento como Ferramenta de Retenção de Clientes**. Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. 2016a. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2823-1.pdf>

## CRESCIMENTO ECONÔMICO, UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão: 07/07/2020*

**Railson Marques Garcez**

Universidade Federal do Maranhão – PPGDSE  
São Luís – MA  
<http://lattes.cnpq.br/7642745674330297>

**RESUMO:** O contingente de desempregados no Brasil e no mundo bate recordes e uma agenda para atingir níveis aceitáveis de trabalho decente que possa proporcionar crescimento econômico foi definida em 2015. Desde 1980 o Brasil vive um desmantelamento em termos de regulação do seu mercado de trabalho, a partir de um receituário neoliberal, sendo o avanço da precarização uma realidade que parece ser incontrolável. Buscou-se, dessa forma, enquanto objetivo principal desse estudo, analisar a atual problemática do trabalho considerando o fenômeno da uberização da força de trabalho no Brasil e seus impactos no crescimento e desenvolvimento nacional a partir de pesquisas em livros, artigos, relatórios institucionais, pesquisas técnicas, etc. As baixas taxas de crescimento do PIB brasileiro nos últimos quatro anos combinadas com a disponibilidade de formas flexíveis e aparentemente autogerenciadas de trabalho no mercado, permitem concluir que estas ocupações, metamorfoseadas, são percebidas como oportunidades de sobrevivência, em contraposição ao alto índice de desemprego. Dessa forma, alastram-se no país as ocupações

sem carteira assinada e por conta própria, uma expansão sem precedentes do mercado de trabalho informal no Brasil que contribuem para avanços maiores na precarização do trabalhador e não dá indícios de ser apenas uma panaceia.

**PALAVRAS - CHAVE:** Crescimento.

Desenvolvimento. Uberização. Precarização. Trabalho.

### ECONOMIC GROWTH, UBERIZATION OF WORK AND DEVELOPMENT IN BRAZIL

**ABSTRACT:** The number of unemployed in Brazil and the world is breaking records and an agenda to achieve acceptable levels of decent work that can provide economic growth was set in 2015. Since 1980 Brazil has been experiencing a dismantling in terms of regulating its labor market, based on a neoliberal prescription, with the advance of precariousness a reality that seems uncontrollable. Thus, the main objective of this study was to analyze the current labour problem considering the phenomenon of the uberization of the labour force in Brazil and its impacts on national growth and development from research in books, articles, institutional reports, technical research, etc. The low growth rates of the Brazilian GDP in the last four years combined with the availability of flexible and apparently self-managed forms of work in the market, allow us to conclude that these occupations, metamorphosed, are perceived as opportunities for survival, in contrast to the high rate of unemployment. Thus, occupations without a signed and self-employment card, an unprecedented expansion of the informal labour market in Brazil, are spreading in the country.

**KEYWORDS:** Growth. Development. Uberization. Precarization. Work.

## 1 | INTRODUÇÃO

Em termos globais, o mercado de trabalho passa por profundas e intensas transformações, as quais são um reflexo do processo constante de reorganização e reestruturação do sistema capitalista. Tais transformações provocam, sobretudo, alterações perversas no mundo do trabalho e nos moldes como este se apresenta, mais informal, flexível e intenso, portanto, mais precarizado. Esta situação atinge tanto os países desenvolvidos, mas, principalmente, e, de forma pungente, os países de economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento como o Brasil.

O cenário contemporâneo, de crise e desemprego estrutural, e todos os seus desdobramentos possíveis que, por conseguinte, afetam a retomada do crescimento econômico, bem como o desenvolvimento socioeconômico das nações, tem sido pauta de várias agendas em todo o mundo. A Agenda 2030, por exemplo, definida em 2015, elenca dezessete Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre estes, destaca-se, para efeito desse estudo, o oitavo objetivo - “Trabalho Decente e Crescimento Econômico” – cujo principal propósito é promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.

No entanto, e, diferentemente do que estabelece tal objetivo, o que se observa é uma intensificação e um desmonte das políticas de trabalho e emprego, a partir dos seus processos de (des)regulamentação e flexibilização em curso não somente no Brasil, mas em todo o globo. No Brasil, essa realidade tornou-se mais evidente a partir da adoção de medidas neoliberais, no país desde da década de 1990 e que tornaram-se mais intensas com o atual governo, e que colocam em xeque a aderência ao objetivo anteriormente explicitado e que podem, ainda, em efeito colateral, minar a retomada do crescimento econômico e não sustentar de forma perene o desenvolvimento socioeconômico do país.

Nesse sentido, busca-se, enquanto objetivo central desse artigo, analisar a atual problemática do trabalho, sob o prisma da uberização do trabalho, e seus impactos na retomada do crescimento econômico e no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Para tal intento, utilizou-se o recurso metodológico teórico-bibliográfico, a partir de pesquisa em livros, artigos, publicações acadêmicas, notas técnicas, boletins técnicos, relatórios institucionais, etc. que abordam e dão subsídio para a problematização do tema em estudo.

Destarte, três aspectos merecem ser explorados nesse estudo, sendo o primeiro um ensaio sobre crescimento econômico, sua trajetória e o recente panorama brasileiro. O segundo aspecto busca descrever e compreender o

fenômeno da uberização do trabalho no Brasil e seus efeitos na precarização da força de trabalho. Logo em seguida, ensaia-se sobre o trabalho decente e sua conexão com o desenvolvimento nacional. Para finalizar, a quinta seção traz as principais conclusões deste estudo.

## **2 | CRESCIMENTO ECONÔMICO: O PANORAMA BRASILEIRO DE 1980 A 2018**

O Brasil vem amargando nessa última década sucessivos resultados negativos do seu PIB, com espasmos de recuperação e crescimento comandados, principalmente, pelo setor de Serviços e secundamente, pelo setor do agronegócio. Essa realidade acompanhada ainda por um forte desajuste fiscal, dívida pública e a necessidade de reformas, como a reforma da previdência e a reforma tributária, devem colocar o país de volta ao caminho do crescimento econômico sustentável, porém, lento e limitado, bem como proporcionar um clima de estabilidade macroeconômica. É necessário, no entanto, remover os entraves e distorções microeconômicas estruturais que possam de alguma forma impedir a elevação sustentada do investimento e da produtividade geral da economia (CAVALCANTI; JUNIOR, 2018).

A cena atual é um desdobramento de toda a trajetória de políticas econômicas e projetos de crescimento, ou seja, dos seus elementos estruturais, bem como dos elementos conjunturais que abalaram e interromperam a jornada de crescimento econômico do país. É sabido que o processo, notável, de industrialização brasileira começou em 1930, a partir da transição de uma economia agroexportadora para uma economia mais industrializada, pela substituição de importações.

Esse período, que perdurou por 50 anos, conhecido como Era Desenvolvimentista, cuja ideologia predominante fora o Nacional-Desenvolvimentismo, registrou avanços significativos da participação da indústria de transformação, que mais do que duplicou entre 1930 e 1980, na composição do PIB brasileiro. Esse processo acelerado e exitoso de *catch up* (alcance), fora empreendido para alcançar os níveis médios de industrialização observados nos países desenvolvidos (GONÇALVES, 2013).

Todavia, essa Era começou sofrer inflexão com o início do regime ditatorial militar autoritário que se estendeu até 1988 e superado, quando da democratização do país e da elaboração da constituição federal. De 1980 a 1994 o país experimentou uma profunda crise e uma forte instabilidade política e social que culminou na necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para a nação. Nessa fase, que se inicia em 1980, o Brasil tem seu pior desempenho em termos econômicos, com uma aguda desestabilização macroeconômica.

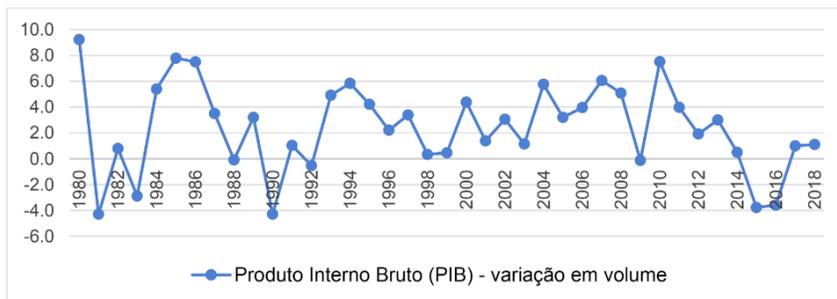


Gráfico 1 – Brasil: Crescimento Anual do PIB de 1980 a 2018 (em %)

Fonte: Série histórica do PIB - IBGE (elaboração própria)

Após cinco décadas de grandes avanços, a década perdida traz consequências severas tanto em perspectiva política, quanto, e principalmente, em perspectiva social, quando é iniciado o processo de desestruturação do mercado de trabalho e o crescimento de ocupações informais no país. Em meio ao cenário de grande instabilidade econômica, com alta inflação, temeridade da perda da legitimidade do Estado, houve a ruptura como o modelo desenvolvimentista e a adoção de medidas fundeadas no liberalismo econômico, cujo início é o governo de Collor (1990-1992).

A partir de 1995, o país ficou a reboque das transformações globais, num movimento de reação passiva aos acontecimentos de ordem mundial, o que implicou, mediante liberalização e desregulamentação da economia, em efeitos amplos, profundos que causaram mudanças estruturais significativas, de ordem produtiva, monetária, financeira e tecnológica, por exemplo. (GONÇALVES, 2013).

Desde então, tem-se observado significativas alterações na composição do PIB e na participação dos setores da economia, cujas principais evidências, já reiteradas por diversos especialistas e pela recorrência de dados divulgados por Institutos de pesquisa, como o IBGE, demonstram uma queda na participação da indústria (desindustrialização), aumento do agronegócio (reprimarização) e um crescimento vigoroso da participação do setor de serviços ao longo dos anos.

Essas transformações trouxeram também uma elevação dos índices de emprego assalariado sem carteira assinada e também das ocupações por conta própria que podem ser vistos no gráfico 2, a partir da série histórica da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) iniciada em 2012.

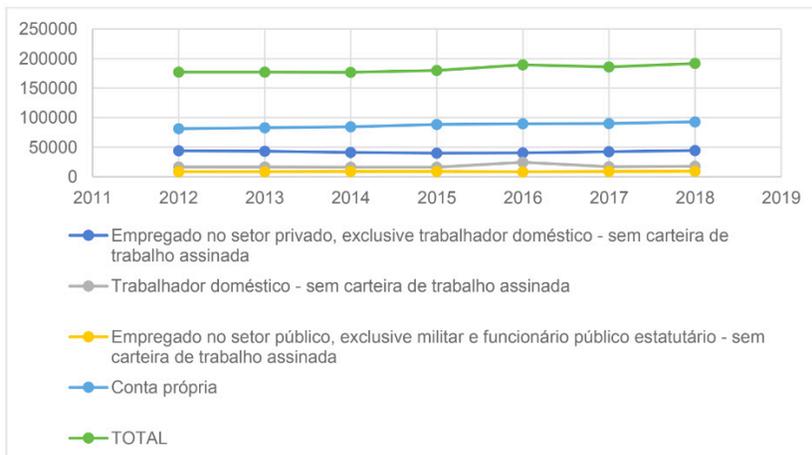


Gráfico 2 – Crescimento do Trabalho Informal no Brasil de 2012 a 2018 (mil pessoas)

Fonte: IBGE – PNAD (elaboração própria)

Os dados da PNAD/IBGE sinalizam um movimento preocupante para a economia e para o crescimento do país – o aumento das ocupações informais (sem carteira de trabalho) – que bate recordes. Segundo dados da PNAD/IBGE, no segundo trimestre de 2019, já são quase 12 milhões de pessoas empregados no setor privado sem carteira assinada, representando, dessa forma, o maior quantitativo de pessoas desde o início da série histórica em 2012.

Além desse contingente de trabalhadores desassistidos, outro número chama a atenção – a massa de trabalhadores por conta própria. Estes vem se exponenciando, frente à dificuldade de retomada do crescimento do emprego formal, e já atingem, segundo a mesma pesquisa, mais de 24 milhões de pessoas o que representa um crescimento de 5,2% (1,2 milhão de pessoas a mais) em relação mesmo período de 2018.

A leve redução da taxa de desocupação, cuja queda foi de 0,7%<sup>1</sup> no final do segundo trimestre de 2019, não vem acompanhada de bons números em relação ao emprego formal. Pelo contrário, a taxa, na verdade, está sendo puxada para baixo, em decorrência de maiores ocupações em empregos informais, como já visto anteriormente pelos números crescentes de empregados por conta própria.

O crescimento significativo ao longo do tempo, do emprego assalariado sem carteira assinada, acompanhado da ocupação por conta própria colabora para a volta do crescimento da precarização do mundo do trabalho (POCHMANN, 2008). Essa constatação, leva à próxima discussão que é a intensificação de postos de

1 Recuou de 12,5% para 11,8% na passagem do trimestre encerrado em abril para o terminado em julho de 2019, com menos 609 mil pessoas desocupadas no país (PNAD/IBGE, 2019).

trabalho *uberizados* no país com alternativa para a superação da falta de emprego, porém com grandes contribuições para o aumento da precarização do mercado de trabalho no Brasil.

### **3.1 A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E OS IMPACTOS NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHADOR BRASILEIRO**

O mercado de trabalho vem sofrendo duros golpes nos últimos anos com a expansão muito rápida de ocupações informais, bem como pelo dismantelamento de legislações e desregulamentações contribuem para o cenário de maior precarização do mundo do trabalho. Essa realidade, capitaneada, pelas sucessivas investidas do capitalismo em seu processo de reestruturação e reconfiguração, perante sua crise estrutural, é reflexo de experimentos cada vez mais sofisticados de exploração da força de trabalho, tanto quanto ao seu uso, quanto a sua remuneração (POCHMANN, 2016).

Segundo Gimenez e Krein (2016), o Brasil, diferentemente de como ocorrera com os países centrais, não conseguiu constituir a sua sociedade de forma organizada com base no trabalho assalariado que pressupõe a construção de direitos e a proteção social para o conjunto de trabalhadores do país. O que se observou, pelo contrário, foi um esforço muito grande para a industrialização, sem correspondência com a necessidade de estruturação do mercado de trabalho.

Houve, portanto, historicamente, uma elevada flexibilidade, com descumprimentos da legislação trabalhista, e uma nítida desorganização que “se manifesta no baixo índice de assalariamento, na informalidade, na elevada rotatividade, na abertura do leque salarial e na forte desigualdade social, inclusive entre os rendimentos do trabalho”.<sup>3</sup>

É consenso que as forças que determinaram a expansão da informalidade<sup>4</sup>, principalmente, em países em desenvolvimento tiveram origem de forma mais intensa no processo de industrialização por substituição de importações. Nesse período, apesar da incorporação de tecnologias que visavam a economia de mão de obra, houve em paralelo um processo de ampliação de ocupações que surgiram de um lado como complemento às atividades e de outro em razão do aumento do rendimento médio dos trabalhadores assalariados que teve reflexos diretos em maior consumo de bens e serviços.

2 Trata-se de um novo padrão de reorganização produtiva e do trabalho. A generalização da uberização do trabalho é grande nesse início de século, bem como a intensificação de diversos experimentos desse “método” no espaço supranacional, contudo deixando à margem a regulação nacional de trabalho (POCHMANN, 2016).

3 Ibidem, p.18.

4 Segundo Antunes (2015, p.247) “uma fenomenologia preliminar dos modos de ser da informalidade demonstra a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado”

O quadro mutante e de regressão em conquistas no mundo do trabalho, ao longo da luta de classes e de todo o movimento sindicalista, evidencia que o sistema capitalista tem utilizado mais mecanismos de precarização e flexibilização do trabalho, aumentando a estatísticas dos empregados temporários, subcontratados que recebem salários mais baixos e são tolhidos de direitos, ou, quando estes existem, são cada vez menores (PRIEB, 2005).

A uberização do trabalho, expressão derivada da empresa Uber, e que se refere em sentido macro à todas as formas de trabalho informal, principalmente por intermédio de aplicativos (apps), tem sido a tônica atual nas discussões sobre as transformações e a realidade do trabalho no Brasil e no mundo. Slee (2017) refere-se à uberização<sup>5</sup> como a nova onda do trabalho precarizado e atem-se em desmitificar em sua obra a aura de esperança depositada na chamada “Economia do Compartilhamento”, gênese do surgimento do movimento “Uber” na sociedade e economia moderna, ao mostrá-la como uma experiência que esconde verdadeiras fortunas acumuladas, provoca erosão de comunidades e intensifica o trabalho tornando-o mais precarizado. A falsa impressão do trabalho uberizado como sendo um trabalho livre, independente, autogerido, segundo a visão neoliberal, deixa de considerar, segundo Gorz (2005, p.26), que:

“[...] na maioria dos casos, os independentes estão, na realidade, sob a dependência de um único grande grupo, ou de um pequeníssimo número de grandes grupos que os submetem à alternância de períodos de hiperatividade e de desemprego; e que os particulares aos quais os autoempreendedores vendem seus serviços são, eles mesmos, submetidos aos acasos da precariedade [...].

Dados da PNAD/IBGE, revelam que desde 2014, quando a Uber chegou ao Brasil, até 2018, o grupamento que representa os trabalhadores de transportes no Brasil, saltou de 4 milhões de pessoas para 4,8 milhões até o primeiro trimestre de 2019, sendo a maioria das 800 mil pessoas, motoristas de aplicativos. Dados como este, reforçam o crescimento do trabalho informal no Brasil e trazem à tona uma realidade assustadora, que aparenta ser provisória, mas que pode se estender mediante as ações liberais do Estado face à pressão do sistema capitalista, para aproveitar, de forma exploratória, o excedente de mão de obra.

O cenário que se apresenta aos trabalhadores e que retrata o atual panorama do mercado de trabalho brasileiro, altamente informal, flexível, terceirizado e precarizado, mostra-se, a priori, ter um caráter provisório. Mas em virtude das baixas taxas de crescimento da economia, revela-se como ocupações permanentes, uma vez que o trabalhador vislumbra como oportunidade de renda e de sobrevivência.

---

5 O termo passa a fazer referência aos diversos tipos de trabalho informal, desde motorista de aplicativo como Uber, 99, Cabify, entregador de comida como UberEats, Ifood, até passeador e cuidados de animais, como o DogHero.

A moderna precarização social do trabalho é então entendida, ao mesmo tempo, como um velho e novo fenômeno, metamorfoseado e reconfigurado, de caráter macro e microsocial (DRUCK, 2016; 2011). Diante, dessa realidade, é indispensável pensar nos efeitos e desdobramentos para o processo de desenvolvimento socioeconômico do país. É necessário refletir sobre o cenário da escravidão à qual esses trabalhadores informais se submetem na busca por oportunidade de trabalho decente.

#### **4 I TRABALHO DECENTE E DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

É inegável e indispensável o papel do trabalho na sociedade enquanto elemento condicionante e catalisador de desenvolvimento não apenas econômico, mas social. No entanto, é partir da falta deste ou das condições impostas para o desempenhar deste, que o debate se prolonga e se aprofunda na seara da necessidade da promoção de trabalho decente <sup>6</sup>em termos mundiais. Segundo dados da OIT (2019), em 2016, cerca de 61% da população mundial está ocupada de maneira informal, ou seja, isso representa mais de 2 bilhões dos 3,3 bilhões de pessoas que trabalham no mundo.

Depreende-se, sobretudo, que o fenômeno da informalidade do mundo trabalho, atinge de forma globalizada diversas economias, sejam desenvolvidas ou subdesenvolvidas. Tal fenômeno, acomete de forma severa os trabalhadores, pois, em muitos casos há falta de bem-estar, segurança econômica, igualdade de oportunidades e poucas possibilidades de desenvolvimento humano. Ou seja, nem sempre estar empregado significa estar empregado de forma decente. Essa constatação traz à tona novos debates e colocam em evidência o fato de que:

A problemática atual do trabalho, referida à retomada de um discurso desenvolvimentista, ganha particular relevância quando associada, seja às diversas experiências de participação política e institucional dos trabalhadores e dos movimentos sociais nas últimas décadas, seja ao modo como políticas de desenvolvimento lidam com estratégias empresariais de flexibilização e precarização das relações de trabalho, de descaso com a legislação protetiva do trabalho, de descaso com as consequências ambientais e seu impacto sobre diferentes setores da população (RAMALHO; OLIVEIRA, 2013, p.212).

Assim, compreende-se que o baixo crescimento econômico da última década do século passado e da segunda década deste século, aliado à liberalização comercial-financeira, à racionalização e modernização da produção refletiu no nível

---

6 Formalizado pela OIT em 1999, o conceito de trabalho decente sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. (OIT, 2019)

de emprego e afetou os setores mais estruturados e organizados da economia. Portanto, ocorreu a redução da criação de novos postos no mercado de trabalho e o aumento considerável do desemprego e de outras formas de trabalho temporário, parcial, precário, terceirizado, subcontratado, relacionado à economia não formal e ao setor de serviços (SANTOS, 2008).

O Brasil, pós-impeachment e golpe em 2016 contra a presidente Dilma, vive sua quarta onda de flexibilização trabalhista e que atenta contra a proteção social e laboral instituída desde a década de 1930. Esse novo momento agudiza a perspectiva da Uberização que se caracteriza por uma forma diferente de remunerar a força de trabalho, evidentemente diferente da regularidade do assalariamento formal, no qual os direitos sociais e trabalhistas são geralmente contemplados (POCHMANN, 2016).

Em relação aos efeitos da economia submersa sobre o desempenho da economia formal, conclusões opostas podem ser formuladas. Uma hipótese para uma correlação negativa entre o setor formal e o submerso pode advir do fato de que um aumento na economia submersa leva a uma redução na receita tributária e, conseqüentemente, a uma menor quantidade e qualidade de bens e serviços públicos colocados à disposição da sociedade. Assim, poderia ocorrer uma redução do crescimento econômico, sob a premissa de uma carga tributária menor que a ótima, e uma fraca obediência às instituições estatais. Essa proposição torna-se verdadeira na medida em que a infraestrutura pública é um elemento chave para o crescimento econômico. (RIBEIRO; BUGARIN, 2003, p.439)

É por considerar os efeitos maléficos dessa forma de trabalho que a OIT estabeleceu, em 2015, a agenda 2030<sup>7</sup> de desenvolvimento sustentável, com dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável. O trabalho decente, oitavo <sup>o</sup>objetivo da agenda, é tratado dessa forma, como conceito central para o atingimento dos demais objetivos. Algumas metas relacionam-se diretamente com o escopo dessa discussão como a meta 8.5 que visa “até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor”; e a meta 8.8 que “busca proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários”(NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015).

O trabalho decente é entendido, segundo a OIT (2015, p.27), como ponto de convergência de quatro objetivos estratégicos que sejam: a promoção dos direitos no trabalho (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as

7 Ver agenda 2030 em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

8 Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos (ODS, 2015)

formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil), a geração de empregos produtivos e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social. Ou seja, busca-se, a partir dessa agenda, uma superação das condições informais do mercado de trabalho para que se possa pensar em desenvolvimento econômico e social (e também ambiental) de forma sustentável.

No contexto do capitalismo contemporâneo, a análise da intensidade do trabalho dá-se no sentido de verificar os resultados, seja em relação à elevação quantitativa da produtividade ou qualitativa dos seus resultados. Assim, durante a história do desenvolvimento econômico, a elevação da intensidade do trabalho representa um fator fundamental para o crescimento econômico, apesar de conter problemas sociais e morais implícitos que giram em torno da questão da exploração do trabalhador (DAL ROSSO, 2008). Há uma nova forma de perceber essa precarização que:

Não é mais a mesma precariedade dos tempos da revolução industrial. Não é mais a mesma que os países periféricos, como o Brasil, tiveram desde os tempos coloniais, com o trabalho escravo, pois houve a superação dessa relação social escravista. No entanto, o padrão de assalariamento no país, os limitados direitos sociais e trabalhistas conquistados pelos trabalhadores brasileiros, estabelecidos na CLT e na Constituição Federal, foram, em toda a nossa história, atacados pelo empresariado brasileiro e sistematicamente desrespeitados. Na atualidade, as transformações no trabalho decorrentes do processo de globalização financeira, da reestruturação produtiva e da implantação de políticas neoliberais, colocaram a precarização social do trabalho como centro da dinâmica do capitalismo nos países centrais e nos países da periferia. (DRUCK, 2016, p.40)

Destarte, na busca pela superação do estigma do trabalho informal, não-decente, que atinge o mundo, em diferentes proporções e situações, é necessário pensar que o trabalho como vetor de desenvolvimento não deve apenas ser reduzido ao processo de geração de riqueza, a partir da transformação das estruturas produtivas com o intuito de torna-las mais eficientes (BARBIERI, 2006) ou a partir de um processo robusto de industrialização que busca retornos crescentes de escala (GALA, 2017).

É necessário, sobretudo, um processo de desenvolvimento nacional, social, econômico, que possa permitir a expansão das liberdades do trabalhador, pois o desenvolvimento deve possuir relação direta, com a melhora de vida que as pessoas levam, bem como pelo desfrute das suas liberdades (SEN, 2010). Realidade que diverge da que o Brasil vive em termos de ocupação de trabalho, na qual por falta de liberdade e de oportunidade, trabalhadores, em muitos casos qualificados, submetem-se a empregos desprotegidos e informais que precarizam o seu labor.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento econômico do Brasil até a década 1980, não foi acompanhado de uma redistribuição de renda equitativa, fato este, que gerou desigualdades regionais bastante evidentes. Mais evidente ainda fora, após esse período de expansão econômica, a desestruturação do mercado de trabalho que se mantém em ritmo acelerado até hoje, visto às recentes taxas recordes de trabalho informal no Brasil que vem crescendo tendencialmente desde meados de década de 1990, quando medidas de cunho neoliberal começam a desregular o mercado de trabalho e a contribuir para a precarização de postos de trabalho.

O avanço dessas medidas neoliberais, bem como as altas taxas de desemprego e trabalho informal, no Brasil e no mundo, traz à tona um novo movimento que compete vultuosidade ao cenário – a uberização do trabalho. Esse fenômeno, longe de ser desconhecido, pois sua essência é a precarização, mostra-se, no entanto, ser reflexo das atuais mudanças pelas quais o processo de desenvolvimento e reconfiguração do capitalismo passa, decorrentes de sua crise estrutural, pelas novas dinâmicas e metamorfoses do trabalho, assim como pelo surgimento da “Economia do Compartilhamento”, da qual a empresa Uber é âncora, mas que considera todos as ocupações de transporte (motorista de aplicativo) a entregador de comida, seja por moto, bicicleta, patins ou patinete.

O menor crescimento compromete, portanto, a geração de empregos, o que, resulta, conforme as estatísticas e endosso teórico apresentados nesse estudo, em uma ampliação do número de desempregados, bem como de postos de trabalho informal no país, indicando que talvez não se trate de uma panaceia. Enquanto fonte alternativa ao cenário negativo da economia tradicional, o uberismo ou a uberização do trabalho, como fenômeno, torna-se uma prática bastante disseminada, tanto no centro, quanto nas periferias, em razão da maior intensidade de globalização e ruptura de modelos de produção capitalista, como alternativa à sua crise estrutural. Apesar de uma economia submersa, essa realidade traz consequências graves, e talvez irremediáveis, às aspirações de desenvolvimento nacional, ao comprometer nesse sentido, não só o crescimento dos setores da economia via trabalho informal, mas as liberdades do ser social que busca exercer sua cidadania por meio do trabalho decente.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mudo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2015.

BARBIERI, J.C. O local e o global na implementação do desenvolvimento sustentável. IN: CABRAL, A.; COELHO, L. **Mundo em Transformação: caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CAVALCANTI, M.A.F.H.; JUNIOR, J.R.C. **Cenários macroeconômicos para o período 2020-2031**. Nota Técnica. Carta de Conjuntura, n.41, 4 trimestre de 2018, IPEA, 2018.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DRUCK, G. A indissociabilidade entre precarização social do trabalho e terceirização. IN: TEIXEIRA, M. O.; RODRIGUES, H.; COELHO, E.D. (orgs.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade**. São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: velhos e novos desafios? **Caderno CRH, Salvador, v. 24, n.spe 01, p. 37-57, 2011**. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792011000400004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792011000400004&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 22.ago.2019

GALA, P. Desenvolvimento econômico: divisão do trabalho, retornos crescentes e complexidade. In: GALA, P. **Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

GIMENEZ, D. M.; KREIN, J.D. Terceirização e o desorganizado mercado de trabalho brasileiro. IN: TEIXEIRA, M. O.; RODRIGUES, H.; COELHO, E.D. (orgs.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade**. São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016.

GONÇALVES, R.. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

ILO. **World Employment and Social Outlook: Trends 2019**. International Labour Office – Geneva: ILO, 2019.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas Brasil, 2015. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso em: 23.ago.2019.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas sociales y del empleo em el mundo**. Lima: OIT, 2019.

\_\_\_\_\_. **Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil: uma estratégia de ação baseada no diálogo social**. Genebra: OIT, 2015.

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. Terceirização, competitividade e uberização do trabalho no Brasil. IN: TEIXEIRA, M. O.; RODRIGUES, H.; COELHO, E.D. (orgs.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade**. São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016.

\_\_\_\_\_. **A crise capitalista e os desafios dos trabalhadores.** Cadernos do CEAS, Salvador, n. 239, p. 698-712, 2016.

PRIEB, S. **O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho.** Ijuí: Edit. Unijuí, 2005.

RAMALHO, J.R; OLIVEIRA, R.V.D. A atualidade do debate sobre trabalho e desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 211-215, Maio/Ago. 2013. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792013000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200001)> Acesso em: 22.ago.2019.

RIBEIRO, R.N.; BUGARIN, M.N.S. Fatores determinantes e evolução da economia submersa no Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v.33, n.3, p435-466, set. 2003.

SANTOS, G.P.G. **Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990.** Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56), maio/ago, 2008. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a11v19n2.pdf>> Acesso em: 23.ago.2019

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado.** São Paulo: Elefante, 2017.

## A INCLUSÃO DE UMA MICROEMPRESA NO MERCADO BAGEENSE ATRAVÉS DA PESQUISA DE MERCADO

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão: 07/07/2020*

### **Hallana Pereira Ortiz**

Centro Universitário Instituto de  
Desenvolvimento Educacional de Bagé  
Bagé- Rio Grande do Sul

### **Vinícios Oliveira da Rosa**

Centro Universitário Instituto de  
Desenvolvimento Educacional de Bagé  
Bagé- Rio Grande do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/5487654876623421>

### **Aldemi Silveira Leon**

Centro Universitário Instituto de  
Desenvolvimento Educacional de Bagé  
Bagé- Rio Grande do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/1229344794710043>

### **Lóren Formiga de Pinto Ferreira**

Centro Universitário Instituto de  
Desenvolvimento Educacional de Bagé  
Bagé- Rio Grande do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/3778667446783581>

**RESUMO:** Atualmente as pequenas e microempresas estão cada vez mais presentes no mercado, e muitas dessas geralmente são do ramo de panificação e padaria. Porém da mesma forma que nascem, elas têm uma grande chance de “fechar as portas”, dado ao elevado número de empresas do mesmo ramo e isso mostra a necessidade de se diferenciar, se destacar e alcançar o cliente. Em vista disso, este artigo

apresenta como premissa geral identificar quais as necessidades dos consumidores ao irem em uma padaria, e especificamente verificar se estas mesmas necessidades estão sendo sanadas, tentando satisfazê-las, de forma que se venha a possibilitar o aperfeiçoamento do microempreendimento. Estabelecido o problema de pesquisa, desenvolveram-se questões estruturadas utilizando-se de abordagem quantitativa, focadas em direcionar as preferências e interesses de cada consumidor local. Estas questões foram testadas ao serem aplicadas com dez pessoas, com a intenção de medir sua funcionalidade e adequar as mesmas. Adequado o questionário, deu-se início a pesquisa direta (face to face) efetuada em dois dias, no primeiro dia com duzentas pessoas e no segundo com setenta pessoas, observado que o nível de confiabilidade foi de 90%. Essa pesquisa foi executada nos bairros: Popular e Parque Marília da cidade de Bagé/RS. Evidenciando a demanda considerável dos clientes com relação ao consumo de produtos complementares, firma-se entendimento da necessidade de melhoria no mix de produtos existente atualmente, pois acredita-se que tal medida potencializará as vendas realizadas. No que tange a marca da empresa, espanta-se com relação ao elevado número de consumidores locais que desconhecem a existência do negócio. Ainda, foi reparado através da experiência da pesquisa que parte dos clientes costumam consumir no estabelecimento porém não são capazes de diferir o nome do mesmo. Em virtude disso, atenta-se para a urgência de investimento em marketing e propaganda para o futuro da

organização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Microempresa, padaria, demanda, mercado.

## THE INCLUSION OF A MICRO-ENTERPRISE IN THE BAGEENSE MARKET THROUGH MARKET RESEARCH

**ABSTRACT:** Currently small and micro enterprises are increasingly present in the market, and many of these are usually from the bakery and baking industry. But in the same way they are born, they have a great chance to “close the doors”, given the large number of companies in the same branch and this shows the need to differentiate, stand out and reach the client. In view of this, this article presents as a general premise to identify the needs of consumers when they go to a bakery, and specifically to verify whether these same needs are being remedied, trying to satisfy them, so that if they come to Development of the Micro enterprise. When the research problem was established, structured questions were developed using a quantitative approach, focused on directing the preferences and interests of each local consumer. These questions were tested when applied with ten people, intending to measure their functionality and adapt them. According to the questionnaire, the direct research (face to face) was initiated in two days, on the first day with 200 people and in the second with 70 people, observed that the level of reliability was 90%. This research was carried out in the neighborhoods: Popular and Parque Marília in the city of Bagé/RS. Evidencing the considerable demand of customers in relation to the consumption of complementary products, the company understands the need for improvement in the existing product mix, because it is believed that such a measure will potentialize the sales made. With regard to the company’s brand, it is amazed at the high number of local consumers who are unaware of the existence of the business. Also, it was repaired through the experience of research that some customers usually consume in the establishment but are not able to differ the name of it. Therefore, it is attentive to the urgency of investment in marketing and propaganda for the future of the organization.

**KEYWORDS:** Micro enterprise, the bakery, demand, marketplace.

### 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No mundo moderno existem várias formas de satisfazer as necessidades alimentícias, presume-se que isso decorra da evolução do comportamento consumista do homem através dos tempos. De mesmo modo, sabe-se que através do capitalismo, foram formadas organizações com o objetivo de sanar a demanda consumista estabelecidas pelo modo de vida do homem contemporâneo.

Atualmente as pequenas e microempresas estão cada vez mais presentes no mercado, e muitas dessas geralmente são do ramo de panificação e padaria, Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (ABIP, 2014) “Em todo o país, existem mais de 63 mil panificadoras, sendo aproximadamente 96% das padarias classificadas como micro e pequenas empresas”.

A padaria vieira, é uma microempresa localizada na cidade de Bagé/RS e foca suas atividades comerciais na venda de pães e outros produtos panificados. Atualmente a padaria celebra existência inferior a um ano e dessa forma procura maneiras de conquistar seu espaço e fidelizar clientes. Para alcançar os clientes se faz necessário conhecer suas necessidades e desejos, tendo isso em mente o melhor plano de ação para alcançar o consumidor é realizar uma pesquisa de mercado.

Em vista disso, este artigo possui como premissa geral identificar quais as necessidades dos consumidores ao irem a uma padaria, e especificamente verificar se estas mesmas necessidades estão sendo sanadas, tentando satisfazê-las, de forma que se venha a possibilitar o aperfeiçoamento do micro empreendimento.

## **2 | REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Pesquisa de mercado**

Abrir uma empresa hoje em dia não está nada fácil, entre 2013 e 2016 segundo o IBGE, foram 341,6 mil organizações que fecharam devido à crise econômica do Brasil, e isso gerou no mesmo período uma perda de 3,7 milhões de vagas de trabalho e o salário reduziu em 0,7%. O segmento mais atingido com essa crise foi o comércio, com 262,3 mil empresas fechadas. Em meio a todo esse cenário, o que fazer para abrir um negócio? E além de abrir, o que fazer para mantê-lo ativo e gerando lucro? A pesquisa de mercado auxilia os empreendedores, pois além do cenário econômico defasado do país, existem outras organizações competindo com o mesmo produto, e na maioria das vezes com o mesmo preço.

A coleta de informações e a análise desses dados sobre onde abrir uma empresa, colocar um novo produto a venda, solucionar problemas e até mesmo em tomada de decisões, ajuda o empreendedor a minimizar sua margem de erro. Usando termos mais formais a pesquisa de mercado segundo a Associação Nacional de Empresas de Pesquisa de Mercado (ANEP) é: “A coleta sistemática e o registro, classificação, análise e apresentação objetiva de dados sobre hábitos, comportamentos, atitudes, valores, necessidades, opiniões e motivações de indivíduos e organizações dentro do contexto de suas atividades econômicas, sociais, políticas e cotidianas”.

Muitas pessoas pesquisam sobre um produto ou serviço desejado, essa pesquisa serve na maioria das vezes para economizar/fazer o dinheiro render e com as organizações não é diferente. Analisar o nível de satisfação do consumidor com o produto e o serviço, avaliar as ações e as estratégias da concorrência e até mesmo para testar uma nova mercadoria. Tudo isso ajudará a organização a identificar pontos vermelhos (que necessitam de maior cuidado e atenção) e oportunidades

de melhoria, auxiliando em abrir uma empresa ou filial, em uma nova mercancia, na satisfação do consumidor com o produto ou atendimento existente.

## **2.2 A importância da pesquisa de mercado para as pequenas empresas**

A pesquisa de mercado ou pesquisa de marketing é uma prática que poucas empresas de pequeno porte adotam, porém a aplicação de uma pesquisa de mercado é de suma importância para o futuro de um empreendimento, por mais que não pareça necessário, conhecer seu cliente abrirá portas para novos horizontes e outra maneira de enxergar o consumidor. Segundo Mady (2014, p. 23) “independente do tamanho do negócio ou tipo de produto e serviços oferecidos, todas as empresas necessitam de informações que as auxiliem na tomada de decisões, e, para obtê-las, realizam as pesquisas de mercado”.

Segundo Rodrigues (2015, p. 11):

A pesquisa de mercado tem muitas aplicações e um papel crucial no processo de tomada de decisão em uma empresa. Se de um lado a instituição e a percepção do gestor são coisas importantes no processo de decisão, sempre há riscos envolvidos. A pesquisa de mercado serve para oferecer informações que proporcionem a redução desses riscos, oferecendo subsídios para que o gestor pondere as diferentes possibilidades e opte pelo caminho que avaliar mais oportuno.

A aplicação de uma pesquisa de mercado logo no início caracteriza um ponto de partida essencial para uma pequena empresa, pois uma pesquisa de mercado tem como um dos principais objetivos gerar dados referentes a possíveis consumidores, que possibilitaram traçar o melhor plano de ação.

Porém, não só no início de um negócio se deve realizar uma pesquisa de marketing, e sim, sempre que necessário, pois o mercado muda constantemente e estar sempre atualizado da demanda e concorrência é imprescindível para o sucesso de um empreendimento.

Segundo Rodrigues (2015, p. 12):

Um dos principais objetivos do marketing é identificar as necessidades dos clientes com o propósito de satisfazê-las. Para fazer isso, o gerente precisa obter informações sobre os clientes, os concorrentes, tendências do mercado etc. Nos últimos anos, com o acirramento da competição entre as empresas em escala global, as informações de mercado têm se tornado ainda mais valiosas.

A tarefa da pesquisa de mercado é avaliar as informações necessárias e fornecer à gerência informações relevantes, precisas, confiáveis, válidas e atuais que sejam capazes de auxiliar na tomada de decisão.

Como citado acima, a pesquisa de marketing tem como tarefa analisar os

dados coletados e fornecer para o gestor informações confiáveis, as quais o mesmo poderá se basear para planejamentos futuros e até mesmo ações imediatas.

Iniciar um negócio sem saber qual seu público-alvo, quais os desejos, necessidades e concorrência, é como dar um “tiro no escuro”, por isso a necessidade e importância de se realizar uma pesquisa de marketing.

### **2.3 Padarias: Microempresas no Comércio Alimentício**

As panificadoras pertencem a um mercado fundamental para o cotidiano dos cidadãos, não apenas pela satisfação de suas necessidades alimentícias como também o movimento econômico da sociedade. Apesar da importância econômica do setor, uma realidade comum a muitos destes empreendimentos são as extensas jornadas de trabalho (superiores à 12 horas) combinadas ao curto tempo de descanso (DA SILVA, 2011). Assim sendo, é possível inferir a respeito das adversidades vivenciadas pelos microempreendedores deste tipo de negócio, uma vez que não possuem mão de obra pela falta de recursos e assim executam todas as atividades envolvidas de forma centralizada.

Para que se mantenham competitivas, sinaliza-se a importância do cuidado primordial para com a qualidade dos seus procedimentos de produção. Miranda (1994, p. 5) expõe que as organizações precisam gerar produtos e serviços em condições de satisfazer as demandas dos usuários finais – consumidores sob todos os aspectos.

Vale ressaltar, entretanto, que empresas de panificação de menor porte apresentam desafios e questões peculiares que dificultam a aplicação das propostas convencionais constantes da literatura sobre gestão, que, em geral, são desenvolvidas para a realidade das grandes empresas, incluindo aquelas relacionadas à padronização de processos (ALVES FILHO et al., 2011).

Através do que é exposto, percebe-se que padarias caracterizadas como microempresas estão propensas ao enfrentamento de dificuldades gerenciais o de seus processos internos.

Elas, de uma forma geral, são mais centralizadas, possuem estrutura organizacional simples, têm menor controle e defesa sobre ações provenientes do ambiente externo e tendem a personalizar a gestão na pessoa de seu proprietário, que normalmente centraliza o poder de decisão e prefere ser guiado pela sua experiência e intuição ao invés de utilizar o ferramental teórico-prático disponível na literatura sobre administração (LEONE, 1999).

Portanto, no caso das padarias ainda que na condição de microempresas, infere-se acerca da padronização de processos como sendo um fator de qualidade essencial para o desenvolvimento do empreendimento. Logo, a padronização visa garantir a execução dos processos sempre da mesma maneira com a finalidade

de se obter maior previsibilidade dos resultados (BASTOS; TURRIONI; SANCHES, 2003; MARTINS; ZVIRTES; MARTINS, 2008). Um sistema de padronização cria e controla padrões de desempenho e de procedimentos, o que geralmente acontece com a instituição de um eficaz sistema de informações para dar suporte à execução, controle e melhoria das operações (LUCENA; ARAUJO; SOUTO, 2006).

É perceptível através do exposto que as panificadoras enquanto microempresas, que almejam manterem-se competitivas no mercado onde fazem-se presentes precisam demonstrar uma preocupação constante com a qualidade de seus processos produtivos e gerenciais. De mesmo modo firma-se entendimento de que tal tarefa não é simples e nem descomplicada para os microempreendedores deste tipo de negócio.

## **2.4 Mix de produtos ofertados em padarias**

Na atualidade sabe-se o quanto é competitivo o mercado de trabalho para micro e pequenas empresas, no entanto, é preciso ter um bom plano de negócio, fazer eventualmente pesquisas de mercado e satisfação, para se manter no mercado.

São diversos os mix de produtos, mas é importante saber quais produtos complementares além do pão os clientes estão interessados em comprar e que não podem faltar nas gôndolas, freezers e refrigeradores da padaria, os produtos tradicionais essenciais na hora de um cliente finalizar sua compra, de acordo com o Sebrae os produtos mais vendidos são: “Frios, Gelados, bebidas, Laticínios, confeitaria, produtos de primeira necessidade, pães e doces.”

Porém é de extrema importância pesquisar antes de definir quais produtos os consumidores estão dispostos a comprar. Segundo o Sebrae “Pesquisa é um processo de análise do público alvo e um estudo detalhado da região onde será montada a padaria, o objetivo é conhecer seus futuros clientes, para conhecer os produtos que eles necessitam e gostam de consumir.” E as empresas que não fazem pesquisa de mercado tem grande chance de perder pra concorrência, desta forma é importante saber sobre seus concorrentes.

## **2.5 O Papel da Concorrência e o Mercado**

A competição pelo mercado é uma realidade para todos os tipos de empresas existentes, compreende-se tal fenômeno como sendo natural. Balestrin (2007) afirma que as grandes ou pequenas empresas, passam por um processo de competição, devido ao próprio processo de globalização da economia que se apresenta como, real e constante. Dutra (2001) explica que na sociedade atual a globalização exige que as empresas sejam mais competitivas, buscando soluções eficientes para os novos desafios.

O marketing possui capacidade de ação significativa na disputa pelo mercado,

isso é comprovado nas palavras de Kotler (2009), o marketing tem a função de atrair novos clientes e manter o rol de clientes sempre renovado, já que, é natural que muitos dos clientes costumeiros da empresa, passem também a adquirir produtos da concorrência. Dutra (2001) também entende que o marketing é essencial para a conquista de mercado: É a base de um sistema, cujo objetivo é determinar quais maneiras de atender as necessidades ou vontades que o cliente tem, e que devem ser atendidas em conformidade com a visão empresarial de cada instituição visando a conquista de mercados.

As empresas precisam estar atentas às estratégias de seus concorrentes. Souki (2006), monitorar os passos da concorrência é importante no sentido de planejar estratégias capazes de anular as vantagens competitivas impostas pela concorrência.

Cada empresa tem uma forma de concorrer com as demais no mercado, e a forma como essa concorrência vai se delimitar vai depender em muito de alguns fatores como: o tamanho e as perspectivas do mercado, a estrutura de cada empresa, a visão e os objetivos a serem alcançados, o planejamento estratégico de cada uma e por consequência os valores que cada uma está disposta a gastar com seu departamento de marketing (LOPES, BITTENCOURT, ET.AL. 2012, P. 3).

É possível subentender o valor da descoberta de vantagens competitivas frente ao mercado que se encontra inserido, nesse sentido Aaker (2001), diz que a vantagem competitiva surge a partir de um diferencial que a empresa tem em relação às demais, que deve ser difícil de ser imitado. Tal diferencial não possui fórmula específica, uma forma de atendimento pode caracterizar o respectivo diferencial, afinal, Cobra (2000) explica que um cliente mal atendido é capaz de comentar com pelo menos mais dez pessoas esse mau atendimento.

### **3 | METODOLOGIA**

O presente artigo teve como ponto inicial a criação de um problema de pesquisa, o qual gerou objetivos para a realização do projeto, utilizou-se do método de pesquisa bibliográfica, como embasamento teórico.

Segundo Boccato (2006, p. 266),

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

Estabelecido o problema de pesquisa, desenvolveram-se questões estruturadas em forma de questionário, visando uma pesquisa exploratória com abordagem quantitativa, focadas em direcionar as preferências e interesses de cada consumidor local. Estas questões foram testadas ao serem aplicadas em dez pessoas, com a intenção de medir sua funcionalidade e adequar as mesmas.

Adequado o questionário, deu-se início a pesquisa direta (face to face) efetuada em dois dias, no primeiro dia com duzentas pessoas e no segundo com mais setenta pessoas, observado que o nível de confiabilidade foi de 90%. Essa pesquisa foi executada em dois bairros: Popular e Parque Marília da cidade de Bagé/RS. Diante do exposto, pretende-se descobrir a demanda e as necessidades das pessoas residentes nesses locais, no que se refere ao ramo de padarias.

Através dessas informações acredita-se tornar possível o auxílio a microempresa chamada “Vieira” que se inseriu no mercado em 2018 e encontra-se localizada em um dos bairros onde a pesquisa fora realizada. Após a realização da pesquisa de mercado, iniciou-se a etapa de tabulação e análises dos dados obtidos, na intenção de organizá-los em informações concretas e relevantes.

#### 4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Faz-se uso dos dados obtidos com os clientes locais na intenção de torná-los informações úteis para o microempreendimento da Padaria Vieira, que aqui é caracterizado como o objeto de estudo. Assim sendo, observa-se a demanda dos consumidores da região quanto ao seu interesse por produtos complementares que acrescentam a venda de pães, considera-se para análise apenas os produtos mais relevantes.

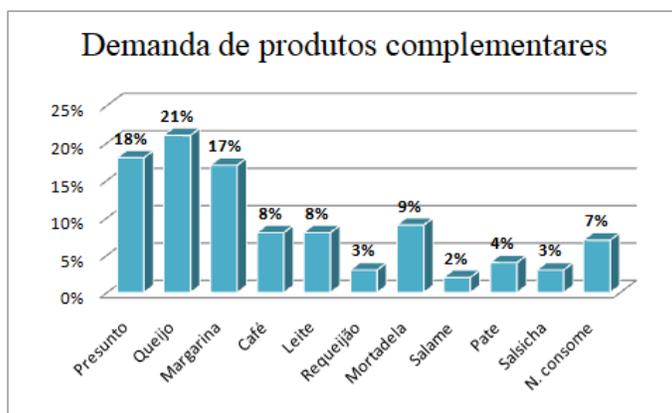


Gráfico 1: Demanda de Produtos Complementares

Fonte: Autores, 2018

Percebe-se que a preferência dos pesquisados quanto ao produto consumido junto ao pão se manifesta em sua maioria entre três mercadorias. Uma vez que 21% escolhe o queijo sempre que compra pão, enquanto outras partes ficam bastante próximas no que diz respeito ao produto consumido junto a compra principal, isto porque evidenciou-se que 18% dos consumidores locais preferem o presunto e 17% a margarina.

Sendo assim, firma-se entendimento de que nenhum destes três produtos identificados acima podem faltar em estoque a fim de que não se prejudique as vendas ou até mesmo comprometa o negócio a longo prazo. Borges et al (2010), vai de encontro com o que se sugere, pois afirma: “um bom gerenciamento de estoques ajuda na redução dos valores monetários envolvidos, de forma a mantê-los os mais baixos possíveis, mas dentro dos níveis de segurança e dos volumes para o atendimento da demanda.”

Ainda no que concerne a demanda por produtos complementares, percebeu-se que uma minoria de 9% dos consumidores locais costumam comprar mortadela junto ao pão e outra parte de 8%, o leite. Nesse sentido seria interessante também, manter em menor quantidade os referidos produtos armazenados para possíveis vendas eventuais. (PROVIN; SELLITTO, 2011) converge com que se afirma: “O estoque deve funcionar como elemento regulador do fluxo de materiais da empresa, isto é, como a velocidade com que chega à empresa é diferente da que sai, há necessidade de certa quantidade de materiais, que hora aumenta hora diminui amortecendo as variações .”

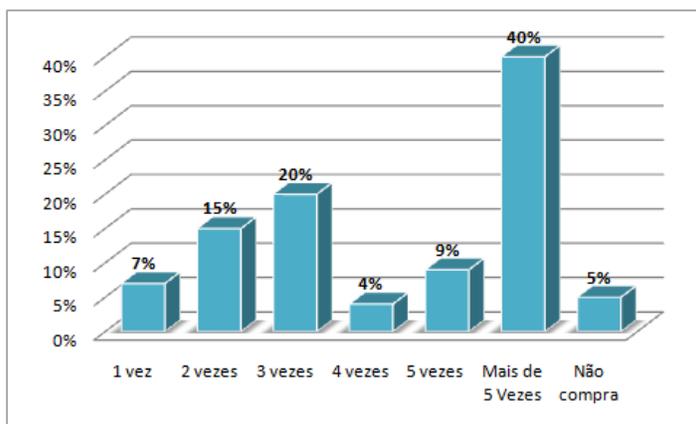


Gráfico 2: Frequência de Compra Semanal

Fonte: Autores, 2018

Em relação ao volume de compra semanal de pães dos consumidores locais, constatou-se superioridade de clientes que consomem pão mais de cinco vezes por semana, especificamente 40% dos pesquisados. O consumo do referido produto com a habitualidade de três vezes por semana obteve a percentagem de 20% e este número mostra-se semelhante quando comparado ao obtido no que tange ao consumo semanal de duas vezes, 15%

Com um número elevado de clientes na região que consomem o produto principal oferecido com considerável frequência semanal, evidencia-se o potencial do negócio isto porque, com base nos números obtidos percebe-se a demanda existente para o que se comercializa. Contemplando este cenário, leva-se em consideração a real importância de agradar e fidelizar os clientes existentes. A elaboração de uma análise SWOT<sup>1</sup> poderia abranger diversos pontos do atendimento ao cliente e mostrar como mantê-los ou melhorá-los.

(PIZZINATTO, 2005) expressa melhor o que deve ser feito: “Após a implementação do programa, é necessário o acompanhamento do retorno, não só financeiro, mas também do grau de fidelidade que estará sendo conquistado com a ação”. Diante disso, cita-se a regra 80-20 de Kotler (2000), que assegura que os melhores 20 por cento dos clientes da empresa são responsáveis por 80 por cento de seus lucros.

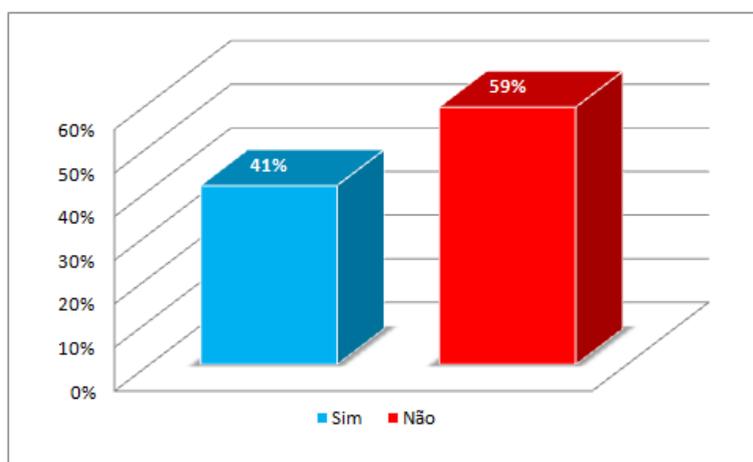


Gráfico 3 : Interesse em produtos integrais e sem glúten

Fonte: Autores, 2018

<sup>1</sup> Segundo Torres e Torres (2004, p. 28) “a função primordial da SWOT é possibilitar a escolha de uma estratégia adequada – para que se alcancem determinados objetivos – a partir de uma avaliação crítica dos ambientes internos e externos”.

Referente ao interesse em produtos integrais e sem glúten, não se teve tanta disparidade nos resultados obtidos, dentre os pesquisados 59% não tinham nenhum interesse em consumir estes tipos de produtos, e 41 % dos entrevistados relataram que tinham interesse em consumir ou até mesmo já consumiam produtos integrais e sem glúten.

Sendo assim, através do primeiro indicador demonstrado no Gráfico 3, torna-se evidente que existe interesse por parte do público no que se refere ao consumo saudável de produtos panificados. Então o investimento ainda que em pequena escala, nestes produtos faz-se interessante para o empreendimento porque percebe-se a existência de interesse do mercado local. (SILVA, 2016) sustenta o que se afirma e reitera: “Se uma empresa preza por bons resultados financeiros, não pode ignorar o comportamento de seu consumidor, os fatores que influenciam sua compra e a avaliação que faz após a experiência vivida com a empresa”.

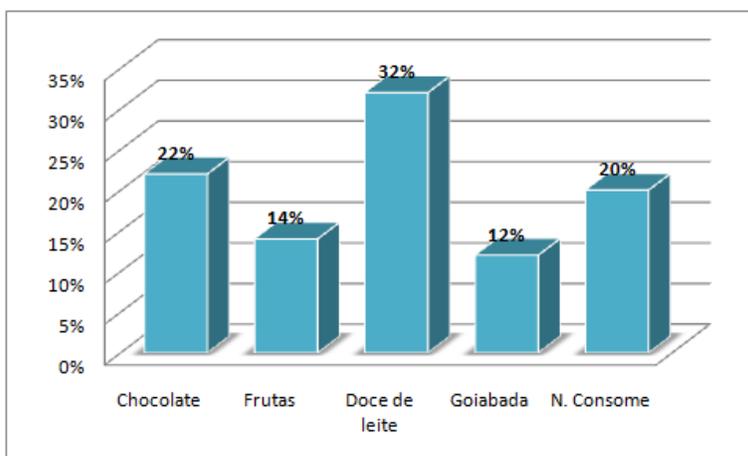


Gráfico 4 : Preferência por sabor

Fonte: Autores, 2018

Considerando a possibilidade de produção de cucas e bolos, questiona-se aos consumidores locais quanto a sua preferência de sabor, ou mesmo seu interesse de consumo sobre estes produtos. Neste sentido observa-se grande divergência quanto às preferências, uma vez que 32% dos pesquisados demonstram favoritismo ao Doce Leite, 22% afirmam a preferência do chocolate, e com indicadores de 12% e 14% relatam que frutas e doce de goiaba são seus sabores prediletos. Houve ainda um número considerável de consumidores (20%) que alegaram não consumir bolos e cucas em seu cotidiano.

No que concerne a produção dos produtos em questão, fica evidente a preferência diversa do público consumidor. Em virtude disso, acredita-se ser necessário ponderar quanto a viabilidade de produção levando em consideração a realidade financeira do negócio a fim de que não o comprometa. Ainda, supõe-se que uma estratégia bem elaborada de geração dos referidos produtos poderia resolver a situação. Visto que por exemplo, seria possível estabelecer dias da semana ou períodos específicos para a comercialização de determinados sabores de bolos e cucas e divulgar a existência de tais períodos para os clientes, fazendo com que saibam quando as características procuradas estariam disponíveis.

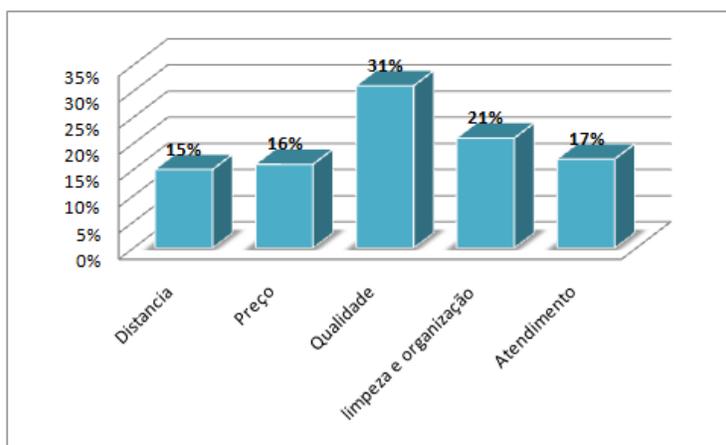


Gráfico 5 : Característica determinante da compra

Fonte: Autores, 2018

Quando questionados a respeito das características que determinam a compra em um estabelecimento, os pesquisados em sua maioria responderam que a qualidade do produto seria o fator determinante da compra, mais precisamente 31% dos entrevistados. Seguido da limpeza e organização do estabelecimento (21%), já preço e atendimento obtiveram indicadores muito próximos entre 16% e 17% e por último o fator da distância do local obteve 15% da consideração dos pesquisados.

É possível observar que o fator da qualidade do produto tem maior peso na hora de decidir em qual estabelecimento vai se consumir, mesmo que para o cliente isso signifique comprar em um local mais distante. (SAMARA E MORSCH, 2005, p. 34) converge com o exposto: “Ele considerará as vantagens e os benefícios de todos os meios de acesso para a obtenção do produto”. E complementa: “Uma decisão final é tomada para satisfazer uma necessidade, e essa decisão inclui a seleção do tipo de produto, a marca, a loja (ou a fonte) e a forma de pagamento.”

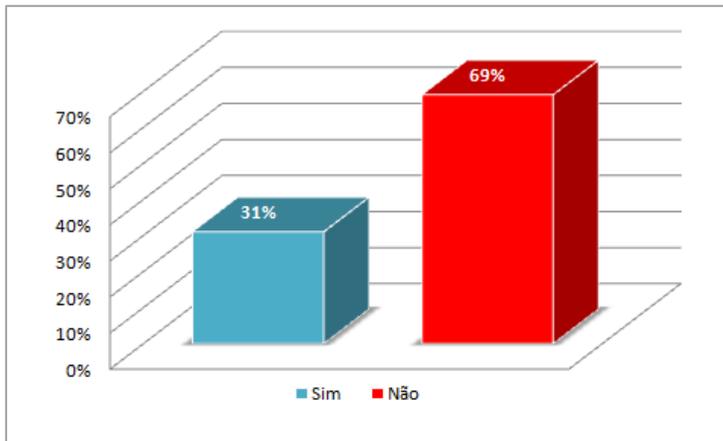


Gráfico 6: Conhecimento da marca

Fonte: Autores, 2018

No que concerne ao conhecimento da marca, 69% dos entrevistados afirmam não ter conhecimento sobre a mesma e apenas uma parte composta de 31% declara conhecer a empresa em questão. Levando em conta que os pesquisados residem nos bairros que cercam a padaria, torna-se evidente a extrema necessidade do microempreendedor investir mais em marketing e propaganda, uma vez que no ato da pesquisa foi experienciado que muitos clientes frequentam o estabelecimento, mas não conhecem a marca do mesmo. E por óbvio, como os números expostos no Gráfico 6 apontam, a grande maioria não sabe da existência da empresa.

Corrêa (2004) sustenta o argumentado, explanando acerca dos objetivos da propaganda: informar a existência de um novo produto, construir sua imagem, criar uma preferência pela marca – isto facilita a compra do produto e o alcance dos objetivos de vendas.

## 5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

Em suma, observando o contexto percebeu-se de forma empírica por meio do desenvolvimento da pesquisa que o público existente é composto de pessoas de meia idade. Ainda no que tange ao público estudado, notou-se com base na experiência da pesquisa que parte do público seria caracterizado como sendo de baixa classe média. Exposto o mercado onde a empresa está inserida, constata-se com base nas informações alcançadas os entendimentos obtidos.

Evidenciando a demanda considerável dos clientes com relação ao consumo de produtos complementares, firma-se entendimento da necessidade de melhoria no mix de produtos existente atualmente, pois acredita-se que tal medida potencializará as vendas realizadas. Também, expõe-se a necessidade de parte do público no que se refere a produtos considerados mais saudáveis, de origem integral e sem glúten. Diante disso, admite-se a importância de investir na produção destes itens para comercialização.

Observou-se que os consumidores locais primam muito pela qualidade dos produtos consumidos, mesmo que isso signifique, algumas vezes, pagar um valor mais elevado ou mesmo deslocar-se um pouco mais para efetivar a compra. Nesse sentido, propõe-se a empresa estudada que avalie de forma constante a qualidade do que é produzido.

No que diz respeito a marca da empresa, espanta-se com relação ao elevado número de consumidores locais que desconhecem a existência do negócio. Ainda, foi reparado através da experiência da pesquisa que parte dos clientes costumam consumir no estabelecimento porém não são capazes de diferir o nome do mesmo. Em virtude disso, atenta-se para a urgência de investimento em marketing e propaganda para o futuro da organização.

## REFERÊNCIAS

AAKER, David A. **Administração estratégica de mercado**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ABIP – **Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria**. Disponível em: <<http://www.abip.org.br/>> Acesso em 02 SET 2018.

ALVES FILHO, A. G et al. **Estratégia e prática de grandes e de pequenas empresas**. In: OLIVEIRA, V. F.; CAVEGHAGHI, V.; MÁSCULO, F. S. (Orgs). **Tópicos emergentes e desafios metodológicos em engenharia de produção: casos, experiências e proposição** (Vol. IV). Rio de Janeiro: ABEPRO, 2011.

BALESTRIN, Alsones. **Monitoramento do ambiente concorrencial pelas pequenas e médias empresas (PMEs)**. Disponível em: <<http://www.fiescnet.com.br/senai/conhecimento/arquivos/anais/DraKira/monitoramentoDoAmbiente-Alsones.pdf>>

BASTOS, R. M.; TURRIONI, J. B.; SANCHES, C. E. **A implementação da padronização participativa sob a ótica do TQC: estudo de caso na CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)**. In: **Encontro nacional de engenharia de produção**, 23., 2003, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto, 2003.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BORGES C. T.; CAMPOS S. M.; BORGES C. E. **Implantação de um sistema para o controle de estoques em uma gráfica/editora de uma universidade**. Revista Eletrônica Produção & Engenharia, v. 3, n. 1, p. 236-247, Jul./Dez. 2010.

CHURCHILL, PETER. Gilbert jr, J Paull. **Marketing criando valor para os clientes**. ed saraiva, 1ª ed. São Paulo, 2008

COBRA, Marcos; Ribeiro, Áurea. **Marketing: Magia e Sedução**. São Paulo: Cobra, 2000.

CORRÊA, R. **Planejamento de propaganda**. 9. ed. São Paulo: Global, 2004.

DA SILVA, Ana Cristina. **Mapeamento de riscos em uma padaria. Monografia do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Engenharia de Segurança do Trabalho**. UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Santa Rosa, 2011.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão por competência**. São Paulo: Ed. Gente, 2001

KARSAKLIAN, Eliane. **Comportamento do consumidor**. Ed. Atlas s.a, 2ªed, São Paulo, 2009.

KOTLER, Philip. **Marketing Para o Século XXI**. São Paulo: Ediouro, 2009.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 10 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LEONE N. M. **As especificações das pequenas e médias empresas**. Revista de Administração, p. 91-94, 1999. PMid:10668279.

LOPES, Murilo Caetano Alves. BITTENCOURT, Jairo Alano de. OLIVEIRA, José Maria. PEREIRA, Sebastião Eustáquio. CHAGAS, Paulo Cesar. **As Ações de Marketing: Monitorando a Concorrência no Comércio Varejista de Materiais de Construção**. IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012.

MARTINS, A. A.; ZVIRTES, L.; MARTINS, A. **Implantação do gerenciamento da rotina do dia-a-dia em uma microempresa de prestação de serviços do setor têxtil**. In: **Encontro nacional de engenharia de produção**, 28., 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2008.

MIRANDA, Roberto Lira. **Qualidade total: rompendo as barreiras entre a teoria e a prática**. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

MADY. Eliane Batista. **Pesquisa de Mercado**, Editora: InterSaberes 2014 - Curitiba.

PROVIN T. D.; SELLITTO A. M. V. **Política de Compra e Reposição de Estoques em uma Empresa de Pequeno Porte do Ramo Atacadista de Materiais de Construção Civil**. Revista Gestão Industrial. v. 07, n. 02: p. 187-200, 2011.

**Nacional**). In: **Encontro nacional de engenharia de produção**, 23., 2003, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto, 2003.

PIZZINATTO, K.N. **Marketing focado na cadeia de clientes**, Editora: Atlas S.A, 2005 - São Paulo.

RODRIGUES, Airton. **Pesquisa Mercadológica**, Editora: Pearson Education do Brasil, 2015- São Paulo.

SAMARA E MORSCH in SILVA, Luciana Nogueira da. **Decisão de compra do consumidor: um estudo sobre os fatores de maior influência**. XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão & III Inovarse, 2016.

SCHERMANN, Daniela. **Pesquisa de mercado o que é?** Site Opinion Box, Disponível em: <<https://blog.opinionbox.com/pesquisa-de-mercado-o-que-e/>> Acesso em: 10 SET 2018.

SEBRAE, Site sebrae, Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/pesquisa-de-mercado-o-que-e-e-para-que-serve,97589f857d545410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em: 10 SET 2018.

SEBRAE, Site sebrae, Disponível em: <<https://www.dallasequipamentos.com.br/blog/padaria/conheca-uma-lista-de-produtos-vendidos-em-padaria/>> Acesso em: 12 SET 2018.

SERRA, F.; TORRES, M. C. S. & TORRES, **A. P. Administração Estratégica**. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso Editores, 2004.

SILVA, Luciana Nogueira da. **Decisão de compra do consumidor: um estudo sobre os fatores de maior influência**. XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão & III Inovarse, 2016.

SOUKI, Omar. **As 7 chaves da fidelização do cliente**. São Paulo: Harbra, 2006.

## O CÂMBIO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU E SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE COMERCIAL LOCAL

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão: 07/07/2020*

### **Giselly Mayara Mesquita de Paiva**

Instituto Federal de Educação, Ciências e  
Tecnologia do Amazonas (IFAM-Campus  
Tabatinga)  
<http://lattes.cnpq.br/1213745055467048>

### **Nicolas Andretti de Souza Neves**

Instituto Federal de Educação, Ciências e  
Tecnologia do Amazonas (IFAM-Campus  
Tabatinga)  
Tabatinga-Amazonas-Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1830435033188744>

### **Ronaldo Cardoso da Silva**

Instituto Federal de Educação, Ciências e  
Tecnologia do Amazonas (IFAM-Campus  
Tabatinga)  
Tabatinga-Amazonas-Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/9656282390737780>

**RESUMO:** O presente artigo é resultado de um estudo realizado sobre o câmbio na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru e os seus reflexos sobre a atividade comercial local. Onde o objetivo desse estudo foi averiguar a variação cambial do Real em relação ao Peso Colombiano, ao Novo Sol e ao Dólar, praticado na tríplice fronteira, onde também tivemos como motivação para esse estudo, a constatação de que nessa região há uma carência de informações e pesquisa sobre o devido tema. A realização da mesma ocorreu através da coleta de dados junto aos agentes do

objeto de estudo, com questionários direcionados aos consumidores, comerciantes e especialistas da própria localidade, posteriormente, com a pesquisa finalizada foi elaborado a tabulação dos dados e a verificação que os efeitos do câmbio têm sobre a atividade comercial. Portanto, a finalidade desse estudo foi de suprir parte dessas lacunas, com isso, pôde-se perceber a necessidade do Regime Especial Fronteiriço de Tabatinga (Refront) e a população estarem mais presente nessas relações comerciais, para possibilitar que nenhum lado da fronteira seja desfavorecido nas relações comerciais existentes influenciadas pelo Câmbio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Câmbio. Comércio. Economia. Fronteira.

### **EXCHANGE IN THE TRIPLE BORDER BRAZIL-COLOMBIA-PERU AND ITS REFLECTIONS IN LOCAL COMMERCIAL ACTIVITY**

**ABSTRACT:** This article is the result of a study carried out on the exchange rate at the triple Brazil-Colombia-Peru border and its reflections on local commercial activity. Where the purpose of this study was to ascertain the exchange rate variation of the Real in relation to the Colombian Peso, the New Sol and the Dollar practiced on the triple frontier, where we also had as motivation for this study, the finding that in this region there is a lack of information and research on the subject. It was carried through the collection of data from the agents of the object of study, with questionnaires directed to consumers, traders and specialists from the locality. Afterwards, with the research

completed, the data tabulation and verification that the effects of the exchange rate on commercial activity. Therefore, the purpose of this study was to fill part of these gaps, with that, it was possible to perceive the need for the Special Border Regime of Tabatinga (Refront) to be more present in these commercial relations, to allow that no side of the border is disadvantaged in commercial relations, existing currencies influenced by the exchange.

**KEYWORDS:** Exchange. Trade. Economy. Border.

## 1 | INTRODUÇÃO

Nem todos sabem, mas as taxas de câmbio fazem parte do cotidiano da população, seja no Brasil ou no mundo como um todo. Como Mill (2017) afirma, dos produtos que compra, às férias que tira, o câmbio afeta muito daquilo que você faz. Trevizan (2018), fala que não é apenas quem tem viagem marcada para outro país ou compra produtos importados que sente os efeitos da variação do câmbio. Setores como os de alimentação e transporte são bastante afetados com as variações cambiais. Do preço do “pão nosso de cada dia” ao da gasolina, “os impactos econômicos são bastante perceptíveis em alguns casos. No caso do pãozinho, por exemplo, a maior parte do trigo utilizado no País é importada” (TERRA, 2012).

Em relação à gasolina, o Brasil ainda importa combustível, afetando diretamente no aumento do custo dos transportes rodoviários, além de realizar reajustes nas refinarias de acordo com o preço do barril de petróleo no mercado mundial. De acordo com Trevizan (2018), isso acontece porque, mesmo que um produto seja fabricado no Brasil, ele pode ter componentes importados – e, se o preço desses insumos subir, pode ser repassado para o valor final.

Há lugares e profissões em que a cotação do câmbio é de grande interesse para as pessoas que trabalham e “vivem” dele. A cotação é verificada diariamente, pois muitas operações comerciais internacionais (comércio entre países), para que ocorram ou não, dependem da variação cambial e do preço que se compra um determinado produto em uma moeda estrangeira. Como exemplo temos as Bolsas de Valores e o comércio de fronteira.

É comum nas áreas de fronteira brasileiras com outros países observar os cambistas (pessoas que trocam moedas) realizando a conversão de moeda estrangeira em moeda local e vice-versa. Esses personagens têm seu grau de importância nessas áreas de fronteira e são “comerciantes do câmbio”, pois trabalham comprando e vendendo moedas, tanto no Câmbio oficial quanto no Câmbio Negro ou Paralelo. Para Torreilha (2013), “a linha de fronteira é o local que concentra e irradia as atividades comerciais e de serviços. E Schäfer (1993) apud Coelho e Reis (2011) corrobora dizendo que é o comércio, a atividade mais sensível à influência da fronteira. As diferenças de câmbio produzem tradicional e

alternadamente, crescimento e recessão.

Na região da tríplice fronteira em que estão localizadas as cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru), é muito comum ver bancas de cambistas realizando as operações de câmbio entre brasileiros, colombianos, peruanos e demais estrangeiros residentes ou de passagem pela região. Esses cambistas se concentram na cidade colombiana e fazem dessa atividade o seu “ganha pão”, pois praticam o câmbio paralelo onde se observa um lucro evidente, uma vez que a diferença para o câmbio oficial é demasiada.

As relações entre as cidades de Tabatinga e Leticia são intensas. Não se limitam ao comércio, embora este seja evidente, são cidades que muitas vezes se confundem como sendo únicas. O limite de fronteira é notório pelos marcos e pela presença das bandeiras que identificam as entradas dos dois países, mas como observa a geógrafa Lia Osório Machado (2000), a fronteira é dinâmica e designa uma frente de expansão ou uma zona de inter-relações entre os diferentes meios. Ela pertence ao domínio dos povos.

O presente artigo é resultado da pesquisa realizada na Tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, que teve como objetivo geral verificar a variação cambial do Real em relação ao Peso colombiano, ao Novo Sol e ao Dólar praticada na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru. E como objetivos específicos: acompanhar no período de um ano a variação cambial praticada pelos cambistas na cidade de Letícia-CO; comparar a variação do câmbio paralelo praticada pelos cambistas na fronteira com o Brasil-Colômbia e câmbio oficial praticado pelo Banco Central do Brasil; e verificar os reflexos que o câmbio causa nas relações comerciais entre os países da tríplice fronteira.

Como metodologia aplicada utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, para fundamentar o referencial teórico da pesquisa e para mostrar as fontes oficiais do mercado de câmbio praticado pelas instituições econômicas autorizadas. E a pesquisa de campo para a coleta de dados junto aos agentes do objeto de estudo, como observam Beltrame (2012) apud Marconi e Lakatos (2009), “aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno”. Pois, é a “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno que dispõe de elementos para explicá-lo (VERGARA, 2005). Com isso, foram realizadas consultas de preço das moedas comercializadas na fronteira, junto às casas de câmbio (ou bancas de cambistas), com o intuito de acompanhar a variação cambial durante o período do desenvolvimento da pesquisa. Foi escolhida uma amostra representativa das bancas de cambistas, “suficiente para produzir resultados idênticos caso fosse utilizado com o conjunto da população” (FIGUEREDO; SOUZA, 2006).

Também foi utilizado questionários estruturados com perguntas relacionadas

aos consumidores brasileiros, colombianos e peruanos com o intuito de verificar os efeitos que o câmbio tem sobre a atividade comercial na fronteira e sobre o nível de satisfação dos mesmos. O questionário foi composto “[...] por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 2010). Os dados obtidos na pesquisa foram tabulados com auxílio do programa Microsoft Excel®, assim como a elaboração dos gráficos que pretendem mostrar e comparar a variação do câmbio paralelo (negro) e oficial.

Com isso, o presente Artigo está dividido em Introdução. Em seguida é apresentado o que é Câmbio, onde buscou-se explicar a definição e a influência na economia. Posteriormente é apresentado o contexto do câmbio na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, abordando o cotidiano do comércio fronteiriço. Dando continuidade, é apresentado os Resultados e Discussões da pesquisa, onde é possível verificar que os objetivos foram alcançados. E, por fim, a Conclusão do que os autores em relação ao que foi pesquisado.

## **2 | CÂMBIO: O QUE É O CÂMBIO**

Mas, se nem todos sabem que as taxas de câmbio afetam nosso cotidiano, será que saberiam definir o que é Taxa de Câmbio ou, simplesmente, Câmbio? Segundo Mill (2017), a taxa de câmbio não é nada mais do que o preço atual de uma moeda em termos de outra moeda.

Vasconcellos e Garcia (2008), conceituam câmbio como a medida de conversão da moeda nacional em moeda de outros países. Também dizem, que a taxa de câmbio pode ser definida como o preço da moeda estrangeira (divisa) em termos da moeda nacional.

Trevisan (2018), define câmbio como sendo o preço da moeda como mercadoria. Indica quantos Reais são necessários para comprar uma unidade de uma moeda estrangeira, o dólar, por exemplo.

Para Rossi (2016), a variação na taxa de câmbio é, portanto, a variação do preço de uma moeda medida em relação a outra moeda e, conseqüentemente, é a variação de toda uma estrutura de preços relativos que tem impacto nos ganhos de setores econômicos e classes sociais

Sandroni conceituou câmbio, no Novo Dicionário de Economia, como:

Operação financeira que consiste vender, trocar ou comprar valores em moedas de outros países ou papéis que representam moedas de outros países. O câmbio não possui apenas o valor teórico de determinar preços comparativos entre moedas, mas a função básica de exprimir a relação efetiva de trocas entre diferentes países – a

troca de moedas é a consequência das transações comerciais entre países (SANDRONI, 1994, p.37).

Por fim, Montella (2005), define que taxa de câmbio é o preço da “mercadoria” moeda estrangeira (ou divisa). E que divisas são moedas estrangeiras, em geral. Assim, se dois países possuem moedas diferentes e realizam transações comerciais entre si, é necessário descobrir uma proporção de valor entre elas.

A taxa de câmbio é fundamental para o desenvolvimento da economia de qualquer país no comércio internacional. Ela afeta diretamente a compra de produtos estrangeiros (importação) e a venda de produtos nacionais (exportação) e o resultado do que entra no país e o que sai do país em forma de mercadorias e divisas, atinge diretamente a Balança Comercial do mesmo. Isso mostra que a variação cambial influencia também o próprio crescimento dos negócios de uma nação.

Segundo Vasconcelos e Garcia (2008), “a determinação da taxa de câmbio pode ocorrer de dois modos: institucionalmente, pela decisão das autoridades econômicas com a fixação periódica das taxas” (câmbio fixo). E pelo “funcionamento do mercado, no qual as taxas flutuam automaticamente em decorrência das pressões de oferta e demanda de divisas estrangeiras” (câmbio flutuante). Afirmando ainda que:

A demanda de divisas é constituída pelos importadores que precisam delas para pagar suas compras no exterior, uma vez que a moeda nacional não é aceita fora do país, e também pela saída de capitais financeiros, pagamentos de juros, remessas de lucros, saída de turistas. A oferta de divisas é realizada tanto pelos exportadores, que recebem moeda estrangeira em contrapartida a suas vendas, como pela entrada de capitais financeiros internacionais, turistas, etc. Como a divisa não pode ser utilizada internamente, precisa ser convertida em moeda nacional (VASCONCELOS; GARCIA, 2008, p.202).

Outro fator que impacta a variação cambial é a estabilidade econômica. Esta, segundo o professor Cláudio Carvajal, da FIAP, “gera credibilidade, e isso valoriza a moeda daquele país em relação a outras moedas. E o contrário também é verdadeiro: instabilidade afeta a percepção do investidor e acaba impactando numa desvalorização da moeda daquele país” (G1.COM, 2018).

As taxas de câmbio são determinadas no Mercado de Câmbio e isso ocorre a nível mundial. No Brasil este mercado é regulamentado e fiscalizado pelo Banco Central e compreende:

[...] as operações de compra e de venda de moeda estrangeira, as operações em moeda nacional entre residentes, domiciliados ou com sede no País e residentes, domiciliados ou com sede no exterior e as operações com ouro-instrumento cambial, realizadas por intermédio das instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio pelo Banco Central, diretamente ou por meio de seus correspondentes.

Incluem-se no mercado de câmbio brasileiro as operações relativas aos recebimentos, pagamentos e transferências do e para o exterior mediante a utilização de cartões de uso internacional, bem como as operações referentes às transferências financeiras postais internacionais, inclusive vales postais e reembolsos postais internacionais (BANCO CENTRAL, 2018).

Fora do Mercado de Câmbio Oficial ou popularmente chamado de Câmbio Oficial, existe o Câmbio Paralelo ou Câmbio Negro que, segundo o Banco Central, está à margem da lei sendo ilegais os negócios realizados no mercado paralelo, bem como a posse de moeda estrangeira oriunda de atividades ilícitas. Sandroni (1994) define Câmbio Negro como a compra e venda ilegais de moedas estrangeiras, acima das taxas oficiais, com o objetivo de lucro.

Assim, definimos o Câmbio como um termo utilizado para expressar relações de troca ou venda entre moedas de diferentes países, não possuindo apenas o valor teórico, mas, também tendo como função exprimir a relação efetiva de trocas e relações comerciais. E, com relação aos tipos de regimes cambiais, existem diversos, sendo eles: câmbio manual, câmbio múltiplo, câmbio oficial e o câmbio paralelo ou negro. Sendo o Câmbio Oficial aquele que é fixado pelas autoridades monetárias devido ao conjunto de taxas de conversão de divisas em relação à moeda nacional, geralmente se utilizando o dólar como a moeda oficial para essa conversão.

### 3 I CÂMBIO NA TRIPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU

A Tríplice Fronteira Brasil-Colômbia-Peru é constituída pelas cidades de Tabatinga, no Estado do Amazonas brasileiro; por Letícia, no Departamento do Amazonas colombiano; e por Santa Rosa, que é um Núcleo Populacional peruano, do Departamento de Loreto. Na Figura 1 é possível verificar a localização geográfica e a identificação da Tríplice Fronteira e os três países.



Figura 1: Carta geográfica da fronteira do Alto Solimões entre Brasil, Peru e Colômbia (1940).

Fonte: Biblioteca Digital – Biblioteca Nacional do Brasil, 2018.

A Figura 2 mostra a localização geográfica de Santa Rosa, Letícia e Tabatinga, esta última, onde se encontra o Instituto Federal do Amazonas-Campus Tabatinga, local que os autores realizaram a construção do texto e o tratamento dos dados da pesquisa, do PIBICJr. 2018/2019.

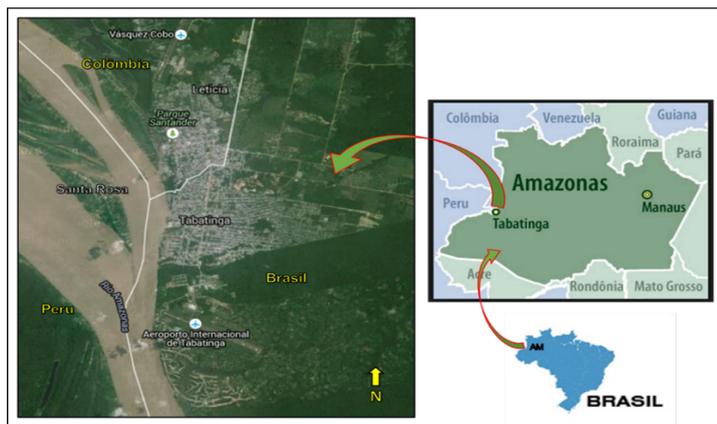


Figura 2: Localização do município de Tabatinga na Tríplice Fronteira Brasil-Colômbia-Peru.

Fonte: Figura adaptada com imagens do Google em dissertação do PPGEA-UFRRJ, 2016.

Numa região fronteiriça em que normalmente fala-se do controle do trânsito, de mercadorias e pessoas, é importante lembrar que a moeda é antes de tudo, a principal mercadoria e que para o comerciante fronteiriço, o cidadão, antes da nacionalidade, é visto como consumidor. No comércio fronteiriço entre Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru) os brasileiros demandam produtos eletroeletrônicos, combustíveis, produtos de perfumaria e alimentação em restaurantes. Enquanto os colombianos demandam materiais de construção, produtos alimentícios da cesta básica, itens de higiene, de limpeza e bebidas. E os peruanos ofertam produtos de origem agrícola, produtos industrializados, como os plásticos e descartáveis. Dessa forma observa-se que cada cidade tende a necessitar da outra, para a realização das compras no seu cotidiano. Rossi (2016), fala que, no que se refere à competitividade, o movimento da taxa de câmbio tem efeito análogo a uma combinação de políticas tarifárias, por exemplo, uma desvalorização cambial equivale a um aumento das tarifas de importação somado à redução das tarifas de exportação.

É imprescindível, também, constatar que a cidade colombiana detém o maior percentual de Casas de Câmbio e os mais “fortes” cambistas (pessoas que compram e vendem moedas) da Tríplice Fronteira. Ao mesmo tempo o governo não interfere

sobre a legislação de casas de câmbio, nem na “flutuação” do preço das moedas. Esses comerciantes de moedas, conhecendo o mercado de câmbio, alteram as taxas de câmbio de acordo com as perspectivas de mercado, por exemplo a “safra do pescado”, quando grande quantidade de pescadores brasileiros, ao venderem sua produção em Pesos Colombianos, procuram os cambistas para trocar o dinheiro. A regra é desvalorizar a moeda brasileira não só neste período, como também nos dias de pagamento do funcionalismo público no Brasil, ou nas proximidades das festas natalinas. A Figura 3 é possível visualizar algumas casas de câmbio localizadas na linha de fronteira entre Brasil-Colômbia.



Figura 3: Casas de Câmbio (identificadas na cor laranja) na fronteira Brasil-Colômbia.

Fonte: PAIVA, Giselly, 2019.

Segundo alguns relatos de comerciantes brasileiros, este câmbio “solto”, sob controle dos colombianos termina por “sucatear o comércio de Tabatinga”. Porém, sendo fronteira, há também cambistas brasileiros e peruanos trabalhando com esta mercadoria especial. Com relação às finanças, é importante considerar que as taxas de juros no comércio colombiano são bem inferiores aquelas praticadas no Brasil, o que torna muito mais atraente a compra a crédito naquele lado da fronteira, mesmo com a diferença de câmbio.

#### 4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A variação cambial entre as moedas do Brasil (Real), da Colômbia (Peso Colombiano) e do Peru (Novo Sol), intensificou muito nos últimos anos. Essa variação fez com que o Real se desvalorizasse em relação às outras duas moedas, trazendo um reflexo imediato nas relações comerciais da tríplice fronteira, Brasil-Colômbia-Peru. O Real também teve desvalorização frente ao Dólar. No ano de 2018, segundo

dados do Banco Central, o dólar subiu 16,94% no acumulado dos doze meses do ano, tendo fechado o último pregão de dezembro/2018, cotado a R\$ 3,8750 para compra e a R\$ 3,8757 para venda. Durante os onze meses pesquisados foi possível verificar a variação cambial, como se observar nas Figuras 4 e 5.

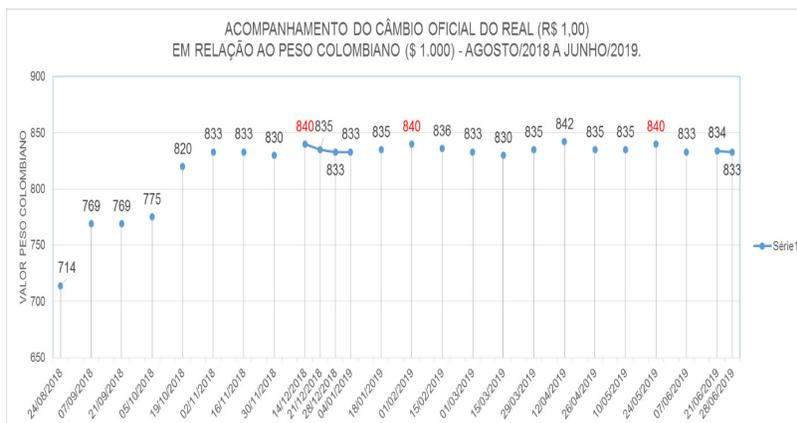


Figura 4: Acompanhamento do câmbio oficial do REAL (R\$ 1,00) em relação ao PESO COLOMBIANO (\$ 1.000) - AGOSTO/2018 A JUNHO/2019.

Fonte: PAIVA, Giselly, 2019.

Nos gráficos acima são apresentados os acompanhamentos realizados no período de um ano. Na Figura 4, pode ser observado que nas datas referentes aos dias 05/10 e 19/10/2018, ocorreu o primeiro aumento do câmbio tendo como referência a nova aposta presidencial, constatando que o mercado de câmbio está sujeito às especulações políticas e aos investimentos na bolsa de valores. Posteriormente, as outras datas em destaque são significativas como, final de ano, primeira semana do ano, início das aulas, transição de um mês para o outro, dentre outras, assim observando que o câmbio passa a ficar vulnerável, devido ao grande fluxo de pessoas de ambos os lados da fronteira realizando suas compras.



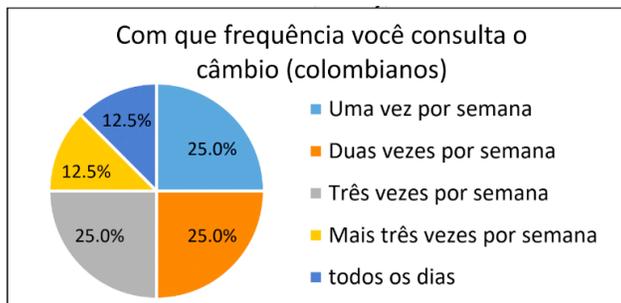


Figura 6: Com que frequência você consulta o câmbio (colombianos).

Fonte: PAIVA, Giselly, 2019.

Com os dados observados é curioso o fato de os brasileiros estarem mais atentos com as variações do fluxo do comércio que conseqüentemente os leva a quererem estar sempre mais informados a respeito do valor da sua moeda, como é possível observar na Figura 6.

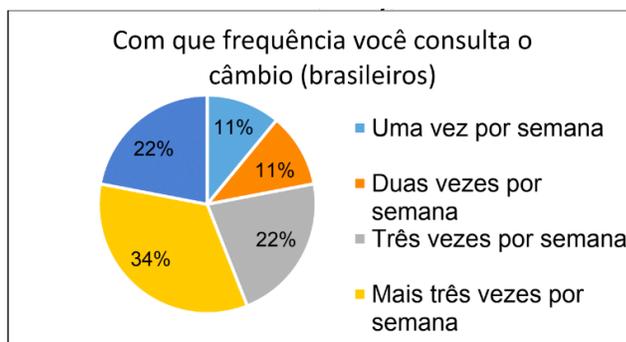


Figura 7: Com que frequência você consulta o câmbio (brasileiros).

Fonte: PAIVA, Giselly, 2019.

As consultas mais numerosas dos colombianos estão igualladas entre uma, duas ou três vezes por semana, ao contrário dos brasileiros, Figura 7, que suas consultadas cambiais passam a ser de mais de três vezes por semana.

A Pesquisa também perguntou tanto a brasileiros quanto aos vizinhos colombianos se ambos escolhem o local de suas compras levando em consideração a taxa de câmbio. E 80% dos brasileiros responderam que levam em consideração a taxa de câmbio praticada pelo estabelecimento comercial, enquanto somente 20% disseram não atentar para o câmbio. Já 70% dos colombianos levam em

consideração a taxa de câmbio contra 30% que não levam em consideração as taxas de câmbio praticadas nas lojas.

A pesquisa procurou ouvir alguns especialistas em câmbio (acadêmicos e empresários), dada a experiência em entenderem e trabalharem no ramo desta atividade, o que foi de grande proveito para realizar as interpretações do projeto sobre o câmbio. Relatos de um dos profissionais, foi possível perceber que as relações tendem a ser desfavoráveis para o Brasil, *“pois a diversidade de produtos; a injeção de recursos do estado e a forma de serviços da Colômbia, fazem com que a moeda brasileira saia do território nacional”*.

Outro relato, de um especialista no tema é *“de que o fato de os moradores de Letícia comprarem, principalmente, produtos da cesta básica e os brasileiros comprarem bens de consumo duráveis, estes têm a maior necessidade de trocar Real por Peso, o que acaba valorizando a moeda estrangeira em relação à nossa”*.

Dentre os relatos colhidos é possível verificar algo muito comum: a vantagem comparativa nas relações comerciais entre Tabatinga (BR) e Letícia (CO), é dos colombianos, haja vista o tipo de bem que a cidade vizinha comercializa em maior quantidade com os brasileiros. Enquanto o comércio realizado com Santa Rosa (PE), fica mais “igual” tendo um certo equilíbrio com a moeda peruana.

## 5 | CONCLUSÃO

Os resultados encontrados no presente estudo constataram que, embora tenham acordos e leis com o Regime Especial Fronteiriço de Tabatinga (REFRONT), para beneficiar os dois lados, o Brasil tem sempre sua moeda desvalorizada, inclusive pelo câmbio flutuante. Segundo a Receita Federal da Brasil (RFB), o REFRONT destina-se a estabelecer procedimentos aduaneiros relativos à importação e à exportação. A RFB fala ainda, que o acordo mencionado criou isenções tributárias para as importações realizadas por pessoas físicas e jurídicas na área abrangida entre - Tabatinga-AM, no Brasil, e Letícia, na Colômbia - e garantiu-lhes procedimentos simplificados nas exportações e nas importações, respeitadas limitações e condições previstas no próprio acordo e outras a critério das autoridades dos Estados partes.

A pesquisa alcançou todos os objetivos propostos, comprovando que no período de um ano, a variação cambial que ocorre na fronteira Brasil-Colômbia-Peru não está diferente das variações que ocorrem no câmbio oficial, embora ocorra a incidência de um âgil, por se tratar de câmbio paralelo, mas com as bases para os preços estipulados com referência das moedas oficiais. Ressalta-se que, os reflexos que essas variações trazem para as relações comerciais estão diretamente ligados aos fatores de produção, consumo e distribuição de mercadorias, que ocorrem com

grande fluxo nas áreas desta tríplice fronteira.

Observou-se que um dos motivos da desvalorização cambial do Real em relação ao Peso Colombiano e, ainda, ao Novo Sol peruano, além da influência dos que vem ocorrendo na economia mundial, na política brasileira com a mudança no governo, é que os estabelecimentos comerciais, tanto de venda de bens quanto de prestação de serviços, recebem as moedas estrangeiras sem restrição. O que não ocorre nos países vizinhos, que em muitos estabelecimentos comerciais somente a moeda nacional é aceita. Isso leva a uma procura destas moedas por parte dos brasileiros, fazendo com que a demanda eleve o preço dessa mercadoria, valorizando a moeda colombiana e peruana.

Assim, este trabalho possibilitou entender como o câmbio incide diretamente na economia de um país e, conseqüentemente, na economia das famílias e empresas, onde uma das partes mais afetadas vem ser nas relações comerciais, principalmente quando se trata de uma área de fronteira. Com isso, pôde-se perceber a necessidade das instituições fiscalizadoras e a própria população estarem mais atentas nessas relações comerciais, para possibilitar que nenhum lado da fronteira saia perdendo nas relações econômicas-comerciais.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. RESOLUÇÃO 3.568. **Dispõe sobre o mercado de câmbio e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/rex/resolucoesce/port/resolucao3568.asp?frame=1>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BELTRAME, Thiago Favarini et al. **O uso das técnicas da gestão ambiental e os resíduos hospitalares em uma instituição do terceiro setor: uma pesquisa exploratória na região central do RS. Anais do Simpósio Brasileiro de Gestão Ambiental**, Goiânia, GO, Brasil. Recuperado em, v. 14, 2012.

BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. **Carta geográfica da fronteira do Alto Solimões entre Brasil, Perú e Colômbia (1940).** Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/46785>. Acesso em: 20 JUN. 2018.

DE BARROS COELHO, Karla Nunes; DA LUZ REIS, Antônio Tarcísio. **Espaços urbanos em cidades de Fronteira: Lógica Espacial X Lógica Legal.** Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/issue/view/2> Acesso em: 27 mai. 2019.

MILL, Alfred. **Tudo o que você precisa saber sobre economia.** São Paulo: Best Seller, 1994.

MONTELLA, Maura. **Decifrando o economês: 300 perguntas e respostas.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

RECEITA FEDERAL. **Receita Federal divulga regras do Refront**, 16 de mar. de 2018. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2018/marco/receita-federal-divulga-regras-do-refront>. Acesso em: 27 mai. 2019.

ROSSI, Pedro. **Taxa de câmbio e política cambial no Brasil: teoria, institucionalidade, papel da arbitragem e da especulação.** Rio de Janeiro: FVG Editora, 2016.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia.** 1. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** 13. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. GARCIA, Manuel Henriquez. **Fundamentos de Economia.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

QuickBooks. **Taxa de câmbio: veja como ela pode influenciar seu negócio.**, 2018. Disponível em: <https://quickbooks.intuit.com/br/blog/empreendedorismo/taxa-cambio-negocio/#:~:text=min%20de%20leitura-,A%20taxa%20de%20c%C3%A2mbio%20tem%20papel%20fundamental%20na%20economia%20de,econ%C3%B4mico%2C%20afetando%20as%20empresas%20nacionais>. Acesso em: 20 jun. 2018.

TERRA. **Veja como o câmbio incide no dia a dia.** Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/veja-como-o-cambio-incide-no-dia-a-dia,a108974bd476b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

TERRA BRASILIS. **História do pensamento geográfico no Brasil.** Elementos para a construção de um programa de pesquisa (Uma conversa com Lia Osório Machado). Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/295>. Acesso em: 20 jun. 2018.

TORRECILHA, Maria Lúcia. 2013 **A gestão compartilhada como espaço de integração na fronteira: Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai).** Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo/SP, 2013.

TREVIZAN, Karina. **Veja o que faz o dólar subir ou cair em relação ao real.** *G1.com*, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/educacao-financeira/noticia/veja-o-que-faz-o-dolar-subir-ou-cair-em-relacao-ao-real.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** Atlas, 2005.

# CAPÍTULO 19

## O EMPREGO DOMÉSTICO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO: O EMPODERAMENTO DAS MULHERES E A BUSCA DA IGUALDADE

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão: 21/07/2020*

### **Elaine Aparecida Fonsêca Tavares**

Universidade Federal de Uberlândia  
Ituiutaba – MG  
<http://lattes.cnpq.br/9238430982864057>

### **Maria Olímpia de Jesus Sousa**

Universidade Federal de Uberlândia  
Ituiutaba – MG  
<http://lattes.cnpq.br/6603285396480817>

### **Soraia Veloso Cintra**

Universidade Federal de Uberlândia  
Ituiutaba – MG  
<http://lattes.cnpq.br/4265545261433608>

### **Luciene da Silva Pereira**

Universidade Federal de Uberlândia  
Ituiutaba – MG  
<http://lattes.cnpq.br/1821753894065588>

**RESUMO:** O presente artigo apresenta reflexões sobre o projeto de extensão intitulado “O emprego doméstico e as relações de gênero no mundo do trabalho: o empoderamento das mulheres e a busca da igualdade”, desenvolvido pela Universidade Federal de Uberlândia, campus de Ituiutaba (MG) no ano de 2018. Seu objetivo foi atender mulheres trabalhadoras domésticas do referido município, que estivessem atuando com ou sem carteira assinada, visando a articulação em três pontos: educação, direito e igualdade. A proposta compreendeu duas

áreas temáticas do antigo Plano Nacional de Política para mulheres: “Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica” e “Educação para igualdade e cidadania” e foi desenvolvido em dois locais: uma associação de bairros e um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Levar informações às mulheres no que tange aos direitos como educação, mercado de trabalho, saúde, assistência social, igualdade, empoderamento, entre outros, foi o compromisso estabelecido pelo projeto. As mulheres foram selecionadas nesta proposta porque o emprego doméstico ainda é exercido por uma maioria feminina. Os referenciais teóricos mostram que aproximadamente 5,9 milhões de brasileiras estão no trabalho doméstico no Brasil e de acordo com dados do IPEA e do Ministério do Trabalho e Previdência, referente a 2004 e 2014, as mulheres são maioria no emprego doméstico e sofrem com o não cumprimento dos direitos constitucionais. Desde 2015, com a regulamentação da lei complementar 150/2015, conhecida como “PEC das Domésticas”, as trabalhadoras desta área têm direito a carteira de trabalho assinada, intervalo no almoço, recolhimento de FGTS, adicional noturno, além de férias e 13º salário. Direitos estes, nem sempre cumpridos pelos empregadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Emprego doméstico. Informação. Projeto.

## DOMESTIC EMPLOYMENT AND GENDER RELATIONS IN THE WORLD OF WORK: EMPOWERMENT OF WOMEN AND THE SEARCH FOR EQUALITY

**ABSTRACT:** This article presents reflections on the extension project entitled “Domestic employment and gender relations in the world of work: women’s empowerment and the search for equality”, developed by the Federal University of Uberlândia, campus of Ituiutaba (MG) in 2018. Its objective was to assist women domestic workers in that municipality, who were working with or without a formal contract, aiming at articulation in three points: education, law and equality. The proposal comprised two thematic areas of the old National Policy Plan for women: “Equality in the world of work and economic autonomy” and “Education for equality and citizenship” and was developed in two places: a neighborhood association and a Reference Center of Social Assistance (CRAS). Bringing information to women regarding rights such as education, the labor market, health, social assistance, equality, empowerment, among others, was the commitment established by the project. Women were selected in this proposal because domestic employment is still performed by a female majority. The theoretical references show that approximately 5.9 million Brazilians are in domestic work in Brazil and according to data from IPEA and the Ministry of Labor and Welfare, referring to 2004 and 2014, women are the majority in domestic employment and suffer from non-compliance with constitutional rights. Since 2015, with the regulation of the complementary law 150/2015, known as “PEC das Domésticas”, workers in this area are entitled to a signed work card, lunch break, FGTS payment, night allowance, in addition to vacation and 13th salary. These rights are not always fulfilled by employers.

**KEYWORDS:** Domestic employment. Information. Project.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo intitulado O emprego doméstico e as relações de gênero no mundo do trabalho: o empoderamento das mulheres e a busca da igualdade visa apresentar o desenvolvimento do projeto de extensão com a mesma denominação. O projeto foi beneficiado por edital interno da Universidade Federal de Uberlândia (MG), trabalhando na linha de extensão Educação profissional e nas áreas temáticas Trabalho e Educação. O referido projeto atendeu as duas áreas temáticas do antigo Plano Nacional de Políticas para Mulheres: “Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica” e “Educação para igualdade e cidadania”, pois as mulheres eram público prioritário, e foi desenvolvido em parceria com o CRAS Natal (Centro de Referência da Assistência Social – bairro Natal), da cidade de Ituiutaba (MG).

O projeto de extensão foi destinado às mulheres que estivessem atuando no emprego doméstico, com ou sem carteira assinada visando trabalhar com três pontos articulados: educação, direito e igualdade. As atividades foram pensadas pela viabilidade de trazer à reflexão o acesso das mulheres no que tange a direitos, escolarização, mercado de trabalho, saúde, assistência social, igualdade,

empoderamento. Também foi pensado por que as pesquisadoras têm pesquisas na área que comprovam a existência de obstáculos que impedem o acesso destas mulheres aos seus direitos sociais.

Por tratar-se de projeto de extensão, o mesmo se justificou ao propor um trabalho de grande importância para o referido público – empregadas domésticas (entendendo-se aqui, mensalistas, diaristas e/ou outras formas de relação de trabalho que possam surgir), do município de Ituiutaba visando à garantia de direitos. Trata-se de atividade que integra o Núcleo de Estudos Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, coordenado pela professora apresentadora da proposta com a participação de duas bolsistas e uma colaboradora.

## **2 I PROJETO DE EXTENSÃO, VOLTADO A COMUNIDADE**

A apresentação de projeto de extensão visa atender ao tripé da universidade no tange ao ensino, pesquisa e extensão e faz parte das atividades docentes. De acordo com o edital publicado o projeto se mostrava viável objetiva

[...] contribuir para a formação de todos os envolvidos, por meio da troca de saberes e experiências entre a UFU e a sociedade; desenvolver ações para atendimento das necessidades da sociedade, inclusive em instituições parceiras; estimular a realização de projetos que integrem diferentes áreas do conhecimento; incentivar o envolvimento de discentes da UFU nas ações de extensão, mediante apoio com bolsas de extensão. (EDITAL PROEXC Nº 35 / PEIC 2018).

Aproximadamente 5,9 milhões de brasileiras estão no trabalho doméstico no Brasil. De acordo com dados do IPEA e do Ministério do Trabalho e Previdência, referente a 2004 e 2014, as mulheres ainda são maioria no emprego doméstico e sofrem com o não cumprimento dos direitos constitucionais. Desde 2015, com a regulamentação da lei complementar 150/2015, conhecida como “PEC das Domésticas”, as trabalhadoras desta área tem direito a carteira de trabalho assinada, intervalo no almoço, recolhimento de FGTS, adicional noturno, além de férias e 13º. Direitos estes, nem sempre cumpridos pelos empregadores.

Dentro do perfil pesquisado, percebe-se a elevação da idade. Em 2004, a maioria das domésticas tinha até 29 anos; em 2014, esta faixa foi para 45 anos, o que mostra que as mais jovens estão se afastando do emprego doméstico – seja por outras oportunidades e/ou inserção na educação.

Como apontado em outras pesquisas e também nesta (IPEA, 2014) os serviços domésticos têm cor: as mulheres negras estão em maior número: 17% contra 10% das brancas e, ainda recebem, em média, menos que as colegas brancas – R\$ 639,00 contra R\$ 766,00.

Outro dado preocupante é que as mulheres negras também estão

trabalhando na informalidade: enquanto 33,5% das brancas têm carteira assinada, entre as negras este número cai para 28,6%. Portanto, são temas importantes para discussão entre as mulheres em um projeto de extensão.

A pesquisa anterior também realizada pelo IPEA (2009), no período 1999-2009, mostrava que houve redução do número de trabalhadoras em idade escolar. Mas só depois de 2015, é que ficou proibido a contratação de menores de 18 anos pela PEC das Domésticas,

Parágrafo único: é vedada a contratação de menor de 18 (dezoito) anos para desempenho de trabalho doméstico, de acordo com a Convenção nº 182, de 1999, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com o Decreto no 6.481, de 12 de junho de 2008. (BRASIL, 2008).

Ainda de acordo com a pesquisa de 2009, a desigualdade permanecia entre mulheres e homens no emprego doméstico, o mesmo ocorrendo na questão racial. Em Ituiutaba, as situações descritas anteriormente não são muito diferentes e ainda podem ser piores do que o registrado no restante do país.

Informações preliminares demonstram que o número de mulheres com carteira assinada é menor do que em outras regiões, pois a informalidade ainda persiste (o município recebe muitos migrantes e partimos da hipótese que as mulheres podem aceitar o trabalho informal para garantir rendimento para o sustento da família).

No documento “Perfil de Minas Gerais 2010”, pôde-se perceber que o emprego doméstico ocupa papel destacado no Estado, sendo que 7,7% da população ocupada estava localizada neste índice. No caso de Ituiutaba, calcula-se que pelo menos mil pessoas estejam diretamente ligadas aos empregos domésticos, prestando serviços mensais, semanais ou diários, incluindo babás, motoristas, jardineiros(as), entre outros profissionais.

### **3 I METODOLOGIA: ATUAÇÃO JUNTO A COMUNIDADE**

O objetivo geral do projeto era promover igualdade de gênero e empoderamento das mulheres que estivessem atuando no emprego doméstico com ou sem carteira assinada visando trabalhar em três pontos articulados: educação, direito e igualdade. Para atender ao objetivo geral havia três objetivos específicos: promover o empoderamento das mulheres que atuavam no emprego doméstico por meio da educação continuada; possibilitar o acesso às informações sobre direitos sociais garantidos a esta categoria em particular; dar visibilidade a estas trabalhadoras na busca efetiva da garantia e promoção da igualdade.

A metodologia de trabalho foi pensada para atender aos objetivos. Inicialmente, foi realizada uma seleção de bolsistas e preparação das mesmas

para o desenvolvimento das atividades. O projeto teve início em março de 2018 com estudos teóricos a partir da bibliografia indicada visando preparação para o trabalho com as mulheres empregadas domésticas. Este período foi utilizado para a elaboração dos convites às associações envolvidas e à ampla divulgação junto à imprensa local.

A partir desta preparação foram realizados encontros mensais com aulas, minicursos, palestras e/ou seminários com as mulheres e membros representantes das associações. Cada encontro teve duração média de 3 horas. As mulheres participantes tinham liberdade para escolher a forma de participação: se por módulos a partir dos temas que mais lhes interessarem ou no todo como um programa de capacitação (com carga horária maior). As listas de presença foram instrumento para este controle.

A acessibilidade foi preocupação constante. Desta forma, propusemos que as próprias associações estivessem abertas para receber as atividades, tais como Conselho dos Direitos da Mulher em Ituiutaba, com a Câmara Municipal (como em outros projetos) e com as salas da própria FACIP/UFU. Os CRAS também foram parceiros na divulgação entre seus/suas usuários/as. Os encontros desenvolvidos pelas bolsistas, pela professora responsável pelo projeto e por convidados dos setores públicos e privados atenderam às necessidades de informação do público presente.

Para atingir aos objetivos propostos, foram realizadas as seguintes atividades:

1. Promover o empoderamento das mulheres que atuavam no emprego doméstico por meio da educação continuada: para atingir este objetivo, o projeto se propôs a trabalhar com oficinas de formação política e rodas de conversas para discutir assuntos pertinentes ao tema central (igualdade e empoderamento); palestras, oficinas e minicursos com os subtemas educação, direito e igualdade.
2. Possibilitar o acesso às informações sobre direitos sociais garantidos à esta categoria em particular, em especial às mulheres: este segundo objetivo estava afinado com o anterior, tendo em vista que os contatos com estas mulheres possibilitou que entendam seus direitos, principalmente aqueles garantidos pela Lei complementar 150/2015, que ficou popularmente conhecida como PEC das Domésticas, contando para isso com a presença de especialistas que visam garantir a inclusão nas políticas sociais.
3. Dar visibilidade a estas trabalhadoras na busca efetiva da garantia e promoção da igualdade: esta categoria é formada por quase 6 milhões de brasileiras e ainda sofre com a desvalorização e a invisibilidade. Attingir este terceiro objetivo mostrando à comunidade externa o trabalho realizado durante a vigência do projeto também foi importante. O projeto foi avaliado permanentemente ao final de cada atividade e também

pelas participantes.

#### **4 I RESULTADOS: A COMUNIDADE RESPONDE**

O projeto teve início em março de 2018 com duas bolsistas e uma colaboradora, as quais foram responsáveis pela organização dos encontros juntamente com a coordenadora. Contou com a colaboração de convidados dos setores públicos e privados com objetivo de atender as necessidades de informação do público presente. No mês de março foram feitos estudos teóricos sobre o tema proposto, reuniões e divulgação interna e externa do projeto.

Em reunião com a coordenadora, foi discutido como aconteceria o desenvolvimento do projeto havendo a necessidade de fazer algumas adequações no cronograma inicial dos temas, dando prioridade ao tema, Educação continuada. Para isso, foi levado em consideração o período de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA), que poderiam interessar às mulheres participantes das atividades.

Na reunião do mês de abril com o CRAS Natal, foi apresentado o cronograma dos temas propostos para os próximos encontros a serem realizados com as mulheres: educação continuada, combatendo a violência doméstica, assistência social como política pública, direitos sociais / PEC das Domésticas e Previdência Social, ficando decidido data e local do 1º encontro.

Nas semanas que antecederam o encontro foi feita divulgação do projeto por meio de reunião com representantes do Sindicatos das Domésticas, redes sociais, emissoras de rádio, cartazes e convites impressos. Foram feitas também inscrições para inserção das mulheres no projeto totalizando 35 inscritas. Na véspera da reunião foi feito contato para lembrá-las do horário, tendo a confirmação da presença da maioria.

No dia da reunião com o tema 'Educação Continuada' estiveram presentes onze mulheres. O projeto foi apresentado pela coordenadora responsável e em seguida as demais mulheres presentes se apresentaram, aproveitando para falar sobre o que esperavam do projeto. Interessante destacar que, algumas mulheres já estavam aposentadas, mas mesmo assim aproveitaram para comparecer, demonstrando interesse. A orientação sobre a importância da educação foi ministrada mostrando que não há nenhum impedimento quanto a idade e ocupação profissional, deixando claro que o conhecimento é uma forma de empoderamento e que as informações socializadas poderiam servir para elas e/ou seus familiares. Foi feita orientação sobre como se inscrever no ENEM, no ENCCEJA e também a importância da Universidade Federal para a cidade de Ituiutaba, e sua contribuição

no desenvolvimento pessoal por meio da educação.

A partir deste primeiro contato, coordenadora e bolsistas fizeram uma avaliação e perceberam que algumas mudanças seriam necessárias. Uma delas foi entrar em contato com as mulheres para saber porque não haviam comparecido ao primeiro encontro apesar de terem confirmado presença. Algumas disseram que esqueceram do compromisso pedindo para serem avisadas no dia da reunião e outras pelo horário (18h30) acabaram não conseguindo comparecer.

A partir destas informações realizamos o segundo encontro em maio e o tema escolhido foi o “Combate à Violência Doméstica”. Intensificamos a divulgação com cartazes, redes sociais, emissoras de televisão e rádio. As mulheres foram contatadas por ligações para confirmação da presença. Neste dia, tivemos a participação de um público diversificado como as inscritas no projeto, alunas e alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) que funciona no mesmo espaço onde o segundo encontro foi realizado, além de estudantes de Serviço Social que se interessam pelo assunto. Foram mais de 30 pessoas presentes e o assunto despertou o interesse com muita interação, pois o tema é bem pertinente e atual por fazer com que todos percebam que a violência pode estar até mesmo nas sutilezas, como em letras de músicas nacionalmente conhecidas, que denigrem a imagem da mulher e naturalizam o que elas sofrem.

O tema fez com que algumas pessoas relatassem situações vivenciadas por elas ou com alguém próximo, até mesmo a coordenadora do CRAS contribuiu trazendo casos do dia-a-dia, em que muitas vezes é difícil convencer a própria mulher de que ela está acolhida e pode falar sobre o que o que aconteceu, ressaltando o quanto é importante que ela saiba de seus direitos. As bolsistas passaram o endereço da Delegacia de Defesa da Mulher em Ituiutaba e o número da Central de Atendimento à Mulher 180, em que denúncias podem ser realizadas de forma anônima.

No mês de junho foi trabalhado com os participantes o tema “Mercado de Trabalho e Emprego Doméstico”, pela importância que essa discussão representava para os objetivos do projeto, tornando possível o debate com os trabalhadores desse mercado sobre os efeitos da PEC das Domésticas, considerando que muitas pessoas ainda não tinham conhecimento da Lei Complementar 150/2015. Nesse dia a palestrante foi a representante do Sistema Nacional de Empregos (SINE) de Ituiutaba. Essa temática despertou o interesse de vários seguimentos, contando com a participação de estudantes do PEJA, alunos do curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), alunas do curso de Serviço Social da UFU, as mulheres do projeto contatadas por telefone pelas bolsistas e também a participação da coordenadora do CRAS, totalizando 33 pessoas.

A palestrante explicou sobre o funcionamento e a estrutura do SINE,

ressaltando a importância da carteira de trabalho, sendo este o único documento solicitado pelo órgão aos interessados em concorrerem às vagas disponíveis. Relatou sobre a existência de vagas disponíveis, destacando que um problema recorrente é a falta de pessoas qualificadas para serem admitidas. As perguntas levantadas pelos participantes eram diversificadas e relacionadas ao núcleo familiar. Muitas dúvidas eram acerca da Previdência Social, sendo este tema proposto para um próximo encontro. No decorrer da reunião foi possível observar que muitos ainda não tinham conhecimento sobre a Lei Complementar 150/2015.

A temática do mês de agosto foi “Assistência Social como Política Pública e os Direitos Efetivos”, a palestra foi conduzida pela assistente social e a psicóloga do CRAS. Este encontro contou com a participação de 39 pessoas. As palestrantes informaram sobre os serviços e benefícios oferecidos pela instituição, como o Cadastro Único, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), os projetos com crianças, jovens, mulheres, gestantes e idosos. Ressaltou ainda, que o CRAS é um ponto de referência para migrantes e imigrantes. Falou sobre a importância do trabalho da equipe psicossocial, do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) com o atendimento das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, para que os participantes conhecessem as ofertas presentes e saberem que podem contar com o CRAS de acordo com a sua demanda.

O encontro “Direito Previdenciário” foi realizado em setembro. Como palestrante contou com a presença do coordenador do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) de Ituiutaba, nesse dia estavam presentes 25 pessoas, entre alunos do PEJA, mulheres inscritas no projeto e a coordenadora do CRAS. O encontro foi conduzido em forma de roda de conversa, momento em que os participantes puderam tirar suas dúvidas sobre condições de acesso a benefício por invalidez, por tempo de contribuição, salário família, seguro desemprego, auxílio doença, salário maternidade, dentre outros, evidenciando-se a necessidade de mais informação sobre os direitos previdenciários para aquela população que nem sempre sabe quais são eles e como devem proceder, caso necessário.

Em outubro foi trabalhado o tema “Saúde da Mulher”, nesse encontro estavam presentes 22 pessoas incluindo o coordenador do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU), localizado no mesmo lugar que a maioria dos encontros se realizaram. A palestra foi ministrada pela coordenadora do projeto, as duas bolsistas e também a colaboradora, que abordaram assuntos importantes e que por vezes passam despercebidos na correria do dia a dia, sendo dada a devida atenção somente quando surgem os primeiros sintomas, como a prevenção de câncer de mama, colo do útero, exames de rotina. Enfatizou-se também o cuidado em manter o cartão de vacina em dia, e logo em seguida foi abordado sobre as doenças assintomáticas e sobre a importância de cuidar da saúde mental como a

depressão. Também foi alertado sobre a prevenção de diversos tipos de câncer que atingem os homens. Ao final do encontro foram distribuídos folhetos informativos com endereços e horários de atendimento das instituições de saúde na cidade de Ituiutaba.

O PEIC foi finalizado em novembro, o encerramento do projeto aconteceu na sede da UFU campus Pontal, com o propósito de que os participantes conhecessem e se familiarizassem com a Universidade que é um espaço público e de direito de todos. No dia do encontro estavam presentes 19 alunos, 2 professores e o coordenador do CEU. Os participantes foram recepcionados com café e atração musical, momento de descontração que foi conduzido por uma convidada recém-formada do curso de serviço social. Para falar aos participantes do projeto, foi convidada uma aluna também recém-formada do curso que contou um pouco da sua trajetória dentro da universidade, visto que a aluna possuía 60 anos, faixa etária de boa parte dos participantes presentes. Compartilhou um pouco sobre sua história de vida e que quando era mais nova não teve como estudar, mas assim que se aposentou prestou o ENEM. Relatou não ter conseguido passar na primeira vez, mas na segunda vez conseguiu passar no curso de Serviço Social. No decorrer da conversa falou sobre como foi sua convivência com os colegas e os desafios que enfrentou quanto a diferença de idade, mas que isso não foi empecilho para continuar os estudos. Finalizou deixando a mensagem para os convidados de que é importante ter metas e lutar pelos sonhos. Ao término da conversa foram entregues kits contendo blocos, lápis, caneta, borracha e panfletos informativos. Em seguida foram levados pelas bolsistas e coordenadora para conhecerem o campus. Ao final, os participantes demonstraram grande satisfação por terem conhecido a universidade e alguns relataram que a história da palestrante convidada despertou neles o desejo de retornar aos estudos e, quem sabe, ingressarem no ensino superior.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das palestras realizadas, percebeu-se que apesar de muitas informações estarem disponibilizadas hoje em dia com a divulgação ampla nas mídias sociais, ainda existem pessoas que não conhecem todos os seus direitos. A falta de acesso à informação do público participante é clara, tendo em vista as questões levantadas por eles. No ponto de vista das bolsistas e coordenadora, não seriam pertinentes, por acharem que os participantes já teriam tido acesso a tal informação. Um dos exemplos foi um senhor que não sabia claramente se estava aposentado ou não, mesmo depois de um acidente de trabalho ter lhe ceifado quatro dedos.

O projeto tinha como proposta de desenvolvimento, promover a igualdade

de gênero e o empoderamento das mulheres por meio de três pontos articulados, educação, direito e igualdade de gênero. Portanto através das palestras espera-se que o objetivo tenha sido atingido.

Conclui-se que projetos que visam levar informação à população, como esse promovido pela Universidade Federal de Uberlândia têm cada vez mais relevância em tempos de regressão e negação de direitos, para que as pessoas tenham clareza de quais são os seus direitos em diversos âmbitos da vida social, ainda mais no que tange leis e projetos relativamente novos, como é o caso da PEC das domésticas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Nº 6.481, de 12 de Junho de 2008** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm) Acesso em: 14 de maio De 2018.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. CENSO 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 03 de abr. De 2018.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015.** Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm). Acesso em: 10 de maio 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei n. 9.394,** dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso em: 12 de maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.742,** De 7 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm). Acesso em: 18 de maio 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (PNPM).**

Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/PlanoNacionaldePoliticaparaasMulheres20132015.pdf> Acesso em: 20 de abr. de 2018.

BRASIL. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html> (1ª, 2ª, 3ª e 4ª edições).

Acesso em: 20 de maio 2018.

CINTRA, S. V. EVA, W.S. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma reflexão sobre raça e gênero.**I Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. 80 anos de Serviço Social: Tendências e Desafios Local, ano, edição. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ca/ca0d78d1-2dad-49e2-8f5f-81e097144adc.pdf> Acesso em: 9 de maio de 2018.

FREITAS, C., CINTRA, S.V. **O trabalho doméstico em debate: discriminação e desigualdade na sociedade brasileira.** Disponível em [http://www.demodc.unb.br/images/Anais2012/Cintra\\_e\\_Castro-O\\_trabalho\\_domestico\\_em\\_debate.pdf](http://www.demodc.unb.br/images/Anais2012/Cintra_e_Castro-O_trabalho_domestico_em_debate.pdf) Acesso em: 5 de maio De 2018.

IPEA e do Ministério do Trabalho e Previdência. **Situação atual das trabalhadoras domésticas no país de 2004 e 2014.** 5 de maio de 2011, Nº 90. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5235/1/Comunicados\\_n90\\_Situa%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5235/1/Comunicados_n90_Situa%C3%A7%C3%A3o.pdf)

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho doméstico.** Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/lang-pt/index.htm> Acesso em: 03 de maio de 2018.

RESENDE, P. C. **Modos de participação de empregadas domésticas nas culturas por escrito.** Dissertação (Mestrado em Educação e Inclusão Social) – Faculdade de Educação. Centro de alfabetização, leitura e escrita. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84XQG5>. Acesso em: 5 de maio de 2018.

Universidade Federal de Uberlândia. **EDITAL/PROEXC/35 PEIC 2018 Programa de Extensão Integração UFU/COMUNIDADE.** Disponível em: [http://www.editais.ufu.br/sites/editais.ufu.br/files/EDITAL\\_35\\_UFU\\_PROEXC\\_2017\\_%20Programa%20de%20Extens%C3%A3o%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20UFU-Comunidade\\_PEIC%202018\\_0.pdf](http://www.editais.ufu.br/sites/editais.ufu.br/files/EDITAL_35_UFU_PROEXC_2017_%20Programa%20de%20Extens%C3%A3o%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20UFU-Comunidade_PEIC%202018_0.pdf) Acesso em: 5 de abr. De 2018.

## A ERA DO CAPITAL IMPRODUTIVO: UMA RESENHA CRÍTICA

*Data de aceite: 01/10/2020*

*Data de submissão: 14/08/2020*

**Marcus Vinicius Gomes Pereira**

Universidade da Força Aérea

Rio de Janeiro-RJ

<http://lattes.cnpq.br/0182704220595324>

**RESUMO:** A Era do Capital Improdutivo de Ladislav Dowbor é uma obra que expõe pontos-chaves da economia, ligações necessárias para o entendimento do destino do capital, onde de um lado as instituições financeiras crescem e de outro, a produção sofre com a estagnação econômica. A pesquisa visa a análise interpretativa da obra de Dowbor, descrevendo seus capítulos e concluindo com as apreciações necessárias de forma imparcial e qualitativa. Ladislav Dowbor é um economista brasileiro, autor e coautor de mais de 40 livros e professor titular da Pontifícia Universidade Católica (PUC), doutor em economia pela Escola de Economia de Varsóvia e consultor de diversas agências das Nações Unidas. A obra em apressado, de origem nas pesquisas das dinâmicas do sistema financeiro nacional e internacional, demonstra a necessidade do conhecimento da economia e suas ligações, necessário para a diminuição da desigualdade social e da possibilidade de uma crise financeira, havendo necessidade de apreciações importantes sobre diversos tópicos. Dowbor apresentou uma boa produção intelectual, com base nos conhecimentos e na

sua experiência sobre o tema, a pesquisa tomou como base os 11 primeiros capítulos, necessários para a conclusão e os resultados a cerca da atual situação econômica e financeira do país, com riscos para uma crise iminente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capital Improdutivo. Capitalismo. Governança Corporativa.

### THE IMPRODUCTIVE CAPITAL AGE: A CRITICAL REVIEW

**ABSTRACT:** Ladislav Dowbor's Age of Unproductive Capital is a work that exposes key points of the economy, necessary links for understanding the destination of capital, where on the one hand financial institutions grow and on the other, production suffers from economic stagnation. The research aims at the interpretative analysis of Dowbor's work, describing its chapters and concluding with the necessary assessments in an impartial and qualitative way. Ladislav Dowbor is a Brazilian economist, author and co-author of more than 40 books and a professor at the Pontifical Catholic University (PUC), a doctor of economics from the Warsaw School of Economics and a consultant to several United Nations agencies. The work in progress, originating from research on the dynamics of the national and international financial system, demonstrates the need for knowledge of the economy and its links, necessary for the reduction of social inequality and the possibility of a financial crisis, with the need for important assessments on various topics. Dowbor presented a good intellectual production, based on the knowledge and his experience on the subject, the research

was based on the first 11 chapters, necessary for the conclusion and the results about the current economic and financial situation of the country, with risks for an impending crisis.

**KEYWORDS:** Unproductive Capital. Capitalism. Corporate Governance.

## 1 | INTRODUÇÃO

Partindo da premissa de que a riqueza produzida socialmente por meio do trabalho (capital produtivo) tem sido desviada para o sistema financeiro (capital improdutivo), o autor reúne diversas pesquisas e sua experiência profissional e acadêmica para revelar uma rede mundial de controle corporativo.

Os desafios passam de capítulo por capítulo da obra, além das teorias e experiências, inferências lógicas nas argumentações são utilizadas para chegar a conclusões e propor soluções que amoldam os quatro motores da economia: comércio externo, demanda interna, atividade empresarial e investimento público.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

### 2.1 A dimensão dos desafios

Uma minoria fica responsável pela esterilização dos recursos necessários ao equilíbrio e ao desenvolvimento sustentável do planeta.

O ser humano no planeta é como uma doença que se espalha destruindo os meios naturais. Não estamos cuidando bem da nossa casa. Na relação tempo e consumo, a curva é drasticamente ascendente, consequência do crescimento populacional e do consumo desenfreado.

O crescimento para a maioria dos economistas é tão essencial como o ar que respiramos, precisa ser visto de forma muito cuidadosa. A expansão de cadeias de produção, sejam agrícolas ou industriais, geram consequências negativas para a natureza.

Infelizmente, as ameaças sistêmicas e de longo prazo, ocupam pouco espaço frente aos aspectos políticos e embates cotidianos.

O plano ambiental é só uma parte da violência contra o planeta. Apesar dos índices positivos de diminuição da pobreza, não enfrentamos o desafio do desenvolvimento equilibrado e inclusivo, passando a ser somente uma esperança.

Ao analisar o PIB mundial e população, chegamos a uma renda per capita que não justifica a miséria em que vivem milhões de pessoas. Isto mostra que a desigualdade atingiu níveis obscenos.

A partir dos anos 80, os intermediários financeiros assumem a posição sobre os processos produtivos, somente na crise de 2008, pesquisas elevam o

conhecimento sobre a desigualdade e os riscos inerentes de uma economia de especulação.

As pessoas que nascem pobres possuem grande dificuldade para saírem da pobreza, a chamada armadilha da pobreza.

Uma pesquisa nos EUA mostra que o aumento da riqueza se apoia, principalmente, no rendimento de aplicações financeiras, no capital improdutivo.

A concentração de renda atingiu patamares inimagináveis, gerando problemas éticos e econômicos. A desigualdade precisa ser entendida de uma forma mais sistêmica. O acesso equilibrado aos diversos fatores de bem-estar é essencial para gerar uma governança que faça sentido e assegure uma vida digna.

Estudos mostram que grandes fortunas muitas vezes não estão na mão de produtores, mas de gente com papéis financeiros, fluxos de informação ou interdição de commodities.

A revolução tecnológica permitiu a inclusão de processos financeiros nos processos econômicos por meio da apropriação dos ganhos de produtividade, o que os autores conceituam como “renda não merecida”.

Existe uma grande diferença e desnível entre quem contribui produtivamente para a sociedade e quem é remunerado. As mudanças são necessárias para inverter o processo cumulativo de geração de desigualdade e frear a destruição do planeta.

Nossa principal medida de progresso, o PIB, não mede o desastre ambiental nem o drama social.

É possível verificar que o sistema financeiro passou a drenar o sistema produtivo. Mesmo com os estudos face à crise financeira de 2008, os problemas continuam baseados em fraudes e apropriação indébita de recursos.

Os recursos existem, isto é fato, agora sua produtividade é esterilizada por um sistema de especulação financeira que engloba até mesmo os recursos públicos.

Os objetivos do desenvolvimento sustentável (Nova Iorque, 2015) tratam para atingir o mínimo de sustentabilidade, mas continuam como sonhos difíceis de alcançar.

Em 2017 a ONU constatou que o capital internacional permanece volátil, ressaltando os desafios do financiamento do desenvolvimento sustentável.

O investimento produtivo regrediu e canalizou os investimentos no setor financeiro e ativos imobiliários.

Estamos administrando nosso planeta para uma minoria, não respeitando critérios de sustentabilidade importantes para a sobrevivência futura. O desafio ficou para reorientar os recursos de forma a obter uma economia incluída, com geração de uma nova governança, permitindo que os recursos da sociedade voltem a ser produtivos.

## 2.2 A rede mundial de controle corporativo

Em um ambiente concorrente, as empresas buscam comprar umas às outras para formarem grupos fortes. A corrida para o controle de todas as fases produtivas gera poder econômico, político, cultural e jurídico.

Uma pesquisa do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica (ETH) traçou um mapa das corporações, sendo possível visualizar a escalada do poder, uma rede de controle corporativo a nível mundial, apontando as implicações. As corporações transnacionais formam uma gigantesca estrutura, grande parte do controle flui para um grupo pequeno, mas fortemente articulado.

A pesquisa do ETH ainda evidenciou as conexões financeiras internacionais, demonstrando que os europeus e os norte americanos produzem uma dominância de caráter mundial, sendo ainda a maioria composta de instituições financeiras.

Os poderes econômico e político possuem ligações próximas, não há dúvidas quanto a existência de poder político por trás das iniciativas. A liberação de financiamentos de campanhas eleitorais por corporações demonstra a presente evidência.

A tendência de dominação geral dos sistemas especulativos sobre os sistemas produtivos tem um efeito muito amplo, o que aponta para uma deformação estrutural do sistema.

O corporativismo poderoso formado pelos poderes políticos e financeiros gera intervenção planejada para a proteção de interesses sistêmicos.

Assim, o estudo do ETH mostrou como funciona a governança corporativa e o poder colocado nas mãos de poucos.

## 2.3 Governança corporativa

Estudos realizados, principalmente após a crise de 2008, tornaram possíveis o entendimento, não só a teoria geral financeira, como as engrenagens do seu funcionamento, nomes e valores.

Empresas com grandes capitais, compram outras empresas, mesmo não sendo do mesmo ramo e sem quer ter expertise do negócio, simplesmente por darem lucro. São trilhões de dólares em mãos de grupos privados que têm como campo de ação o planeta, enquanto as capacidades de regulação mundial mal engatinham.

Há vários setores controlados por um só grupo, um gigantesco emaranhado burocrático e de grande risco e poder.

Os grandes grupos controladores das atividades no mundo, acabam se formando em uma estrutura emaranhada que reflete em uma inoperância interna. O descontrole interno leva muitas das empresas a pagarem multas com condenações que variam desde à área de direitos humanos até o tratamento com clientes.

Temos uma dicotomia absurda que precisamos esclarecer, onde de um lado

uma empresa produtiva geradora dos produtos e de outros processos sofisticados baseados em estruturas financeiras que se tornaram dominantes.

## **2.4 O processo decisório e a diluição de responsabilidade**

Dado ao enorme tamanho das empresas, ocorre um processo de diluição de responsabilidades dentro das mesmas, capaz de inviabilizar a responsabilização.

O critério financeiro passa, muitas vezes, a ser o único levado em conta nas decisões, pois sendo um objetivo das corporações, também é o principal instrumento de poder.

Existe ainda nas grandes corporações uma impotência corporativa, pois gestores no topo da pirâmide não conseguem ter o domínio de tantas empresas e setores de atividade.

Há um vazio entre o poder nas corporações, a governança corporativa, e a esfera técnica, que detém o conhecimento sobre a produção e os negócios. Assim o departamento financeiro acaba tendo supremacia nas decisões apoiado por um departamento jurídico estruturado.

Dentro desta estrutura comandada pelo poder financeiro, temos várias empresas e corporações pagando multas ou responsáveis por desastres ambientais.

O poder passou das mãos dos produtores para gigantes financeiros, onde os resultados financeiros são mais exigidos.

Criou-se um grande distanciamento entre a empresa que efetivamente produz um alimento por exemplo, e os diversos níveis de holdings a que ela pertence.

Devido ao grande poder das corporações, elas travam qualquer iniciativa de divulgar o que acontece dentro das mesmas, ficando somente na mídia suas necessidades de publicidade, criando uma imagem positiva do grupo.

A concorrência, que era a grande aliada do sistema para impor qualidade e preço dos produtos, passa a ser trabalhada e negociada, pois os acordos passam a ser mais lucrativos.

Assim, as corporações criaram uma nova realidade política, onde eles passaram a ter um espaço muito maior.

## **2.5 Oligopólio sistêmico financeiro**

É fácil entender que ao longo dos anos, face as fusões e aquisições de empresas, ocorreu uma transição do capitalismo concorrencial para um sistema de oligopólios em diversas cadeias produtivas.

O que existe é uma tendência onde gigantes financeiras mundiais adotarem instrumentos de controle político. Assim, somado ao controle da mídia e da opinião pública, se revestem de maiores poderes.

## 2.6 Os paraísos fiscais

As grandes corporações, detentoras do poder financeiro, buscam um poder político organizado, mas se esbarram nas jurisdições internas. Assim nascem os paraísos fiscais, uma rede sistêmica financeira que foge das jurisdições nacionais, permitindo a fuga dos compromissos fiscais ou simplesmente para mascarar uma origem ou destino do recurso.

Este sistema impacta os processos produtivos, favorece o desvio dos recursos e ainda torna pouca realista a política pública interna. Na verdade, o que ocorre é uma apropriação política da irregularidade que mascara e torna regular atividades ilícitas de dinheiro, ou seja, a grande corrupção gera sua própria legalidade.

Os impactos consequentes dos paraísos fiscais acabam por corromper o sistema financeiro fiscal e ainda criam uma rede interconectada que se contamina, causando grandes prejuízos à níveis globais.

O sistema complexo das corporações alivia as responsabilidades jurídicas individuais, o que colabora para a empresa tomar decisões mesmo com o risco de processo jurídico, pois os custos de um possível processo são menores do que o lucro das decisões ilícitas.

As grandes corporações passam a ter um judiciário paralelo capaz de até mesmo processar o estado e ganhar.

Resumindo, os paraísos fiscais permitem os ciclos financeiros longe das fiscalizações nacionais e ao abrigo das investigações, uma vez que influenciam a política e “compram” o judiciário, além de manter o poder das organizações.

Assim funciona o capitalismo improdutivo, onde o lucro é investido e desviado, livre de impostos, fazendo um ciclo de reprodução de capital, favorecendo a ilegalidade e a evasão fiscal, em um ciclo vicioso longe da geração de empregos e da produção propriamente dita.

## 2.7 O controle financeiro das commodities

O lucro gerado pelas empresas está cada vez mais repassado para os intermediários do processo e não mais para os produtores ou para os empresários produtivos.

Um estudo sobre o café em 2003 mostra que o produto varia de US\$ 0,14 do produtor até US\$ 42,00 pagos na venda para o consumidor final, ou seja, produzir lucro pouco, vale mais intermediar.

O pouco lucro do produtor cria uma barreira para o desenvolvimento dos processos produtivos. Seria importante para o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) intervir para melhorar a relação de força entre os produtores e os intermediários. Seria identificar os gargalos que geram lucros extraordinários sem agregação de valor correspondente.

Um pequeno clube de companhias que comercializam alimentos, combustíveis e metais, estimulado pelo crescimento de países como a China, o Brasil e a Índia, turbinou os lucros de intermediadores, baseados em paraísos fiscais como a Suíça.

Alguns commodities como o petróleo, não tem como principal motivo de flutuação de preço a oferta e a procura, por ser um produto equilibrado na produção, os preços e fluxos resultam essencialmente de mecanismos de especulação econômica e de poder público.

Em meio a especulação, ainda temos vazios regulatórios de impacto crítico no acesso de bens essenciais como a alimentação, a energia e matérias primas, pois mesmo que a produção seja suficiente, ainda temos 800 milhões de pessoas passando fome.

Neste espaço globalizado fica difícil exigir dados de níveis globais ou estabelecer marcos regulatórios que abarquem o nível internacional.

Notamos que poucos grupos de empresas controlam os principais commodities do mundo, sendo um imenso poder nas mãos de poucos que lucram nas intermediações. Tanto consumidores quanto produtores são atingidos por este controle dos intermediários que podem gerar grandes instabilidades de preços nas duas pontas.

O grande contrapeso sobre este poder dos grupos empresariais seria o governo, o judiciário e a mídia, mas que nas últimas décadas estão sendo envolvidos e fazendo parte do jogo do poder, ou seja, ocorre uma apropriação das instituições que deveriam definir as regras do jogo e equilibrar a balança de poder.

## **2.8 A captura do poder político**

O que no passado representava equilíbrio de poder, ou seja, a separação entre o público e privado, hoje observamos penetrações pontuais que criam ligações cada vez mais sólidas, tornando um poder articulado.

A expansão dos tradicionais lobbies torna-se uma forma de captura do poder. Um exemplo é a empresa Google que realiza financiamento direto de parlamentares em um esforço ofensivo que penetra por todas as partes.

Muito mais importante tornou-se o financiamento de campanhas políticas que de alguma forma contribui para a formação de bancadas corporativas, que agem em defesa de interesses obscuros empresariais como forma de pagar pelo financiamento das empresas. Trata-se de uma deformação de todo sistema político e uma intervenção de capital particular com interesses econômicos.

Uma das formas de captura do judiciário se dá em acordos de pagamentos de multas para o não reconhecimento de culpa e responsabilização de administradores.

Assim, a não responsabilização gera um paralelo de financiamento de

governos para manter as “ilegalidades” tornando-a generalizada.

Existe uma chamada “fábrica” de consensos, sendo um eixo poderoso do espaço político, obtendo um controle organizado da informação. A compreensão atrasada popular do vínculo entre o fumo e o câncer é um grande exemplo, décadas perdidas que poderiam ter salvado vidas.

Apesar de ser parcialmente indireta a vinculação entre o sistema corporativo e a mídia, seus impactos se tornam diretos e importantes economicamente, controlando nossa visão de mundo.

O resultado é uma população desinformada e consumista, um círculo que alimenta a mídia e produz o resultado esperado pelas grandes corporações.

O controle das visões acadêmicas avançou por meio dos financiamentos dentro da corrida para o poder. Além das visões acadêmicas, as produções científicas também passaram a ser revestidas de interesses das grandes corporações, em um meio em que o dinheiro passa a comprar e financiar os cursos, desde que os alunos estudem e desenvolvam produções de interesse para as corporações.

Deixamos rastros em tudo que compramos, que vemos nas mídias e na internet, nossos dados nunca foram tão abertos. Assim somos mapeados e individualizados, essa perseguição ultrapassa a simples compra de uma mercadoria e abre para uma influência política, uma dificuldade de emprego ou para maiores custos na renovação de uma apólice de seguro.

Ter a informação individualizada e detalhada das pessoas representa um poderoso instrumento de poder.

O mecanismo geral das corporações ainda inclui o poder público por meio de nomeações de responsáveis em postos chaves de bancos, ministérios ou até mesmo em comissões parlamentares.

Assim é possível pressionar de forma que o governo prefira o endividamento público do que cobrar os impostos das grandes corporações.

Os paraísos fiscais movimentam cerca de um quarto a um terço do PIB mundial. Torna-se precário qualquer controle de evasão fiscal, de fraude em notas fiscais e de responsabilização penal.

O crime financeiro penetra na máquina política e judiciária, perpetuando no poder, perpassa as fronteiras e os controles nacionais.

O dinheiro manda no dinheiro e quem o controla são os grandes grupos financeiros.

Os governos passam, assim, a enfrentar resistências poderosas e articuladas quando tentam fomentar a economia. Recuperar a “confiança” do “mercado” não significa mais gerar melhores condições de produção, mas melhores condições de rentabilidade das aplicações financeiras. A produção, o emprego, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das famílias não estão no horizonte das decisões.

Dentro do processo de endividamento do Estado por necessidade das corporações, o mesmo passa a ter “contas” a pagar e começa a não atender aos interesses dos cidadãos.

Assim, o governo para sobreviver passa a atender aos interesses financeiros e não mais os interesses daqueles que o elegeram. É um deslocamento radical da política atual.

Estas regras do jogo profundamente deformadas serão naturalmente apresentadas como fruto de um processo democrático e legítimo, porque está escrito na Constituição que todo poder emana do povo. Na prática, poderemos ter democracia, conquanto a usemos a favor das elites. A construção de processos democráticos de controle e a alocação de recursos constitui hoje um desafio central.

## **2.9 Thomas Piketty, produção e apropriação**

A nova arquitetura do poder fica mais clara na obra “O Capital no Século XXI”, de Thomas Piketty, onde os pontos principais estão abaixo:

A remuneração pelo trabalho não vem acompanhando os progressos tecnológicos, com um crescimento de 1,5% a 2,0% ao ano que expressa um bom sinal, o valor poderia ainda ser maior se baseado nas tecnologias e no crescimento da população.

O que acontece é um enriquecimento maior dos que já são mais ricos, aumentando ainda mais a diferença de distribuição de renda. Neste sentido o Estado transformou-se em mais um vetor do aumento do patrimônio dos mais ricos, uma vez que dá preferência para o endividamento do que a cobrança de impostos dos mais fortunados. Essa decisão do Estado recai na estrutura e influência das grandes corporações no governo.

No Brasil, a taxa SELIC que tem como justificativa o combate à inflação, é um exemplo de apropriação privada de recursos públicos e endividamento do Estado.

Enquanto o sistema financeiro atua à nível planetário, os Estados ficam limitados nas suas fronteiras nacionais. Já o dinheiro corre para onde rende mais, para fortunas financeiras e deixam assim de serem investidos na produção.

A obra de Piketty sugere como enfrentar o capitalismo patrimonial globalizado do Século XXI, que seria um imposto progressivo sobre o capital financeiro acumulado.

Sua proposta é tentar diminuir a disparidade financeira global, através de um imposto progressivo sobre o capital acumulado, o que já existe em alguns países de forma incipiente.

## **2.10 Apropriação do excedente social pelo capital financeiro**

Um estudo de Epstein e Montecino, do Roosevelt Institute, com o título

*Overcharged: the High Cost of High Finance*, traz uma visão em conjunto do impacto econômico da intermediação financeira. O estudo demonstra que além de fomentar, ele drena a economia, gerando mais custos do que estímulos produtivos.

No Brasil, as deformações visualizadas no estudo são as mesmas, somente com grau de intensidade maior, onde encontramos até mesmo um sistema de agiotagem legalizada.

O sistema financeiro brasileiro não está isolado, o problema é global e funciona a pleno vapor. Bancos importantes no cenário internacional já foram condenados por fraudes com clientes em valores que passam de milhões.

Cada vez mais pessoas escolhem aplicar os recursos em papéis da dívida pública do que abrir uma empresa, contratar trabalhadores, produzir e pagar impostos. Esta nova realidade desvia os recursos que seriam necessários para estimular a economia.

Grandes bancos, como os bancos de Wall Street, exercem um poder financeiro e político que tornam difíceis qualquer tipo de reforma que prejudique a forma de atuação dos mesmos ou contra os seus interesses corporativos.

No Brasil, a taxa SELIC foi responsável por um grande desvio dos recursos financeiros dos impostos para grupos financeiros, causando aumento da dívida pública.

Temos um sistema obscuro financeiro, onde o desvio dos recursos produtivos para ganhos especulativos, inibem o crescimento econômico.

Estudos internacionais, principalmente nos EUA, demonstram a necessidade de um estudo sistemático e financeiro no Brasil, buscando um equilíbrio necessário entre o capital produtivo e a especulação financeira, ajudando a ver de forma realista o processo financeiro, investindo o capital necessário de forma produtiva.

## **2.11 À procura de rumos: Caminhos e descaminhos**

Compreender os estudos americanos na área econômica permite visualizar a situação brasileira e dimensionar os desafios do Brasil.

Dois importantes estudos americanos, um de Joseph Stiglitz e outro de Michael Hudson, propõem repensarmos sobre a estrutura do sistema. Os estudos, assim como outros no mundo, buscam soluções na redução das desigualdades, ampliação do consumo de massas, expansão das políticas sociais e ambientais e redução de juros.

O sistema financeiro gera a apropriação dos recursos não por quem produz, mas por quem maneja papéis, o que por sua vez aprofunda a desigualdade, pois os aplicadores financeiros estão na parte superior da riqueza. A riqueza concentrada permite que seja apropriada a política e o processo decisório sobre como se regula a economia, é um sistema complexo e cheio de interesses corporativos.

Outro trabalho muito importante de reconhecimento internacional, foi o estudo de Stiglitz, um economista que foi chefe do governo Clinton e do Banco Mundial, ele revela saídas para a distorção econômica, aliando solidez teórica e excelente visão do que é necessário em termos práticos.

Na academia americana o pensamento começou a fazer diferença na busca de solução para o capital produtivo, sendo o começo de uma mudança. A real é que o capitalismo isolado não é capaz de se sustentar, face as especulações financeiras e o capital improdutivo que molda um ambiente de possíveis crises de grande intensidade,

No caso dos Estados Unidos, os estudos apontam que somente um governo forte e independente será capaz de estabelecer as taxas e o controle necessário para assegurar uma economia produtiva.

Foram várias tentativas dos governos para subsidiar setores produtivos em dificuldades, sendo que muitas delas os créditos foram parar nos bancos com taxas próximas de zero.

Na verdade, as instituições são grandes demais para saber o que está acontecendo, suas estruturas ultrapassam limites de fronteira, em muitos casos até possuem sistemas diferentes dependendo do país, nem mesmos os sistemas internos de controle conseguem ter amplitude das informações dentro da empresa ou corporação.

Existe um princípio de equilíbrio onde é preciso obter rentabilidade para os investidores para que os mesmos possam manter os investimentos e assim a política ter seus recursos. Mas uma questão é bem lógica, investir em papéis é mais rentável e gera menos trabalho do que investir em produção.

A máquina financeira que suga os recursos da produção, está cada vez mais robusta e abarcando outras áreas, é a chamada expansão do mecanismo. Hoje, uma pequena compra que fazemos com cartão de crédito, já estamos atribuindo uma parcela para a empresa financeira operadora do cartão.

As políticas públicas são importantes para, por exemplo, criar salários indiretos através de educação, saúde e segurança. Cada vez mais se torna fundamental conhecer o mecanismo financeiro para que possamos decidir por um país com menor desequilíbrio financeiro e de possibilidade de crise.

### **3 | CONCLUSÃO**

A obra é muito interessante, por abordar vários aspectos relativos ao sistema financeiro, sendo um livro de fácil entendimento e com poucas teorias. O grande foco do livro é a questão do desvio do lucro da produção para o sistema financeiro.

Percebe-se que o autor pontuou várias passagens da obra com exemplos,

dados de pesquisas e o conhecimento advindo da sua experiência. O livro ultrapassa as fronteiras brasileiras e ajuda a entender a origem e o desvio do capital produtivo.

Um grande enfoque é dado para as corporações, responsáveis por um sistema corporativo que envolve não só empresas, mas a contrabalança, ou seja, o governo, o judiciário e a mídia.

O autor não só apresenta os problemas, mas aponta para possíveis soluções, abordadas como desafios. Chama a atenção para o fortalecimento cada vez maior da rede corporativa, uma nova arquitetura de poder sem limites.

Dowbor também evidenciou uma linguagem simples na sua obra, com entendimento fácil para leitores sem formação na área, o que também distingue a obra de outras carregadas de teorias econômicas.

É uma excelente obra para quem está interessado em compreender mais sobre o sistema corporativo e financeiro global.

## **REFERÊNCIAS**

DOWBOR, L. **A Era do Capital Improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

# CAPÍTULO 21

## ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS: O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA

*Data de aceite: 01/10/2020*

**Heleni Duarte Dantas de Àvila**

POSTERR/CAHI/UFRB  
Cachoeira/BA

<http://lattes.cnpq.br/0731461399978692>  
<https://orcid.org/0000-0001-7916-3686>

**Jucileide Ferreira do Nascimento**

POSTERR/CAHI/UFRB  
Cachoeira/BA

<http://lattes.cnpq.br/7133915187509566>  
<https://orcid.org/0000-0003-3890-6847>

**RESUMO:** Este trabalho é resultado de projeto de pesquisa e estudos de docentes e discentes do curso de serviço social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, que tem como escopo apresentar a situação da política de assistência social no município de Cachoeira/BA. A política de Assistência Social, que compõe o tripé da seguridade social, possui um conjunto de regras e instrumentos para a sua operacionalização: Conselho de Assistência Social; Fundo de Assistência Social; e Plano de Assistência Social. Esses mecanismos de gestão, são os principais instrumentos para materialização da política nos municípios brasileiros, e essa pesquisa buscou compreender a forma de organização e funcionamento dos mesmos no município de Cachoeira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência social, direitos, benefícios, gestão municipal.

### SOCIAL ASSISTANCE AND SOCIAL ASSISTANCE RIGHTS: THE MUNICIPALITY OF CACHOEIRA/BA

**ABSTRACT:** This work is the result of a research project and studies by teachers and students of the social service course at Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, whose scope is to present the social assistance policy situation in the municipality of Cachoeira / BA. The Social Assistance policy, which forms the social security tripod, has a set of rules and instruments for its operationalization: Social Assistance Council; Social Assistance Fund; and Social Assistance Plan. These management mechanisms are the main instruments for the materialization of the policy in the Brazilian municipalities, and this research sought to understand the form of organization and operation of the same in the municipality of Cachoeira.

**KEYWORDS:** Social assistance, rights, benefits, municipal management.

### INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 em seus artigos 203 e 204, instituiu um sistema de proteção social cujas garantias devem ser viabilizadas pelas políticas setoriais responsáveis pela materialização dos direitos sociais. A carta magna estabeleceu a municipalização e a descentralização político administrativa delegando para os municípios a implantação dos sistemas de proteção e garantias de direitos. Dentre as políticas setoriais

responsáveis pela materialização desse sistema brasileiro de proteção destaca-se, para o presente trabalho, a de Assistência Social, integrante da seguridade social brasileira.

A Assistência Social como política pública, representa uma conquista para a área da proteção social, tendo em vista que o Estado passa a ter responsabilidade compartilhada entre os entes federativos (União, estados e municípios) na construção de respostas públicas as necessidades da população, a partir da oferta dos benefícios socioassistenciais.

Para a operacionalização desta política, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)<sup>1</sup> definiu um conjunto de regras e instrumentos de operacionalização da assistência social. Entre esses instrumentos, destaca-se a necessidade da efetiva instituição e funcionamento de: Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; e Plano de Assistência Social<sup>2</sup>. Esses mecanismos de gestão, controle democrático e participativo e financiamento são os principais instrumentos para materialização da LOAS/PNAS (Política Nacional de Assistência Social) nos municípios brasileiros.

Ao estudar a PNAS, identifica-se um desafio na implementação dos benefícios e serviços e socioassistenciais na maioria dos municípios brasileiros.

Assim, a presente pesquisa buscou compreender a forma de organização e funcionamento dos mesmos no município de Cachoeira e como interferem na efetivação dos benefícios/direitos socioassistenciais.

Para a construção deste trabalho, foram utilizadas como fontes as bases de dados de órgãos governamentais<sup>3</sup>, bem como observação participante em grupos focais, visitas a equipamentos públicos da assistência social municipal e entrevistas a profissionais, gestores, conselheiros (as) e usuários (as). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, estudo de caso, porém com relevância para os dados quantitativos.

## **SITUANDO O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA**

O município de Cachoeira está situado no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia<sup>3</sup>, essa divisão da Bahia em Territórios de Identidade ocorreu através do Decreto Estadual, nº 12.354, de 25 de agosto de 2010, com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia

1 Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

2 Informações coletadas no : Censo SUAS; SUAS Web; Dados do IBGE.

3 Congrega 19 (dezenove) municípios: Cabaceiras do Paraguaçu – Cachoeira, Castro Alves - Conceição do Almeida - Cruz das Almas - Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira - Maragogipe - Muniz Ferreira - Muritiba - Nazaré - Salinas da Margarida - Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus - São Felipe - São Félix - Sapeaçu - Saubara – Varzedo.

passou a reconhecer a existência de 27 Territórios<sup>4</sup> de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada local.

Cachoeira, cidade que respira história, tem uma característica marcante com seus prédios e casarios que preservam a sua identidade histórica e cultural, sendo um importante roteiro turístico do estado da Bahia. A imponência do seu casario barrocos das suas igrejas e museus, levou a cidade a alcançar o status de “Cidade Monumento Nacional” e “Cidade Heroica” pela participação decisiva nas lutas pela independência do Brasil, a partir do Decreto 68 045, de 13 de Janeiro de 1971.

A cidade teve seu apogeu econômico e cultural durante os séculos XVIII e XIX, quando seu porto era utilizado para escoamento de grande parte da produção agrícola do Recôncavo baiano como um todo, além disso, era um importante porto de passageiros, servindo de ligação entre a região e a Capital, ou Cidade da Bahia como era chamada (RISÉRIO, 2004). Os principais produtos da região eram açúcar e fumo, produtos até hoje produzidos em Cachoeira, porém o cultivo da cana de açúcar vem cedendo lugar para o cultivo de eucalipto, mudando significativamente a paisagem da região.

A vila de Cachoeira foi, por muito tempo a principal localidade da região, sendo importante polo de relações econômicas e políticas, composta pela sede e mais sete Freguesias: Senhor Deus Menino de São Félix; São Pedro de Muritiba; Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo; Nossa Senhora do Bom Sucesso da Cruz das Almas; São Thiago do Iguape; Nossa Senhora da Conceição da Feira e Santo Estevam do Jacuípe (SANTOS, 2009).

A próspera cidade de Cachoeira teve no século XIX um significativo desenvolvimento econômico e social, em particular pela presença de dois meios de transporte que possibilitavam que ali fosse um grande centro de escoamento de cada região. Mercadorias vindas de diversas partes do estado da Bahia (BACELAR, 1975). Em outubro de 1819, Cachoeira tem o pioneirismo de dar início a navegação a vapor no Brasil.

O vapor, associado a presença de uma estação férrea possibilitou a condição de importante polo de escoamento de riquezas da Bahia. Mercadorias vindas de diversas partes do estado da Bahia (BACELAR, 1975). Em outubro de 1819, Cachoeira tem o pioneirismo de dar início a navegação a vapor no Brasil. O vapor, associado a presença de uma estação férrea possibilitou a condição de importante polo de escoamento de riquezas da Bahia.

No início do século XX, porém, a economia da cidade entrou em declínio,

4 O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. Secretaria do Planejamento - Governo da Bahia <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17> . Acessado em 24/01/2018.

tendo como fatores mais importantes as crises do fumo e do açúcar – iniciadas no final do século XIX; e a chegada da Petrobras (em meados do século XX) na região que favoreceu alguns municípios, ficando uma grande maioria sem ser contemplado, a exemplo de Cachoeira. Esse declínio, que se choca com o apogeu da época da colônia e início do império, traz impactos tanto nas relações estaduais como nacional, o que perdura por longo período.

Finalmente, já começado o século XXI, se reconhece que o Recôncavo é uma região onde se concentram relações econômicas e políticas conflitivas, que surgem das novas formas de concentração de poder econômico: a predominância indiscutível da influência da produção de petróleo e derivados e a renovação da produção canavieira. Outra vez, torna-se necessário reconhecer que há uma internacionalidade seletiva, que tem seus modos próprios de gerar pobreza e exclusão social. Para estabelecer uma visão atual do Recôncavo como região e enquanto lugar de um processo social, ou seja, para ver essa região na perspectiva histórica de sua formação social, é preciso acompanhar a relação entre suas ligações com o exterior e a estruturação social local somente se recuperando no final do século, quando novas empresas se instalaram na região (PEDRÃO, 2007).

A significativa presença de afrodescendentes com suas manifestações históricas e sociais possibilitam uma riqueza enorme cultural, porém marcada pela herança da escravidão com traços negativos na formação social e econômica brasileira. A marca do trabalho escravo se reflete no cenário contemporâneo, através das expressões da questão social que atinge cruelmente a população negra do Brasil e, em particular de Cachoeira.

## **CACHOEIRA: A RICA CIDADE POBRE**

Ao analisar o perfil populacional de Cachoeira, destaca-se que o município de Cachoeira, ao contrário de outros no estado da Bahia e até mesmo de municípios do Recôncavo, possui um número equilibrado de homens e mulheres residentes entre zona urbana e rural, apresentando um número maior da população feminina tanto na zona rural como urbana.

A população total de Cachoeira, segundo o censo do IBGE<sup>5</sup> 2010 é de 32.026 habitantes, e com estimativa para 2017 de 35.139 pessoas e com densidade demográfica de 81,03 hab/km<sup>2</sup>.

Cachoeira possui 49% de pessoas residentes na zona rural e com um pequeno predomínio da população urbana 51%. No tocante ao sexo a população cachoeirana está dividida entre 48% de homens e 52 % de mulheres. Os homens estão em concentração igual nas duas áreas, ou seja, 50% em cada uma (urbana e

---

5 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

rural), já as mulheres estão em maioria na zona urbana (53%) (IBGE, 2018).

Observa-se que os bens duráveis de maior frequência entre os moradores tanto da zona urbana como na zona rural são, em ordem numérica: televisão; rádio; geladeira e aparelho celular. A televisão é um meio de comunicação teve uma popularização e um consumo crescente, em particular com a energia elétrica chegando nas zonas rurais, assim como a geladeira. O rádio tem um fator cultural forte no interior e o celular que é um meio de comunicação de fácil uso e que pode ter baixo custo e também com grande aderência em toda a população (IBGE, 2018).

Para além do consumo e do perfil populacional, entre sexo, distribuição de população em zona urbana e rural, existem outros elementos, importantes que merecem destaque como a PEA – **População Economicamente Ativa** – em Cachoeira. Ao analisar a situação da população economicamente ativa em Cachoeira, evidencia-se que existe uma predominância do sexo masculino e uma maioria de pessoas sem qualificação profissional/educacional, pois a prevalência é de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto. Ainda com relação a população economicamente ativa, a maioria é composta por negros e pardos (IBGE, 2018).

Um dado que chama atenção é a prevalência de mulheres na condição de não economicamente ativa, o que pode-se auferir a aspectos culturais do patriarcado e na condição de subalternidade da mulher, ainda vigente no cenário contemporâneo (IBGE, 2018)

Entretanto, ao analisar os dados do último censo do IBGE para o município de Cachoeira, pode-se verificar que o município não está entre os que possuem os piores rendimentos do país:

Segundo o IBGE em 2015, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11.3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 93 de 417 e 76 de 417, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2500 de 5570 e 3001 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 48.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 296 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 1639 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2017).

Complementando estas informações, o visor SUAS<sup>6</sup>, aponta que a população de Cachoeira em extrema pobreza, de acordo com o Censo do IBGE 2010, é de 5.587 habitantes (17,44%), sendo 1.335 de pessoas entre 0 a 9 anos; 671 pessoas de 18 a 24 anos e 142 pessoas com 60 anos ou mais. O que chama atenção é que as pessoas que estão em extrema pobreza, são na sua maioria pessoas que estão

6 <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/suasag/index.php>, acessado em 21/11/2017

nos extremos geracionais<sup>7</sup> (4,61%), ou seja, sem condições para o labor, o que merece uma atenção especial, por parte dos entes públicos municipais.

Observa-se uma diminuição dos indicadores de pobreza no município, porém continua sendo um grande desafio da gestão municipal a implantação de políticas sociais públicas que venham a enfrentar a pobreza no município, superando as desigualdades e com ações efetivas de enfrentamento a pobreza (para além dos programas oferecidos pelo Governo Federal).

## OS DIREITOS SÓCIOASSISTENCIAIS EM CACHOEIRA

O município de Cachoeira<sup>7</sup> é classificado no âmbito do Ministério da Cidadania como um município de pequeno porte II, e habilitado no nível de gestão básica dessa política pública de assistência social.

As informações a seguir descrevem aspectos da gestão pública municipal do órgão gestor responsável pela execução da política pública de assistência social, ou seja, Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), cuja forma de organização cumpre alguns dos princípios organizativos estabelecidos na Política Nacional de Assistência Social (2004), ou seja, a existência do comando único por esfera de gestão da política pública de assistência social e instâncias de controle social e democrático com a participação da sociedade civil organizada, ou seja, o Conselho municipal de assistência social.

Um dos aspectos acerca das finanças públicas do município de Cachoeira no que se refere à Política de Assistência Social destaca-se que a Gestão Financeira e Orçamentária está constituída como subdivisão administrativa (departamento) na estrutura do órgão gestor de maneira informal (dados do Censo SUAS 2016)<sup>8</sup>, essa forma de organização é um óbice para o exercício do controle social e para o aprimoramento da gestão da política de assistência social.

No entanto, o município cumpre o Art. 30 da LOAS o qual estabelece a criação e funcionamento das seguintes instâncias:

I - Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;

III - Plano de Assistência Social.

Parágrafo único. É, ainda, condição para transferência de recursos do FNAS aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a comprovação

<sup>7</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/panorama>, 21/11/2017.

orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999. (Incluído pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998).

Acerca da existência dessas instâncias no município de Cachoeira cabe destacar a função do Fundo Municipal de assistência social na gestão dessa política pública social, de acordo com o estabelecido no Art. 48 da NOB<sup>8</sup>/SUAS 2012, todas as receitas e despesas executadas para fins de materialização de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social devem ser alocadas nesse Fundo Municipal garantindo assim os princípios do orçamento público brasileiro em vigor.

Cabe registrar que todas as informações sobre as despesas públicas municipais do município de Cachoeira estão disponibilizadas no site : <http://cachoeira.ba.gov.br/>. No entanto, algumas informações acerca dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social foram levantados através do SUAS WEB.

Os dados financeiros revelam que Cachoeira como outros municípios de pequeno porte II, executam as suas despesas com recursos financeiros próprios e com transferência da União e do Estado.

A Lei Orçamentária Municipal aprovada em 02 de janeiro de 2018, apresenta o valor de R\$ 3.226.803,52( três milhões duzentos e vinte seis mil oitocentos e três reais e cinquenta e dois centavos) alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, lembrando que esses recursos são do Orçamento da Seguridade Social cujo valor definido nessa LOA é de R\$17.987.495,40 (dezessete milhões novecentos e oitenta sete mil quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos), ou seja é destinado menos de dois por cento (2%) desse valor para a política de assistência social, quase noventa e oito por cento (98%) dos recursos são destinados para política de saúde, ou seja, estão alocados no Fundo Municipal de Saúde( pág.06) R\$ 14.720,691,88 (quatorze milhões setecentos e vinte mil seiscentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos).

O desequilíbrio na distribuição desses recursos públicos impacta de sobremaneira a oferta da política municipal de assistência e muitas ações dessa política em Cachoeira são mantidas com recursos do co-financiamento federal e estadual.

Corroborando com essas informações as despesas com a política de assistência social, segundo dados do relatório de informações sociais, alcançaram apenas 2,28% do orçamento total, esse valor é inferior à média de todos os municípios do estado da Bahia que chegam a executar 2,94% do total dos seus orçamentos públicos municipais.

Os dados revelam também que a gestão municipal de Cachoeira cumpre o

---

8 NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

estabelecido na resolução N.109/2009 do CNAS que definiu as ofertas dessa política pública de acordo com a Tipificação<sup>9</sup> Nacional de Serviços Socioassistenciais e observa também os níveis de proteção de acordo com o previsto na NOB-SUAS 2012, em proteção básica e proteção especial (média e alta complexidade).

Em relação aos recursos humanos da secretaria municipal de assistência social, de acordo com os dados levantados no Plano municipal e Assistência Social em vigor (2013 -2017).

O órgão gestor da política de assistência social dispõe de 90 (noventa) servidores, de diversas formações, distribuídos nos 13 (treze) equipamentos públicos de atendimento (sede da secretaria municipal, três equipamentos CRAS<sup>10</sup>, um equipamento CREAS<sup>11</sup>, duas Unidades para Oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, uma Central do Cadúnico, um Centro de Qualificação Profissional, uma Central do PAA, uma Defensoria Pública, Velório Municipal, uma agência do Credibahia) localizados no território municipal, formando o quadro de profissionais e trabalhadores do SUAS.

Dentre os servidores, 57% são contratados e 17% comissionados o que torna os serviços oferecidos suscetível à mobilidade profissional devido à fragilidade do vínculo, principalmente nos períodos de transição de gestão. Em vista de atender as normativas da NOB/SUAS/RH verifica-se a necessidade de realização de concurso público para efetivação dos servidores do SUAS. Apesar deste quadro 23% são efetivos, assegurando uma continuidade, ainda que parcial, das atividades desenvolvidas na Secretaria municipal de assistência social do município.

Mais recentemente (outubro de 2017) foi inaugurado o Balcão de Justiça e Cidadania em parceria com o TJ/BA<sup>12</sup> como um mecanismo de facilitação de acesso à Justiça.

Existem dois CRAS localizados na zona rural e que atendem parte desta população, dentro dos padrões especificados pelas normas técnicas da assistência social, todos com boas condições de funcionamento e com espaços físicos razoáveis. Existe um CRAS na zona urbana e um CREAS, que muitas vezes confundem as funções destinadas a cada um deles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, que o município de Cachoeira, possui os principais equipamentos da política de assistência social, atendendo aos seus municípios. Entretanto, salienta-se que apesar da existência destes equipamentos, eles não

9 Resolução N.109/CNAS/2009.

10 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

11 CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

12 Tribunal de Justiça da Bahia

atendem de forma suficiente a população que deles necessita. Um óbice inicial é a questão orçamentária/financeira, uma vez que inexistente percentual definido para gastos com a política de assistência social, o que fica mais evidente ao se comparar com outras políticas sociais, a exemplo da política de saúde. Outro fator de destaque e dificultador para a efetivação da política de assistência social no âmbito municipal é a localização de alguns equipamentos (CRAS e CREAS) e a dificuldade de acesso.

Alguns pontos foram destacados acerca da política de assistência social de Cachoeira: A ausência da disponibilidade de carro para os dois equipamentos localizados na zona urbana, para que possam realizar visitas domiciliares e outras atividades que requeiram deslocamento da equipe técnica; a necessidade de contratação por concurso público de profissionais tanto para completar as equipes atuais como para possível formação de novas equipes, como por exemplo equipes volantes, dado a dificuldade de acesso de alguns usuários da política que residem em áreas mais distantes da zona urbana, seguindo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH/SUAS) e Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) Nº 17/2011; construção de planejamento estratégico/situacional em articulação com a sociedade civil; levantamento diagnóstico para identificar as vulnerabilidades por domicílio, visando a busca ativa, o monitoramento e a vigilância social local; implementação da Política Municipal de Educação Permanente do SUAS.

Por fim, chama atenção a importância da existência de uma articulação constante entre a Universidade e os municípios situados no Recôncavo baiano, tanto para a realização de pesquisas, que possibilitem uma mudança no cenário local, como através de projetos de extensão com ações concretas na região, de forma que a Universidade/UFRB cumpra o seu papel social de articulação e diálogo com a comunidade local.

## REFERÊNCIAS

ALAYÓN, Noberto. Introducción y El asistencialismo, lo asistencial y la política social(Cap IV) In: Asistencia y Asistencialismo ?Pobres controlados o erradicación de la pobreza? - 4ª ed. Buenos Aires: Lumen, 2008.

BACELAR, J. A. Esboço sócio histórico da cidade de Cachoeira. Fundação do Patrimônio Artístico Cultural. Salvador, 1975. 18 p. mimeografado. 2007

BOSCHETTI, Ivanete. Dos Direitos do Trabalho à Cidadania Social (Cap III). In: Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: Letras Livres: Editora UnB, 2006.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Artigos 193 a 204 (1988)

BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742/1993. (Com as alterações da Lei 12.435/2011)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, Brasília, 2012.

BRASIL; Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília: MDS, 2009.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira Silva; RAICHELIS, Raquel. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

PEDRÃO, Fernando. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de todos os santos. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras. vol. 1 (1), Cachoeira: 2007.

SANTOS, R.S. da. Cultura política e participação no Recôncavo baiano hoje: uma análise sobre Cachoeira e São Felix. 2009, 165f. Dissertação (Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2872](http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2872)> Acesso em 24 nov. 10.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. Assistência na Crise; Política Social e o Assistencial. In: A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TAVARES, Gisele de Cássia. O financiamento no SUAS e as condições para a efetivação dos direitos socioassistenciais. In: CRUS, José Ferreira [et al]. Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da LOAS. 1. ed. Brasília: MDS, 2013.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE** - Possui graduação em serviço social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013) e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Atualmente é assistente social do Centro de Socioeducação de Ponta e tutora da especialização em Gestão Pública/RESTEC pela UEPG. Atua principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, assistência social, políticas públicas, cidadania e família.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adventure games 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67

Alimentos 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 192, 193, 194, 271

Amapá 189, 190, 193, 194, 195

Amazônia 160, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 189, 191, 192, 195

Apontamentos 96, 144, 148, 157

Assistência social 254, 255, 259, 261, 263, 277, 278, 282, 283, 284, 285, 286, 287

Atividades de aventura 16, 17, 18, 19, 22, 25, 27

### B

Benefícios 19, 22, 76, 162, 235, 261, 277, 278, 283

### C

Câmbio 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

Capital improdutivo 265, 266, 267, 275, 276

Capitalismo 66, 150, 190, 191, 199, 216, 220, 221, 225, 265, 269, 270, 273, 275

Comércio 104, 192, 210, 226, 228, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 250, 251, 266

Comportamento do consumidor 197, 201, 202, 208, 238

Comunicação 20, 23, 24, 67, 71, 86, 88, 95, 116, 131, 135, 137, 139, 142, 143, 154, 160, 161, 165, 166, 169, 170, 172, 173, 194, 197, 198, 200, 201, 202, 205, 209, 210, 237, 281

Comunicação integrada de marketing 202

Comunidade Quilombola de Piqui da Rampa 28

Crescimento 17, 68, 101, 119, 120, 122, 127, 128, 170, 176, 190, 192, 198, 200, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 242, 244, 266, 271, 273, 274

### D

Decolonialidade 189

Demanda 31, 68, 69, 75, 83, 118, 120, 128, 205, 206, 224, 225, 227, 231, 232, 233, 237, 244, 249, 252, 261, 266

Desenvolvimento sócio econômico sustentável 28

Direito à educação 77, 78, 79, 80, 84, 85

Direitos 7, 37, 69, 72, 74, 76, 77, 80, 81, 84, 85, 88, 91, 115, 137, 139, 161, 164,

216, 217, 219, 220, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 277, 278, 282, 285, 286

Discurso 94, 95, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 130, 132, 138, 142, 160, 164, 165, 167, 168, 190, 194, 195, 219

Documentações 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 12

## **E**

Economia 29, 68, 69, 158, 166, 195, 198, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 229, 240, 243, 244, 252, 253, 265, 266, 267, 272, 274, 275, 279

Educação infantil 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Educação popular 130, 132, 135, 136

Eleição 3, 165, 166, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187

Emprego doméstico 254, 255, 256, 257, 258, 260

Empresas 54, 57, 58, 65, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 128, 137, 158, 162, 174, 175, 178, 182, 186, 192, 198, 199, 200, 203, 205, 206, 207, 209, 210, 217, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 237, 238, 252, 268, 269, 270, 271, 276, 280

Ensino superior 118, 120, 121, 122, 127, 128, 129, 262

Escalada em rocha 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27

Escola 21, 22, 23, 79, 80, 84, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 128, 138, 156, 158, 192, 265

Estratégia 52, 57, 63, 136, 160, 161, 165, 184, 186, 192, 202, 208, 223, 233, 235, 237

## **F**

Fronteira 8, 106, 177, 192, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 251, 252, 253, 275

## **G**

Geopolítica 160, 162

Gestão Municipal 277, 282, 283

Governança corporativa 265, 268, 269

Graduação 23, 41, 66, 67, 92, 93, 116, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 129, 148, 150, 153, 154, 155, 157, 195, 238, 287

## **I**

Inclusão 72, 73, 76, 118, 122, 123, 129, 224, 258, 264, 267

Informação 2, 10, 19, 22, 42, 69, 86, 88, 91, 92, 108, 121, 122, 131, 140, 157, 169, 183, 254, 258, 259, 261, 262, 263, 267, 272

## **J**

Janary Nunes 189, 190, 191, 193, 194

Jogos eletrônicos 42, 43, 44, 48, 50, 51, 62, 65, 66

## **L**

Lazer 1, 2, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 35, 71

Legislação 4, 12, 68, 69, 75, 179, 188, 216, 219, 247

Leitura 59, 61, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 136, 148, 180, 264

Líder religioso 130

Logística 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

## **M**

Marketing de relacionamento 197, 198, 199, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209

Maturidade 118, 119, 129, 198, 200

Mediador comunicativo 130, 132, 133

Mercado 30, 33, 36, 42, 44, 52, 57, 63, 69, 72, 73, 74, 76, 79, 87, 88, 121, 161, 162, 170, 178, 179, 191, 192, 193, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 214, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 244, 245, 247, 248, 252, 254, 255, 260, 263, 272

Microempresa 224, 225, 226, 231, 238

Ministério Público 77, 78, 82, 83, 85, 183

Modernidade líquida 197

## **N**

Narrativa interativa 42, 48

## **P**

Pessoas com deficiência 68, 69, 72, 74, 75, 76, 220

Pluralidade histórica 144

Poder Judiciário 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 180, 181

Práticas alimentares 189, 190, 191, 193, 194, 195

Precarização 212, 216, 222, 223

Projeto 34, 38, 39, 40, 55, 132, 138, 142, 143, 174, 176, 194, 230, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 277

## **R**

Relações sociais 16, 32, 33, 36, 98, 99, 100, 101, 114, 121, 156

Rotulagem de alimentos 86, 88, 89, 90, 91, 92

## **S**

Sentido de pertença 144

Sociabilidade violenta 94, 99, 100, 103, 109, 115

Sujeito 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 128, 147, 161, 164, 165, 200, 248

## **T**

Trabalho 3, 8, 22, 23, 25, 28, 29, 32, 35, 37, 38, 39, 65, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 88, 92, 93, 95, 96, 99, 100, 103, 104, 107, 110, 113, 114, 121, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 147, 150, 153, 177, 183, 187, 189, 192, 197, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 228, 229, 238, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 273, 275, 277, 278, 280, 285

Turismo étnico cultural consciente 28

Turismo Internacional 1

## **U**

Uberização 211, 212, 213, 216, 217, 219, 221, 223

Universidades 44, 86, 198

Urnas eletrônicas 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

## **V**

Violência física 94, 95, 96, 98, 103, 106, 107, 109, 110, 114

Vistos 1, 4, 5, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 36, 65, 145, 161, 215

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)   
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)   
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)   
[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)   
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)   
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)   
[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade